

Uma história breve do jornalismo no Ocidente

Jorge Pedro Sousa

(Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo)

jorgepedrosousa@hotmail.com

Não existe pensamento único sobre a história do jornalismo e muito menos uma opinião única sobre a sua génese. Havendo várias perspectivas admissíveis sobre esses temas, neste capítulo, como não poderia deixar de ser, desenvolve-se, essencialmente, o ponto de vista do seu autor. Em concreto, o enquadramento temático aqui proposto entrecruza a história com a teoria do jornalismo e passa pelo cultivo de seis ideias fundamentais, cujas abordagens nem sempre merecem consenso entre a comunidade académica:

- 1) A génese do jornalismo situa-se na Antiguidade Clássica, havendo uma retoma na Idade Moderna, graças ao Renascimento, ao desenvolvimento do espírito iluminista da Ilustração e à satisfação das necessárias condições técnicas (tipografia de Gutenberg, fábricas de papel...) e sócio-económicas (alfabetização, capital, iniciativa privada e empreendedorismo...);
- 2) A notícia é o dispositivo determinante e identificador do jornalismo e dos fenómenos pré-jornalísticos e os critérios de noticiabilidade têm-se mantido relativamente estáveis ao longo do tempo (“essencialmente, *é* notícia o que *era* notícia”), apesar da ampliação do *leque do noticiável*, que também se nota;
- 3) O discurso pré-jornalístico e jornalístico (conteúdos e formatos), em todos os tempos, tem uma natureza sócio-cultural, englobando, neste quadro, a ideologia, pelo que indicia o mundo e as circunstâncias da época em que foi produzido, mas também sofre a influência desses e de outros factores, nomeadamente da *acção pessoal* de quem o elabora e das potencialidades e limites dos dispositivos técnicos usados para o configurar.
- 4) A liberdade de imprensa, conquistada na Inglaterra seiscentista, foi fundamental para o jornalismo e para o papel deste nas sociedades ocidentais contemporâneas;
- 5) A industrialização da actividade jornalística permitiu o aparecimento de um corpo profissional de jornalistas, mas desde o século XVII que havia “gazeteiros”, “periodistas”, que viviam da elaboração de notícias, tal com havia “empresários” da comunicação social. A profissionalização dos jornalistas no século XIX corresponde, basicamente, à reformatação de um modelo cuja estrutura, inclusivamente, já existia na Antiga Roma;
- 6) Perceber as teorias contemporâneas do jornalismo implica compreender a forma como o jornalismo evoluiu e os desafios permanentes ao estabelecimento de fronteiras entre o que é e o que não é jornalismo.

De todas as ideias atrás referidas, a mais controversa talvez seja a primeira. De facto, tal como sistematiza Alejandro Pizarroso Quintero (1996: 8-11), há três grandes opiniões sobre a origem do fenómeno jornalístico, as duas primeiras “sócio-culturais” e a terceira “técnica”:

- 1) O fenómeno jornalístico existe desde a Antiguidade, porque desde a Antiguidade existem dispositivos para a troca regular e organizada de informações actuais, ou seja, para a troca de *notícias*.
- 2) O fenómeno jornalístico é uma invenção da Modernidade, estando ligado à aparição da tipografia e ao surgimento, expansão e aquisição de periodicidade da imprensa na Europa, embora tenha como antecedente imediato as folhas noticiosas volantes manuscritas e impressas que surgiram entre a Baixa Idade Média e o Renascimento.
- 3) O fenómeno jornalístico nasce no século XIX devido quer ao aparecimento de dispositivos técnicos, designadamente impressoras e rotativas, que permitiram a massificação dos jornais, quer à invenção de dispositivos auxiliares que facultam a transmissão da informação à distância (como o telégrafo e os cabos submarinos) e a obtenção mecânica de imagens – as máquinas fotográficas. Neste quadro, a necessidade de notícias permitiu a aparição das agências noticiosas internacionais, que tornaram o jornalismo o principal dispositivo enformador da “aldeia global”, segundo a metáfora de McLuhan.

Neste texto assume-se, sem complexos, a primeira das opções atrás equacionadas, razão pela qual se abordará a génese do jornalismo a partir dos fenómenos pré-jornalísticos ocorridos na Antiguidade ou mesmo na pré-história.

1. Fenómenos pré-jornalísticos no mundo antigo

Na sua essência, o jornalismo é uma representação discursiva de factos e ideias da vida do homem, construída para se contar ou mostrar a outrem. Por outras palavras, o jornalismo é uma representação discursiva da vida humana na sua diversidade de vivências e ideias. Assim, pode dizer-se que o jornalismo vai buscar a sua origem mais remota aos tempos imemoriais em que os seres humanos começaram a transmitir informações e novidades e a contar histórias, quer por uma questão de necessidade (nenhuma sociedade, mesmo as mais primitivas, conseguiu sobreviver sem informação), quer por entretenimento, quer ainda para preservação da sua memória para gerações futuras (o que, simbolicamente, assegura a imortalidade).

Algumas pinturas rupestres, por exemplo, são testemunhos iconográficos deixados pelos nossos ancestrais de acontecimentos relevantes da sua vida quotidiana, embora possam ter tido outras finalidades, artísticas ou mesmo místicas e mágicas.

A alvorada das civilizações foi um salto evolutivo da humanidade, sendo marcada por fenómenos como:

- 1) A **sedentarização** das populações nómadas, devido às práticas agrícolas e da pastorícia;
- 2) A **fundação das primeiras cidades**, como Jericó, devido à sedentarização;
- 3) Início das trocas regulares de bens dentro das cidades e entre as cidades, o que origina o **comércio**;

4) Advento da **escrita**, devido, provavelmente, às necessidades comerciais de registo dos bens trocados e às necessidades sociais de administração das primeiras cidades¹;

5) Fundação, na Mesopotâmia, dos **primeiros “países”**, agrupando várias cidades sob uma liderança unificada, como aconteceu na Suméria, o que incentivava a escrita (registos, códigos, memórias...) e a comunicação;

6) Aparecimento dos **primeiros impérios** (Hitita, Egípcio, Assírio, Babilónico, Persa, Macedónio, Parto, Romano...), o que promove a comunicação e as trocas comerciais, mas também gera guerras de conquista e expansão. Surgimento da **civilização helénica**, determinante para a **Civilização Ocidental**;

7) Advento e cultivo das **artes**, da **literatura**, da **filosofia**, da **retórica**, do **direito**, da **historiografia**, da **etnografia** e da **geografia humana**, contribuindo para a fixação dos cânones expressivos e dos temas do que viria a ser o jornalismo. A humanidade entra num período de enriquecimento cultural, técnico, “científico” e cívico, nomeadamente na Grécia e em Roma;

8) Surgimento das **primeiras grandes religiões**, como o Judaísmo e, mais tarde, o Cristianismo, e aparecimento e desaparecimento de outras, como o Paganismo Greco-Romano.

Com a invenção da escrita, várias transformações ocorreram. Uma delas diz respeito aos actos administrativos, muitos dos quais começaram a ser registados. Os escribas egípcios, por exemplo, faziam registos de actos administrativos, conforme se pode observar nos achados arqueológicos (quer de registos em si, quer de imagens em que se observam escribas a registar, por exemplo, as colheitas). No entanto, uma transformação, talvez ainda maior, gerou-se na arte de transmitir informação e novidades e de preservar a memória histórica. Quando, na Mesopotâmia, a escrita substituiu a tradição oral no registo da memória dos povos, cerca de 3500 anos a. C.², a pré-história converteu-se em história. “Foi essa transmissão de dados por meios externos, não biológicos, que permitiu à espécie humana dominar o mundo e ser uma população em aumento exponencial” (Hawking, 2002: 165). Foi também o aparecimento da transmissão de dados por meios externos que veio a permitir, muito depois, o aparecimento do jornalismo como hoje o concebemos.

1.1 A invenção da literatura e os seus contributos para a génese do jornalismo

¹ Provavelmente, um dos primeiros instrumentos de registo de informação terão sido pedras de vários tamanhos, de que se encontraram vários exemplares em explorações arqueológicas. Um conjunto de pedras de diferentes tamanhos, organizadas de determinada maneira, teriam um determinado significado (por exemplo, “trigo”). A representação figurada dessas pedras em placas de argila, o que diminuía o peso e facilitava o arquivo e o transporte da informação, terá iniciado a escrita, ou a “pré-escrita”. Outra hipótese é que a “pré-escrita” tenha começado pela colocação de determinados sinais nos recipientes utilizados para armazenar géneros alimentícios e armas nos armazéns. Os comerciantes, por seu turno, também terão desenvolvido um sistema “pré-escrito” de registo de informações em placas de argila e barro, para inventariarem o que possuíam, saberem o que vendiam, a quem vendiam e por quanto vendiam, etc.

² Pelo menos, os mais antigos registos de que temos conhecimento e que podem ser considerados “escrita” datam do IV milénio a. C.

Pode dizer-se que, historicamente, o primeiro grande fenómeno que contribuiu para fixar a matriz do que veio a ser o jornalismo proveio dos antigos gregos. Aliás, é graças aos gregos e, posteriormente, aos romanos, que temos hoje em dia a Civilização Ocidental (somos filhos de Atenas e de Roma!).

O milénio anterior ao nascimento de Cristo foi, para os gregos, o milénio de ouro da sua civilização. A Grécia, enriquecida com o comércio, a agricultura e a pastorícia, ajudada pelo clima e por um modo de vida propiciador de vidas longas e saudáveis, gerou a filosofia, viu surgir a democracia ateniense e o primeiro sistema jurídico digno deste nome (configurador dos modernos estados de direito), cultivou a retórica, fez brotar do tronco-comum da filosofia as primeiras ciências, entre as quais a história e a geografia, e cultivou as artes (a *Iliada* e a *Odisseia* terão sido elaboradas entre os séculos IX e VIII a. C.). A retórica, ligada à política e ao direito (vida nos tribunais), a literatura, a historiografia e os relatos geográficos e etnográficos foram, assim, alguns dos contributos dos antigos gregos para a fixação, muitos séculos depois, dos **valores e formas de agir** dos jornalistas, bem como para a **definição dos formatos e dos conteúdos** jornalísticos, ou seja, para a **fixação das estruturas** típicas das matérias jornalísticas e dos **temas** abordados pelo jornalismo.

Se excluirmos obras menores³, as primeiras grandes manifestações literárias foram os poemas épicos *Iliada* e *Odisseia*, de Homero⁴, que documentam a passagem de uma “literatura oral” a uma “literatura escrita”. Conforme comprovam os achados arqueológicos no espaço da antiga Tróia, possivelmente ambas as obras indicam factos reais, nomeadamente uma pequena guerra entre gregos (aqueus) e troianos. No entanto, esses factos reais indiciados quer na *Iliada* quer na *Odisseia* estão abundantemente mascarados pelas lendas, pela religião e pelo mito. Aliás, o propósito principal de Homero (ou de quem cantou e escreveu as obras) não terá sido registar factos históricos, mas, provavelmente, divulgar uma história, exaltando a intervenção dos deuses na vida humana, e entreter públicos. A *Iliada* e a *Odisseia* são, inclusivamente, um repositório de alguns dos mitos e lendas que terão permitido aos antigos gregos, disseminados por várias cidades-estado, darem sentido à sua existência colectiva e considerarem-se como povo possuidor de uma identidade comum. De qualquer modo, e no que respeita à influência da literatura grega fundacional na génese do jornalismo (e mesmo descontando que ambas as obras, na sua essência, relatam um facto real, propósito do jornalismo contemporâneo), é notório que na *Iliada* e na *Odisseia* se encontram já alguns esquemas de narração e enunciação similares aos actuais modelos jornalísticos de enunciação e que os temas de que ambos os poemas tratam (vidas de heróis famosos, combates, diálogos entre pessoas famosas...) são temas igualmente presentes no jornalismo contemporâneo. A literatura clássica fixou, assim, como dissemos atrás, alguns dos cânones expressivos futuros, cânones esses que, provavelmente, reflectem, inclusivamente, os modelos de enunciação próprios da “literatura oral” anterior.

Observemos, primeiro, a noção de **lead** e a sua concretização na *Iliada*.

Um **lead** é um parágrafo-guia, um parágrafo que, devido às suas características, está indicado para iniciar um enunciado (jornalístico ou não jornalístico). No relato homérico, a primeira frase de cada secção do relato, normalmente, é construída de maneira a ter impacto e importância, prefigurando aquilo que, três milénios mais tarde, os americanos e britânicos designaram por **lead**. Assim, um **lead** jornalístico não é mais do que uma reinvenção, readaptação e aperfeiçoamento de uma estrutura literária e retórica ancestral para fomentar o interesse por uma história. Por exemplo, começar a narração de uma história por “Este jovem morrerá ao amanhecer” (*cit. in* Casasús e Ladevéze, 1991: 15),

³ Como o mesopotâmico *Poema de Gilgames* ou os registos histórico-biográficos das vidas dos faraós inscritos nas paredes dos túmulos do Antigo Egipto.

⁴ É possível que Homero não tenha existido e que a *Iliada* e a *Odisseia* tenham resultado da imaginação de um sem número de autores que, ao longo dos tempos, declamaram poemas sobre a Guerra de Tróia, a epopeia de Ulisses e a viagem de Eneias, até à fixação da forma definitiva de ambos os textos, mas para efeitos deste livro esse facto é irrelevante.

como fez Homero, significa antecipar a acção, começando pelo mais importante, o que constitui um indício da utilização de uma espécie de *proto-lead* na literatura de há três milénios. A própria *Iliada* começa, no Canto I, com a frase memorável e impactante “Canta, ó deusa, a raiva funesta de Aquiles, filho de Peleus, que trouxe um incontável sofrimento aos aqueus e que precipitou no Hades muitas almas valorosas de heróis, presas de cães e abutres (...)!”⁵, que também se aproxima da noção de *lead*, quer por aportar informação (ficamos a saber que muitos morreram por causa da cólera de Aquiles), quer pela interpelação que faz, quer ainda pelo recorte estilístico, que potencia a sua beleza plástica e o seu impacto. É de referir, aliás, que se encontram inúmeros exemplos de “*proto-leads*” na literatura clássica. Por exemplo, na obra *A Guerra de Alexandria*, presumivelmente da autoria de Júlio César (séc. I a. C.), o narrador também começa o relato com uma frase de impacto que descreve factos relevantes: “Uma vez começada a guerra de Alexandria, César fez vir toda a frota de Rodes, da Síria e da Cilícia. De Creta fez vir os arqueiros e os cavaleiros que estavam com Malco, rei dos nabateus” (só depois o narrador explica detalhadamente como é que César deslocou as tropas para Alexandria) (*cit. in Casasús e Ladevéze*, 1991: 16).

Vejamos, seguidamente, a estrutura típica do **relato homérico**. Segundo Casasús e Ladevéze (1991: 14-20), no relato homérico começa-se por enunciar os aspectos mais relevantes da acção que vai ser narrada (abrindo, normalmente, conforme referido acima, com uma espécie de *proto-lead*); seguidamente, faz-se a narração exhaustiva dos factos, normalmente por ordem cronológica, mantendo o interesse do leitor com a narração periódica de pormenores interessantes e importantes; finalmente, remata-se o relato, de novo com aspectos importantes da acção ou, então, com uma frase conclusiva cujo estilo a releve entre as demais. Essa estrutura é uma das estruturas usadas na reportagem (Fernandez Parrat, 2001: 151-152 e 162) Um bom exemplo poderá ser dado pela própria estrutura geral da *Iliada*, obra que começa, no Canto I, com a frase impactante “Canta, ó deusa, a raiva funesta de Aquiles, filho de Peleus, que trouxe um incontável sofrimento aos aqueus e que precipitou no Hades muitas almas valorosas de heróis, presas de cães e abutres (...)!”, a que se segue o relato do que aconteceu (a Guerra de Tróia até à morte do líder troiano Heitor e os preparativos para o conflito), concluindo com a evocação da cerimónia fúnebre do nobre herói troiano Heitor, coroada com a frase final, marcante pela sua beleza plástica e carácter evocativo, “E assim celebraram as honras de Heitor, domador de cavalos!”⁶.

Vários cantos da *Iliada* seguem, no geral, a estrutura do relato homérico. Mas outros apresentam ligeiras variações na estrutura. Por exemplo, o Canto I começa com a frase atrás citada (“Canta, ó deusa, a raiva funesta de Aquiles, filho de Peleus, que trouxe um incontável sofrimento aos Aqueus e que precipitou no Hades muitas almas valorosas de heróis, presas de cães e abutres (...)!”), à qual se seguem vários diálogos, como os diálogos entre o herói guerreiro grego Aquiles e o rei grego Agamemnon sobre a expedição contra Tróia. Mas o Canto I conclui-se com uma leve evocação da intervenção divina na história humana: “Mas quando a fúlgida luz do sol chegou ao ocaso, os deuses recolheram-se aos seus palácios (...). Zeus Olímpico, fulminador, encaminhou-se para o leito onde costumava dormir quando o doce sono o vencia. Ao seu lado descansou Hera, a do áureo trono.” Esta última frase do Canto I, que serve, principalmente, para fazer a ponte com o Canto II, narra algo muito menos importante do que a fúria de Aquiles, que tanto sofrimento causou. Assim, pode dizer-se que o Canto I da *Iliada* evolui de um aspecto importante e interessante para um pormenor algo desinteressante e pouco importante para a história, o que corresponde, grosso modo, a um modelo da retórica e da literatura clássicas de estruturação textual gradativa, designado, segundo Casasús e Ladevéze (1991: 14-20), por modelo da **força decrescente**.

⁵ Tradução livre adaptada, a partir de original em inglês, em prosa. Tendo em conta as intenções didácticas deste livro, optou-se pela tradução de originais em prosa, mais fáceis de ler e compreender, e não em verso.

⁶ Tradução livre de original em inglês, em prosa.

Num segundo exemplo da *Iliada*, o Canto XII começa com a informação mais relevante, antecipando, pela primeira vez, o final da Guerra de Tróia, progredindo, depois da narração de vários combates singulares, para uma *informação-força*, a do desencadear de uma incursão troiana nas defesas gregas. Esse Canto obedece, simultaneamente, à estrutura do relato homérico (já que a narração de um combate, no final do Canto, tem alguma força), e à estrutura da narração por *força decrescente*, já que a escaramuça narrada no final não tem a importância da antecipação do resultado da guerra, conforme se pode constatar lendo o seguinte excerto do mesmo:

“[**Início do Canto XII**] (...) acometiam-se confusamente troianos e gregos. A eles não haveria de conter nem o fosso nem o alto muro. (...) Levantado o muro contra a vontade dos imortais deuses, não haveria de subsistir muito tempo.

Enquanto viveu Heitor, Aquiles esteve irritado e a cidade do rei Príamo não foi expugnada (...) mas quando morreram os mais valentes, a cidade de Príamo foi destruída no décimo ano e os gregos embarcaram para regressar à sua pátria.

(...)

[**Final do Canto XII**] (...) enquanto uns [troianos] assaltavam o muro, os gregos refugiavam-se nos navios, e produziu-se um grande tumulto.”⁷

De algum modo, o modelo de estruturação e disposição textual da *força decrescente* corresponde, embora, para o caso, imperfeitamente⁸, à técnica jornalística da pirâmide invertida (técnica em que as informações são gradativamente dispostas da mais importante e interessante, colocada no início do texto, para a menos importante e interessante, que aparece no final do texto). Podemos, assim, sustentar que **a estrutura textual da pirâmide invertida, que passa por ser uma invenção do jornalismo norte-americano, é essencialmente uma reconversão e um aperfeiçoamento de uma estrutura enunciativa da retórica e da literatura antigas, adaptada à difusão de notícias pelo telégrafo (séc. XIX) e pelos meios impressos**. É claro que a *técnica* da pirâmide invertida, tal como é usada no jornalismo noticioso contemporâneo, não é o resultado de uma importação simples de um modelo enunciativo da literatura e da retórica. Pelo contrário, trata-se de uma *técnica profissional* que foi aprimorada pelos jornalistas, em particular pelos jornalistas de agência, no estilo e na forma, mas não é, de forma alguma, uma “técnica sem memória”. Leia-se o seguinte exemplo contemporâneo de aplicação da técnica da pirâmide invertida à difusão noticiosa de informações, observando-se que o jornalista também progrediu, gradativamente, do mais importante para o menos importante:

O ministro das Finanças anunciou, hoje, que a inflação desceu, este ano, para 1,9 por cento, enquanto a taxa de desemprego desceu para 6,8 por cento.

Bagão Félix, que intervinha num almoço com empresários, na sede da Associação Empresarial de Portugal (AEP), em Matosinhos, salientou ainda que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) se cifrou em 3,5 por cento, “bastante acima da média de crescimento do PIB na União Europeia”.

“O relançamento da actividade produtiva apoiou-se nas exportações de material de transporte e de bens de equipamento e beneficiou da recuperação das exportações de têxteis, sapatos, cortiça e enlatados”, esclareceu o governante.

⁷ Tradução livre a partir de original inglês, em prosa.

⁸ Dizemos “imperfeitamente” porque no corpo do relato não se assiste à nítida preocupação de ordenar os elementos por ordem decrescente de importância. Em suma, com exactidão apenas se pode dizer que o início do Canto é mais forte do que o final, o que, todavia, é suficiente para dizer que o Canto progride do mais importante para o menos importante.

O titular da pasta das Finanças sublinhou que o crescimento do PIB se deveu também ao investimento na construção civil e ao aumento do consumo privado.

Para Bagão Félix, “a melhoria dos indicadores de confiança dos consumidores, o crescimento das exportações, o aumento do investimento e a recuperação dos níveis de emprego e de produção confirmam a natureza sustentada da fase ascendente do actual ciclo económico”.

O ministro das Finanças visita hoje à tarde a Faculdade de Economia do Porto, onde intervirá no I Encontro Luso-Galaico de Estudantes de Gestão.

Se a literatura clássica nos deu, genericamente, a estrutura do relato por *força decrescente*, também nos deu o inverso, o modelo da *força crescente*, ou da *pirâmide* (começa-se por um pormenor de pouca importância para se atingir o mais importante, o clímax da acção, no final), comum nas novelas e romances, mas também em alguns textos jornalísticos, designadamente em certas reportagens. O Canto XIV da *Iliada*, por exemplo, apresenta-se com uma força crescente. Esse Canto começa com a narração de um pormenor (Nestor bebia quando ouviu uma algazarra), mas termina com factos importantes, uma enumeração de quem matou quem:

“[Início do Canto XIV] Nestor, se bem que estivesse a beber, não deixou de ouvir a gritaria. (...)

(...)

[Final do Canto XIV] Aiante Telamónio, o primeiro, feriu Hírtio Gírtiada. Antíloco fez perecer Falces e Mérmero, despojando-os logo das armas. Meriones matou a Moris e Hipoteon tirou a vida a Proteu e Perifetes, e o troiano feriu Hiperenor no ventre, o bronze atravessou-lhe os intestinos e a alma saiu pressurosa pela ferida e a obscuridade cobriu os olhos do guerreiro. E o veloz Aiante, filho de Oileo, matou muitos, porque ninguém o igualava a perseguir guerreiros aterrorizados quando Zeus os punha em fuga.”⁹

O exemplo a seguir inserido, contemporâneo, exemplifica o recurso à técnica da *força crescente*, ou seja, da *pirâmide*, no jornalismo noticioso actual:

A mulher saiu para ir às compras. O marido estava a trabalhar. A temperatura atingia 38 graus.

Em casa, os três filhos ficaram trancados a ver televisão, o que era habitual, pois a casa era pequena e compartilhada com outra família, com quem as relações atravessavam uma fase difícil.

João, Sofia e André provavelmente nem se aperceberam de que tinha ocorrido um curto-circuito no frigorífico.

Quando os bombeiros chegaram ao local, em Gondomar, perto do Porto, já nada havia a fazer. O calor tinha acelerado o incêndio.

A habitação ardeu e os três irmãos morreram carbonizados. Tinham 3, 5 e 7 anos.

Apesar das variantes acima registadas, a forma privilegiada de relato na literatura clássica, também usada no jornalismo moderno e contemporâneo, foi, contudo, a **cronológica** (o *modus per tempora*, da retórica). Por exemplo, no miolo de alguns dos cantos da *Iliada* opta-se por uma narração cronológica, como acontece no final do Canto XXIV:

“(...) O ancião Príamo disse ao povo:

⁹ Tradução livre a partir de original em prosa em inglês. Os nomes nem sempre têm correspondência no português, o que tornou a sua tradução difícil.

– Agora, troianos, trazei lenha para a cidade e não temais nenhuma emboscada (...), pois Aquiles, ao despedir-se de mim nos negros navios, prometeu-me não causar-nos dano até que chegue a duodécima aurora.

Deste modo lhes falou. Prontamente, as pessoas da cidade, com carros de bois e mulas, reuniram-se fora das muralhas. Durante nove dias juntaram lenha em abundância, e quando pela décima vez despontou Eos, que traz a luz aos mortais, com os olhos cheios de lágrimas puseram o cadáver do audaz Heitor no alto da pira e deitaram-lhe fogo.

Mas, assim que se descobriu a filha da manhã, congregou-se o povo em torno da pira do ilustre Heitor. E quando todos estavam reunidos, apagaram a pira. E seguidamente, os irmãos e os amigos, gemendo e com as lágrimas a escorrerem-lhes pelas faces, recolheram os brancos ossos e colocaram-nos numa urna de ouro, envoltos num fino tecido púrpura. Depositaram a urna na sepultura, que cobriram com muitas e grandes pedras, amontoaram a terra e ergueram o túmulo. Tinham colocado sentinelas por todos os lados, para vigiar se os aqueus, de formosas grevas, os atacavam. Levantado o túmulo, regressaram à cidade, e reunidos depois no palácio do rei Príamo, aluno de Zeus, celebraram o esplêndido banquete fúnebre.

E assim celebraram as honras de Heitor, domador de cavalos!”

O modelo cronológico de narração esteve e está presente na técnica e na arte de relatar factos e contar novidades, sendo comum nas crónicas medievais e nas folhas volantes (ambos dispositivos pré-jornalísticos), bem como nos primeiros jornais. Por exemplo, no seguinte excerto da *Crónica dos Godos* (séc. XII) narra-se a Batalha de Ourique, travada pelo primeiro Rei de Portugal, Dom Afonso Henriques, contra os mouros (repare-se na invocação do auxílio de Deus, no final, que mostra que na Idade Média a historiografia se tinha novamente vestido com as influências míticas e metafísicas de que Tucídides e outros historiadores clássicos a tinham – provisoriamente – expurgado):

“Era de 1177: a 25 de Julho, na festa de São Tiago Apóstolo, no undécimo ano do seu reinado, o mesmo rei D. Afonso travou uma grande batalha com o rei dos Sarracenos, de nome Esmar, num lugar que se chama Ourique. Efectivamente aquele rei dos Sarracenos, conhecendo a coragem e a audácia do rei D. Afonso, e vendo que ele frequentemente entrava na terra dos Sarracenos, fazendo grandes depredações, e vexava grandemente os seus domínios, quis, se fazê-lo pudesse, travar batalha com ele e encontrá-lo incauto e despercebido em qualquer parte. Por isso uma vez, quando o rei D. Afonso com o seu exército entrava por terra dos Sarracenos e estava no coração das suas terras, o rei Sarraceno Esmar, tendo congregado um grande número de Mouros de além-mar que trouxera consigo e daqueles que moravam aquém-mar, no termo de Sevilha, de Badajoz, de Elvas, de Évora, de Beja e de todos os castelos até Santarém, veio ao encontro dele para o atacar, confiando no seu valor e no grande número do seu exército, pois mais numeroso era ainda pela presença aí das mulheres que combatiam à laia de amazonas, como depois se provou por aquelas que no fim se encontraram mortas. Como o rei D. Afonso estivesse com alguns dos seus acampado num promontório, foi cercado e bloqueado de todos os lados pelos Sarracenos de manhã até à noite. Como estes quisessem atacar e invadir o acampamento dos Cristãos, alguns soldados escolhidos destes investiram contra eles (Sarracenos), combatendo valorosamente, expulsaram-nos do acampamento, fizeram neles grande carnificina e separaram-nos. Como o rei de Esmar visse isto, isto é, o valor dos Cristãos, e porque estes estavam preparados mais para vencer ou morrer do que para fugir, ele próprio se pôs em fuga e todos os que estavam com ele, e toda aquela multidão de infíeis foi aniquilada e dispersa quer pela matança quer pela fuga. Também o rei deles fugiu vencido, tendo sido preso ali um seu sobrinho e neto do rei Ali, de nome Omar Atagor.

Com muitos homens mortos também da sua parte, D. Afonso, com a ajuda da graça de Deus, alcançou um grande triunfo dos seus inimigos e, desde aquela ocasião, a força e a audácia dos Sarracenos enfraqueceu muitíssimo.”¹⁰

No exemplo do século XVII a seguir inserido, extraído do jornal *Mercúrio Português*, também se regista a observância de um modelo de relato que podemos classificar como *cronológico* ou *diacrónico* (os factos são narrados por ordem cronológica):

“No mês de Maio passado deixámos o Condestável de Castela, novo governador e capitão-general da Galiza, formando um exército com o fervor de novo governador e ministro, contra o parecer dos seus cabos de guerra mais experimentados, que por vezes têm provado o fruto que se tira de vir às mãos [batalhar] com os portugueses. Finalmente, depois de deixar as suas praças guarnecidas, pôs em campanha catorze mil infantes [soldados de infantaria], seis mil deles pagos [divididos] em nove terços¹¹, oito mil milicianos, alguns de boa qualidade, entre mil e seiscentos e mil e setecentos cavaleiros, em quarenta e quatro esquadrões, com muitos carros e gado, muito biscoito e farinhas, [tropas] prevenidas [equipadas] com vagar e conduzidas por mar, e por terra, de várias partes.

O conde de Prado, governador das nossas armas em Entre-Douro-e-Minho, pôs-se também em campanha para a defesa, com dois mil infantes pagos, entrando neles um terço [corpo de tropas] que lhe veio de Trás-os-Montes, e com dois mil e quatrocentos auxiliares e mil e cem cavaleiros, de cujo número trezentos também de Trás-os-Montes. A presença necessária nas praças, contra cada uma das quais o inimigo poderia acometer, não deixou mais gente livre. E o número excessivo de castelhanos não espantou [assustou] os nossos soldados.

Fez o exército inimigo várias marchas para diversas partes. E o nosso também, prevenindo os intentos que poderia haver nelas. Até que de Forcadella se foi o inimigo a ocupar os altos sobre a Tamugem. Entendendo o conde do Prado que [o inimigo] intentava sobre a praça da Guarda [La Guardia] que no ano passado lhe tomámos na Galiza, lançou ponte no [rio] Minho com pressa de tomar quartel sobre eles. E bastou esta notícia para o inimigo desfazer as tendas, com que já estava bem aquartelado, e tornar a Forcadella, de onde havia saído.

(...)

Resoluto enfim a não ver a cara de quem lhe fizesse oposição, [o capitão-general da Galiza] despediu [mandou] o mestre de campo general Dom Baltazar Pantoja, com três terços de infantaria pagos, quatro milicianos e trezentos cavaleiros (...) pela parte de Montalegre contra a Província de Trás-os-Montes (...). Diogo de Brito Coutinho, mestre de campo general daquela província, que a está governando, fez recolher [as tropas] com todo o cuidado que lhe foi possível e meteu em Chaves coisa de duzentos cavaleiros. Entrou o inimigo [em Portugal] no Domingo onze deste mês e foi destruindo os lugares abertos e aldeias que encontrou (...) matando a sangue frio os lavradores indefesos e usando barbaramente das crueldades ordinárias dos castelhanos, quando se acham com alguma superioridade sonhada. Em treze deu uma vista à praça de Chaves, onde os poucos nossos lhe saíram briosos. E encontrando-se os batedores de ambas as partes, se travou a escaramuça, de modo que foi necessário ao inimigo carregar com todo o seu grosso de cavalaria e ainda ali não fez mais do que matar-nos quatro cavaleiros e ferido cinco ou seis soldados e feito prisioneiro o capitão

¹⁰ Grafia adaptada ao português contemporâneo.

¹¹ O terço era um corpo de tropas.

de cavaleiros António de Sousa Pereira, pelo intrépido valor com que avançou. Voltou a eles o capitão Manoel da Costa de Oliveira e debaixo de todo o risco o libertou. A artilharia da praça fez muito dano [ao inimigo] e da nossa cavalaria o receberam também grande. E atemorizados com isto seguiram [procuraram] outra derrota (...). Sem ela, foram assolando alguns lugares, até que aos catorze deram sobre Santo Estêvão, que o sargento-mor de auxiliares António de Azevedo Rocha procurou defender com duas companhias auxiliares do distrito de Vila Real dos capitães Manoel Pereira e André Correia, que pelejaram com notável esforço, até serem cortados pela cavalaria, e investidos por todas as partes, padeceram muitas mortes e feridos, sendo levados prisioneiro os capitães. O sargento-mor recolheu-se com alguns soldados e gente da terra à torre de Santo Estêvão, onde pelejou três horas porfiadamente [valentemente], rejeitando o partido [rendição] e aceitando da segunda por ser impossível a defesa. Mas não guardaram os castelhanos o prometido, mataram alguns na entrada, e ao sargento-mor deram três feridas mortais. (...)”(*Mercúrio Português Com as Novas do Mês de Julho do Ano de 1666*)¹²

Finalmente, e como comprovativo do que atrás sustentámos, o seguinte exemplo, contemporâneo, evidencia, excluindo o *lead*, a sobrevivência do *modus per tempora* (narração cronológica) no jornalismo actual:

O F. C. Porto teve, ontem, e mais uma vez, o triunfo nas mãos e voltou a deixá-lo fugir, consentindo o empate do Marítimo (2-2) quando ninguém imaginaria, aos 87 minutos. Isto depois de uma reviravolta-relâmpago, em dois minutos, e numa altura em que o seu adversário jogava com dez.

(...)

O encontro não podia começar da melhor maneira para os da casa, pois logo aos sete minutos Manduca abriu o activo. Lance simples a que a defesa portista não se conseguiu opor. Livre de Mancuso e o brasileiro a cabecear de costas para a baliza com Baia sem reflexos para sustentar a bola. Mais um golo de bola parada. O costume.

Foi uma vantagem que se justificava ao intervalo, pois os maritistas foram sempre a equipa mais agressiva, canalizando o seu jogo pelos flancos. A lição do Artmedia foi bem aprendida pelo novo técnico Bonamigo. E o 2-0 esteve para acontecer, quando Manduca, endiabrado, se isolou e depois de passar Baía - que esteve na origem do lance, por deficiente reposição de bola - atirou ao poste, quando se gritava golo.

O F. C. Porto foi mais pressionante, mas o seu futebol carecia de objectividade, dada a primorosa actuação defensiva do adversário.

No segundo tempo, Paulo Assunção rendeu Diego, pouco esclarecido, mexendo assim Adriaanse na formação-base (foi a mesma da partida europeia). As substituições do técnico holandês desta vez foram diferentes e acertou em cheio. A entrada de Lisandro, por troca com Quaresma rendeu, precisamente, o golo do empate, aos 74 minutos. Depois, num contra-ataque exemplar, César Peixoto deu a reviravolta ao marcador, Isto em dois minutos. O futebol de ataque dava frutos, numa altura em que Adriaanse jogara o tudo por tudo, trocando um defesa Bruno Alves, por um avançado, Hugo Almeida.

O jogo endureceu e Sergipano seria expulso, mas isso não impediu a sua equipa de chegar à igualdade, num remate frontal de Marcinho. E os maritistas acabariam, mesmo, por ficar reduzidos a nove elementos com

¹² Grafia adaptada ao português contemporâneo.

o vermelho a Valnei. Aliás, os protestos de Bonamigo levaram Duarte Gomes a expulsar o técnico.¹³
(Arnaldo Cafôfo, *Jornal de Notícias*, 3 de Outubro de 2005)

Em conclusão, pode dizer-se que muitos dos conteúdos e formatos do jornalismo contemporâneo se encontram já na literatura de há milénios.

1.2 Contributos da historiografia e de outras modalidades de relato para a génese do jornalismo

É possível afirmar que o jornalismo está ligado à história, pois historiografia e jornalismo estão associados. Os resumos historiográficos feitos pelos povos antigos acerca dos factos notáveis da sua vida quotidiana e das façanhas dos seus reis são um dispositivo pré-jornalístico. O jornalista terá apenas substituído o historiador-cronista na tarefa de elaborar a historiografia do quotidiano. O jornalista actual poderá, eventualmente, preocupar-se mais com a elaboração de uma crónica sobre a multifacetada vida quotidiana, enquanto o historiador actual poderá preocupar-se mais com a estruturação das fases da história e com o esclarecimento das grandes forças e conjunturas que determinaram as causas e consequências dos acontecimentos, mas a historiografia e o jornalismo têm as suas raízes comuns na época em que fazer história se traduzia, essencialmente, por redigir uma espécie de crónica, ou resumo, dos acontecimentos notáveis, para arquivo e memória futura. Aliás, por fazerem história, jornalista e historiador cultivam idênticas qualidades e valores profissionais, como a preocupação pela fidelidade aos factos, a intenção de verdade, etc.

A invenção da historiografia parece ter sido quase concomitante à invenção da escrita. Desde o alvorecer das civilizações históricas que os povos procuraram registar, para memória futura, os acontecimentos notáveis da sua vida, em especial as façanhas dos seus líderes. São muitos os exemplos que podem ser dados. Chegou até nós o registo de uma façanha militar do rei Nabopolassar, da Babilónia, do século VII a. C: “Aniquilei a Assíria, converti as terras hostis em destroços e ruínas. Fiz retroceder os assírios, que desde tempos antigos impuseram a todos os povos um pesado jugo, que levaram a dor a todos os povos da terra. Destruí o seu jugo”. Nos túmulos faraónicos também aparecem registados relatos das suas vidas e façanhas. Os escribas egípcios, tal como os cronistas babilónios e de outros povos antigos, registavam os principais acontecimentos que ocorriam nos respectivos países. Uma estela funerária de um rei moabita, de cerca de 890 a. C., descreve guerras entre moabitas e israelitas. Nos mármores de Paros gravaram-se, cerca de 263 a. C., os acontecimentos de maior importância da história grega e das colónias gregas na Itália, começando várias centenas de anos antes. Em Roma, os mármores Capitolinos e os Fastos Consulares conservaram para a posteridade os nomes dos côsules, dos censores e de vários outros magistrados romanos, bem como os nomes dos triunfadores (generais honrados com o Triunfo nas ruas de Roma), até à época do imperador Tibério. Uma placa de mármore encontrada em Óstia, antigo porto de Roma, conserva o registo de várias notícias da época de Trajano: a construção de monumentos, obras públicas, uma homenagem pública à irmã do imperador, etc. Uma enorme quantidade de nomes e datas consta também desse registo.

Os primeiros relatos historiográficos, contudo, apresentam-se muitas vezes contaminados com os mitos e lendas fundacionais que deram identidade e sentido à vida colectiva dos nossos antepassados. Assim, a transição da pré-história para a história trouxe até ao presente alguns relatos escritos que podemos considerar, simultaneamente, como literários, místicos e historiográficos, mas também pré-jornalísticos, no sentido em que evidenciam quanto o jornalismo contemporâneo é um produto da história. Por exemplo, na *Bíblia* narram-se, figurativamente, alguns episódios da

¹³ A estrutura da reportagem aqui inserida não é totalmente cronológica, mas sim *lead* de impacto (com a informação mais importante) + cronologia do evento.

história judaica, em alguns casos ocorridos vários séculos antes de Cristo, num enquadramento e estilo que podemos considerar como literário e religioso, mas também como “historiográfico” e, consequentemente, “jornalístico”, devido à indiciação de acontecimentos reais, com fins de difusão dessa informação. A estrutura desses relatos e, em algumas passagens, o seu estilo, também são semelhantes à estrutura e estilo de algumas notícias contemporâneas. Leia-se, por exemplo, o capítulo 36, versículos 11 a 21, do Segundo Livro das Crônicas, em que se narra a destruição do Templo em Jerusalém pelos exércitos do rei babilónio Nabucodonosor. Trata-se de um relato de um acontecimento real, embora misturado com alusões religiosas, que abre com uma espécie de *lead* (quatro frases fortes interligadas com informação relevante), progredindo, depois, para o clímax, a narração da destruição do Templo, num estilo mais factual, o que reflecte uma estrutura piramidal, importada da literatura “escrita”, que por sua vez a terá ido buscar à “literatura oral”:

“Sedecias tinha vinte e um anos quando começou a reinar e reinou onze anos em Jerusalém. Fez o mal aos olhos do Senhor seu Deus e não se humilhou diante do profeta Jeremias que lhe viera falar da parte do Senhor. Revoltou-se contra o rei Nabucodonosor, ao qual jurara fidelidade, em nome de Deus. Endureceu a sua cerviz, tornou inflexível o seu coração e não se converteu ao Senhor, Deus de Israel.

Todos os chefes dos sacerdotes e o povo continuaram a multiplicar as suas prevaricações, imitando as práticas abomináveis das nações que o Senhor consagrara para Si, em Jerusalém. O Senhor, Deus dos seus pais, enviara-lhes constantemente mensageiros para os admoestar, pois queria perdoar ao Seu povo e à Sua própria casa; mas eles escarneceram dos Seus conselhos e riram-se dos Seus profetas até que a ira de Deus caiu sobre o seu povo sem remédio.

Então Deus enviou contra eles o rei dos caldeus que no próprio santuário mandou matar os seus jovens, sem poupar adolescentes nem donzelas, ancião nem mulher de cabelos brancos. O Senhor entregou tudo nas suas mãos. Nabucodonosor tirou todo o mobiliário do Templo, os objectos grandes e pequenos, os tesouros do Templo do palácio real e dos chefes e levou-os para a Babilónia. Incendiaram o Templo, destruíram as muralhas de Jerusalém, queimaram os seus palácios e todos os tesouros foram destruídos.

Nabucodonosor levou cativos para a Babilónia, todos os que escaparam à espada, e teve-os ali como escravos dele e dos seus filhos, até ao advento da dominação persa.”

Obviamente, a narração bíblica não é um relato puramente historiográfico, embora faça referência a um acontecimento real, a destruição do Templo de Jerusalém pelos exércitos de Nabucodonosor. Trata-se, antes de mais, de uma narrativa lendária e mítica, destinada não só a reforçar a fé no Deus hebraico, mostrando a intervenção divina na história humana, mas também a dar aos judeus mais um elemento susceptível de contribuir para explicar a sua existência e o seu modo de vida. Todavia, o excerto bíblico acima inserido indicia que muitas das formas noticiosas (narração cronológica, no exemplo acima) e dos conteúdos (acções dos governantes e guerras, no exemplo acima) presentes no jornalismo dos dias de hoje se encontram já em relatos antigos.

Na maior parte dos casos, perderam-se os relatos historiográficos das primeiras civilizações que cultivaram a escrita (egípcios, babilónios, mesopotâmicos, assírios, etc.), apesar de termos conhecimento de aspectos sua história por fontes posteriores. No entanto, como acontece na *Bíblia*, em especial no *Antigo Testamento*, conforme se pode verificar no excerto atrás inserido, muitos desses escritos historiográficos iniciais destinavam-se quer a registar factos, quer a apresentar e fixar os mitos fundacionais das próprias civilizações, justificando-as ao seu próprio olhar e dando-lhes um quadro de explicação do mundo. Por isso, nem sempre a verdade histórica era respeitada, mesmo que os relatos indicassem acontecimentos reais. Pelo contrário, muitas dessas primeiras narrativas de perfil historiográfico tendiam a engrandecer os governantes e os feitos de cada momento, a denegrir os inimigos, a cruzar-se com lendas, mitos e

religião. O *Antigo Testamento*, por exemplo, e tal como é visível nos exemplos atrás comentados, procura demonstrar, perpetuamente, a influência divina na história de Israel.

Foi necessário esperar pelos antigos gregos para chegarmos a uma historiografia mais factual, e neste sentido mais “jornalística”, afastada das lendas, da religião e dos mitos, elaborada com intenção de verdade, com cânones expressivos importados da literatura, nomeadamente a exposição cronológica ou diacrónica (*modus per tempora*). Além de nos ter legado a literatura como hoje a concebemos e conhecemos, a civilização helénica foi também, efectivamente, a grande responsável pela alteração da forma de narrar e fixar para a posteridade os acontecimentos relevantes do passado e do presente, influenciando, por essa via, a génese e desenvolvimento do jornalismo moderno e contemporâneo.

A historiografia grega, desenvolvida a partir do século V a. C., foi a primeira a ser elaborada com intenção de verdade, respeitando os factos históricos e separando-os das lendas, dos mitos e da religião, o que se pode observar, por exemplo, nos escritos de autores como Tucídides (o “primeiro repórter”, autor da *História da Guerra do Peloponeso*) e Jenofonte ou Xenofonte (“o primeiro enviado especial”, autor de *Anabasis, A Retirada dos Dez Mil*). É de realçar, inclusivamente, que, no domínio historiográfico, os antigos gregos criaram as *Efemérides* (*Ephaemeris*), registos dos grandes acontecimentos da pátria comum helénica que eram disseminadas nas várias cidades-estado, cumprindo, simultaneamente, as funções de preservação dos factos históricos e de transmissão de novidades à distância (difusão de notícias). Algumas das informações que temos sobre os triunfadores nos Jogos Olímpicos Antigos, por exemplo, devem-se às *Efemérides*.

Heródoto foi, ao que tudo indica, o primeiro autor e historiador a construir uma história de acontecimentos passados com alguma fidelidade aos factos e com intenção de desvendar as causas dos acontecimentos. Ele tentou elaborar uma história dos conflitos entre a Grécia e a Pérsia, ocorridos mais de um século antes de ele empreender a tarefa da sua vida. No entanto, Heródoto não teve a percepção de que seria necessário fazer uma crítica das fontes para construir uma história “verdadeira” dos acontecimentos passados. Por isso, acabou por contaminar a sua história com exageros, inexactidões, lendas e mitos. Embora Cícero se tenha referido a Heródoto como “o pai da história”, há versões de que antigamente também lhe terão chamado “o pai das mentiras”. Ele descreve, por exemplo, formigas do tamanho de raposas, uma raça de pessoas calvas desde a nascença, outra com pés de cabra e outra ainda só com um olho. Por outro lado, Heródoto atribui, inconsistentemente, as causas dos conflitos entre gregos e persas aos lendários raptos de mulheres de parte a parte e não à rivalidade entre dois poderes crescentes e expansionistas. Também relevante da mistura entre religião, história e mito na *História* de Heródoto é o espaço concedido pelo autor ao peso do Oráculo de Delfos na decisão do rei Cresos em combater o rei persa Ciro. Segundo Heródoto, Cresos terá decidido combater Ciro após o Oráculo de Delfos lhe ter assegurado que um grande império desapareceria na contenda. Cresos estava confiante de que seria o de Ciro, mas aquele que desapareceria seria o seu. Ora, provavelmente as palavras de Heródoto são verdadeiras, no sentido de que Cresos terá, possivelmente, consultado o Oráculo, opção natural para um grego daquela época, mas Cresos também não teria hipóteses de fugir ao conflito com Ciro, dada a actividade expansionista do império persa.

Apesar de tudo, na *História* de Heródoto encontram-se passagens que revelam desejo de fidelidade aos factos e um estilo próximo do actual estilo jornalístico. Heródoto descreveu, assim, a célebre batalha das Termópilas, em que três centenas de espartanos, com algumas centenas de tropas auxiliares, conseguiram, suicidariamente, atrasar o imenso exército persa, dando aos gregos a possibilidade de se organizarem para, posteriormente, rechaçarem o invasor, o que veio a suceder (repare-se, já, na importância dada às citações, como ocorre no jornalismo actual):

“Os gregos consultaram-se para decidir como poderiam retardar o conflito e em que lugares. A opinião prevalecente foi a de que deveriam guardar a passagem das Termópilas e que a frota deveria seguir para Artemísia, pois estes lugares são próximos, permitindo a cada força saber como a outra se comportava. Nas Termópilas, do lado poente está uma montanha intransponível (...) e do lado da estrada para o sopé fica o mar.

(...) o líder do exército grego foi o espartano Leónidas (...)

Os helenos nas Termópilas, quando o exército persa se aproximou da passagem, tiveram medo e começaram a discutir uma retirada (...). Mas Leónidas (...) votou ficarem ali e enviarem mensageiros às restantes cidades para enviarem ajuda, pois os helenos eram demasiado poucos para fazerem frente aos persas.

Enquanto estavam a discutir estas coisas, Xerxes enviou um explorador (...) para saber quantos eram os gregos e o que estavam a fazer (...). O explorador viu alguns homens exercitando-se nus e outros arranjando o cabelo. (...) Ele partiu sem ser molestado (...).

Regressando, ele contou a Xerxes tudo o que tinha visto. Quando Xerxes o escutou, não percebeu a realidade, que os espartanos estavam a preparar-se para serem mortos ou matar tanto quanto poderiam. Para ele [os espartanos] estavam fazendo coisas risíveis. Ele mandou procurar Demaretos (...) e perguntou-lhe sobre essas coisas, desejando saber o que os espartanos estavam a fazer, e ele disse: “Já ouviu de mim (...) sobre estes homens, mas ouvindo ri de mim (...). Mas ouça outra vez: Esses homens vieram combater-nos (...) e é para isso que se estão a preparar (...). E fique sabendo isto: Se vencer esses homens e a força que restar em Esparta, não haverá outra raça de homens, ou reis, que se oponha a si quando levantar a sua mão. Mas por agora tem à sua frente a melhor realza e cidade de todas as helénicas, e os melhores homens.”¹⁴

Tucídides, ao contrário de Heródoto, virou-se para a narração historiográfica do presente ou do passado próximo (a Guerra do Peloponeso), confundindo-se mais a sua função com a dos actuais jornalistas. Ele teve, assim, uma vantagem relevante sobre Heródoto, já que podia falar de acontecimentos que ele próprio tinha presenciado ou com testemunhas dos mesmos. No entanto, Tucídides foi também o primeiro a descartar-se dos deuses para explicar o curso da história, o primeiro a avaliar as fontes com espírito crítico para ponderar a sua credibilidade e ainda o primeiro a atribuir com clareza os motivos de um acontecimento histórico à acção dos homens, quando apontou como principal razão para a guerra entre Atenas e Esparta o medo desta perante o aumento do poderio ateniense e não as razões que os espartanos e atenienses esgrimiam. Pode dizer-se, assim, que Tucídides foi o primeiro a procurar debaixo da superfície dos pretextos e das causas enunciadas por diferentes fontes as causas reais dos factos históricos. A partir de Tucídides, lendas, mitos e religião deixaram de fazer parte da historiografia, ou pelo menos da historiografia que enformou as ciências históricas contemporâneas.

Crítica às fontes

“Vê-se com que negligência a maioria das gentes procura a verdade e como elas acolhem como verídicas as primeiras informações que lhes chegam.

(...)

A minha investigação foi penosa porque aqueles que assistiram aos acontecimentos não os contavam de igual modo, falando deles segundo os interesses do seu partido ou segundo a volubilidade das suas lembranças.”

(Tucídides, I: 20-22).

¹⁴ Tradução livre a partir de original em inglês.

Análise da sua produção historiográfica e do acontecimento narrado

“Deve-se olhar os factos como estabelecidos com precisão suficiente, à base de informações nítidas, embora considerando que ocorreram em épocas remotas. Assim, apesar dos homens estarem sempre inclinados, numa determinada guerra, a julgá-la maior, e depois que ela terminar voltarem a admirar os acontecimentos anteriores, ficará provado (...) que a presente guerra terá sido mais importante do que qualquer outro acontecimento no passado.” (Tucídides, I: 20-22).

Narração de factos

“Os templos nos quais se haviam alojado estavam repletos de cadáveres daqueles que morriam dentro deles, pois a desgraça que os atingia era tão avassaladora que as pessoas, não sabendo o que as esperava, tornavam-se indiferentes a todas as leis, quer sagradas, quer profanas.

De um modo geral a peste introduziu na cidade pela primeira vez a anarquia total. Ousava-se fazer com maior naturalidade e abertamente aquilo que antes só se fazia ocultamente. (Tucídides, II: 52-53).

As causas da guerra

“A causa autêntica [da Guerra do Peloponeso, primeira guerra civil da história, entre gregos], ainda que não referida abertamente, foi, a meu juízo, a expansão do poder de Atenas e o alarme que isso provocou em Esparta, que se viu obrigada a declarar-lhe guerra.” (Tucídides, I: 23)

Encontramos a mesma fidelidade de Tucídides ao facto histórico e à verdade na narrativa da epopeia de Alexandre Magno e dos seus generais-herdeiros da autoria de Calístenes de Olinto, bem como, posteriormente, nos historiadores romanos (especialmente entre o século I a. C. e o século III d. C). O seguinte exemplo de Diodoro Sículo sobre o líder lusitano Viriato é elucidativo, evidenciando quanto a historiografia romana e a grega influenciaram o jornalismo:

“Os Lusitanos, carecendo ao princípio de um chefe apropriado, apresentaram-se aos Romanos como fácil presa na sua luta; mais tarde, quando tiveram Viriato por chefe, infligiram grandes reveses ao Romanos. Este era, por certo, um dos Lusitanos que viviam junto ao mar oceano e, sendo pastor desde criança, viveu habituado à vida na montanha (...). Acostumou-se a comer pouco, fazendo muitos exercícios, a dormir apenas o necessário e, resumindo, inseparável das suas armas e mantendo lutas com feras e ladrões, tornou-se famoso entre o seu povo, sendo eleito seu chefe (...). Saindo vitorioso nos combates, fez-se admirar pelo seu valor e gozou também fama de excelente general (...). Nunca se mostrou como um bandido, mas como um chefe, e lutou contra os romanos, vencendo-os em muitas batalhas.

(...)

Audaz, Ditalco e Minuro, da cidade de Urso, vendo que o grande prestígio de Viriato estava sendo afectado pelos Romanos, temeram por si mesmos e decidiram prestar aos Romanos um favor mediante o qual pudessem obter a sua própria segurança (...). Sabendo que Viriato estava ansioso por acabar com a guerra, prometeram-lhe que convenceriam Cipião a firmar um acordo de paz se os enviasse como embaixadores para negociar o fim da luta. Como o chefe o consentisse de muito bom grado, apresentaram-se ante Cipião e facilmente o persuadiram que lhes concedesse garantia de segurança mediante a promessa de que assassinariam Viriato. Uma vez que deram e receberam por outro lado garantias sobre o tratado, regressaram prontamente ao acampamento; depois de anunciar que tinham convencido os Romanos no referente à paz, deram a Viriato enormes esperanças, ao tanto se empenharem em afastar tanto quanto possível da sua mente

o verdadeiro propósito. Acreditados por ele mercê da amizade, depois de entrarem durante a noite ocultamente na sua tenda, mataram Viriato com golpes certos de espada, escaparam rapidamente do acampamento e, valendo-se de caminhos intransitáveis pela montanha, chegaram salvos ao encontro de Cipião.”

Um outro exemplo que pode ser considerado pré-jornalístico, embora também se correlacione com a história, a antropologia, a etnologia e a geografia humana, encontra-se nas obras dos primeiros autores a descreverem os usos e costumes dos povos. As narrativas *Anabasis (A Retirada dos Dez Mil)* e *Ciropaedia*, de Jenofonte¹⁵, são um primeiro exemplo de descrição mista historiográfica e etnográfica, datando do século IV a.C. Em ambas as narrativas dá-se pela primeira vez a conhecer a um povo, o grego, os feitos e costumes de outro, o persa, pelo que Jenofonte, que relata muitas das coisas que presenciou, pode ser considerado uma espécie de “primeiro enviado especial”. A obra *Ciropaedia* dá a conhecer a vida do rei persa Ciro; o livro *Anabasis* dá a conhecer a retirada de dez mil guerreiros gregos do território persa, em direcção à Grécia:

Excerto de Ciropaedia

“(…) Estamos inclinados a pensar que para um homem (...) é mais fácil governar sobre todas as outras criaturas do que governar sobre os homens. Mas quando reflectimos sobre a existência de Ciro, o Persa, que reduziu à obediência um vasto número de homens, cidades e nações, somos compelidos a mudar a nossa opinião e decidir que governar os homens pode ser uma tarefa nem impossível nem sequer difícil, desde que alguém o saiba fazer com inteligência. Em todos os momentos, sabemos que as pessoas obedeceram a Ciro, mesmo quando alguns estavam a vários dias de distância dele, enquanto outros estavam a vários meses e outros ainda sabiam que nunca o veriam. No entanto, todos desejavam ser seus súbditos.

Mas nada disto é surpreendente, tão diferente ele era dos outros reis, seja dos que herdaram os tronos dos seus pais, seja dos que os obtiveram pelos seus esforços. O rei síctio, por exemplo, nunca será capaz de estender o seu domínio a outra nação (...); também o rei trácio com os seus trácios, o ilídio com os seus ilídios, e todas as outras nações. Mas Ciro encontrou as nações da Ásia independentes da mesma maneira e, começando apenas com um pequeno grupo de persas, tornou-se líder dos medos pelo seu total consentimento e dos hircadianos pelo seu; então conquistou a Síria, a Assíria, a Arábia, a Capadócia, a Lídia, a Fenícia e a Babilónia. Ele também reinou sobre a Bactria, a Índia e a Cilícia (...) e várias outras nações. Ele juntou aos seus domínios os gregos asiáticos e descendo até ao sul acrescentou Chipre e o Egipto ao seu império. Ele governou todas essas nações (...) pelo medo que inspirava, pelo terror que atingia todos os homens, que nunca tentavam desafiá-lo.

(...)

Acreditando que a este homem se deve admiração, tentámos investigar quais as suas origens, as suas qualidades naturais e a educação que teve (...).

(...)

Ciro convocou os seus pares e disse: “Meus amigos, quando vos vi equipados e preparados do coração para enfrentar o inimigo (...) tive medo de que, menos em número e desacompanhados, poderiam falhar ao combaterem um largo número de inimigos (...).

¹⁵ Também é admissível a grafia Xenofonte.

Vocês levam para a batalha homens (...) que têm armas como as nossas, mas roubar os seus corações é a vossa tarefa, porque o dever de um oficial não se esgota em mostrar-se corajoso, ele também precisa de cuidar que os seus homens sejam tão corajosos quanto possível.”

Excerto de Anabasis

Depois de fazerem as libações e de cantar o hino, dois trácios subiram primeiro ao estrado e começaram uma dança ao som da música de uma flauta, saltando alto, mas levemente, e usando os seus sabres. Finalmente, um atingiu o outro, como toda a gente pensou, e o segundo homem caiu, agilmente. Os paflagónios começaram a chorar. Então, o primeiro homem (...) saiu a cantar (...), enquanto outro trácio levou o dançarino caído, pensando que estava morto. Na realidade, ele não tinha sido ferido. Depois disto, alguns (...) levantaram-se e começaram a dançar a carpátea sob as armas. A dança é assim: Um homem está a semear com um arado puxado por bois, os seus braços pendentes para um dos lados, e vira-se frequentemente, como alguém com medo. Um ladrão aproxima-se. À medida que o sementeiro vê o ladrão a aproximar-se, levanta os braços e dirige-se ao ladrão e luta com este para salvar a junta de bois e o arado. Os dois homens fazem tudo isto ao ritmo da música da flauta. Finalmente, o ladrão atinge o sementeiro e leva-lhe os bois e o arado.

Algumas vezes, o sementeiro fere o ladrão e amarra-o atrás dos bois.

Depois disto, um mísio veio transportando pequenos escudos em cada mão, e num momento da sua dança executa uma pantomina quando dois outros homens convergem para ele. Então, ele usa os escudos contra um antagonista, e novamente roda e dança, executando saltos mortais, enquanto segura os escudos nas suas mãos (...). Finalmente, ele dança a dança persa, fazendo chocar os escudos um com o outro, descendo e subindo, sempre ao som da música da flauta. Depois dele, os mantíneos e alguns dos arcádios (...) marcharam ao som marcialmente ritmado das flautas (...) como fazem na sua procissão em honra dos deuses. Então, o mísio (...) persuadiu um dos arcádios que tinha uma dançarina a emprestar-lha, vestindo-a da melhor maneira possível e emprestando-lhe um pequeno escudo. E ela dançou a pírrica com graça. Então houve um grande aplauso (...). (Jenofonte, Anabasis)

É, principalmente, na época romana, que a abordagem etno-histórico-geográfica da realidade, que mais tarde influenciaria o jornalismo, se irá solidificar. Observe-se, por exemplo, o seguinte excerto do terceiro livro da *Geografia* de Estrabão, descrevendo os lusitanos (embora sempre com a preocupação de justificar o domínio de Roma):

“A norte do Rio Tejo fica a Lusitânia, a maior das tribos ibéricas e que foi combatida pelos Romanos durante muito tempo. O lado sul da Lusitânia forma-o o Tejo; os lados oeste e norte, o oceano; o lado leste, Carpetanos, Vetões e Calaicos (...). Umas trinta tribos habitam o território entre o Tejo e os Ártabros. Apesar de o território ser rico em frutos e gado, ouro, prata e outros metais, a maior parte dos habitantes, deixando de viver da terra, viviam do roubo e em guerra permanente (...), até que os Romanos acabaram com isto, sujeitando-os e transformando a maior parte das cidades em povoados não fortificados (...).

Os Lusitanos são muito inclinados a sacrifícios e examinam as entranhas, mas sem as extraírem (...). Também cortam as mãos dos prisioneiros e dedicam as direitas aos seus deuses (...). Tomam as suas refeições sentados, tendo bancos de pedra dispostos em redor dos muros. Dão a presidência aos de mais idade e categoria social. Lançam do alto dos rochedos os condenados à morte e apedrejam os que mataram seus pais, fora das cidades ou além-fronteiras. Casam-se como os gregos.”

Roma sucedeu à Grécia no cultivo das artes, da filosofia, da retórica (o sistema jurídico romano foi o mais relevante do mundo antigo) e da política (não devendo ser esquecido que durante o período republicano Roma foi governada por um sistema “democrático”). Enquanto na Antiga Grécia o espaço público se configurava metaforicamente na *Ágora*, praça central onde os cidadãos podiam discutir racional e livremente a governação e os negócios, em Roma o espaço público estruturava-se, simbolicamente, em torno do *Fórum*, centro cívico da cidade.

Na Roma antiga, eram afixadas ou escritas em paredes ou ainda em tabuinhas mensagens que simultaneamente se podem considerar “jornalísticas” e “publicitárias”.

As cartas, trocadas, essencialmente, entre as elites, foram também uma forma de contar o que se passava a quem estava longe. Nos tempos do Império Romano, a excelente rede de estradas imperiais permitiu a institucionalização do primeiro sistema de correios, o que gerou um assinalável fluxo de correspondência. Cícero, o famoso político, advogado e orador dos finais da República Romana, recebia cartas de vários amigos, algumas das quais registou para a posteridade. Numa delas, por exemplo, o seu amigo Caelius escrevia: “Paula Valeria, a irmã de Triarius, divorciou-se do marido sem invocar qualquer razão, no mesmo dia em que ele regressou da sua província. Ela vai casar-se com Domício Brutus e devolveu todo o seu guarda-roupa.”¹⁶ Esta carta documenta que, por volta de 50 a. C., as coscuvilhices mundanas já eram consideradas “notícias”. O jornalismo cor-de-rosa contemporâneo não corresponde, assim, mais do que uma reinvenção e publicitação de notícias menores que sempre interessaram à humanidade. Noutra carta, em que, subjectiva e impressivamente, mistura relatos pessoais e políticos, prefigurando duas das temáticas do jornalismo contemporâneo, ademais muitas vezes mescladas, Cícero conta ao seu amigo Ático:

“No dia 4 de Agosto saí de Dirraquio, no mesmo dia em que se propunha a lei sobre mim. Cheguei a Bríndisi no dia 5. Ali estava-me aguardando a minha Túlia [esposa de Cícero], justamente no dia do seu aniversário, que casualmente era o mesmo do aniversário da colónia de Bríndisi (...). No dia 13 de Agosto, estando eu ainda em Bríndisi, soube por uma carta do meu irmão Quinto que a lei fora aprovada nos comícios das centúrias com o maravilhoso entusiasmo de gente de todas as idades e todas as classes, chegada de toda a Itália em incrível afluência. Logo, distinguido pelos habitantes de Bríndisi com as mais altas honras, comecei uma viagem em que me encontrava com delegados que vinham de toda a parte felicitar-me. (...) No dia (...) 5 de Setembro, dei graças no Senado. Durante os dois dias seguintes produziu-se uma extremada subida no preço dos alimentos e grupos de gente correram (...) para o Senado e começaram a berrar, a instâncias de Clódio, que eu tinha culpa na escassez de trigo. Naqueles dias, o Senado debatia sobre os abastecimentos e para a gestão destes chamou-se Pompeu – coisa por que ele mesmo ansiava (...). No dia seguinte, o Senado estava completo, e todos os consulares estavam ali. Nada negaram a Pompeu do que ele lhes pediu. (...) Os cônsules redigiram uma lei na qual concediam a Pompeu, durante cinco anos, o controlo sobre os abastecimentos de trigo em todo o mundo.”¹⁷

As cartas, de que a de Cícero é exemplo, foram, durante muitos anos, o instrumento privilegiado para a transmissão fiel de informações à distância.

Concluindo este ponto, podemos dizer que o aparecimento e desenvolvimento da historiografia e da epistolografia também contribuíram, a par do aparecimento da literatura, para a fixação dos cânones expressivos, estruturas textuais, temas e finalidades do jornalismo contemporâneo.

¹⁶ Cicerón. *Cartas*. Col. Clásicos en Galego. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia/Editorial Galaxia, 1996, 87.

¹⁷ Cicerón. *Cartas*. Col. Clásicos en Galego. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia/Editorial Galaxia, 1996, 116.

1.3 As *Actas* romanas: primeiros “jornais”

Não obstante todos os dispositivos pré-jornalísticos já referidos e ainda outros, como os registos sobre a vida da corte no Antigo Egipto e os actos e medidas dos faraós, a nosso ver os antepassados mais antigos dos modernos jornais e, portanto, os veículos de índole “jornalística” que primeiro surgiram no mundo foram as *Actas Diurnas* (*Actae Diurnae*), também conhecidas por *Actas Públicas*, *Actas Urbanas* ou ainda *Diurnálias*, muito bem estudadas por Victor Le Clerc (1838), Mastino (1978) e Hernando Cuadrado (2007). Delas diz este último autor:

“O primeiro exemplo seguro de jornalismo na história da humanidade, ainda que, como é lógico, não reúna todas as características que se exigem actualmente, mas muitas mais do que sem os dados contrastados de uma investigação rigorosa se pudesse pensar, aparece em Roma.

O enorme desenvolvimento político, social, económico, territorial e em numerosos aspectos mais logrado pelo mundo latino provoca o nascimento e a utilização dos meios de comunicação dos quais uma comunidade organizada e evoluída não pode prescindir.

Com os instrumentos que a técnica do momento podia oferecer, procurava-se satisfazer as necessidades dos governantes, dando a conhecer à população as suas decisões, manter informados os pro-cônsules que se encontravam nas províncias distantes da urbe e alimentar a curiosidade de uma numerosa classe dominante que necessitava da notícia e incluso da bisbilhotice para estabelecer relações e equilibrar o poder.” (Hernando Cuadrado, 2007: 11)

Não sobraram exemplares de todas as *Actas* para contar a sua história, mas nas obras de Mastino, de Victor Le Clerc e de Hernando Cuadrado, já citadas, são feitas várias referências a textos clássicos que remetem para as *Actas* e são mesmo transcritos alguns fragmentos das mesmas que chegaram aos nossos dias, alguns deles citados pelos autores clássicos. Por exemplo, Suetónio, sobre a vida de Júlio César, escreveu: “Inito honore, primus omnium instituit, ut tam Senatus quam *populi diurna acta* conficerentur et publicarentur”. Uma citação de Cato, extraída de um texto de Aulus Gellius, parece indicar que as *actas* do Senado eram secretas até Júlio César as ter tornado públicas. Os escritos clássicos referidos por Leclerc (1838), Mastino (1978) e Hernando Cuadrado (2007) indiciam, aliás, que mesmo antes do consulado de César era publicada diariamente uma *Acta Publica*. Cícero, por exemplo, em correspondência trocada com Marco Célio, Marco Licínio Crasso e outros romanos, referida pelos autores, refere-se às *Actas*, sob as denominações de *Comentarii Rerum Urbanarum* e *Acta Rerum Urbanarum*, dizendo, nomeadamente, que as mesmas eram afixadas nas *tabulae publicae* e que por elas, uma vez copiadas e expedidas como cartas, ia acompanhando a vida na urbe quando estava fora. Noutro exemplo, Sempronius Ascellio distingue os *Anais* das *Diaria*, comparando estas às *ephaemeris* (*Efemérides*) gregas. Servius regista, por seu turno, que os *Anais* arrolavam os mais importantes acontecimentos de cada dia, mas, segundo as interpretações de Le Clerc (1838) e Mastino (1978), aparentemente confundiu-os com as *Actas*, que cedo tomaram o lugar dos *Anais*. Asconius Pedianus, um estudioso de Cícero do tempo do imperador Cláudio, cita várias passagens das *Actas Diurnas* sobre aspectos da vida política e judicial. Suetónio regista, também, que, quando António ofereceu a César a coroa de Roma, durante as festividades conhecidas por Lupercalia, César ordenou-lhe que esse acto fosse registado na *Acta Populi* (um outro registo historiográfico), sendo seguro, pelas cartas de Cícero, que António, pelo menos, inseriu o facto no calendário religioso (*Fasti*). Suetónio regista, igualmente, que os imperadores Augusto e Tibério censuraram as *Actas* e que Nero diminuiu o controle sobre as mesmas. Le Clerc (1838), por exemplo, anotou que o imperador Tibério impediu que as *Actas* mencionassem o nome de

um arquitecto que se notabilizou por ter recuperado um monumento que ameaçava ruir. Numa sátira de Petrónio, uma personagem simula ler em voz alta a *Acta Diurna* desse dia:

“No dia 26 de Julho, na terra de Cumas, na propriedade de Trimalcio, nasceram trinta meninos e quarenta meninos. Foram levados ao armazém 500 modos de trigo. Reuniram-se nos estábulos 500 bois. No mesmo dia, crucificou-se o servo Mitrídates por ter blasfemado contra o génio de Gaio, nosso senhor. No mesmo dia, foi guardado no cofre o dinheiro que não se pôde investir, ascendendo a dez milhões de sestércios. No mesmo dia, produziu-se um incêndio nos jardins de Pompeu, originado na casa do colono Nasta.”

Francisco Rui Cádima (1996: 81) sumaria:

“Na literatura clássica que nos chegou da Roma Imperial, encontram-se diversíssimas referências às *Actas*, à sua circulação por cópias e inclusive às leituras de delas se faziam “ao fim da tarde no lago Curtius”. Plínio leu nelas o afogamento de um cão no Tibre por não abandonar o corpo do dono. Plínio, o Moço, pedia a um amigo que lhe mandasse cópias das *Actas* da cidade. Séneca deplorava o facto de as mulheres “ostentarem os seus divórcios nessas folhas linguarudas”. Tibério mandava inserir nos diários tudo o que se dissesse dele para se vingar depois, segundo rezam as crónicas.”

Apesar de todos os indícios, não é transparente o processo de elaboração das *Actas Diurnas* nem como elas se institucionalizaram na sociedade romana (Hernandez Cuadrado, 2007: 11). Elas terão surgido em Roma, presumivelmente no século II a. C. (possivelmente em 131 a. C.). Magistrados, escravos e funcionários públicos, os *diurnarii* ou *actuarii*, encarregavam-se da tarefa de recolher informações, redigir e afixar as *Actas* (ou de as copiar para suportes como o papiro), podendo ser considerados os “primeiros jornalistas”. Provavelmente, existiram também na Antiga Roma **oficinas editoras de *Actas***, com os seus próprios *actuarii*, como se de uma empresa jornalística se tratasse. Essas oficinas, para melhor venderem o seu produto, além de copiarem em vários exemplares a ***Acta oficial***, ainda lhe acrescentariam informação de produção própria. As *Actas* seriam, assim, recopiadas (sempre sob forma manuscrita), vendidas e expedidas por oficinas especializadas, que disso faziam o seu negócio. É possível, aliás, que tenha havido particulares a produzirem e venderem as suas próprias *actas*, pois as fontes clássicas revelam que, a dado ponto, o que se publicava nas *actas* fugiu do controlo do Estado Romano.

A partir do séc. II a. C., terá também circulado uma *Acta* sobre os procedimentos administrativos e actos legislativos do Senado (*Acta Senatus*), presumivelmente elaborada por um pretor, auxiliado por escravos públicos. Porém, esta última *Acta*, provavelmente, era confidencial, sendo que o povo apenas tomava conhecimento das deliberações dos senadores (*Senatus Consultum*), seus governantes, quando o Senado entendia que deviam ser levadas ao conhecimento da generalidade da população. Cerca de 59 a. C., Júlio César teve a feliz ideia de tornar públicas as *Actas do Senado*, com os resumos das sessões dessa Augusta Assembleia, mandando-as afixar nas *tabulae publicae*, colocadas nas portas dos templos do Fórum e noutros locais. As *Actas do Senado*, que coexistiram com as *Actas Diurnas* até terem sido, possivelmente, absorvidas pelas segundas (tal como terá acontecido com os *Anais pontifícios*), podem ser consideradas uma espécie de antepassadas dos diários oficiais da actualidade, como o *Diário da República*.

Os romanos tinham ainda um outro registo historiográfico, reservado, exclusivamente, para o registo dos grandes acontecimentos que afectavam a Cidade e o Império: os *Annalis* do Colégio dos Pontífices (*Annalis Pontificum*). Esses *Annalis* foram instituídos algures durante o período republicano, vários séculos antes de Cristo (talvez com o advento da República Romana, em 509 a. C.), e possivelmente tinham duas versões: uma secreta (*Comentarii Pontificum*) e outra

pública (*Annalis Maximi*). Os *Anais* deste último tipo eram afixados na frente da casa do Sumo Pontífice, seu redactor, sobre um *album* (tábua branca), para serem conhecidos pela população, pelo que também ficaram conhecidos por “tábuas brancas” (ou seja, *Album*), registando os acontecimentos e respectivas datas importantes para a história de Roma, constituindo uma espécie de *anuários*. Os *Anais* também terão sido, posteriormente, absorvidos pelas *Actas Diurnas*, que, ao registarem quotidianamente os acontecimentos “noticiáveis” da vida da Cidade e do Império, esvaziaram os *Anais* da sua finalidade.

Um outro registo historiográfico que provavelmente existia desde os tempos da República Romana era a acta relativa aos acontecimentos do povo, a *Acta Populi*, que também terá confluído para a *Acta Diurna*.

Independentemente de todos os registos que terão contribuído para o aparecimento e institucionalização das *Actas Diurnas*, sabe-se que estas existiram e que eram afixadas periodicamente nas *tabulae publicae* e recopiadas para suportes de papiro e pergaminho. Funcionavam, assim, simultaneamente, como uma espécie de *jornal* e *registo historiográfico*, em particular a partir do Consulado de Augusto (século I). Em determinados períodos, as *Actas* teriam mesmo tido uma periodicidade diária.

Após permanecerem afixadas durante alguns dias (quando funcionavam como jornal de parede), provavelmente as *Actas*, pelo menos as oficiais, eram retiradas, encadernadas (seriam feitas de propósito para poderem ser encadernadas) e arquivadas no arquivo do Estado (*tabularium*).

Os escribas públicos das **oficinas do estado** e os **editores privados** faziam cópias das *Actas* para serem enviadas para as províncias, para governadores, funcionários e mesmo subscritores privados que, afastados de Roma por motivos de serviço público, negócios ou vida privada, gostavam de se manter a par do que acontecia na sede do Império.

Além das *Actas Diurnas* e das outras já referidas, existiriam no Império Romano vários outros tipos de *actas*. Em alguns casos eram simples registos, mas noutros quase se podem assemelhar aos actuais jornais especializados, devido aos comentários e análises que inseriam sobre temas específicos. Entre essas *actas* contabilizam-se a *Acta Civilia* (também designada por *apographai*), que continha dados de nascimentos, mortes, casamentos e divórcios; a *Acta Forensia*, lista de leis, plebiscitos e eleições, elaborada à semelhança da *daemosia grammata* de Atenas, na Grécia Antiga; a *Acta Iudiciaria* (também denominada *Gesta*), com as sentenças proferidas pelos tribunais; a *Acta Militaria*, onde se registavam os nomes dos homens incorporados nas Legiões, os seus dados biométricos, idade, conduta, feitos militares e recompensas; e a *Acta Triumphalis*, onde se relataram os feitos dos 320 generais que comemoraram o Triunfo em Roma e as próprias cerimónias dos Triunfos (num misto de enaltecimento, descrição historiográfica e “reportagem”). Os imperadores também tinham as suas *Actas*, onde se registavam os seus actos, tal como algumas famílias e personalidades públicas. De qualquer modo, entre todas as *actas*, as que mais se assemelham aos jornais actuais são as *Actas Diurnas*.

Pelos excertos das *Actas Diurnas* que chegaram até nós e pelos diversos registos indirectos (escritos de Suetónio, Plínio, Cícero, Tácito¹⁸, etc.) sobre as mesmas, podemos dizer que os seus conteúdos integravam notícias dos decretos senatoriais e imperiais; dos nascimentos, casamentos e mortes das personalidades notáveis; das audiências concedidas pelo Imperador ou outros membros da família imperial; dos actos públicos dos imperadores e magistrados; dos funerais; dos processos judiciais; das batalhas travadas pelas legiões; das nomeações e eleições de indivíduos para cargos públicos; dos acontecimentos ocorridos nos municípios e colónias romanas; dos combates de gladiadores; de julgamentos e execuções e respectivas listas de executados, etc. Às vezes teriam sido inseridos nas *Actas* os elogios fúnebres das personalidades notáveis que morriam, bem como notícias relacionadas com presságios, astrologia e adivinhações (os romanos eram muito supersticiosos e viam presságios em tudo). Pode, assim, dizer-se que as *Actas*

¹⁸ Tácito escreveu: “É da dignidade de um povo não entrarem na sua história senão os feitos ilustres, bastando aos insignificantes os diários [as *actas diurnas*] da cidade.” (*cit. in* Cádima, 1996: 81).

foram, na sua fase áurea, algo parecido com um jornal contemporâneo, embora apenas inserissem notícias mais ou menos autorizadas. Ugo Bellocchi (1974: 46) relembra, aliás, sobre o estilo das mesmas, que “eram redigidas com frases extremamente simples e concisas, privadas de qualquer amplificação retórica”. Observem-se, a propósito, os seguintes excertos das *Actas Diurnas* sobreviventes às vicissitudes da história, que ilustram a proposição de Bellocchi e evidenciam a intenção noticiosa e o estilo “jornalístico” das mesmas:

“Ano 586 da fundação de Roma. 28 de Março. Os fascas encontram-se nas mãos de Emilio. À primeira hora da manhã, um vencedor, coroado de louro, sacrificou uma ovelha no templo de Apolo. Às duas da tarde, reuniu-se o Senado na curia Hostilia. Aprovou-se um senadoconsulto, em virtude do qual os pretores deverão sentenciar baseando-se nos seus éditos perpétuos. Quinto Minucio Escápula, acusado de violência por Publio Lentulo ante o pretor da cidade Cneu Bebio, foi defendido por Caio Sulpicio. Foi condenado por quinze votos e decidiu-se aplicar a sentença por 33 votos.”

“29 de Março. Os fascas encontram-se nas mãos de Licínio. Relampejou e um carvalho foi golepeado por um raio no cimo do monte Velia pouco depois do meio-dia. Houve uma rixa numa taberna, ao fundo da rua de Jano, e o taberneiro do Osso do Casco ficou gravemente ferido. Caio Titínio, edil da plebe, multou a uns talhantes por venderem à população carne não inspeccionada. Com o dinheiro da multa construiu-se uma capela a Laverna no templo da deusa Terra.”

Steven Saylor, autor de numerosos e excelentes romances policiais passados na Antiga Roma, centrados na personagem de Gordiano, O Descobridor, descreve, ficcionalmente, no seu conto “A Mulher do Cônsul”¹⁹, um episódio centrado na leitura das *Actas Diurnas*:

“Francamente – murmurou Lúcio Cláudio, com o nariz enterrado num rolo de pergaminho – quem lesse os relatos das *Actas do Dia* julgaria que Sertório é um miúdo traquinas e que a rebelião que organizou em Espanha não passa de uma partidinha inocente.

(...)

– Queres ler um bocadinho das *Actas*? Já acabei de ler as notícias desportivas – Lúcio acenou com a cabeça na direcção de uma série de rolos de pergaminho que estavam espalhados sobre a mesa que tinha a seu lado.

– Dizem que os Brancos conseguiram finalmente organizar uma equipa para esta época. Têm carros novos, cavalos novos. Vão ficar à frente dos Vermelhos na corrida de amanhã.

Dei uma gargalhada.

– Que vida a tua, Lúcio Cláudio. Levantas-te ao meio-dia, dás um passeio pelo jardim a ler um exemplar só teu das *Actas do Dia*.

Lúcio ergueu uma sobrancelha.

– Pura sensatez (...). Que jeito tem acotovelar uma multidão no Fórum, a esforçar os olhos e a espreitar por cima das cabeças de desconhecidos para ler as *Actas* afixadas nos quadros? Ou pior, ouvir um palhaço qualquer a lê-las em voz alta, inserindo pelo meio comentários engraçados.

– Mas é para isso mesmo que servem as *Actas* – argumentei eu. – Trata-se de uma actividade social.

Interrompem-se os afazeres e as idas e vindas no Fórum, as pessoas reúnem-se à volta dos quadros, e

¹⁹ Steven Saylor (2006). “A Mulher do Cônsul”, in *Um Gladiador Só Morre Uma Vez*, Lisboa: Quetzal Editores, pp. 13-18.

discutem os assuntos que mais lhes interessam, notícias da guerra, casamentos e nascimentos, corridas de carros, augúrios curiosos. Espreitar as *Actas* e discutir política, ou cavalos, com os seus concidadãos é o ponto alto do dia de muita gente.

(...)

Lúcio estremeceu.

– Não, muito obrigado! À minha maneira é melhor. Mando um par de escravos ao Fórum uma hora antes da hora marcada para a afixação. Logo que as *Actas* chegam, um deles lê-as em voz alta do princípio ao fim e o outro escreve-as em tabuinhas de cera com um estilete. Depois correm para casa [e] transcrevem as palavras para um pedaço de pergaminho (...).

– Isso vem tudo nas *Actas do Dia*? – perguntei.

– Claro que não! – resmungou Lúcio. – Só vem a interpretação oficial do governo (...). As *Actas* são um órgão do Estado (...). O mais provável é ser o [cônsul] a ditar, palavra por palavra, as notícias sobre a guerra. (...)

Passei os olhos pelos títulos. – O filho de A está noivo da filha de B... C recebeu D na sua *villa* de férias... E revela a sua famosa receita de creme de ovo (...).

– Gordiano, quem achas que escreve e edita as *Actas do Dia*?

Encolhi os ombros.

– Nunca pensei nisso.

– Então vou dizer-te. São os próprios cônsules que ditam as notícias relativas à política interna e externa, favorecendo o seu ponto de vista, que é a posição oficial. As partes menos importantes, os números relativos ao comércio, às contagens de gado, e outros do género, são compiladas pelos funcionários do gabinete do censor. As notícias do desporto são fornecidas pelos magistrados encarregados da gestão do Circo Máximo. Os áugures são a fonte das histórias acerca dos relâmpagos, dos cometas, de legumes com formatos curiosos e de outros presságios bizarros. Mas quem é que pensas que controla as notícias da sociedade, os anúncios de casamentos e nascimentos, as reuniões sociais, as “comunicações anónimas” (...)?

(...)

– A mulher do cônsul (...).”

Em síntese, entre as características que equiparam as *Actas Diurnas* aos jornais contemporâneos contam-se as seguintes:

- 1) Periodicidade mais ou menos regular, presumivelmente quotidiana em algumas fases;
- 2) Frequência da publicação;
- 3) Conteúdos multifacetados de carácter noticioso (a notícia é o núcleo da informação);
- 4) Corpo de escribas (os *diurnarii* ou *actuarii*, “primeiros jornalistas”) destinado exclusivamente à redacção das *Actas* (o Código de Teodósio faz-lhes referência e procura regular a sua função, sendo a primeira manifestação de controlo jurídico dos profissionais da informação);
- 5) Difusão pública da informação;

6) Difusão à distância e, dentro das circunstâncias, “massiva”;

7) Uso de diferentes suportes para a mesma mensagem (jornal de parede e jornal manuscrito, presumivelmente em papiro);

8) Iniciativa editorial do estado e também de particulares (abertura da publicação de *actas* à iniciativa privada, como se de uma empresa jornalística se tratasse²⁰).

As *Actas Diurnas*, tornadas possíveis graças ao bom grau de alfabetização das elites e mesmo do povo e cuja difusão por todo o Império era facilitada pela excelente rede de vias de comunicação romanas, acabaram quando a sede imperial foi transferida para Constantinopla pelo Imperador Constantino, em 330 d. C., após um percurso ininterrupto de quase quatrocentos anos ao serviço do Senado, do Imperador e do Povo de Roma, tendo, certamente, contribuído para suprir as enormes necessidades de informação no colossal território dominado por Roma e para criar sentimentos de identidade e lealdade entre os cidadãos romanos e demais habitantes do Império:

“É através da informação que circula pelas zonas colonizadas que o poder se afirma. Da mesma forma é com a supressão da informação (entre outras causas, nomeadamente no plano da organização militar), que o Império entra em declínio.

(...)

Mas, no fundo, as *actas* foram um verdadeiro instrumento de poder dos imperadores romanos, e apesar da sua utilidade e da sua divulgação em Roma, nem sempre eram aceites de ânimo leve, nomeadamente por filósofos e escritores.” (Cádima, 1996: 80²¹).

Com a queda de Roma às mãos dos bárbaros e com a Igreja Católica a ver crescer a sua obscurantista importância, o que lhe permitiu impor a toda a Europa Ocidental regimes quase teocráticos, extinguiu-se quase por completo a luz da razão e de um humanismo precoce com que a Grécia, primeiro, e Roma, depois, tinham iluminado a humanidade. Antes de finalizarmos o capítulo, espaço para referir apenas que do outro lado do mundo, na China, ter-se-á também publicado uma espécie de jornal oficial, o “Pao”, por vezes traduzido por *Gazeta de Pequim*, a partir de cerca do ano 618, que com diversas denominações durou até 1911. Esse “jornal”, presumivelmente difundido pela China em lâminas de madeira e, depois, em papel, continha notícias oficiais e respostas dadas pelos funcionários do Imperador a questões que lhe eram colocadas. Era lido pelos funcionários e homens cultos.

2. Fenómenos pré-jornalísticos na Idade Média

A denominação Idade Média baptiza o período histórico situado entre os estertores do Império Romano do Ocidente (séculos IV e V) e o Renascimento (finais do século XIV/meados do século XVI). Ao longo de mil anos, a Europa entrou num processo de declínio que obscureceu quer o conhecimento racional construído durante o período da

²⁰ É possível que a publicação de *actas* por editores privados tenha contribuído para a transformação dos conteúdos. Plínio, certamente, não teria lido sobre o afogamento de um cão no Tibre numa *acta* sobre actos administrativos editada pelo Estado Romano, nem Séneca se referiria às mulheres que ostentavam os seus divórcios nessas folhas linguarudas.

²¹ Francisco Rui Cádima refere Seltman, citado por McLuhan.

antiguidade clássica, quer as conquistas educativas, sociais, políticas e culturais dos povos da Grécia e do Império Romano.

A Idade Média na Europa é caracterizada por fenómenos como:

- 1) O **sistema feudal**, marcado pelo domínio dos detentores do poder e das terras – os nobres e clérigos – sobre os camponeses servis, que as cultivam; a sociedade era nitidamente estratificada em três classes: a nobreza, o clero e o povo;
- 2) A **ruralização** da sociedade europeia, devido ao abandono das cidades e à contenção destas em muralhas defensivas asfixiantes;
- 3) O **declínio das trocas comerciais e culturais**;
- 4) O **ensino escolástico e teocrático**, frequentemente fundado na fé e não na razão e no intelecto, e mesmo assim reservado quase exclusivamente aos religiosos; a **retórica**, porém, continua a ser estudada;
- 5) O **domínio hegemónico da Igreja Católica** e das suas doutrinas sobre a sociedade e a cultura, com perseguição feroz aos hereges e aos suspeitos de feitiçaria;
- 6) As **cruzadas**, primeiro movimento posterior ao Império Romano a, para o bem e para o mal, abrir novos horizontes à Europa;
- 7) As **viagens de Marco Pólo** e de outros viajantes e as suas crónicas de viagem, que abrem janelas para mundos desconhecidos;
- 8) As **guerras** intermináveis, por motivos de conquista de território, disputa de tronos, etc.

A conjuntura medieval pouco incentivou o aparecimento ou desenvolvimento de fenómenos pré-jornalísticos. A troca de informações, novidades e ideias durante a Idade Média dependeu, em grande medida, da **oralidade**, como nos primórdios da humanidade. Jograis, comerciantes, guerreiros e peregrinos (lembremo-nos do principal itinerário internacional europeu medieval: o Caminho de Santiago) transmitiam, oralmente, as novidades, à medida que se aventuravam de terra em terra. Os **pregoeiros** avisavam a população do que se passava, incluindo relatos noticiosos nos pregões (por exemplo, para avisar de que seria executada uma sentença relembravam os crimes do condenado). Ainda assim, alguns exemplos pré-jornalísticos podem ser citados: as crónicas, as cartas informativas e os relatos de viagens.

2.1 As crónicas medievais, antepassadas da reportagem

As **crónicas**, herdeiras dos *Annali* romanos, situam-se na intercepção da história com a literatura e o jornalismo, mantendo vários dos cânones expressivos e dos temas fixados na antiguidade clássica. Os cronistas registavam, essencialmente, os acontecimentos protagonizados por nobres e monarcas. Alguns cronistas enveredaram por uma descrição factual desses acontecimentos, enquanto outros procuraram engrandecer a imagem dos senhores que serviam.

O estilo dos primeiros é eminentemente reportativo (“jornalístico”) e historiográfico. Veja-se, por exemplo, o seguinte excerto da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, relativo ao casamento desse Rei de Portugal com D. Filipa de Lencastre, cujo estilo é próximo das actuais reportagens:

“E na quinta-feira foram as gentes da cidade juntas em desvairados bandos de jogos e danças para todas as partes e praças, com muitos trabalhos e prazeres que faziam. As principais ruas por onde a festa haveria de ser, todas eram semeadas de desvairadas verduras e cheiros. E El-Rei saiu daqueles paços em cima de um cavalo branco, em panos de ouro realmente vestido; e a rainha em outro tal, muito nobremente guarneçada. Levavam nas cabeças coroas de ouro ricamente obradas de pedras de aljófar e de grande preço (...)”.²²

Retomando modelos discursivos da actualidade clássica, e tal como no jornalismo actual, em algumas crónicas faziam-se citações, directas ou parafraseadas, como ocorre na *Crónica de D. João I*, quando este, ainda um mero conspirador (Mestre de Avis), é incitado a matar o conde Andeiro, o que faz, posteriormente:

“Primeiramente - disse Álvaro Pais - por vós serdes irmão de El-Rei, a quem a sua desonra deve doer mais que a ninguém. A segunda, porque fostes preso por azo do conde João Fernandes e da Rainha, e posto em tal perigo como todos sabem. E mais que não fosse, só por segurar a vossa vida, que nunca estará segura enquanto o conde João Fernandes for vivo, devíeis fazê-lo. E agora que El-Rei morreu ainda mais usarão de sua maldade, e temendo-se de vós, que bem sabem que deveis sentir isto mais que qualquer outra pessoa, sempre vos buscarão azo e caminho para que vossa vida seja finda. E pois que a vingança desta acção a ninguém compete mais que a vós, fazendo-o da maneira que eu vos digo, praticareis uma grande façanha e muito de louvar aos vindouros. Tal que nenhuma outra coisa poderia agora ser achada que merecesse entre os homens louvor igual nem comparável.

(...)

O pajem do Mestre começou a ir a galope em cima do cavalo em que estava, dizendo altas vozes:

– Matam o Mestre! Matam o Mestre nos paços da Rainha! Acorrei ao Mestre que o matam!

(...) As gentes que isto ouviram, saíram à rua a ver que coisa era (...) e começavam de tomar armas, cada um como melhor podia. A gente era tanta que não cabia pelas ruas principais e atravessava lugares escusos, desejando cada um ser o primeiro. E perguntando uns aos outros quem matava o Mestre (...). Unidos num só desejo foram às portas do paço que estavam já fechadas e começaram a dizer:

– Onde mataram o Mestre? Que é do Mestre? Quem fechou estas portas?

De cima não faltava quem dissesse que o Mestre era vivo e o conde Andeiro morto. Mas isto não queria nenhum crer, dizendo:

– Pois se é vivo, mostrai-o e vê-lo-emos!

(...) Ali se mostrou o Mestre a uma grande janela que vinha sobre a rua e disse:

– Amigos, pacificai-vos, porque eu vivo e são estou, graças a Deus!”²³

²² Grafia adaptada ao português contemporâneo.

²³ Grafia adaptada ao português contemporâneo.

Na *Crónica de Dom João I*, Fernão Lopes narra também o cerco de Lisboa pelos castelhanos, durante a crise dinástica que abriria as portas à dinastia de Avis. O cronista, neste caso, impressiona-se e faz com que as suas emoções fluam no texto, o que acontece também em alguns relatos jornalísticos na actualidade, em especial nos que se podem considerar filiados na tradição impressiva e subjectiva aberta pelo Novo Jornalismo dos anos sessenta do século XX:

“Oh! Que dorida coisa era de (...) ver, de dia e de noite, tantos homens e mulheres vir a manadas para a cidade, com os filhos nos braços e pela mão, e os pais com outros ao pescoço, e suas bestas carregadas de alfaia e coisas que trazer podiam.

(...)

Estando a cidade assim cercada (...) gastavam-se os mantimentos pelas muitas gentes que nela havia (...).

Na cidade não havia trigo para vender, e se o havia era pouco e tão caro que as pobres gentes não podiam chegar a ele. (...) E começaram a comer pão de bagaço de azeitona e os bolbos das malvas e raízes de ervas.

No lugar onde costumavam vender o trigo andavam homens e moços esgaravatando a terra, e se achavam alguns grãos de trigo, metiam-nos na boca sem ter outro mantimento. Outros fartavam-se de ervas e bebiam tanta água que se encontravam mortos, homens e cachopos, nas praças e noutros lugares.

Das carnes havia grande falta (...) e começaram a comer as carnes das bestas (...).

Andavam os moços de três e de quatro anos pedindo pão pela cidade por amor de Deus, como lhes ensinavam suas mães, e muitos não tinham outra coisa que lhes dar senão lágrimas que com eles choravam, que era triste coisa de ver.”²⁴

Há muitos excertos de crónicas medievais portuguesas que se podem considerar bons exemplos de matérias pré-jornalísticas, de proto-reportagens. Leia-se, por exemplo, como é narrada a tomada de Santarém aos Mouros, na *Crónica de Dom Afonso Henriques*:

“D. Mem Moniz (...) pôs a escada no muro. E subiu a cima com a sina d’el-rei e levantou-a. E subiram outros dois e eles já três em cima acordaram os vigias que ainda não dormiam bem. E quando os sentiram, disse um deles com voz rouca, men fu, que quer dizer quem anda aí? E D. Mem Moniz respondeu que era dos da ronda que por aí fora e que tornara para lhe dizer coisas que lhe cumpriam e que descesse ao fundo. E o mouro tanto que desceu, foi a ele D. Mem Moniz e cortou-lhe a cabeça e deu conta aos de fora, para serem mais seguros. O outro vigia quando viu isto reconheceu que eram cristãos em cima do muro, chegaram os da ronda outra vez asinha, aos brados que ouvira, e começaram a jogar as cutiladas com eles mui rijamente. E D. Mem começou a bradar, chamando em ajuda Santiago, padrão de Espanha. E el-rei D. Afonso bradou então a altas vozes: “Santiago, Santa Maria, Virgem bem-aventurada, acorre-nos aqui”, dizendo ainda “Mata-os, mata-os, não seja tal que escape, todos andem a espada!” Neste feito era o mestre dos cavaleiros do Templo, D. Gualdim, com sua cavalaria, e lhes foram dadas a seu quinhão três escadas pelas quais entraram, ele e seus cavaleiros, muito ardidamente. E os que subiram apartaram-se logo em duas partes, e uns pelejavam com os de uma parte, e os outros com os da outra. E era já tanta a volta das vozes da vela às portas, que não se

²⁴ Grafia adaptada ao português contemporâneo.

podiam entender. E então disse el-rei aos seus: “Façamos ajuda aos parceiros e tenhamo-nos a destra parte se pudermos subir (...). E Gonçalo Gonçalves com os seus (...) filhe o caminho (...) que vem do postigo, que não possam os Mouros por ele vir, e filhem primeiro a entrada da porta, por tal que os Mouros não pensem que vão dentro por nosso defendimento.” E assim se fez (...) que eles que cuidavam de subir pelas escadas ao muro, entraram depois pela porta da vila mui mais seguramente (...). E as portas abertas, entrou el-rei a pé, com os seus, e fíncados os joelhos em meio da porta, com grande prazer deu graças a Deus. E os Mouros acorriam todos para ali e defendiam-se mui fortemente (...) mas pelo despercebimento que em eles era, foram logo entrados, e mataram deles mui muitos, e mulheres e moços pequenos, e era o sangue tanto pelas ruas, que pareciam que foram ali mortos grande multidão de gado. E prenderam ali três cavaleiros mui ricos, de que el-rei houve mui grandes haveres.”²⁵

O episódio infame do assassinato de Dona Inês de Castro, evocado por Camões nos *Lusíadas*, também é narrado em várias das crônicas medievais portuguesas, mostrando como a morte e o crime, particularmente quando conciliados com referências a personalidades de elite, já eram uma mais-valia historiográfica para os cronistas medievais, tanto quanto o são para o jornalismo contemporâneo. Na *Crónica de Dom Afonso V* narra-se o seguinte:

“Estando El-Rei em Montemor-o-Velho, concluindo já e consentindo na morte da dita D. Inês, acompanhado de muita gente armada se veio a Coimbra, onde ela estava nas casas do Mosteiro de Santa Clara. A qual, sendo avisada da ida de el-rei e da irosa e mortal tenção que contra ela levava, achando-se salteada, para se não poder já salvar por alguma maneira, o veio receber à porta. Onde, com o rosto transfigurado, e por escudo de sua vida, para sua inocência achar na ira de el-rei alguma mais piedade, trouxe entre si os seus três inocentes infantes seus filhos, netos de El-Rei, com cuja apresentação e com tantas lágrimas e com palavras assim piedosas pediu misericórdia e perdão a El-Rei. E que ele, vencido dela, se diz que se volvia e a deixava já para não morrer como levava determinado. E que alguns cavaleiros, que com El-Rei iam para a morte dela, logo entraram. E (...) quando assim viram sair el-rei, com que já revogava sua sentença, agravados dele por a pública determinação com que os ali trouxera, e pelo grande ódio e mortal perigo em que daí em diante com ela e com o infante D. Pedro os deixava, lhe fizeram dizer e consentir que eles tornassem, a matar D. Inês se quisessem. A qual por isso logo mataram.”²⁶

É interessante notar, no excerto da *Crónica de Dom Afonso V* acima referido, que o cronista, como o historiador e, por vezes, o actual jornalista especializado, procurou, analiticamente, justificações para o procedimento daqueles que Camões designa por “horríficos algozes” de Dona Inês.

O episódio da morte de D. Inês de Castro prestava-se, contudo, a ser narrado de várias maneiras, tal como acontece no jornalismo contemporâneo, marcado pela segmentação. O cronista das *Crónicas dos Senhores Reis de Portugal*, por exemplo, narra a morte de D. Inês de maneira mais viva e mais sensacionalista do que o cronista anterior, chegando mesmo ao moralismo:

²⁵ Grafia adaptada ao português contemporâneo.

²⁶ Grafia adaptada ao português contemporâneo.

“Quando El-Rei entrava, facilmente adivinhou D. Inês o fim a que ele vinha, pelo que lhe saiu ao encontro com seus filhos e de joelhos disse:

– Senhor, por que me quereis matar sem causa? Vosso filho é príncipe, a quem eu não podia nem posso resistir. Havei piedade de mim, que sou mulher, não me mateis sem causa. E se não haveis piedade de mim, havei piedade destes vossos netos, sangue vosso.

Comovido com tais palavras, voltou-se El-Rei, e já se retirava, desfeito seu propósito, quando os conselheiros se queixaram de que não se levasse por diante o intento:

– Ai Senhor, a esse escárnio viemos nós cá? Que se perca Portugal por causa desta mulher?

Ao que Dom Afonso respondeu

– Fazei lá o que quiserdes.

Então Pedro Coelho, Álvaro Gonçalves e Diogo Lopes Pacheco, em companhia de outros, voltaram atrás e assassinaram a infeliz D. Inês de Castro (Janeiro de 1355).

Sobre a memória de D. Afonso IV pesará eternamente a nódoa deste crime!”²⁷

Nas crónicas medievais por vezes surgem referências a aspectos mais pitorescos da vida quotidiana, tal e qual como ocorre no jornalismo actual. Fernão Lopes, principal cronista medieval português, narra assim a caça de altanaria:

“Ele trazia 45 falcões de besta, afora outros de pé e moços de caça, e dizia que não havia de folgar até que povoasse em Santarém uma rua em que houvesse 100 falcões.

Quando andava fora da terra por aves, não lhe traziam menos de 50, entre açores e falcões (...). Com ele andavam os Mouros que treinavam garças e outras aves (...).

Quando El-Rei ia à caça, todas as maneiras de aves e cães (...) iam em sua companhia; em guisa que nenhuma ave grande nem pequena se levantar podia, posto que fosse grou ou abetarda, até o pardal e ligeira folhosa, que, antes que suas ligeiras penas a pudessem pôr a salvo (...) [era morta]. Para coelhos, raposas e lebres e outros semelhantes selvagens monteses, levava El-Rei tantos cães de seguir suas pegadas e cheiro que nenhuma arte nem multidão de covas lhes prestar podia (...).”

2.2 Outros dispositivos pré-jornalísticos medievais: as cartas e o relatos de viagens

As **cartas informativas**, elaboradas por monges, cronistas, diplomatas, funcionários de mercadores e outras personalidades, serviam para o envio de notícias e comentários para lugares distantes, constituindo-se, portanto, como um dos dispositivos pré-jornalísticos. As cartas cultivavam as estruturas clássicas para contar novidades, embora fossem demarcadas pelas características específicas do género epistolar. A este propósito, porém, é de relembrar que muitas reportagens e crónicas do jornalismo actual simulam o género epistolar.

Eis um excerto de uma carta medieval sobre uma feira (Humbert de Romans, 1270), na qual se procura relatar, até um pouco à maneira viva das reportagens, embora com intenções moralistas, como essa feira se processava:

“As feiras acontecem nos dias santos, pelo que os homens perdem o Ofício Divino [missa] e o sermão e desobedecem mesmo ao preceito de ouvirem missa e frequentam esses encontros contra as ordens da Igreja. Algumas vezes, as feiras ocorrem nos cemitérios e noutros recintos sagrados. Frequentemente,

²⁷ Grafia adaptada ao português contemporâneo.

você ouvirá homens blasfemar lá: “Por Deus, não pagarei tanto por isso!” ou “Por Deus, não farei um preço menor!” ou “Por Deus, não vale tanto!”.

Algumas vezes, o Senhor [do feudo] é defraudado na cobrança de taxas, o que é pérfido e desleal...

Outras vezes, ocorrem quezílias e disputas violentas (...). Os homens são induzidos a beber (...).

(...) Cristo, você pode notar, encontra-se na feira, pois Cristo é justiça e a justiça deve estar lá (...).

A lenda fala de um homem que, entrando numa abadia, encontrou vários demónios no claustro, mas num mercado encontrou apenas um, sozinho num alto pilar. Isso preocupou-o. Mas foi-lhe dito que no claustro tudo é feito para dirigir as almas para Deus, pelo que são requeridos muitos demónios para induzir os monges a desviar-se da rectidão, mas no mercado, como cada homem é um diabo para si mesmo, um demónio é suficiente.”

A par das crónicas e das cartas, os **relatos de viagens** constituem outro dos dispositivos pré-jornalísticos medievais. O mais conhecido será o relato da viagem de Marco Polo à China. Nesse livro, é narrada a descrentes europeus ocidentais a vida no Oriente e os serviços que Marco Polo prestou ao Imperador chinês. Os relatos de viagens, além de fundarem a literatura de viagens, em alguns pormenores aproximam-se da reportagem, tal como acontece com as crónicas. Eis alguns excertos do livro das viagens de Marco Pólo²⁸:

Descrição de costumes da Corte do Grande Khan

“De dois em dois anos, ou com mais frequência, conforme seu desejo, o Grande-Khan envia ali os seus oficiais, que reúnem para ele cem ou mais das mais formosas mulheres, de acordo com as normas de beleza que lhes dá nas suas instruções. (...) estes funcionários mandam reunir todas as jovens da província e nomeiam pessoas qualificadas para as examinarem, e que, depois de realizarem uma cuidadosa inspecção de cada uma delas, (...) calculam o seu valor (...) conforme o seu maior ou menor grau de beleza. Separam então o número de mulheres exigido pelo Grande-Khan (...) e enviam-nas à corte. Ao chegarem à sua presença, o Grande-Khan ordena que sejam submetidas a novo exame (...). São colocadas, individualmente, sob as atenções de algumas mulheres do palácio, de idade madura, cuja missão consiste em observá-las cuidadosamente durante o curso da noite, a fim de se assegurarem de que não têm nenhuma imperfeição oculta, dormem tranquilamente, não ressonam, têm hálito suave e estão livres de odores desagradáveis em qualquer parte do corpo.”

Descrição de animais (por vezes exagerada):

[Sobre o iaque das montanhas de Altai]: “O pêlo, que é corredio em todas as partes do corpo, eriça-lhe no lombo, onde tem uma altura de três palmos (...). [É] comparável, pelo seu tamanho, a elefantes.”

[Sobre os crocodilos]: “Grandes serpentes de dez pés de comprimento e o corpo com dez palmos de circunferência. (...) Na parte dianteira, próximo da cabeça, têm duas pernas curtas, com três garras como as do tigre e olhos maiores do que volumosos pães e muito brilhantes. As mandíbulas são tão amplas que pode deslizar um homem por elas”.

²⁸ O livro das viagens de Marco Polo não foi escrito por ele, mas sim por um companheiro de cárcere a quem ele ditou as suas memórias. Alguns historiadores consideram que a viagem é ficcional e que Marco Polo nunca terá chegado à China, devido a algumas inexactidões e enviusamentos e à inexistência de referências a peculiaridades da civilização chinesa em que Polo certamente não teria deixado de reparar se de facto tivesse estado na China. Outros consideram que o relato é verdadeiro.

Descrição de lugares:

“Numa ilha situada à distância, mas não muita, da margem, se levanta a cidade de Ormuz, cujo porto é frequentado por comerciantes de todas as partes da Índia, que trazem especiarias e drogas, pedras preciosas, pérolas, tecidos de ouro, dentes de elefantes e outras diversas espécies de mercadorias”.

Descrição de povos

[Sobre os curdos]: “tribos sem princípios, cuja ocupação consiste em assaltar e roubar os mercadores”.

De realçar que data do final da Idade Média a primeira advertência formal contra a proliferação de notícias falsas ou inoportunas, vistas como sendo um perigo grave: em 1275, expediram-se as primeiras ordenações nesse sentido, em Inglaterra.

3. Fenómenos pré-jornalísticos no Renascimento e mais além

Dá-se o nome Renascimento ao período histórico que, na Europa, faz a transição entre a Idade Média e a Idade Moderna. O período renascentista situa-se entre os finais do século XIV e meados do século XVI (1350-1550, sensivelmente). Como o seu próprio nome indica, trata-se de uma época de florescimento cultural e social, marcada por fenómenos como:

- 1) A **consolidação do comércio** e, por consequência, da **burguesia**, desejosa de ganhar relevo político e social (à custa da nobreza), de intervir sobre os assuntos dos estados e de se instruir;
- 2) O lançamento dos alicerces do moderno **capitalismo** ocidental;
- 3) A crescente **concentração das populações em núcleos urbanos**, afastando-se do sistema servil do campesinato medieval;
- 4) A caminhada em direcção ao **absolutismo régio de direito divino**, inclemente para os “estados dentro do estado” feudais; essa evolução conta com o apoio da burguesia, que via nos monarcas o poder capaz de contrariar a reacção da nobreza à crescente perda de importância, poder, riqueza e estatuto;
- 5) A instituição das **primeiras universidades** (existiam 78 universidades europeias no começo do século XVI), a solidificação e ampliação da “rede” de escolas não superiores e a intensificação do recurso a professores particulares, o que, em última instância, favorecerá a ciência, a razão, o questionamento sobre o mundo e o humanismo, em detrimento da teocracia e da escolástica (baseada no princípio do “magister dixit”);
- 6) O aparecimento de correntes que preconizavam a **reforma da Igreja Católica**;

7) O desenvolvimento da **indústria do papel**, em parte motivada pela interrupção dos fluxos de papiro provocada pela queda do Império Romano do Oriente (com a capital em Constantinopla), engolido pelos turcos otomanos no século XV;

8) O arranque da epopeia dos **Descobrimentos**, que suscitam curiosidade pelo diferente, abrem horizontes aos europeus e permitirão o desenvolvimento económico das potências descobridoras (Portugal, Espanha...), sustentado pelo colonialismo;

9) Uma atitude sócio-cultural que promovia o cultivo das **artes** e o apego ao **conhecimento**.

Os fenómenos renascentistas permitem compreender melhor as condições que favoreceram, entre os séculos XIV e XVI, a crescente difusão de livros e outras publicações, manuscritas e impressas, neste último caso apoiadas num invento de extraordinária importância: o sistema tipográfico de Gutenberg (desenvolvido mais ou menos entre 1444 e 1456, ano em que provavelmente foi impressa a *Bíblia* de quarenta e duas linhas ou de Mazarino). A cultura escrita começa, no Renascimento, a adquirir uma importância superior à cultura oral. São, assim, vários os exemplos de antepassados do jornalismo actual que coexistem durante aquele período, como as crónicas e as cartas, mas também apareceram os almanaques, importantes para a vulgarização do impresso:

1) As **crónicas** subsistiram, mas os novos meios asseguram a sua reprodução fiel e alargam a sua difusão. O seu estilo irá contribuir, mais tarde, para a fixação de padrões para a enunciação jornalística.

2) As **cartas** também subsistiram como meio relevante de transmissão de informação e novidades. Havia, obviamente, **cartas pessoais**; mas também havia **cartas institucionais**, como a que, em jeito de **crónica** (na realidade, é uma carta-crónica), escreveu Pêro Vaz de Caminha, cronista da frota de Pedro Álvares Cabral, ao Rei de Portugal, D. Manuel, narrando o achamento do Brasil. Os funcionários dos grandes mercadores e das grandes casas comerciais e bancárias também elaboravam um tipo de **cartas informativas e noticiosas** que funcionavam como uma espécie de *newsletters* (ver, por exemplo: Tengarrinha, 1989: 25). As cartas deste último tipo serviam para os funcionários manterem os seus patrões informados do que acontecia, tendo, em certos casos, periodicidade diária. Essas cartas, confidenciais, começaram a incorporar informações sobre a conjuntura económica, militar, política e social.

A correspondência diplomática ganhou, também, uma renovada importância.

Para a história do jornalismo, as cartas institucionais e informativas são importantes pela adopção de um estilo eminentemente noticioso, reportativo, informativo e funcional, embora temperado pelas especificidades do género epistolar.

Para exemplificação, veja-se o seguinte excerto da carta de Pêro Vaz de Caminha:

“Senhor, (...) E assim seguimos o nosso caminho, por este mar longo, até que (...) houvermos vista de terra! A saber, primeiramente de um grande monte, muito alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto, o capitão pôs o nome de O Monte Pascoal e à terra A Terra de Vera Cruz! (...) E dali avistamos homens que andavam pela

praia, uns sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos que chegaram primeiro (...) pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas.”²⁹

3) Os **almanaques populares**, elaborados, com intuítos comerciais, pelas primeiras tipografias-editoras, incluíam informações sobre agricultura, dias festivos, fases da lua, etc.; davam conselhos para a vida diária; recordavam provérbios; faziam previsões; incluíam pequenos relatos de vidas de santos, reis, nobres e heróis, com intuítos moralistas; inseriam relatos de alguns acontecimentos e de fenómenos insólitos (por vezes meramente ficcionais), etc. Esses almanaques, escritos de forma simples, aguçavam o apetite das pessoas por notícias e ajudaram a conquistar para a leitura a (pouca) população alfabetizada, incluindo aqueles cuja alfabetização era rudimentar. Alguns deles eram *periódicos* (normalmente, anuais), o que contribui para acentuar a ideia de *periodicidade*, cara ao jornalismo.

3.1 As folhas volantes, ocasionais ou avulsas

As **folhas volantes** (também designadas, entre outros nomes, como **folhas ocasionais** ou **folhas noticiosas** ou **relações**, no sentido de serem um relato de um acontecimento) são um dos principais dispositivos pré-jornalísticos do Renascimento, que, com maiores ou menores transformações, perduraram até ao século XIX (e mesmo até à contemporaneidade, se pensarmos nas folhas panfletárias noticiosas, muitas delas clandestinas, que se difundiram e difundem nos regimes autoritários, nos países sujeitos a ocupação militar estrangeira, etc.).

As folhas volantes terão surgido em Itália, concretamente em Veneza e em Génova, mas espalharam-se rapidamente por toda a Europa, sendo vendidas em feiras e lugares concorridos. Com os **livros e opúsculos noticiosos** (colectâneas de notícias surgidas, presumivelmente, em 1587), as folhas volantes perfazem o conjunto dos principais antepassados directos dos actuais jornais e constituem a principal novidade trazida pelo Renascimento ao pré-jornalismo.

Como o seu próprio nome indica, as folhas volantes, habitualmente, eram constituídas por uma única folha de pequena dimensão (cerca de 15 x 20 cm) e apenas inseriam uma única “notícia”, “com grandes minudências, mas nem sempre com muita verdade” (Tengarrinha, 1989: 29). Em alguns casos, eram juntas duas ou três folhas, agraçadas umas às outras. Habitualmente, apenas continham uma “notícia”, mas outras ofereciam mais do que um texto ao leitor. Neste último caso, uma folha ocasional podia juntar “notícias sérias” às “notícias populares” e “sensacionalistas”, ou ainda a “notícias” que, pelo seu conteúdo, tinham manifesto interesse público, apesar de se referirem a calamidades.

Normalmente, não ultrapassavam oito folhas (Tengarrinha, 1989: 29). Todavia, cedo apareceram outras publicações noticiosas ocasionais de maior dimensão, que se formatavam como livros ou opúsculos, devido à sua extensão (mais de 20 páginas, podendo atingir uma centena), graças ao aprimoramento das técnicas de impressão, ao embaratecimento dos custos de produção e ao interesse do público, entre outros factores. Neste caso, a designação “folha volante” talvez não seja a mais apropriada, podendo antes falar-se de **relações ocasionais ou avulsas** ou de **opúsculos noticiosos ocasionais** ou ainda, mais neutralmente, de **publicações noticiosas ocasionais**. Tengarrinha (1989: 29), por exemplo, afirma que as folhas volantes portuguesas apresentavam o aspecto de um pequeno livro, com frontispício (página um) muitas vezes ilustrado.

Os temas das folhas volantes e restantes publicações noticiosas ocasionais eram muitos e variados. Política, comércio, fenómenos insólitos e curiosos, acontecimentos sociais, crimes e criminosos, calamidades, batalhas, lugares, etc. são exemplos de alguns dos muitos temas que serviram de pretexto para a elaboração de folhas ocasionais. Tengarrinha

²⁹ Grafia adaptada ao português contemporâneo.

(1989: 29) fez um levantamento das relações ocasionais portuguesas de que se tem conhecimento ou que ainda se conservam, publicadas entre 1555 e 1641 (ano em que surge o primeiro periódico português estável), tendo chegado ao número de 32, abarcando as seguintes temáticas:

- Expansão marítima, naufrágios, relações com povos e descrições de terras distantes, proselitismo religioso: 14 (43,7%)
- Assuntos religiosos: 6 (18,8%)
- Notícias da Corte: 6 (18,8%)
- Acontecimentos gerais do País e o estrangeiro: 3 (9,4%)
- Batalhas: 2 (6,2%)
- Descrição de Lisboa: 1 (3,1%)

Normalmente, as folhas volantes apenas continham, como se disse, uma “notícia”, mas outras ofereciam mais do que um texto ao leitor. Neste último caso, uma folha volante podia juntar “notícias sérias” às “notícias populares” e “sensacionalistas”, ou ainda a “notícias” que, pelo seu conteúdo, tinham manifesto interesse público, apesar de se referirem a calamidades.

A mais antiga folha volante de que há registo foi editada em Itália (Bolonha, 1470) e relatava a queda de Constantinopla e do Império Romano do Oriente (Império Bizantino), em 1453, e os subsequentes avanços dos turcos otomanos pelo Mediterrâneo oriental. Outras folhas faziam referência a factos como a descoberta da América por Colombo (1493), a queda de Granada e a expulsão dos mouros de Espanha (1492), a queda de um meteorito em Ensisheim (1492) ou a entrada de Carlos VIII em Florença (1494). Outras ainda ofereciam informação comercial e política aos mercadores. Uma das primeiras folhas que subsistiu é a que narra a batalha de Flodden Field, em Inglaterra, datada de Setembro de 1513 e impressa por Richard Fawkes. Pode dizer-se, assim, que as notícias das folhas volantes já obedeciam a critérios de noticiabilidade idênticos aos contemporâneos, o que acentua a natureza cultural e histórica dos valores-notícia (negatividade, referência a fenómenos insólitos, novidade, referência a pessoas de elite, utilidade prática das informações, etc.).

A mais antiga publicação ocasional portuguesa de que se tem conhecimento é a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição Chamada Algaravia a Nova de que Era Capitão Francisco Nobre a Qual Perdeu nos Baixos de Pêro dos Banhos em 22 de Agosto de 1555*, impressa em Lisboa, em 1556, com gravura na folha de rosto, (Tengarrinha, 1989: 29), que tinha 23 páginas de 15 x 20 cm e foi escrita, hipoteticamente, por Manuel Rangel³⁰. Conhecem-se

³⁰ Giulia Lanciani (1979), no seu livro *Os Relatos de Naufrágios na Literatura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII* (Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa da Secretaria de Estado da Cultura, pp. 21-22), explica, porém, que esta *Relação* poderá ser apenas de cerca de 1620, pois nela são referidas obras de 1613 (*Crónica de Dom João III*, de Francisco de Andrade) e de 1616 (*Década VII*, de Diogo do Couto). No entanto, tendo em conta o objectivo deste livro, essa questão é irrelevante, pois interessa-nos, unicamente, fixar no século XVI a aparição documentada das *folhas volantes* em Portugal, havendo vários exemplos de folhas volantes (ou relações) que, sem contestação, são desse período. Por exemplo, a mesma autora (p. 11) indica que a *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a*

também, por exemplo, entre várias dezenas de outras³¹, a *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal*, impressa entre 1555 e 1556, bem como a folha volante *Naufrágio da Nau São Bento – Sumário da Viagem Que Fez Fernão d’Álvares Cabral, que Partiu para a Índia por Capitão-Mor da Armada no ano de 1553, Até que Se Perdeu na Costa do Cabo da Boa Esperança e dos Seus Trabalhos e Morte, e do que Mais Sucedeu aos que da Sua Companhia Escaparam do Caminho que Fizeram por Terra e Mar Até Chegarem às Ditas Partes*, impressa em 1564, da autoria de Manuel da Mesquita Pelestrelo.

Os relatos patentes nas publicações noticiosas ocasionais são um misto de crónica e reportagem, mas a narrativa tende sempre a ser cronológica, independentemente da extensão do relato, como se pode observar no seguinte excerto da *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João* (1555 ou 1556):

“Partiu neste galeão Manuel de Sousa, que Deus perdoe, para fazer esta desventurada viagem, de Cochim, a 3 de Fevereiro de 1552. E partiu tão tarde por ir a carregar a Ceilão e lá haver pouca pimenta (...) e veio a Cochim acabar de carregar (...) e ainda que a nau levasse pouca pimenta, nem por isso deixou de ir muito carregada de outras mercadorias, no que se havia de ter muito cuidado pelo grande risco que correm as naus muito carregadas (...) E tardaram muito em ver o Cabo por causa das ruins velas que traziam, que foi uma das causas, e a principal, da sua perdição (...) e tais eram as que traziam, que tanto tempo punham em as remendar como em navegar (...) e por o leme ser podre, um mar que então deu lho quebrou pelo meio [ficando] (...) sem leme, sem mastro, sem velas (...). E vendo Manuel de Sousa como o galeão se lhe ia ao fundo sem nenhum remédio, chamou ao mestre e ao piloto e disse-lhes que a primeira coisa que fizessem fosse pô-lo em terra com sua mulher e filhos, com vinte homens que estivessem em sua guarda. (...) O capitão a bordo, com uma espada nua defendendo o esquifo, que não entrasse ninguém nele até as mulheres todas, que seriam com algumas crianças 33, e os meninos fossem em terra postos. (...) A gente que estava na nau lançou sobre a caixaria e madeira à terra. Morreram em se lançando, mais de 40 portugueses e 70 escravos; a mais gente veio à terra por cima do mar, e alguma por baixo, como a Nosso Senhor aprouve, e muita dela ferida dos pregos e madeira.”³²

[A narração continua com as desventuras dos portugueses e escravos que chegaram a terra firme, mas foram, quase na totalidade, vítimas da fome, da doença e dos ataques dos indígenas, incluindo a mulher e filhos de Manuel de Sousa. Este último, desalentado com a perda da mulher e do último filho, internou-se sozinho pelo mato e nunca mais foi visto. O relato termina com a chegada de alguns portugueses sobreviventes às possessões lusas em Moçambique.]

24 de Junho, na Terra do Natal, teria sido impressa entre 1555 e 1556, o que a tornaria a primeira *folha volante* publicada em Portugal, no caso de a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição Chamada Algaravia a Nova de que Era Capitão Francisco Nobre a Qual Perdeu nos Baixos de Pêro dos Banhos em 22 de Agosto de 1555* ser de cerca de 1620. Há que realçar, no entanto, que Carlos Passos (1916) refere folhas volantes portuguesas de 1527 e talvez mesmo anteriores, sobre o naufrágio de várias naus (São Pedro, São Sebastião, Santo António e Conceição). Para aumentar a confusão, Manuel Severim de Faria, na sua primeira *Relação* (primeiro jornal impresso português, não periódico), escreveu, em 1626, que acabava de saber do naufrágio do galeão São João no Natal (a menos que se referisse a outro galeão com o mesmo nome).

³¹ Muitas delas, por falarem de naufrágios, foram compiladas na *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito (século XVIII).

³² Grafia adaptada ao português contemporâneo.

A Relação Verdadeira dos Trabalhos que o Governador D. Fernando de Souto e Certos Fidalgos Portugueses Passaram no Descobrimento da Província da Florida, Agora Novamente Feita por Um Fidalgo de Elvas, impressa em Évora, em 1557, tem um interesse especial por ser uma extensa “reportagem” (mais de cem páginas), anónima, do envolvimento de portugueses na colonização da Florida, tendo também seguido a estrutura do relato cronológico ou diacrónico. São desta última *Relação* alguns excertos a seguir inseridos³³. O primeiro dá conta da preparação da expedição por D. Fernando de Souto, que quis convencer companheiros como Cabeça de Vaca a acompanharem-no. O segundo procura construir a personagem de Dom Fernando de Souto (retardamento da acção para dar consistência psicológica à personagem). O terceiro narra um horrível massacre de indígenas pelos expedicionários capitaneados por Dom Fernando de Souto, de que os índios de Guachoya, aliados dos colonizadores, se aproveitaram para saquear as casas dos índios assassinados pelos portugueses:

[1]

“Desta relação feita por palavra de Cabeça de Vaca ao Imperador foi sabedor Marques de Astorga, e logo determinou de mandar com Dom Fernando de Souto a seu irmão Dom António Osório. E com ele se fizeram prestes dois parentes seus, a saber, Francisco Osório e Garcia Osório. Dom António se desfez de seiscentos mil reais de renda que tinha pela igreja (...) Souto fazia a Cabeça de Vaca grandes partidos e estando concertado para ir com ele (como se já disse) porque lhe não quis dar dinheiro para pagar hum navio que havia comprado, se desavieram, e foi por governador ao Rio da Prata” (pp. 66-67)

[2]

“(...) e por ser [o governador] homem rijo e seco de palavra, e ainda que folgava de escutar e saber o parecer de todos, depois que dizia o seu não queria que o contradissem e sempre fazia o que lhe a ele parecia (...)” (p. 113)

[3]

“Houve ali homens tão cruéis e carniceros que velhos e moços e quantos topavam diante matavam sem pouco nem muito haverem resistido. E os que em si confiavam era para se mostrar em toda parte donde houvesse resistência, e que por tais eram havidos, rompiam os índios, derrubando muitos com os estribos e peitos dos cavalos (...). Os índios de Guachoya antes de chegar ao povo se detiveram e de fora estiveram olhando como os cristãos se debatiam com os [índios] de Anilco: e vendo-os desbaratados e que os de cavalo os iam alcançando, acudiram às casas a roubar. E do despojo encheram suas almadias de roupa e antes que os cristãos se fossem foram a Guachoya e muito admirados do que haviam visto fazer aos índios de Anilco, contaram tudo o que se passou, com grande espanto, ao seu cacique.” (p. 174).

Embora o termo “**relações**” tenha perdurado, essencialmente, para referenciar folhas noticiosas com várias notícias e livros e opúsculos noticiosos (que também reuniam várias notícias), é de realçar, conforme o título de algumas das folhas atrás referidas indicam, que algumas das folhas volantes com uma única “notícia” também se denominaram relações, no sentido de serem um “relato”.

³³ Grafia adaptada ao português contemporâneo.

Curiosamente, as folhas volantes impressas coexistiram com as manuscritas, pois a primeira folha manuscrita portuguesa que se conserva na Biblioteca Nacional data de 19 de Outubro de 1588, surgindo com o título *Notícia da Infelicidade da Armada de Sua Majestade Que Escreveu o Mestre de Santa Catarina*³⁴. Nela, em duas folhas, narrava-se a destruição da Armada Invencível. Assim sendo, há a considerar que, quanto ao método de fixação da informação no suporte, havia dois tipos de folhas volantes coexistentes: as impressas e as manuscritas.

Habitualmente, as folhas volantes eram anónimas, mas conhece-se o nome de alguns dos *mercadores de notícias* quinhentistas e seiscentistas, como o português Bento Teixeira Feio.

As folhas volantes podiam ser escritas em *prosa* ou em *verso*. O mesmo Bento Teixeira, por exemplo, legou-nos os seguintes versos sobre o Recife de Pernambuco (extraídos do poema épico *Prosopopeia*, primeira obra poética de envergadura elaborada no Brasil), colonizado pelos portugueses, que terão circulado em folha volante:

Descrição do Recife de Pernambuco

Pera a parte do sul, onde a pequena
Ursa se vê de guardas rodeada,
Onde o céu luminoso, mais serena,
Tem sua influência, e temperada.
Into da nova Lusitânia ordena
A natureza mãe bem atentada,
Um porto tão quieto e tão seguro,
Que para as curvas naus serve de muro.
É este porto tal, por estar posta
Uma cinta de pedra inculta e viva,
Ao longo da soberba e larga costa,
Onde quebra Neptuno a fúria esquiva.
Entre a praia e a pedra descomposta
O estanhado elemento se deriva
Com tanta mansidão, que uma fateixa
Basta ter à fatal Argos aneixa.
Em o meio desta obra alpestre e dura
Uma boca rompeu o mar inchado,
Que na língua dos bárbaros escura
Paranambuco – de todos é chamado:
De – Paraná – que é Mar, – Puca, rotura;
Feita com fúria desse mar salgado,
Que, sem no derivar cometer míngua,
Cova do mar se chama em nossa língua.
Para a entrada da barra, à parte esquerda,
Está uma lajem grande e espaçosa,
Quede piratas fora total perda,
Que uma torre tivera suntuosa.
Mas quem por seus serviços bons não herda,

³⁴ BNL, Ms. Caixa 2, n.º 28.

Desgosta de fazer cousa lustrosa;
Que a condição do rei, que não é franco,
O vassalo – faz ser nas obras manco...
Sendo os deuses à lajem já chegados,
Estando o vento em calma, o mar quieto,
Depois de estarem todos sossegados,
Por mandado do rei, e por decreto.
Proteu no céu, c'os olhos enlevados,
Como que investiga alto secreto,
Com voz bem entoada, e bom meneio,
Ao profundo silêncio, larga o freio.

Antes mesmo de Bento Teixeira, já Garcia de Resende (1554) elaborara a sua *Miscelânea*, autêntica cronologia noticiosa em forma de verso, apropriadamente designada “Casos e Coisas” e “Novas Novidades”, onde relembra, por exemplo, o horrível massacre dos cristãos-novos (judeus convertidos ao Cristianismo) em Lisboa, a 20 de Abril de 1506 (dia de Pascoela):

Mudanças e grandes feitos,
em papas, reis, dignidades,
Em reinos, vilas, cidades...
(...)
Vi que em Lisboa se alçaram
povo baixo e vilãos
contra os novo cristãos,
mais de quatro mil mataram
dos que houveram às mãos:
uns deles, vivos queimaram,
meninos despedaçaram,
fizeram grandes cruezas,
grandes roubos e vilezas
em todos quantos acharam

Estando só a cidade
por morrerem muito nela
se fez esta crueldade;
mas el-rei mandou sobre'ela
mui mui grande brevidade;
Muitos foram justificados,
quantos acharam culpados,
homens baixos e bargantes,
e dois frades observantes,
vimos por isso queimados.

El-Rei teve tanto a mal
a cidade tal fazer,
que o título natural
de nobre e sempre leal
lhe tirou e fez perder;
muitos homens castiou
e ofícios tirou;
depois que Lisboa viu
tudo lhe restituiu
e o título lhe tornou.

Também na *Miscelânea*, surge a alusão ao terramoto de 1522, em Lisboa:

Vi que em Lisboa caiu
da costa gran quantidade
duas ruas destruiu,
duzentas casas sumiu,
foi grão temor na cidade;
agrestes temores tais
e outros muitos sinais
vemos, sem termos lembrança
de Deus, nem fazer mudança
de nossas vidas mortais.

As publicações noticiosas ocasionais tiveram várias denominações nos diferentes países europeus: *relação*, *notícia*, *carta*, *manifesto* e *cópia* (Portugal), *avvisi*, *relazione*, *gazzeta*, *broglieti* e *fogli a mano* (Itália), *price-currents* (Reino Unido), *cartas nuevas* (Espanha), *zeitungen* (Alemanha), *occasionnel* (França), etc. Porém, em nenhum lugar tiveram título ou periodicidade regular. Na primeira página, normalmente surgia o título da notícia a que se referiam, a data e o local de impressão. Algumas eram ilustradas com uma xilografia. Às vezes eram encadernadas como pequenos livros, o que se justificava, inclusivamente devido ao número de páginas que algumas tinham (mais de 20, chegando às centenas em alguns casos).

As folhas ocasionais tiveram outra característica: frequentemente, as notícias que continham eram traduzidas em vários idiomas, ajudando a tornar a Europa o espaço de referência para os cidadãos do Velho Continente. Além disso, ao disseminarem-se por toda a Europa, levavam muitas vezes ao conhecimento dos europeus aquilo que se passava noutros países. A Europa forjava, assim, uma consciência geo-cultural unitária e identitária. Aliás, algumas das publicações noticiosas ocasionais eram escritas em latim, língua-franca dos intelectuais da época, visando já a circulação mais disseminada possível.

O bom acolhimento das folhas noticiosas pela burguesia urbana, pelos letrados e académicos e ainda pela pouca população alfabetizada e mesmo pela população analfabeta (os analfabetos pagavam para ouvir o que diziam as folhas volantes, um fenómeno que, aliás, perdurará pelos séculos seguintes, com as gazetas) fizeram perceber a alguns empresários que as pessoas necessitavam e estavam ávidas de notícias regulares, pelo que essas folhas cedo evoluíram

para os primeiros jornais, que com propriedade poderão ser considerados verdadeiramente “relações de notícias” (no sentido de incluírem várias notícias). As folhas volantes tiveram, assim, o mérito de preparar o mercado e a audiência para o jornalismo industrializado.

De destacar que no Japão também se publicaram uma espécie de folhas volantes, os *Yomiuri* (“paga e lê”), mas apenas no século XVII, já a Europa enveredava por um jornalismo mais semelhante ao actual.

A proliferação incontrolada de notícias levou alguns governos a regular esse fluxo, datando do Renascimento alguns éditos contra os “perigos” da elaboração e leitura de notícias, como os emitidos pela Universidade de Colónia (1475), pelo Arcebispado de Würburgo (1482), pelas autoridades de Basiléia (1482) e de Maguncia (1485), etc. O papa Alexandre VI impôs, por seu turno, a censura prévia às notícias, na bula *Intermultiplices*, em 1488.

3.2 O sistema tipográfico de Gutenberg (a “imprensa”) e as suas repercussões

A intensificação do comércio subjacente ao período renascentista gerava riqueza, suscitava o desejo de lucro e impulsionava a vontade de investir. Assistia-se, por outro lado, à intensificação da circulação de informações e ideias, prefigurando a liberdade de expressão das sociedades livres e democráticas contemporâneas e possibilitando a construção de novos conhecimentos e a difusão de novos artefactos e técnicas. Além disso, a cultura da renascentista orientava-se, crescentemente, para o escrito, embora faltasse assegurar a possibilidade de transmitir fielmente a mesma mensagem a um vasto número de pessoas e a grandes distâncias. A conjuntura do Renascimento contribuía, assim, para o aparecimento de novos inventos, assegurando aos inventores (tal como aos artistas) o seu ganha-pão ou mesmo o lucro e a riqueza. Por isso, o espírito do Renascimento é encarnado por personagens como Leonardo da Vinci, que aliavam a curiosidade e a paixão pelo experimentalismo aos conhecimentos gerais em vastos domínios (ciências, artes e letras) e à capacidade técnica, inventiva artística.

Johann Gensfleisch zum Gutenberg, nascido em Magúncia, na Renânia (Alemanha), no seio de uma família de artífices, foi um desses inventores renascentistas que procuraram, com o seu engenho, alcançar a riqueza e o bem-estar para si e para os seus. Não logrou alcançar a riqueza, e talvez não tenha tido tempo para se aperceber da revolução que o seu invento iria originar, mas o sistema tipográfico que inventou deu à humanidade um futuro melhor, abrindo condições para o aparecimento e para o sucesso da indústria jornalística.

Outros inventores, além de Gutenberg, procuravam, à época, criar um método de impressão que ultrapassasse as desvantagens da impressão xilográfica (morosidade, rápido desgaste dos moldes e necessidade de as páginas se comporem por inteiro). Conserva-se ainda, por exemplo, um exemplar de um texto religioso impresso rudimentarmente em oito folhas, frente e verso, por um holandês chamado Laurens Janszoon, alcunhado Coster. Mas foi Gutenberg a inventar o método definitivo.

No tempo de Gutenberg, as técnicas de fabrico de papel, inventadas na China e introduzidas na Europa pelos árabes andaluzes, não eram novidade, pelo que existia já um suporte relativamente abundante e barato para as mensagens escritas. O invento de Gutenberg, em si, nada tinha também de muito estranho, pois na sua base estavam as ideias de algumas das técnicas da impressão xilográfica (com gravuras de madeira) difundidas pela Europa (como o confirmam vários livros alemães e holandeses do século XV que chegaram até aos nossos dias). Porém, o mérito e o carácter inovador da invenção de Gutenberg assentaram no desenvolvimento de uma nova liga metálica para os caracteres, na concepção de uma nova máquina impressora, de novos dispositivos de impressão e, portanto, no global, de uma nova técnica.

Gutenberg idealizou, entre cerca de 1444 e 1456, um método tipográfico em que se fazem moldes de letras usando uma mistura resistente de chumbo, estanho e antimónio. Esses moldes são agrupados em caixas, dispostas em pranchas com o tamanho de uma página. As pranchas são cobertas com uma tinta adequada e pressionadas verticalmente sobre papel. A invenção de Gutenberg foi, assim, uma resposta engenhosa às necessidades de assegurar às pessoas, que crescentemente usavam e admiravam o documento escrito, uma maneira de transmitir mensagens escritas fielmente, à distância, para um elevado número de indivíduos e a baixo custo.

A originalidade e fiabilidade da tipografia gutenberguiana é realçada por dois factos: 1) perdurou praticamente sem alterações até ao século XIX e à invenção da rotativa; 2) disseminou-se por todo o mundo. Consequentemente, segundo Alfonso Braojos Garrido (1999: 17), em 1500 já existiam 73 tipografias em Itália, 50 no Sacro Império Romano-Germânico, 45 em França, quatro em Inglaterra e pelo menos vinte na Península Ibérica. Pode dizer-se, em consequência, que a tipografia gutenberguiana alicerçava uma indústria rentável, no seio da qual nascerão os primeiros projectos industriais de jornalismo.

Para Alfonso Braojos Garrido (1999: 18), a invenção de Gutenberg “investiu de dignidade a figura do impressor-editor à escala dos ofícios burgueses, ao erigir-se em símbolo de um espírito urbano, carregado de individualismo, racionalista, de valores concretos, sem sentimentos de culpa ante o lucro económico e em ascensão progressiva dentro da sociedade da época”. Ao mesmo tempo, contribuiu para racionalizar a cultura europeia e desviá-la rebeldemente da autoridade escolástica, da teocracia e do *magister dixit*, em favor da liberdade de pensamento e de expressão, do inconformismo e da tolerância.

Pode, finalmente, dizer-se ainda que o aparecimento da tipografia de Gutenberg criou condições para a democratização da cultura, mas também desencadeou um processo de estandardização e simplificação das mensagens que vulgarizou essa mesma cultura.

3.3 Fenómenos pré-jornalísticos nos séculos XV e XVI

No século XV, a Europa entrava na modernidade num ambiente tenso, provocado pelas rápidas transformações renascentistas. A Igreja, por exemplo, convocou os concílios de Constância, Pisa e Basileia para reagir contra a sua crescente perda de prestígio, influência, poder e autoridade, devido à acção de humanistas como Erasmo de Roterdão, Thomas More ou Nicolau de Cusa, cuja espiritualidade desassossegada indiciava a Reforma Protestante.

A tensão que animava a Europa de Quatrocentos era reforçada pelo perigo que constituía a atitude expansionista do Império Otomano (turco), cujos valores islâmicos e teocráticos se afastavam daqueles que a Europa do Renascimento lentamente construía. Mas os europeus também não se entendiam entre si, por vezes nem sequer para enfrentar o inimigo turco comum. As guerras devastavam o Velho Continente, não apenas por motivos de defesa da agressão turca, mas também provocadas pelas rivalidades entre países e impérios expansionistas. A diplomacia e as políticas de alianças cresciam em importância. Os modernos estados europeus, no seio dessa conjuntura, desejavam mostrar a sua soberania e independência, precisando, por isso, de cidadãos que formassem uma base nacional, de leis que regulassem os procedimentos administrativos e assegurassem a lealdade desses cidadãos, de exércitos que os defendessem ou fossem os braços armados das suas políticas e de dinheiro para sustentar toda a máquina estatal. Ao mesmo tempo, as monarquias necessitavam de obter a lealdade dos súbditos, nomeadamente dos exércitos, e de quebrar definitivamente a reacção da nobreza feudal e os resquícios de feudalismo que ainda subsistiam. Assim, se por um lado a imprensa pré-jornalística contribuía para a democratização do acesso à informação, do conhecimento e da cultura e ajudava a forjar uma consciência europeia, por outro lado também contribuía para a propaganda dos regimes, para a uniformização das

línguas nacionais e para o reforço das nacionalidades (e, em última instância, dos nacionalismos), sendo mais ou menos tolerada pelos governantes.

Por sua vez, os Descobrimentos, iniciados por Portugal, tinham levado os portugueses ao Índico e os espanhóis à América do Centro e do Norte. Em 1500, levariam também os portugueses à América do Sul. Os territórios descobertos pelos estados ibéricos cedo suscitaram a cobiça dos restantes estados europeus e colocaram-nos perante a necessidade de colonização, de domínio dos povos indígenas e de exploração económica e comercial. Mas também forneceram novas notícias e suscitaram a natural curiosidade de quem via abrirem-se novos horizontes à humanidade.

O século XVI viu, ainda, aparecerem as primeiras **feiras bibliográficas** (Frankfurt, Leipzig e Lyon), surgir um **sistema de correio** à escala europeia, desencadear-se a Reforma Protestante, etc. A ameaça turca foi afastada com as derrotas otomanas de Lepanto e Viena. Mas o século XVI também assistiu ao incremento das guerras religiosas, à Reforma e à Contra-Reforma (Concílio de Trento, 1545-1563, e fundação da Congregação para a Propaganda da Fé, 1568) e às guerras que tentavam unificar a Europa por via das armas, protagonizadas pelos Habsburgos e pelo Sacro Império. Nesse ambiente, as folhas noticiosas, elogiadas por personalidades como Lutero, persistiram e começaram, gradualmente, a transformar-se em jornais, tal como ocorreu com as *newsletters* comerciais, como aquela que era mantida pela importante família alemã dos Fuggers, que continha informação sobre a disponibilidade e preços de vários bens e serviços, notícias políticas e militares susceptíveis de afectar os negócios, etc. (estas folhas noticiosas comerciais, pela sua exactidão, podem ser consideradas antepassadas dos jornais “de qualidade”).

Os mais variados temas serviram aos editores-tipógrafos de pretexto para a publicação de folhas volantes, que indiciavam, com as suas histórias, os mais diversos aspectos da vida colectiva. O jornalismo configurava-se, assim, como a actividade de contar histórias sobre a vida quotidiana. Muitas dessas histórias eram (e são) publicamente úteis, enquanto outras se destinavam (e destinam) essencialmente a satisfazer a curiosidade humana. Mesmo estas últimas notícias, porém, podem ser positivas para a vida de uma sociedade, já que as notícias, ao representarem as atitudes, comportamentos e cognições humanas e ao delimitarem o que é considerado desvio, ajudam a definir as regras de convivência e as normas que asseguram a sobrevivência e a estabilidade da sociedade.

Entre os temas das publicações noticiosas ocasionais quinhentistas encontram-se naufrágios, batalhas, descobrimentos, o divórcio de Henrique VIII, acordos de paz, cerimónias públicas, episódios da vida nas cortes, casamentos, baptizados, celebrações e festas, crimes e criminosos, descrições de lugares, fenómenos insólitos, maravilhas da natureza, enfim, uma enorme variedade de temas que encontraríamos, sem surpresa, em qualquer meio jornalístico dos nossos dias e que já se encontram, como vimos anteriormente, em publicações anteriores. Afinal, os conteúdos não mudaram muito desde que os romanos focavam sobre a vida privada entre as informações políticas, comerciais e militares que serviam de tema às suas cartas e às *Actas Diurnas*.

Prefigurando o jornalismo de investigação, e conforme assegura Braojos Garrido (1999: 21-22), os “mercadores da notícia” chegaram a espiar e subornar, mas alguns também se colocaram ao serviço da propaganda de causas políticas, ajustando o jornalismo incipiente à manipulação da opinião. Independentemente de quaisquer juízos de valor que possamos fazer acerca da atitude dos pré-jornalistas de Quinhentos e Seiscentos, pelo menos uma coisa se observa: as publicações noticiosas tinham suficiente impacto e importância entre a sociedade para justificar os esforços censurantes ou manipuladores de alguns.

O século XVI viu, também, a emergência de um novo fenómeno pré-jornalístico: o aparecimento dos **livros noticiosos**, que constituem outro dos antepassados dos actuais jornais.

Os livros e opúsculos noticiosos diferem das folhas volantes e de outras publicações noticiosas ocasionais monotemáticas (1) no volume de páginas e de informações, (2) na diversidade de notícias, (3) na periodicidade mais ou menos definida (anual e semestral) e (4) na existência de um título que denominava todas as sucessivas edições. Os

livros noticiosos são, portanto, mais diversificados nos conteúdos e estilos do que as folhas volantes e outras publicações noticiosas ocasionais monotemáticas, agrupando quer notícias “sérias” e com valor histórico, quer notícias “populares” e “sensacionalistas”. Podemos considerar esses livros como uma espécie de dos *anuários noticiosos*, com ambições simultaneamente historiográficas e jornalísticas, numa época em que as fronteiras entre jornalismo e historiografia não estavam definidas. Os livros noticiosos são, enfim, com propriedade, *relações periódicas de notícias* de grande volume e extensão.

Tal como acontecia com as publicações ocasionais, alguns dos livros noticiosos eram escritos em latim, o que acentua o seu carácter universal (o latim era a língua franca da época) e o seu valor intelectual.

A tradição dos livros noticiosos parece ter sido iniciada pelo austríaco Michael von Aitzinger, que entre 1587 e 1598 publicou semestralmente uma compilação resumida das principais notícias com valor histórico surgidas nas folhas volantes que chegavam à sua mão. Esses livros, vendidos nas feiras bibliográficas, em particular na de Frankfurt, designaram-se genericamente por *messrelationen*, mas tinham títulos sugestivos. Os de von Aitzinger, por exemplo, chamavam-se *Prostrema Relatio Histórica*; os de Jacobus Francus (pseudónimo do pregador protestante Conrad Lautenbach) denominavam-se *Historicae Relationis Complementorum* (1591); e os do francês Palma-Cayet *Cronologias Novenarias*.

Cedo, a frequência de publicação dos livros noticiosos começou a aumentar e o seu volume a diminuir (embora o hábito de publicar relações de notícias sob a forma de livro perdurasse até, pelo menos, ao século XIX). Em 1597, apareceu aquela que, provavelmente, foi a primeira publicação mensal noticiosa: a *Rorschacher Monatsschrift*, editada por Samuel Dilbaum e Leonhard Straub em 1597, em Rorschach. Igualmente em 1597, apareceu o *Noviny Poradné Celého Mesíce Zari Léta 1597* (*Jornal Completo do Mês Inteiro de Setembro de 1597*), mensário editado em Praga por Daniel Sedlitzhansky. Algumas dessas publicações mensais popularizaram-se com o nome de **mercúrios**, em honra do deus greco-romano mensageiro dos deuses, protector do comércio e do lucro (sendo Hermes a sua designação grega). O seu sucesso indicia a apetência do mercado por notícias, devido às crescentes necessidades informativas de uma sociedade em acelerado processo de mudança.

O sucesso da imprensa jornalística emergente foi também a causa das dificuldades que conheceu para se implementar. As convulsões militares, políticas e religiosas da Europa quinhentista acentuaram as tentativas de **controlo e censura** das actividades pré-jornalísticas por parte das autoridades civis e religiosas. O sistema de **licenciamento prévio** foi o processo mais usado em toda a Europa: apenas os indivíduos bem vistos pelas autoridades obtinham a licença prévia que lhes dava o direito a instalarem tipografias e/ou a exercerem o ofício de tipógrafo e editor. A **censura prévia** foi, igualmente, uma prática corrente nos estados europeus: as publicações tinham de passar pelo crivo do censor para poderem ter licença de impressão. O papado promulgou a *Index Librorum Prohibitorum*, lista dos livros de leitura proibida, considerados heréticos, ameaçadores ou infundados. Alguns dos editores-tipógrafos, pré-jornalistas, chegaram mesmo a morrer às mãos dos carrascos papistas por causa daquilo que escreveram, como os italianos Niccolo Franco e Annabale Capello. Aliás, a atitude da Igreja Católica contra a liberdade de pensamento e expressão é explícita em documentos como a *Constitutio Contra Scribentes et Dictantes Monita, Vulgo Dicta Avvisi et Ritorni* (Pio XII, 1570) e *Contra Famigeratores et Menantes* (Gregório XIII, 1572). É de referir, porém, que houve sempre desafios às tentativas de limitar a liberdade de expressão e alguns editores arriscavam, por vezes, a sua liberdade ou mesmo a própria vida para lançarem publicações noticiosas e outras clandestinamente.

4. O nascimento do jornalismo moderno no século XVII

A Europa do século XVII cedo se encontrou politicamente dividida entre dois modelos de governação: a monarquia absolutista de direito divino, esplendidamente simbolizada pelo rei francês Luís XIV, tinha por contraponto a Inglaterra parlamentarista saída da guerra civil (1643-1648) e da Revolução Gloriosa de 1688. As lutas de libertação e independência faziam-se sentir em países como Portugal e Holanda, que reagiam contra a soberania espanhola. O Velho Continente estava, por outro lado, religiosamente dividido entre Católicos e Protestantes e mesmo entre estes últimos a divisão também reinava (calvinistas, luteranos, anglicanos, puritanos...). O processo colonial avançava. O comércio intensificava-se, agregando-se à volta das Bolsas de Valores. A alfabetização aumentava, até porque era obrigatória para o ingresso em determinadas corporações de ofícios. A sociedade, sujeita a transformações, instabilidade e mudanças, necessitava de informação. Por isso, havia não só receptividade para as notícias, mas também matéria-prima informativa suficiente para sustentar o aparecimento dos primeiros jornais “eminentemente jornalísticos”, correntemente denominados **gazetas**, nome que deriva da moeda veneziana “gazeta”, quantia paga para se ouvirem as notícias das folhas volantes e dos primeiros jornais em actos de leitura pública. Esses primeiros jornais, ou gazetas, na sua essência, **correspondem a uma evolução do conceito de “livro noticioso” para uma publicação mais frequente, muito menos volumosa, de menor custo e com notícias mais actuais**. É de realçar, todavia, que o aparecimento das gazetas não eliminou do mercado os **livros noticiosos**, amplas **relações de notícias**. Estes continuaram a ter sucesso nas primeiras décadas do século XVII e ainda hoje encontramos versões reformuladas desses livros nos anuários noticiosos que vários jornais editam (como acontece com o semanário português *Expresso*).

Se descontarmos as publicações noticiosas mensais que surgiram no final do século XVI, a verdadeira aparição das **gazetas** deu-se em França, com o lançamento da *La Gazette Française*, de Marcellin Allard e Pierre Chevalier, em 1604³⁵, mas a novidade espalhou-se rapidamente por toda a Europa. Apesar do pioneirismo francês, o formato de gazeta imitado pela generalidade das gazetas dos países europeus foi o da *Nieuwe Antwersche Tijdinghe*, surgida em 1605, em Anvers, pela mão do impressor flamengo Abraham Verhoeve e redigida em francês e flamengo, publicando notícias locais, nacionais e do estrangeiro (o que constituía uma novidade). Esta gazeta durou vários anos, estabilizando numa periodicidade semanal a partir de 1617 e trissemanal a partir de 1620. A primeira gazeta a incluir notícias do dia anterior terá sido a *Deutsch Frankfurter* (1615).

As principais características das gazetas eram:

- 1) Ao contrário das *publicações ocasionais monotemáticas*, que apenas ofereciam informação pontual, que muitas vezes enveredavam pela pregação moralista e que nem sempre apresentavam as narrativas sob a forma de textos escorregidos, antes preferindo formatá-los, por vezes, como poesias ou canções, e ao contrário, também, dos *livros noticiosos*, amplas compilações de notícias abarcando largos períodos de tempo, as gazetas, além de terem uma **periodicidade definida e frequente**, apresentavam **textos simples** (até porque, em parte, eram elaborados para a leitura pública, sendo que a maioria da população era analfabeta), **escorregidos**, normalmente **datados e geograficamente localizados**, por vezes com **menção directa às fontes**, geralmente desenvolvidos numa **narrativa cronológica**, sendo reveladores de uma **atitude eminentemente informativa** (embora paginados em sucessão, sem intervalos entre eles). Por exemplo, na primeira gazeta portuguesa, a *Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas, Que Ouve Nesta Corte, e que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641* (publicada um ano após a Restauração, por Manuel de Galhegos, num período de guerra entre Portugal e Espanha, pelo que é

³⁵ Não confundir com *La Gazette*, dirigida por Théophraste Renaudot, celebrado pelos franceses como o seu primeiro jornalista, editada a partir de 30 de Maio de 1631.

notório o enuiusamento noticioso para engrandecer os feitos de armas portuguesas e a figura do novo Rei), escrevia-se:

“Pelejou a armada de Holanda com uma esquadra da armada Real de Castela, em que vinham muitas fragatas de Dunquerque. Durou a pendência mais de vinte e quatro horas. Foi-se a pique um galeão dos Castelhanos, e ficaram alguns destroçados, e todos com muita gente morta. O Holandês com algum dano se retirou a este porto donde está aguardando que el-Rei nosso Senhor lhe dê socorro para sair outra vez a atemorizar os portos da Andaluzia.

O Conde da Castanheira, que estava preso numa torre de Setúbal pediu a el-Rei nosso Senhor que lhe mudasse a prisão por quanto estava indisposto e el-Rei nosso Senhor usando sua natural benignidade o mandou trazer para o Castelo de Lisboa.

Num lugar da Beira afirma-se que houve um homem, que ouvindo dizer numa conversação de amigos, que na feliz aclamação del Rei nosso Senhor fizera o Crucifixo da Sé o milagre, que a todos é notório, disse que [se] podia acaso a imagem do Senhor despregar o braço. E assim como acabou de dizer estas palavras caiu uma parede junto da qual estavam todos os da conversação e só a ele matou. Estando o galeão Santa Margarida para dar à vela disse o piloto que não se atrevia a sair sem lhe darem mais gente do mar, inquietando-se os soldados, e foi necessário acudir o General António Telles de Menezes, e alguns senhores que o acompanhavam na jornada de Cádiz. E depois de tudo quieto prenderam três soldados, que foram os cabeças, e a todos eles os enforcarão.

Luís de Abreu que estava preso por cúmplice na conspiração que se fez contra a pessoa Real provou sua inocência e saiu livre.

O Conde de Alba e o Marquês de Alcaniles aos 19 de Outubro entraram pela vila de Sanes e Malhadas com dois mil homens com ânimo de tomarem as munições e a artilharia, que desta corte se mandaram para a cidade de Miranda. Porém os nossos lhes prenderam junto à vila das duas Igrejas [um auxiliar] (...) que lhes vinha ensinando o caminho e com a sua prisão mudaram de intento e se foram logo. Chegou [a coluna militar] (...) ao lugar das duas Igrejas onde com grande pressa se recolheu e se pôs em cobro. Fizeram os inimigos, na retirada, algum dano. Porém Rui de Figueiredo de Alarcão, Fronteiro mor de Trás-os-Montes, e Pêro de Melo, capitão-mor e superintendente das armas na cidade de Miranda, juntaram 3000 infantes e com cavalos e com dois mil infantes mais que lhes mandou Francisco de Sampaio, Fronteiro mor da Torre de Moncorvo, de que era cabo Domingos de Andrade Correia, foram a Brandilanes, [a] cinco léguas de Miranda, onde o inimigo estava feito forte, e depois de duas horas de batalha ganharam a trincheira e mataram 70 homens e os demais retiraram a uma Igreja, onde resistiram até que os nossos puseram fogo a um barril de pólvora para que eles cuidassem que os queriam queimar e se entregassem, o que fizeram, mas ficaram mortos quatrocentos, entre os quais morreu Don Inigo de Baládría, governador da cavalaria. Saquearam os nossos o lugar e vieram vitoriosos com mais de 300 armas de fogo, muito gado, grande número de grão, e outros muitos despojos. Da nossa parte morreram sete ou oito homens.

Despachou el-Rei nosso Senhor ao Conde da Vidigueira para embaixador em França para assistir na corte de Paris.

Dom Antão de Almada (que foi embaixador extraordinário em Inglaterra) fica assistente para tratar dos negócios do Reino”³⁶

Independentemente de todas as imprecisões informativas, da ausência de títulos ou de separação entre as notícias, da falta de referência a datas, da narração de rumores (“Num lugar da Beira afirma-se...”) e da narração cronológica, é visível, nas notícias anteriores, a **ambição noticiosa** e a capacidade de **selecção de informação**, o que também se nota, por exemplo, na *Gazeta Primeira do Mês de Novembro de Novas Fora do Reino* (1642)³⁷, em que uma das notícias era a seguinte:

“De Wittemberg, aos ditos 10 de Setembro de 1642 – Quinhentos cavaleiros suecos venceram a 13 de Agosto 200 soldados imperiais, junto a Torgau, tendo-os desbaratado e tendo-se assenhorado por astúcia do passo do Rio Elba, onde os soldados imperiais estavam com os barqueiros, até que 40 cavaleiros suecos deram sobre eles e se fizeram senhores da barca, depois de terem lançado os vilões ao rio e morto alguns dos que lhes quiseram impedir a passagem. E logo apareceram 1500 cavaleiros suecos ao redor de A Leuca. Leuca, onde se juntariam mais tropas, para passar a mesma ribeira. Afirmam-nos que o general Mayor Konigsmaic vai já pela outra margem do Elba com seis regimentos de cavalaria e quatro de infantaria, para se juntar aos suecos que estão em Esford e rumarem ao país de Saxa [Saxónia] e à Francónia.”³⁸

2) Primeira página titulada e, por vezes, ilustrada, mencionando ainda a data e o local de impressão/edição e o nome do editor (o “director”);

3) Inclusão de várias notícias sobre diferentes assuntos (da política, das guerras e do comércio à ciência, passando pela sociedade e fenómenos maravilhosos ou insólitos) e de diferentes proveniências (algumas das quais das colónias ultramarinas dos países europeus), paginadas a uma coluna, por vezes sem qualquer ordem lógica, outras vezes com ordem cronológica, muitas vezes com indicação da data e local de proveniência das mesmas, obtidas por tradução de notícias de gazetas estrangeiras e por produção própria;

4) Periodicidade normalmente semanal e depois bi e tri-semanal, até chegar a diária, havendo alguma discordância entre os historiadores sobre qual terá sido o primeiro jornal diário digno do nome: o *Courante uyt Italien, Duytsland, etc.* (Amesterdão, 1618); o *Einkommende Zeitung* (Leipzig, 1635); o *Neueinlauffende Nachricht von Kriegs-und Welt-Händeln* (Leipzig, Alemanha, 1660), o *Leipziger Post-Und Ordinari Zeitung* (Leipzig, Alemanha, 1662) ou o *Daily Courant* (Inglaterra, 1702). As divergências entre os autores incidem sobre o conceito de jornal diário. Para alguns autores, um jornal publicado quatro dias por semana já deve ser considerado diário (é a proposta da UNESCO, por exemplo), enquanto para outros essa regra não é válida. Do nosso ponto de vista, os jornais alemães devem ser considerados os primeiros diários, tendo primazia sobre o *Daily Courant*, até porque dentre eles pelo menos dois foram publicados seis dias por semana em determinadas

³⁶ Grafia adaptada ao português contemporâneo.

³⁷ Segundo Tengarrinha (1989: 39), em Agosto de 1642 as *gazetas* foram proibidas “em razão da pouca verdade e do mau estilo de todas elas”, mas por trás dessa decisão estaria também o medo de dar gratuitamente informações ao inimigo. No entanto, a partir de Outubro recomeçou a publicação da *gazeta*, mas apenas com notícias do estrangeiro, daí que no título tenha começado a aparecer a designação “de novas fora do reino”.

³⁸ Grafia adaptada ao português contemporâneo.

fases da sua vida, tal e qual como o *Daily Courant*: o *Einkommende Zeitung*, de Leipzig, foi publicado seis dias por semana, entre 1650 e 1652, e o *Neueinlauffende Nachricht von Kriegs-und Welt-Händeln* terá mesmo saído sete dias por semana entre 1660 e 1667 (Schulze Scheneider, 1994: 107-109);

5) Publicação de notícias do dia anterior, o que reconstrói a noção de *actualidade* – muda o *horizonte de actualidade da humanidade*;

6) Existência de profissionais (normalmente um ou dois) dedicados em exclusivo à redacção, paginação e impressão;

7) Inclusão de anúncios pagos (principalmente a partir de meados do século XVII, com o pioneirismo a pertencer, provavelmente, à *Gazeta de Veneza*). A inclusão de publicidade diminuirá o preço por exemplar, tornando as gazetas acessíveis a mais pessoas.

O aparecimento das gazetas permite afirmar que **o jornalismo noticioso é uma invenção europeia dos séculos XVI e XVII, com raízes remotas na antiguidade clássica e antecedentes imediatos na Idade Média e no Renascimento.**

Não é, portanto, uma invenção norte-americana do século XIX, por muito importantes que tivessem sido, como veremos, as contribuições da imprensa popular norte-americana de Oitocentos ao jornalismo.

É de referir, porém, que algumas gazetas não se resumiam a um conteúdo unicamente noticioso neutral. Incluíam também notícias “orientadas” e “seleccionadas” para servirem determinadas causas, excertos argumentativos, opinativos e persuasivos, por vezes simplesmente propagandísticos, que prefiguraram a *imprensa política de partido* que haveria de animar os séculos XVIII e XIX. Como exemplos, temos as gazetas holandesas e mesmo as *gazetas da Restauração* portuguesas, todas engajadas na luta contra a dominação espanhola (vimos acima, nas notícias da primeira gazeta portuguesa, que é possível enviar os assuntos através das notícias). Noutros casos ainda, as gazetas perseguiam objectivos religiosos e moralistas, sendo que, por vezes, numa única gazeta se misturavam textos com características noticiosas, propagandísticas, argumentativas e moralistas.

As *newsletters* das casas comerciais europeias contribuíram, por seu turno, para formatar gazetas mais “sérias” e contaminaram positivamente as restantes gazetas. A primeira *newsletter* comercial transfigurada em gazeta terá sido a *Relation*, publicada em Estrasburgo.

Embora o formato estrutural das gazetas tivesse sido fixado pela *Nieuwe Antwersche Tijdinghe*, a Europa viu surgir dois **modelos normativos e funcionais de jornalismo**: o inglês e o francês. O primeiro consagra a *liberdade de imprensa*; o segundo, impõe o *controlo sobre a imprensa*. O primeiro propõe o *paradigma em que se fundará o jornalismo ocidental contemporâneo* (Modelo Ocidental de Jornalismo); o segundo alicerça a forma de fazer jornalismo em ditadura (Modelo Autoritário de Jornalismo, influenciando também os modelos Socialista e Desenvolvimentista de jornalismo). No entanto, o jornalismo, em ambos os modelos (britânico e francês), alimentar-se-á, essencialmente, de notícias, embora no modelo inglês da “imprensa de partido” o artigo de cariz opinativo tenha tido uma importância relevante, tendência que, de resto, alastrou à imprensa de todo o continente.

No final do século, em 1690, o jornalismo chegou às colónias britânicas na América, fundadas por colonos profundamente religiosos e bastante alfabetizados, e que se vieram a converter, no século XVIII, nos Estados Unidos da América. Nesse ano, é fundado o jornal *Public Occurences Both Foreign and Domestic*, em Boston, por um jornalista inglês perseguido pela justiça, Benjamim Harris, logo encerrado pelas autoridades coloniais. Nesse mesmo ano, foi apresentada, em Leipzig, na Alemanha, a primeira tese doutoral sobre jornalismo, por Tobias Peucer.

Há que dizer que as gazetas tinham uma circulação relativamente restrita, quer por causa dos baixos índices de alfabetização, quer por causa do preço (por exemplo, segundo Tengarrinha, 1989: 39, as *Gazetas da Restauração* portuguesas, denominação por que ficaram conhecidas as gazetas publicadas em Portugal a partir de 1641 e que se engajaram na luta independentista contra Espanha, custavam seis réis, em média, quantia bastante elevada para a época, variando o preço em função do número de páginas). Entre os leitores directos das gazetas contar-se-iam, assim, os burgueses endinheirados, a aristocracia rica e o clero instruído, embora, como se saiba, as gazetas tivessem também muitos “leitores indirectos”, pois eram lidas publicamente em feiras e noutros ajuntamentos, por vezes a troco de um pequeno pagamento por parte de quem escutava.

4.1 O modelo francês normativo e funcional de jornalismo no século XVII

No **modelo francês**, as gazetas estavam ao serviço do absolutismo régio, intolerante para com os “estados dentro do estado”, as heterodoxias, as críticas, os protestos e as rebeliões. Por isso, os governos absolutistas promulgaram leis que instituíam a censura prévia (por funcionários da Coroa), reforçavam as proibições de publicar determinados conteúdos, estabeleciam um regime compulsório de licenças de impressão e instituíam formas de repressão contra os prevaricadores (multa, prisão, desterro e serviço nas galés). Por outro lado, pela primeira vez o próprio estado financiou gazetas ao seu serviço, empregando redactores (“jornalistas”) convertidos em funcionários leais, a quem eram dadas instruções sobre o que redigir e como redigir, como aconteceu no *Mercurie Française*³⁹, a partir de 1624, pela mão do padre Joseph, e, principalmente, na *La Gazette*, dirigida por Théophraste Renaudot, celebrado pelos franceses como o seu primeiro jornalista, a partir de 30 de Maio de 1631. A denominação desta última gazeta será alterada, em 1762, para *La Gazette de France*, para melhor vender a marca da França na competição com as restantes gazetas europeias. O semanário *La Gazette*, publicado sob os auspícios do cardeal Richelieu, homem-forte de França durante o reinado de Luís XIII, tinha, normalmente, quatro páginas, de 23 x 15 cm, e difundia, essencialmente, notícias da corte, de Paris, das províncias francesas e do estrangeiro. Foi concebido para poder ser encadernado, sendo também vendido sob a forma de colecção anual. Era subscrito pelas repartições oficiais e por particulares, o que assegurava a sua estabilidade financeira, passando também a ser vendido nas ruas a partir de 1650. Esporadicamente, incluía suplementos. Em 1642 alcançava uma tiragem de 800 exemplares e aumentou para oito o número de páginas. Foi atravessando os tempos, sofrendo várias transformações (tamanho, design, periodicidade, conteúdo), tendo perdurado até 1917. Em 1650, os herdeiros de Renaudot fundaram o jornal *Courrier Français*, o primeiro jornal francês a ter edições locais nas províncias, a inserir publicidade e a ser amplamente vendido nas ruas.

Foi também a França a ver surgir o primeiro jornal cultural: o *Journal des Savants*. Tratava-se de um semanário de doze páginas e com um formato um pouco maior do que o de *La Gazette*, que difundia resenhas e comentários de livros bem como artigos sobre temas científicos, históricos e artísticos. É um dos melhores exemplos de como o jornalismo emergente procurava já não apenas uma *segmentação dos públicos* mas também *corresponder ao novo espírito iluminista da Ilustração*.

O sistema jornalístico francês do século XVII era ainda complementado com um *livro noticioso*, um mensário de 200 páginas, intitulado *Mercurie Galant*, surgido em 1672 por iniciativa de Donneau de Vizé, cujos conteúdos incluíam aquilo de que os restantes periódicos pouco falavam: notícias mundanas, curiosidades, fenómenos insólitos, maravilhas da natureza, gentes e lugares, textos laudatórios, etc.

³⁹ O *Mercurie Française* surgiu em 1611, inserindo uma cronologia noticiosa dos principais acontecimentos ocorridos em França e no estrangeiro desde 1605 até 1611.

Os jornais e o modelo normativo e funcional de jornalismo francês do século XVII triunfaram na maior parte da Europa, mas os constrangimentos legais constrangeram a actividade jornalística emergente. Todavia, apesar do controlo régio e da censura, as gazetas alcançaram enorme sucesso, em particular no seio das minorias cultas. É de salientar, além disso, que muitas publicações que se afastavam da norma foram publicadas na clandestinidade.

4.2 O modelo inglês normativo e funcional de jornalismo no século XVII

Durante o século XVI, a censura prévia e o sistema de licenças de impressão limitaram os conteúdos das folhas noticiosas inglesas a assuntos inócuos para o regime (curiosidades, notícias sobre os monarcas, crimes e criminosos, etc.). Porém, o Reino Unido entrou no século XVII sob a tentativa monárquica de instituir o absolutismo régio, enquanto os adeptos do parlamentarismo (essencialmente a burguesia comercial rica e puritana) se lhe opunham. Os confrontos civis ensanguentaram a Grã-Bretanha entre 1643 e 1648, tendo a república (*Commonwealth*) sido implantada, em 1649, por Oliver Cromwell, durando até 1660, ano da Restauração Monárquica. Após a Restauração da Monarquia, a governação passou a ser repartida entre o Rei e o Parlamento. Esta opção política foi definitivamente consolidada com a destituição de James II e a oferta da coroa a Guilherme de Orange, em 1688 (Revolução Gloriosa). Um ano depois, em 1689, foi aprovada a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*), segundo a qual haveria tolerância política e religiosa e o Parlamento era a sede de governo. Por isso, enquanto na maioria dos países europeus o absolutismo régio imperava, favorecendo um apertado controlo da imprensa, em Inglaterra a revolta contra o absolutismo régio e pelo parlamentarismo, sobretudo após o triunfo da Revolução Gloriosa de 1688, propiciava uma acolhedora atmosfera de liberdade de pensamento e expressão bem como de confronto político. Porém, o percurso não foi rápido e muito menos simples. A Inglaterra também passou por períodos de controlo da imprensa, sob o regime das licenças (até mesmo do monopólio) e da censura, antes de chegar a um modelo normativo e funcional de jornalismo acalentador da liberdade de pensamento e de expressão e da argumentação jornalística persuasiva que haveria de contribuir para fundar os valores do jornalismo ocidental e dos seus profissionais. Há, portanto, que considerar duas fases na implantação do modelo inglês de imprensa, pois foram várias as tentativas de controlo do jornalismo incipiente antes de se chegar ao paradigma da *liberdade de imprensa*.

O primeiro periódico em língua inglesa difundido em Inglaterra foi publicado em Amesterdão por George Veseler, em 1620, em grande medida provocado pela avidez de informação suscitada pela deflagração da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), sendo intitulado *Current [Corrant] Out of Italy, France, Germany, the Palatinate...* Era enviado por barco para o Reino Unido.

O primeiro jornal genuinamente inglês (publicado e difundido em Inglaterra) foi o *Corrant or Weekly News* [Newes] *from Italy, Germany, Bohemia, the Palatinate, France and the Low Countries*, vulgarmente conhecido por *A Current of General News*, editado por Nathaniel Butter, Nicholas Bourne e Thomas Archer a partir de 1622, com periodicidade semanal. Ambos tinham uma política editorial eminentemente noticiosa e cedo foram imitados por outros jornais. Interessantemente, todos foram acusados de difundir notícias falsas, tardias e contraditórias (Braojos Garrido, 1999: 29). Em Inglaterra, os jornais foram apelidados de “corantos” devido, precisamente, à quantidade de periódicos que traziam a palavra “Current” na designação (de “current news”).

O Rei Carlos I procurou controlar a impressão de jornais, mas, por força da acção dos parlamentares, não o conseguiu. Aliás, a própria imprensa noticiou o confronto do Rei com o Parlamento (em *Diurnall Occurrences or The Head of Several Proceedings in this Present Parliament*, periódico editado por Samuel Pecke, em 1641).

Em 1643, ano em que se desencadeia o confronto civil entre o Parlamento e o Rei, aparecem jornais realistas pró-absolutistas (*Mercurius Aulicus*) e pró-parlamentares (*Mercurius Britannicus*, de Audley e do jornalista Marchamont Needham). Entre 1643 e 1644, o número de jornais aumentou exponencialmente, mas, na sua maioria, tiveram tiragens reduzidas e vida efêmera, sendo que alguns pouco mais eram do que opúsculos políticos ou satíricos. Entre esses jornais saídos do confronto civil merece, porém, referência o *Diurnall*, de Samuel Pecke, que alcançou uma tiragem de três mil exemplares.

Em 1644, John Milton fez, perante o Parlamento britânico, aquele que se considera ser o primeiro grande discurso moderno pela liberdade de imprensa, denominado *Aeropagítica*⁴⁰. A discussão sobre a liberdade individual e, em consequência, sobre a liberdade de expressão seria, aliás, prosseguida em obras como *Leviathan*, de Thomas Hobbes (1651) e *Ensaio Sobre o Governo Civil*, de John Locke (1690).

Apesar da polifonia jornalística instalada durante o período da confrontação civil, as tentativas de controlo sobre a imprensa, por força de leis que impunham a censura, as licenças prévias para a impressão e outros mecanismos, repuseram-se durante a ditadura de Cromwell (1649-1658), mas, de acordo com Braojos Garrido (1999: 30), pelo menos nos primeiros tempos dessa ditadura houve uma certa permissividade no respeitante à imprensa política e de humor, subsistindo jornais realistas (*The Royal Diurnall*) e pró-Commonwealth (*Mercurius Politicus*, dirigido por Marchamont Needham e autorizado por John Milton), entre outros menos combativos e mais noticiosos, como o *Brief Relation*, semelhante às gazetas continentais. Porém, em 1655, Cromwell proibiu todos os jornais, à excepção do *Mercurius Politicus* de Needham, e do semanário *The Public Intelligencer*, mas autorizou, em 1657, o lançamento do *Public Advertiser*, também propriedade de Needham, primeiro jornal exclusivamente de anúncios publicitários. “Desta maneira, aquela Inglaterra, de ampla experiência nas técnicas do debate e da propaganda pela acção da imprensa política e que inclusivamente tinha ensaiado a imprensa humorística e a de temas escabrosos, inaugurava igualmente a imprensa publicitária” (Braojos Garrido, 1999: 31).

A restauração monárquica, em 1659, reforçou o controle régio sobre a imprensa, tendo o rei apenas permitido dois periódicos. Esse controle seria reforçado com a monopolização da imprensa por uma única empresa regamente licenciada, embora o Parlamento tenha aprovado uma lei de *habeas corpus* que permitiu o fugaz aparecimento de jornais politizados. “A liberdade de expressão teve de refugiar-se nas *newsletters* clandestinas e nos cafés”, diz Braojos Garrido (1999: 31). Os cafés, aliás, configuravam-se crescentemente como *espaços públicos* de discussão racional sobre a política, a economia e o mundo em geral. As pretensões absolutistas e intolerantes do novo rei, James II, mais uma vez levaram à proibição dos jornais, com excepção do *Public Occurrences Truly Stated* (1688), periódico ao serviço da monarquia. Contudo, a destituição de James II, a sua substituição por Guilherme de Orange (1688) e a proclamação da Declaração de Direitos (1689) lançou as bases constitucionais que tornaram o Reino Unido um farol da democracia parlamentar e da liberdade de pensamento e de expressão, vistas como sendo “um direito natural” dos cidadãos. Assim, a partir de 1688, rapidamente surgiram, de forma imparável, jornais noticiosos, jornais especializados em informação comercial e económica, jornais culturais e científicos, jornais para cavalheiros, publicações humorísticas e, obviamente, jornais políticos (ou politizados): a *party press* (imprensa política de partido). Neste último tipo de imprensa, o artigo equiparou-se ou terá mesmo superado a notícia em importância enquanto género jornalístico estruturante da informação. Assim, o **modelo inglês** de imprensa saído das convulsões que o Reino Unido conheceu durante o século XVII apresenta as seguintes características:

- 1) **Liberdades formais**, alicerçadas nas propostas do racionalismo, nomeadamente liberdade de pensamento, liberdade de expressão e, consequentemente, liberdade de imprensa;

⁴⁰ Estranhamente, Milton, sete anos mais tarde, aceitará o cargo de censor, proposto por Cromwell.

2) **Sistema jornalístico alicerçado em jornais de vários tipos**, entre os quais os jornais noticiosos, generalistas ou especializados, os jornais culturais e científicos e os jornais políticos “de partido” (*party press*), jornais estes que visam não apenas noticiar mas também argumentar e arregimentar racionalmente partidários para uma determinada causa. Assim, pela primeira vez os jornais deixam de ser entendidos como meros veículos de notícias ou mesmo de propaganda, passando a ser encarados como *instrumentos a usar na arena pública e na luta política pelo poder*, no quadro de discussões racionais e livres sobre os problemas. Alguns jornais adquiriam, assim, uma dupla finalidade, noticiosa e política, que baseará a construção de um novo *espaço público* capaz de suceder à *ágora* grega e ao *fórum* romano como espaço de discussão livre e racional.

Tendo em conta as características atrás enumeradas, é bom de ver que o Modelo Ocidental de Jornalismo, existente na maioria dos estados democráticos de direito, se baseia, estruturalmente, no modelo britânico de jornalismo que nasceu no século XVII, o primeiro a garantir a liberdade (formal) de imprensa e de expressão. O modelo britânico de jornalismo, de resto, era replicado na Holanda. Alguns outros regimes, como o sueco, também eram relativamente tolerantes para com a imprensa. Aliás, a Suécia viria a ser, já no século XVIII (1766), o primeiro país a consagrar legalmente o princípio da liberdade de imprensa, logo seguido pelo Estado da Virgínia (Declaração de Direitos do Estado da Virgínia, 1776) e pelos emergentes Estados Unidos (primeira emenda da Constituição dos Estados Unidos, 1791). A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 1789, no calor da Revolução Francesa, estabelecia, identicamente, o direito à liberdade de opinião e publicação, mas foi sol de pouca dura, já que os governos revolucionários, primeiro, e Napoleão, depois, se encarregaram de asfixiar a liberdade de imprensa em França. De dizer também que as tentativas de controlo da imprensa foram combatidas um pouco por todo o Velho Continente por audazes editores e “gazeteiros” (“jornalistas”), que não hesitaram em elaborar publicações clandestinas, mesmo sob ameaça de prisão ou de morte. Esses desafios ao poder instituído vieram, aliás, a ser comuns nos séculos vindouros, sempre que a tirania ameaçou a liberdade.

5. Jornalismo no século XVIII: a influência do Iluminismo

O século XVIII, também designado por Século das Luzes em homenagem ao Iluminismo, é um século de consolidação e ampliação do sistema jornalístico, devido ao clima “de mudança” que aumentava a necessidade de informação dos cidadãos. Se quisermos sistematizar as principais características da vida no mundo Ocidental no século XVIII devemos explicitar os seguintes vectores:

- 1) **Desenvolvimento** acentuado e riqueza, devido a factores como o aumento da produção e o colonialismo;
- 2) Reforço do **comércio, nacional e internacional**, em particular entre as colónias e as metrópoles;
- 3) **Consolidação dos estados**;
- 4) Inculcação do **racionalismo** e do **experimentalismo** entre as elites, do secularismo e laicismo nas “ideologias de estado” e do individualismo entre as pessoas em geral;

- 5) Proclamam-se os “**direitos naturais**” da **pessoa humana**, brilhantemente concretizados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, produzida no calor da Revolução Francesa;
- 6) **Descobertas científicas e avanços espectaculares nas ciências**, que se aventuram na fixação das leis da natureza;
- 7) A Reforma Protestante, os avanços nas ciências, a riqueza e outros factores impulsionam a **alfabetização** (percentagens significativas da população europeia frequentam pelo menos dois ou três anos de escola fundamental, em particular nos países protestantes e mais desenvolvidos da Europa do Norte e na América colonizada);
- 8) Acelera-se o processo de **urbanização**;
- 9) Os inventos, as novas técnicas e o ambiente político-económico (liberdades políticas e de mercado) criam as bases para, em Inglaterra, vir a ocorrer, pelo final do século, a primeira **Revolução Industrial**;
- 10) A **burguesia assegura o seu domínio político e económico**, por cima dos escombros do *Ancien Regime* e da aristocracia.

De certa forma, no século XVIII a Europa converteu-se no centro do mundo. A França irradiava a cultura, enquanto a Inglaterra irradiava o apego às liberdades políticas. A inquietude de mentes como Locke, Spinoza, Montesquieu, Voltaire, Rousseau; o enciclopédismo de Diderot e D’Alembert; e o génio científico de personalidades como Newton, Fahrenheit ou Lavoisier, reunidos em Academias, asseguraram aos europeus do século XVIII a entrada na modernidade. O final do século será, inclusivamente, marcado por dois acontecimentos de extraordinárias repercussões para o mundo moderno: a Revolução Francesa (1789) e a Revolução Americana, que conduziu à fundação dos Estados Unidos da América (a Declaração da Independência é de 1776, datando de 1783 o reconhecimento internacional do novo país). Um século e meio depois, os Estados Unidos, seriam já a potência mundial dominante em todos os domínios, ultrapassando a Europa, envolvida em guerras destrutivas.

O século XVIII viu também chegar a moda dos cafés e dos clubes de cavalheiros, espaços onde se discutiam racionalmente assuntos políticos e económicos, temas literários e científicos e as velhas e novas ideias, simbolizando novas *ágoras* ou novos *fóruns* e criando o **espaço público** moderno.

Segundo Habermas (1984), o conceito de espaço público pode aplicar-se às democracias ateniense e romana (no tempo da República Romana), uma vez que os cidadãos participavam no processo de discussão política de informações e opiniões que levava à tomada de decisões. Mas, segundo o mesmo autor, é apenas no século XVIII que verdadeiramente começa a nascer o espaço público moderno (ou esfera pública) e que surgem os conceitos de público (no sentido do que deve ser publicitado, tornado público) e privado.

A noção de espaço público inicial de Habermas corresponde ao espaço onde se formam as opiniões e as decisões políticas e onde se legitima o exercício do poder. É o espaço do debate e do uso público da razão argumentativa. Concretizava-se, inicialmente, na vida social, nos debates racionais sobre política, economia, assuntos militares, literatura e artes que ocorriam nos cafés, clubes e salões, bem ao gosto do espírito iluminista. Era um espaço público “físico”, à semelhança do *fórum* romano e da *ágora* grega. Porém, a explosão da imprensa transferiu para os jornais e revistas os debates que anteriormente se desenvolviam nesses lugares. A imprensa tornou-se, assim, a primeira grande

instância mediadora na configuração do espaço público moderno, um espaço público mais “imaterial” e “simbólico”. Deste modo:

"(...) a formação moderna da opinião pública ao longo do Iluminismo ocorre inicialmente em espaços íntimos de discussão de ideias, com apresentação em primeira mão das obras, para medir as reacções, transferindo-se, depois, para os debates mediatizados pelos meios impressos, por colaboração de uma intelectualidade crítica nascente. O princípio da publicidade, defendido pelos burgueses cultivados, opõe-se à prática do segredo (...). Ao fazê-lo, a burguesia cria um autêntico estado de mediação entre a sociedade civil e o Estado (esfera do poder público). O público forma-se quando os indivíduos se reúnem para falar. A palavra "público" adquire o seu presente significado, referindo-se a uma área da vida social à margem do domínio familiar e dos amigos íntimos (...). Em tal espaço público burguês utilizam-se instrumentos, como a imprensa de opinião e as diferentes formas de representação política, que confluem na formação da opinião pública (...), espécie de árbitro entre opiniões e interesses particulares. À comunicação interpessoal sucede a comunicação dos meios de informação, que os séculos XIX e XX virão alargar. Ao mesmo tempo que cresce o número de leitores de jornais, a imprensa de intervenção política, fundamental no período primitivo dos *media*, perde a sua influência." (Santos, 1998: 10-11⁴¹).

É, assim, notório que a sociedade Setecentista estava sujeita a enormes mudanças e ao aparecimento constante de novas ideias e informações, não sendo, portanto, de admirar que durante o Século das Luzes tivesse aumentado, um pouco por toda a Europa, o número de jornais e a frequência com que apareciam, existindo já vários diários (mesmo que não publicados todos os dias da semana, especialmente aos domingos).

Apesar das visíveis intenções noticiosas de alguma imprensa, a grande novidade no jornalismo europeu do século XVIII foi a lenta expansão de um modelo político e político-noticioso de imprensa – a imprensa “de partido” (*party press*), a partir do Reino Unido.

A imprensa política “de partido” europeia seguia, genericamente, o paradigma estabelecido pelos jornais britânicos do século anterior, mas era sujeita a um diferente enquadramento normativo e funcional no Reino Unido e na Europa continental. O Reino Unido cultivava a liberdade (formal) de imprensa, enquanto na Europa continental se impuseram restrições relevantes à imprensa. Não é, portanto, de admirar que tenha sido na Inglaterra Setecentista que se notaram os mais relevantes desenvolvimentos da imprensa.

Entre os jornais políticos e político-noticiosos britânicos do século XVIII encontram-se, por exemplo, *The Weekly Review* (1704-1713), fundado por Daniel Defoe (o mesmo que, em 1719, começou a publicar, no *Daily Post*, sob a forma de folhetim, um dos mais memoráveis hinos ao individualismo: o romance *Robinson Crusoe*), que incluía um suplemento literário, a *Petit Review*; o *Mercator* (1713-1714); e o *The Spectator* (1714), título de grande projecção europeia, que procurava, sem ataques pessoais e sem partidarismo militante, mas de forma clara, discorrer com profundidade sobre ideias e valores, inaugurando a chamada “imprensa moral”.

Os jornais políticos e político-noticiosos britânicos misturavam, em diferentes proporções, as notícias com artigos de opinião e análise e ainda com textos filosóficos, ideológicos e doutrinários e mesmo com textos literários, incluindo folhetins (contos e romances publicados edição a edição). Eram, portanto, jornais em que a forma e o conteúdo andavam entrelaçados, sendo frequentes os textos criativos e de excelente recorte literário e os textos eruditamente persuasivos. A retórica era, em consequência, uma das disciplinas mais acarinhadas pelos “jornalistas-políticos” (jornalistas-cidadãos) do século XVIII (e XIX), com repercussões na pesquisa académica sobre jornalismo.

⁴¹ Nesta citação, Rogério Santos interpreta Cândido Monzón (1996) e Bernard Miège (1989).

Apesar de o modelo normativo e funcional do jornalismo inglês ser, como se disse já, aquele que, em contraposição ao modelo da Europa continental, mais assegurava as liberdades de pensamento, expressão e de imprensa, é de realçar que, embora, formalmente, existissem no Reino Unido poucas restrições à liberdade de imprensa, na prática as “taxas sobre o conhecimento” pagas pelos empresários pela edição e venda de jornais e ainda pela inclusão de anúncios (só suprimidas em 1869) impunham restrições legais e económicas ao exercício dessa liberdade e ao usufruto da imprensa pela generalidade dos cidadãos (os jornais eram uma mercadoria cara). A isto acresce que os governos britânicos não hesitavam em fundar ou financiar jornais que fossem a sua voz pública, mas a Oposição não ficava atrás em matéria de utilização da imprensa com fins de propaganda. Outras vezes ainda, eram colocadas restrições à movimentação dos jornalistas e à divulgação de notícias, como ocorreu no Parlamento britânico. Por isso, quer no Reino Unido, quer na Europa continental, foi necessário esperar bastantes anos até que a imprensa verdadeiramente se democratizasse e massificasse. Os jornais do século XVIII eram, na realidade, restritos no acesso, na utilidade e mesmo no interesse à burguesia, que os consumia e deles beneficiava, podendo usá-los para intervir na vida pública e nas discussões racionais sobre o governo, os negócios e o estado. No entanto, gradualmente, os jornais conquistavam novos públicos, entre os quais os trabalhadores, os estudantes e as mulheres.

Não se pense, porém, que o jornalismo britânico e europeu do século XVIII era monolítico. Mesmo no Reino Unido, vários jornais perseguiram essencialmente a via noticiosa aberta pelas folhas volantes do Renascimento, como o *Evening Post* (o primeiro vespertino, de 1706) e o *Daily Courant*, estável diário⁴² noticioso (durou de 1702 a 1735), cujo editor considerava já que só interessaria dar os factos, “porque os leitores são capazes de reflectir por eles próprios” (*cit. in* Tengarrinha, 1989: 215). Este jornal, como vários outros, incluía anúncios pagos, indiciando a vigência de uma concepção empresarial que haveria de moldar o jornalismo “industrializado” a partir do século XIX. Aliás, no século XVIII começaram a formar-se grupos de imprensa, como o dos irmãos Henry e William Woodfall, que reunia o *Public Advertiser*, o *Morning Chronicle and London Advertiser* (1769) e viria ainda a congregar os jornais *Morning Chronicle*, *Morning Post* e *Morning Herald*, publicações económicas e políticas independentes elaboradas em função dos interesses da audiência em cada momento.

Uma outra publicação britânica digna de registo, nesse quadro policromático, é a *Gentlemen's Magazine*, antepassada das modernas revistas, que combinava, em textos cuidados e, por vezes, de fino recorte literário, notícias e informação política e económica, análise social e ideológica, crónicas sociais (a vida das personalidades VIP), curiosidades e passatempos. Outro jornal merecedor de destaque é o *Universal Chronicle* (1758), um vespertino independente (não partidário) direccionado para a pequena burguesia e operários instruídos. Em 1785, apareceu o *Daily Universal Register*, de John Walter, título que se converteria no mítico *The Times*. Em 1796, surgiu o *Weekly Messenger*, primeiro semanário dominical da história. Segundo Braojos Garrido (1999: 35), a tiragem total das publicações britânicas em meados do século XVIII era já de cem mil exemplares semanais, oferecendo um jornalismo “que desenvolveu os seus três elementos clássicos: informação, instrução e entretenimento (...) [que] decidiu os formatos: oitavo, quarto, folha (...) [e ao qual deram] o qualificativo de ‘quarto poder’ ”. Porém, o jornalismo britânico era, também, um jornalismo algo “atomizado”, com muitos jornais competindo pela atenção do público, muitos deles propriedade de movimentos religiosos e políticos que pretendiam intervir na esfera pública, transfigurada em *arena pública*, e contratavam redactores (“jornalistas”) para defender os seus pontos de vista.

Embora o jornalismo britânico tivesse tido um desenvolvimento admirável durante o século XVIII, o jornalismo na Europa continental também teve progressos assinaláveis. Por exemplo, o jornal mais antigo do mundo ainda publicado é

⁴² Alguns historiadores consideram o *Daily Courant* o primeiro jornal diário, mas o privilégio deve ser dado aos jornais alemães do século XVII já referidos.

o *Wienerisches Diarium*, nome alterado, em 1780, para *Wiener Zeitung*, que nasceu como diário oficioso e se transformou num jornal oficial do Governo austríaco.

A paisagem da imprensa periódica⁴³ europeia continental do século XVIII (incluindo Portugal) era, efectivamente, bastante diversificada, conforme exemplificado pela existência de publicações essencialmente:

- **Noticiosas e político-noticiosas** (como *Le Journal de Paris*, primeiro diário francês, fundado em 1777; ou o espanhol *Diario de Madrid*, fundado em 1758 com a denominação *Diario Noticioso, Curioso, Erudito y Comercial, Público y Económico*; ou ainda o jornal português *Gazeta de Lisboa*, fundado em 1715);
- **Eruditas e de difusão pública do conhecimento**, que abordavam temas da literatura às ciências, passando pelas artes, pelas ideias e pela filosofia (como o espanhol *El Murmurador Imparcial*, de 1760; ou o francês *L'Année Littéraire*; ou ainda os portugueses *Gazeta Literária*, de 1762, e *Jornal Enciclopédico*, de 1779);
- **Económicas** (como os franceses *Journal Economique* e *Journal de Commerce*, o espanhol *Correo General de España* ou o português *Correio Mercantil e Económico de Portugal*, de 1790);
- **Políticas, “de partido” e de opinião** (como *El Correo de Madrid* e *El Correo de los Ciegos*, jornais espanhóis de 1786);
- **Morais e de crítica social** (como os franceses *Le Pour et le Contre*, de 1773 e *Le Spectateur Français*, de 1721; ou o espanhol *El Duende Especulativo*, 1761; e ainda o *Folheto de Ambas Lisboas*, de 1730).

Havia ainda jornais que, apesar de noticiosos, eram essencialmente propagandísticos, como o *Les Affaires de l'Angleterre et de l'Amérique*, título fundado pelo governo francês para propagandear a causa independentista dos rebeldes norte-americanos em luta contra o colonialismo inglês. É de salientar, porém, que muitos dos jornais eram relativamente híbridos, sendo comum, por exemplo, que um jornal erudito também oferecesse notícias.

Em conclusão, pode dizer-se que o jornalismo europeu era suficientemente aberto e policromático, já no século XVIII, para permitir a coexistência de jornais com distintas linhas editoriais, predominantemente noticiosas ou predominantemente ideológicas e/ou literárias, filosóficas e científicas, com distintos (ou às vezes os mesmos) públicos-alvo e audiências. No entanto, a Europa continental continuou presa a um modelo de jornalismo que, embora tenha aplanado o caminho para o desencadeamento das revoluções do final do século, não proporcionava tanta liberdade como o modelo inglês – pelo contrário, o jornalismo europeu continental consubstanciava-se, essencialmente, como propagandista do Absolutismo. Inclusivamente, a imprensa continental europeia era, muitas vezes, sujeita a mecanismos de controlo, como a concessão de licenças e taxas e a censura institucionalizada. Por exemplo, a Real Mesa Censória foi instituída em Portugal, em 1768, levando ao encerramento de todas as publicações desse mesmo ano até 1777.

Inclusivamente, no final do século, a censura à imprensa recrudescerá em vários países, para evitar a proliferação das ideias da Revolução Francesa. A título exemplificativo, Espanha proibiu, em 1791, todas as publicações, à excepção de

⁴³ É de referir que no século XIX as publicações começaram a divergir um pouco. As que estão na base do jornalismo como hoje o concebemos são as que tinham uma ambição informativa e noticiosa, ainda que fossem “especializadas” (por exemplo, na divulgação das descobertas científicas e médicas, ou das novas ideias ou ainda da literatura), bem como as que, para além desse carácter noticioso e informativo, possuíam características políticas, morais, filosóficas ou outras.

jornais oficiosos como o *Diario de Madrid* ou o *Mercurio de España*. Em resumo, como escreve Braojos Garrido (1999: 39):

“(...) o jornalismo do século XVIII (...) demonstrou vigor à Europa, propagou a majestade das monarquias do Antigo Regime (menos em Inglaterra), ofereceu um veículo para a expressão de notícias e da cultura burguesa da época, da sua opinião crítica e gostos, e estimulou crenças uniformes no espaço continental, ainda que a maior parte da população, analfabeta, não estivesse preparada para segui-las e muitos letrados carecessem de capacidade na hora de distinguir o verdadeiro do falso”.

Os tempos que antecederam a Revolução Francesa (1789) foram, porém, jornalisticamente efervescentes. A crise do absolutismo monárquico em França, sobretudo a partir de 1787 levou ao florescimento da imprensa política “de partido” nesse país. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de Agosto de 1789, já integrava as ideias que presidiam ao modelo liberal (e anglófilo) de jornalismo em França, oferecendo liberdades formais às publicações impressas (liberdades essas que seriam restringidas pelas leis). Surgiram, nessa época, em França, muitos jornais políticos, quase todos profundamente demagógicos, de existência fugaz e de pequena tiragem, como *Le Courier de Provence*, *Le Patriote Français*, *L'Ami du Peuple*, etc. Normalmente, esses jornais pertenciam ou eram dirigidos por personalidades envolvidas no processo político-revolucionário. O *L'Ami du Peuple*, por exemplo, era dirigido por Marat. Mas no campo monárquico também existiam jornais, como o *Journal Politique et Nationale*, de Antoine Rivarol. Esses jornais coexistiam, de resto, com uma imprensa predominantemente informativa, liderada pela *Gazette*, convertida em diário em 1791, com a denominação *Gazette Nationale de France*, editada pelo Ministério do Estado. A *Gazette* tinha, inclusivamente, uma concorrência assinalável, dentro dos cânones informativos, dos jornais *Le Moniteur Universal* e *Le Journal des Débats et des Décrets*. Porém, em 1792 os jornais monárquicos foram proibidos em França e, em 1793, os jacobinos (revolucionários radicais) silenciaram os jornais dos girondinos (moderados), apesar de a constituição republicana reconhecer a liberdade de imprensa. Os jacobinos criaram, também, jornais propagandísticos, como *Le Journal de la Republique* e *Le Journal des Hommes Libres*. Em 1795, a nova constituição francesa voltou a reconhecer o direito à liberdade de imprensa, mas a legislação reguladora, seguidamente, determinou o aniquilamento de vários jornais. Houve, porém, um pequeno período pluralista, em que, inclusivamente, voltaram a aparecer jornais monárquicos, como *Le Quotidien*. Contudo, em 1799, Napoleão assumiu o poder, instituindo um modelo autoritário de imprensa. Assim, a Constituição napoleónica (1799) já não incluía, sequer, referências à liberdade de imprensa, deixando nas mãos do governo a autorização da abertura de jornais. Napoleão, aliás, voltou a introduzir em França a licença prévia e a censura prévia e, não satisfeito, acabou, em 1810, por reduzir o número de jornais franceses a quatro, todos com um perfil editorial informativo-propagandístico: *La Gazette de France*, *Le Moniteur* (o menos alinhado dos quatro), *Le Journal de Paris* e *Le Journal de l'Empire*. O Imperador fundou ainda um jornal propagandístico exclusivamente voltado para responder aos ataques ingleses, o *Bulletin de Paris*, e um jornal especializado em temas militares, o *Bulletin de la Grande Armée*, no qual ele próprio colaborou. A expansão militarista francesa do início do século XIX levou o receituário napoleónico a vários países ocupados, onde surgiram vários jornais *afrancesados* (comprometidos com os ocupantes), como o efêmero *Diário do Porto*, publicado, fugazmente, em 1809, durante a breve ocupação do Porto (Portugal) pelas tropas francesas (e que, apesar do nome, não era diário).

O século XVIII foi também o século do florescimento do jornalismo nas Américas, por vezes acicatando a vontade de independência face às metrópoles.

Em todo o caso, o jornalismo, naquele tempo, era essencialmente um produto concebido por donos de tipografias, auxiliados por noticiaristas contratados que, por vezes, também faziam trabalhos tipográficos. Não havia, assim, uma

distinção formal evidente entre tipógrafos, editores e “jornalistas”. O “jornalista” era, essencialmente, um “cidadão que fazia notícias” ou, nos países mais livres, “um cidadão que escrevia sobre política”, não tendo direitos e obrigações diferentes dos restantes cidadãos. Porém, foi também no século XVIII que o modelo britânico de jornais políticos fundados por grupos de cidadãos, por vezes através de sociedades por acções, começou a expandir-se. Este modelo, que viria a ser o da futura empresa jornalística, contribuiu para a profissionalização dos jornalistas (era preciso contratar noticiaristas para cobrirem os acontecimentos e traduzirem notícias das publicações estrangeiras e um chefe para os coordenar) e para a diferenciação entre o território do jornalismo e dos jornalistas propriamente dito e o da tipografia e dos tipógrafos.

Foi também no século XVIII (em Portugal seria apenas no século XIX) que alguns altos vultos europeus da política, das Letras, das Humanidades e das Ciências começaram a fundar ou a colaborar com os jornais (em especial em França e no Reino Unido), o que deu prestígio à actividade e, por empréstimo, aos noticiaristas, que já podem ser considerados verdadeiros jornalistas (apesar de serem vistos unicamente como *cidadãos*), tendo em conta o tipo de trabalho que faziam e as funções que desempenhavam. Por seu turno, alguns noticiaristas acabaram por ganhar relevo nos mundos da política e das Letras e Humanidades, como aconteceu, por exemplo, com o português Rodrigues Sampaio, já no século XIX.

5.1 O jornalismo norte-americano no século XVIII

Nas colónias inglesas da América, o segundo jornal a aparecer após o encerramento do *Public Occurences Both Foreign and Domestic* foi o semanário *Boston News Letter*, em 1704. Tal como o *Public Occurences*, e conforme a sua denominação indica, foi fundado em Boston, por John Campbell e William Brooker. Boston veria ainda surgir o terceiro jornal americano, a *Boston Gazette* (1719). Esses jornais, tal como aqueles que se lhe seguiram por todo o território britânico na América, assumiram uma política editorial que se poderá considerar noticiosa e política, incluindo notícias (locais, da metrópole e do estrangeiro), informação comercial e económica, artigos de opinião e anúncios, servindo uma população alfabetizada, voltada para os negócios e para a exploração agro-pecuária, onde a vontade de definir um destino independente crescia, alimentado pelas difíceis condições de vida, pela insatisfação para com o governo colonial e pela distância à metrópole. “Nas suas páginas apareceram os indícios de um pensamento racionalista, crítico, ilustrado e liberal: o revolucionário” (Braojos Garrido, 1999: 41). Destaque ainda, entre os primeiros jornais americanos, para o *American Weekly Mercury* (1719), primeiro jornal a surgir fora de Boston, e para o *New England Courant*, fundado por James Franklin, irmão de Benjamin Franklin. Este último viria a fundar o *Pennsylvania Gazette*, em 1729, em Filadélfia. Nas vésperas da Revolução Americana, em 1765, existiam já 23 semanários em onze das treze colónias britânicas na América (Braojos Garrido, 1999: 41).

As primeiras grandes denúncias contra os erros, as arbitrariedades, os abusos e o mau governo colonial britânico nas Américas surgiram nas páginas do *New York Weekly Journal*, pela pena de John Peter Zenger, nos anos Trinta do século XVIII, redireccionando o jornalismo norte-americano. Novas políticas editoriais, mais persuasivas, pró-independentistas, profundamente críticas para com a administração colonial britânica, converterão os jornais americanos do século XVIII essencialmente em jornais de partido (*party press*), situação que se prolongará, em grande medida, pelo início do século XIX. É o que acontece no *Pennsylvania Gazette* de Benjamin Franklin, no *Pennsylvania Chronicle*, no *Boston Gazette* e em muitos outros periódicos, havendo também alguns jornais que alinhariam com Londres, especialmente em Nova Iorque (*The Royal Gazette*, *The New York Gazetter* e *The New York Gazette and Weekly Mercury*). Aliás, as críticas ao governo colonial britânico só tocaram fundo junto da generalidade dos colonos

quando o governo britânico instituiu, em 1765, leis fiscais extremamente penalizadoras para as colónias. Só nessa altura é que, definitivamente, se terá começado a consolidar entre a maioria dos colonos uma forte corrente de opinião favorável à independência, que haveria de alimentar a guerra contra o Reino Unido, a partir da proclamação da Declaração de Direitos, em Filadélfia, em 1774. Nesse mesmo ano, é fundado o primeiro diário norte-americano: o pró-independente *Pennsylvania Evening Post*. Em 1776, a Declaração da Independência dos Estados Unidos da América separará definitivamente as águas entre as colónias e o Reino Unido.

Após a independência, o Congresso dos Estados Unidos aprovou dez emendas (acréscimos) à Constituição (que no seu conjunto são conhecidas por *Bill of Rights*). A Primeira Emenda assegura, até hoje, o carácter constitucional e inviolável da liberdade de expressão nos EUA. Com esse instrumento, os Estados Unidos converter-se-ão não apenas no mais forte produtor de conteúdos culturais mas também no país onde primeiro ocorrerão as principais transformações que o jornalismo atravessará ao longo dos séculos XIX e XX.

5.2 O jornalismo hispano-americano no século XVIII

Embora tenham sido impressas folhas noticiosas e relações no espaço hispano-americano nos séculos XVI e XVII, só se pode, com propriedade, começar a falar de jornalismo hispano-americano a partir de 1722, ano em que é fundada a *Gaceta de México y Noticias de Nueva España*, por Juan Francisco Sahagún e pelo bispo Castorena. Tratava-se de um periódico híbrido, noticioso e erudito, escrito com cuidado e dividido em secções. Em 1739, terá continuação no *Mercurio de México*, que subsistirá até 1742.

O segundo jornal a nascer no espaço hispano-americano é a *Gaceta de Goatemala*, de Sebastián Arévalo, cujo primeiro número sai em 1729, apresentando uma linha editorial que valorizava a informação noticiosa. Sucedem-lhe outros jornais noticiosos em vários pontos do espaço hispano-americano, como a *Gaceta de Lima* (1743), a *Gaceta de Habana* (1764), a *Gaceta de Buenos Aires* (1764), que tinha a particularidade de ainda ser manuscrita) e a *Gaceta de Bogotá* (1785). No entanto, entre a imprensa hispano-americana encontram-se também exemplos de jornais eruditos (filosóficos, literários e científicos), como o *Mercurio Volante* (México, 1772) e a *Gaceta Literaria de México* (1788); e de jornais partidários, de opinião e difusão de ideias, como o *Diario de Lima* (1790) e o *Mercurio Peruano* (1795). Estes últimos, segundo Braojos Garrido (1999: 47), serviram de “tribunas públicas a um debate em que o binómio colónias-metrópole não tardou em começar” alimentado por “sólidas aspirações económicas e um marcado espírito de auto-confiança”. Assim, estes periódicos forneceram o “ambiente prévio para o nascimento, na América Hispânica, da imprensa revolucionária independentista, de sentido político” (Braojos Garrido, 1999: 47).

6. O jornalismo na maioridade: a imprensa do século XIX

Quais os grandes traços caracterizadores do século XIX nas sociedades ocidentais? A resposta talvez possa estruturar-se em torno dos seguintes eixos:

- 1) **Expansão e consolidação do capitalismo e da Revolução Industrial**, que provocou o êxodo para as cidades, a emigração para países mais desenvolvidos, a expansão de uma sociedade tecnológica onde aumentou a velocidade a que apareciam novos inventos, a ascensão do operariado (“classe operária”) ao estatuto de “classe média”, a que se seguiu o seu aburguesamento, etc. A sociedade tornou-se amante e

dependente das tecnologias e das ciências. O capitalismo viu crescer a sua importância, até porque a procura do lucro possibilitou a emergência de um sistema bancário forte, capaz de assegurar recursos à iniciativa privada. As novas vias e meios de comunicação (telégrafo, estradas, caminhos-de-ferro...) tornaram o mundo “mais pequeno”. A família rural, alargada e solidária, deu lugar à família nuclear urbana contemporânea, mais egoísta na forma de olhar para o mundo e para os outros. Incrementou-se o consumo de bens e serviços. A “democratização” do acesso à tecnologia contribuiu para a atenuação das tensões sociais, pois, simbolicamente, esbatia (e esbate) as diferenças sociais. No entanto, a Revolução Industrial não chegou a todo o lado, nem começou ao mesmo tempo em todo o lado.

2) Ascensão educacional e social das populações, já que uma sociedade tecnológica e industrial necessitava de pessoas com algum nível de instrução, o que expandiu o ensino básico gratuito. Crescentemente instruídos, com salários que, embora baixos, permitiam padrões de consumo e um nível de vida que o campo não dava, os operários, que entram em processo de “aburguesamento”, vão ver na educação uma forma de progresso e ascensão social. Por outro lado, a instrução aumenta a capacidade de conhecer e ler o mundo, o que contribuirá para o aparecimento de uma imprensa destinada a responder às necessidades dos operários, muitos dos quais aburguesados.

3) Democratização da vida política, pois os estados vão, gradualmente, incorporando os cidadãos (e contribuintes) no processo decisório. Na década de Setenta do século XIX, os Estados Unidos, a França, a Alemanha, a Suíça e a Dinamarca já tinham sistemas eleitorais baseados no sufrágio universal para homens maiores de idade e no Reino Unido as *Reform Acts* de 1867 e 1883 permitiram a cerca de 30% dos cidadãos do sexo masculino exercer o direito de voto. Mas a democratização da vida política levou também as pessoas para a rua, manifestando-se quando os seus direitos e nível de vida eram (e são) afectados. A desigualdade sexual no exercício do direito de voto originou protestos por parte das mulheres. Estas, gradualmente, viriam a atingir os seus objectivos de participação na vida política.

4) Incremento dos processos coloniais, em África e grandes partes da Ásia, o que provoca um constante afluxo de notícias (sob a forma de texto e imagens) sobre descobertas geográficas, antropológicas, biológicas e outras. Na Ásia, o Japão transforma-se, industrializa-se e ascende, gradualmente, ao estatuto de potência. Os Estados Unidos tornam-se um país continental, devido à expansão de Leste para Oeste após a Guerra Civil Americana.

5) Formação de grandes correntes ideológicas, que gerariam muitas das guerras do século XX. Primeiro, sucederam-se os conflitos entre liberais e os absolutistas amantes do Antigo Regime, com o completo triunfo dos primeiros; depois, assistiu-se, com o processo de consolidação dos estados, ao fomento do nacionalismo, que, em alguns casos, com base em dados tidos por científicos, se misturou, gradualmente, com o racismo e o anti-semitismo; finalmente, a observação das desigualdades sociais e das condições de vida do operariado gerou o socialismo, o reformismo (social-democracia) e o anarquismo, a que aderiram muitos membros das elites, mas também imensos operários, cada vez mais instruídos, sabedores da sua força (sindicatos...) e ideologicamente consciencializados. As classes médias urbanas (formadas por pequenos comerciantes, operários aburguesados, professores, profissionais liberais, etc.), porém, rejeitaram as correntes radicais de

esquerda, o catolicismo progressista e o anarquismo, tendo-se tornado num dos principais alicerces do conservadorismo liberal.

6) Eclosão e massificação dos conflitos armados, pois o desenvolvimento das tecnologias militares destinadas a aniquilar milhares de vidas em poucos instantes (e o sacrifício das populações civis!) exigia exércitos grandes. Apesar da derrota da aventura napoleónica e do expansionismo francês, as guerras continuaram a devastar o mundo, e houve-as para todos os gostos: conflitos coloniais com os povos dominados; guerras civis, como a Guerra Civil Americana ou as guerras liberais em Portugal; conflitos “tradicionais” por território e influência, como a Guerra Franco-Prussiana e a Guerra da Crimeia, etc. Estranhamente, a observação do sofrimento humano levou ao aparecimento de organizações como a Cruz Vermelha Internacional e de profissões como a enfermagem.

7) Transfiguração da imprensa e das relações entre jornalismo e política, em duas fases. Baseados em Habermas (1984), podemos dizer que na primeira dessas fases, nas primeiras décadas do século XIX, o jornalismo dominante, político e “de partido”, converteu-se numa nova espécie de espaço público para a discussão das ideias e ideologias, da governação e das políticas e para a arregimentação de partidários, sucedendo aos clubes de cavalheiros e cafés. Tratava-se, portanto, de um espaço público elitista e relativamente “unificado”, devido não apenas à semelhança entre os diferentes jornais (excepto, por vezes, nos conteúdos), mas também à relativa semelhança entre os protagonistas dos debates (as elites cultas, com alto poder económico, alfabetizadas e envolvidas na vida política e económica). Numa segunda fase, os espaços públicos construídos em torno dos diferentes tipos de imprensa foram-se, gradualmente, expandindo e sendo mais participados, mas também menos racionais e mais “emotivos”, devido à gradual ascensão educacional, social e política (direito de voto) do operariado e restantes cidadãos. Os cidadãos, consumidores, contribuintes e votantes, necessitavam de uma imprensa que ecoasse os seus problemas e desejos, reflectisse os seus modos de vida e desse resposta às suas necessidades informativas. A aceleração dos fluxos noticiosos, suportada por infra-estruturas tecnológicas (telégrafo, telefone...) e dispositivos jornalísticos (agências de notícias...), bem como as necessidades sociais de informação criaram, assim, condições para o florescimento da imprensa popular noticiosa e da imprensa ilustrada, por um lado, e da imprensa económica e comercial, por outro. Com o triunfo da imprensa popular noticiosa, o jornalismo tornou-se, em parte, “uma sucessão convulsa de acções e acontecimentos, alheia ao tratamento grave e meticuloso das velhas causas defendidas pelos jornais de antigamente” (García González, 1999: 89).

Por seu turno, os partidos, face à expansão do direito de voto, começaram a necessitar, crescentemente, da imprensa para comunicar com os cidadãos-votantes, tendo não só aprimorado técnicas de manipulação dos jornalistas, por vezes colocados, inocentemente, ao serviço de interesses políticos (por exemplo, para destruir carreiras ou para testar a receptividade pública de determinadas políticas e medidas), mas também desenvolvido uma retórica frequentemente demagógica, simples, banal, populista e, por vezes, hipócrita. Pelo final do século, a situação complicou-se, sobretudo na Europa, devido à radicalização da vida política (os partidos tradicionais, liberais-conservadores, viam opor-se-lhes anarquistas, socialistas e nacionalistas), acompanhada pela radicalização do discurso dos jornais. Nesta conjuntura, começou a estabelecer-se uma intrincada e complicada relação entre jornalistas e políticos, tendo havido casos em que os jornais se colocaram nitidamente ao serviço da promoção de carreiras políticas, de partidos políticos e de interesses pessoais. Alguns dos casos de denúncia de corrupção que marcaram a imprensa europeia (por exemplo, o caso

Dreyfus, em França) e americana (por exemplo, o caso Tweed) do final do século XIX terão sido o corolário lógico desses problemáticos laços entre jornalismo e política que se desenvolveram no mundo ocidental de Oitocentos. A imprensa converteu-se, efectivamente, num “Quarto Poder”, mas um “Quarto Poder” deveras problemático e pouco sujeito à fiscalização pública, pois os jornalistas, à margem das instituições da democracia representativa, tomaram em mão a tarefa política de velar pelo interesse público e de representar os cidadãos, embora a independência de jornais e jornalistas fosse (e seja), frequentemente, afectada pelos interesses políticos e pessoais que jornais e jornalistas foram servindo. Em suma, a questão das relações entre jornalismo e política não tinha nem tem a ver com a existência de periódicos (e outros meios) assumidamente políticos e partidários, como, de resto, aconteceu e acontece desde o século XVII, mas sim com a existência de um jornalismo supostamente independente e livre, popular e predominantemente noticioso, mas que, insidiosamente, se tornou em promotor de interesses políticos, invadindo, inclusivamente, os territórios da representação política institucional. Dito de outra forma, se os políticos usaram e usam os jornalistas e os meios jornalísticos, estes últimos, ao repercutirem correntes de opinião, também exerceram e exercem pressão sobre os políticos, levando-os, por vezes, a tomarem as medidas que mais ecoam na opinião pública e não as medidas racionalmente mais adequadas. No século XIX, a declaração de guerra de França à Prússia, em 1870, e a declaração de guerra dos Estados Unidos a Espanha, em 1898, serão bons exemplos de medidas que terão sido tomadas mais devido à pressão exercida sobre o poder político *através* dos meios jornalísticos e *nos* meios jornalísticos do que devido a uma fria, serena e racional reflexão sobre os problemas e as opções mais adequadas.

O século XIX foi, assim, o século de entrada da imprensa jornalística na contemporaneidade. Nesses cem anos, várias inovações na estrutura mediática e na forma de trabalhar e de informar transformaram o jornalismo.

O século XIX foi, também, como se disse, um século de expansão das ideias liberais e do espírito burguês, a que se associa a ideia da liberdade de imprensa. Esse fenómeno levou ao florescimento da **imprensa política** (que, entre outras designações, também pode ser denominada opinativa, combativa ou “de partido” – “*party press*”), apesar de, frequentemente, essa imprensa ser simultaneamente noticiosa, literária e divulgadora de ideias e descobertas. Era uma imprensa de elites e para as elites alfabetizadas e envolvidas no combate político e ideológico, uma imprensa cara, inacessível aos cidadãos comuns. Esse tipo de imprensa dominou o cenário europeu e latino-americano durante a primeira metade do século XIX. Na Europa, foram os confrontos políticos em torno da governação, suscitados pelo ambiente liberal, mas também os confrontos militares, a criar condições para o desenvolvimento dessa imprensa política, enquanto na América-Latina o florescimento dos jornais políticos e partidários se deveu, essencialmente, aos processos de independência.

Embora na Europa e na América Latina o cenário jornalístico fosse dominado pela *party press* durante toda a primeira metade do século XIX, nos Estados Unidos, como veremos mais pormenorizadamente, logo na década de Trinta do século XIX surgiram jornais predominantemente noticiosos, baratos, politicamente independentes, com um discurso acessível, direccionados para as pessoas comuns, encarados essencialmente como negócio empresarial, que começaram a competir com os jornais de elite dominantes. Esses jornais são a **primeira geração de jornais populares**. Eles **recuperaram e reformataram as ideias originais das folhas volantes, dos livros noticiosos e das gazetas**, que, entre os séculos XVI e XVII, geraram o jornalismo moderno, configurando-o como um negócio de produção e difusão de notícias, escritas de forma suficientemente simples para serem, inclusivamente, compreendidas pelos muitos iletrados que pagavam uma moeda de baixo valor unicamente para ouvirem alguém ler o que as gazetas traziam.

A primeira geração de jornais populares do século XIX, surgida nos Estados Unidos, logo teve sucessores na Europa, sendo também designada por primeira geração da *penny press* (o nome advém do baixo preço), para se distinguir da imprensa política (*party press*). As soluções discursivas, normativas e funcionais da *penny press* iriam contaminar o jornalismo em todo o mundo.

Assim, a partir de meados da década de Trinta do século XIX, na Europa também se começaram a propor jornais predominantemente noticiosos e populares a um mercado crescentemente ávido de informações, como prova o surgimento do primeiro jornal popular europeu que seguiu o receituário discursivo e funcional da primeira geração da *penny press* norte-americana: o periódico francês *La Presse*, nascido em 1836 (apesar de o seu preço elevado e da sua atenção à grande política o afastarem um pouco do modelo da primeira geração da imprensa popular norte-americana). Não é que, em 1836, não existissem já jornais predominantemente noticiosos no Velho Continente. Pelo contrário. No Reino Unido, por exemplo, *The Times*, surgido ainda no século XVIII (sob a denominação *The Daily Universal Register*), apresentava-se ao mercado com um modelo jornalístico predominantemente noticioso. Porém, apesar de independente, *The Times* tomou a seu cargo o papel de representante das classes médias e superiores conservadoras e instruídas, canalizando, discursivamente, os anseios e descontentamentos destas classes. Foi, assim, o primeiro jornal “comprometido”, “envolvido”, o primeiro jornal a procurar, simultaneamente, informar e representar cidadãos, porventura mal representados nas instituições do estado, inaugurando um modelo que ainda hoje é mais ou menos seguido pela imprensa britânica (jornais independentes mas ideologicamente alinhados, que não hesitam, por exemplo, em aconselhar os seus leitores a votarem num determinado partido). Por isso, apesar de o *Times* procurar oferecer aos seus leitores notícias actuais, rigorosas e fidedignas, como provam os célebres despachos telegráficos de W. H. Russell da Guerra da Crimeia (1854-1856), buscava, igualmente, enquadrar os assuntos pela óptica conservadora, o que gerava o desinteresse da parte da população que não se sentia representada nas páginas desse jornal. Além disso, sendo um jornal segmentado, direccionado para elites instruídas, apresentava um nível discursivo que afastava os cidadãos menos instruídos. De qualquer maneira, com jornais como *The Times* justificava-se o epíteto com que a imprensa era crescentemente classificada: o “**Quarto Poder**”:

“A moderna imprensa informativa parece imersa num clima de euforia que faz prosperar o mito do ‘quarto poder’ (...). O potencial político da imprensa não era desdenhável: a sua credibilidade como imprensa independente convertia-a num eficaz canal de comunicação política entre os partidos com representação parlamentar e os cidadãos, e o seu discurso, maioritariamente ligado ao daqueles, actuava como um factor gerador de calma social, ao moderar o descontentamento e ao negar, com frequência, a existência de conflito social. O sistema ganhava estabilidade (...).” (García González, 1999: 62)

A popularização da imprensa facultará, no final do século XIX, mais uma vez nos Estados Unidos, a entrada em cena da “imprensa popular de massas” (segunda geração da *penny press*), sustentada por empresas que prosseguiram mais o lucro económico do que o benefício político e beneficiando de inventos como a rotativa, cujos primeiros modelos foram introduzidos em 1865, facultando grandes tiragens a baixo preço por exemplar. Surgiram, assim, os jornais generalistas, de elevadas tiragens (que na última década do século já atingiam mais de um milhão de exemplares), predominantemente noticiosos (embora nem sempre independentes), apelativos (textos simples, uso de imagens e manchetes, grafismo inovador e arrojado, títulos apelativos no aspecto gráfico e no conteúdo, etc.), de baixo preço (daí a designação *penny press*), dirigidos à generalidade dos cidadãos. A sua aparição inicial nos Estados Unidos não é descontextualizada, pois, como veremos mais pormenorizadamente, os EUA tinham um clima político, económico e tecnológico propício, possuíam cidades de grande dimensão (o que facilita a interacção social e as vendas) onde a classe

média urbanizada definia a cultura dominante e eram um país de imigrantes que, embora estivessem desejosos de progresso pessoal, tinham, muitas vezes, um domínio rudimentar do inglês:

“A imprensa, como produto cultural essencialmente urbano, intervirá de forma decisiva neste lento mas irreversível processo de urbanização, convertendo a cidade em audiência e ao mesmo tempo em protagonista das suas notícias e ensaiando uma nova forma de fazer jornalismo: interclassista por natureza e de massas por vocação. O seu discurso manifestar-se-á como um autêntico agente de mudança capaz de gerar novas formas de identidade colectiva e de interacção social.

Com efeito, a moderna realidade urbana industrial assistirá à irreversível liquidação dos laços comunitários próprios do ambiente rural e à sua substituição por outros novos. O extraordinário reside no facto de a definição destes novos vínculos sociais não só suceder no espaço social, mas também no mediático.

(...)

Junto a esse espaço que o jornal oferece na definição das novas formas de interacção social, o jornal dará aos seus leitores, afastados das suas origens rurais, a oportunidade de integrar-se dentro de uma nova comunidade que transcende a própria cidade: a nação.” (García González, 1999: 58)

Como se disse, **com o aparecimento da imprensa noticiosa “de massas”, o jornalismo retomará as suas origens simultaneamente noticiosas, quanto ao perfil editorial, e empresariais, quanto ao objectivo primordial das publicações – o lucro.**

Há que dizer que a atitude liberal no campo dos *media* permitiu não só o debate da governação e a discussão combativa de ideias e medidas governativas mas também a disseminação de ideologias como o nacionalismo, por um lado, e o marxismo, por outro. Assim, pode afirmar-se que deslocação do espaço público para o campo dos *media*, com os (d)efeitos apontados por Habermas (1984), foi acentuada, no decorrer do século XIX, pelo fortalecimento da imprensa e pela aparição de novos meios de comunicação, como a fotografia. Os novos meios juntaram-se aos anteriores e multiplicaram as formas de comunicação em sociedade.

A legislação liberal, a abolição de taxas, as inovações tecnológicas trazidas pela Revolução Industrial, a consolidação da economia de mercado, a urbanização, a ascensão da classe média urbana e a modernização social (urbanização, alfabetização, intervenção cívica, partidos políticos, direito de voto, etc.) consubstanciaram-se como os factores por trás do desenvolvimento que o jornalismo conheceu no século XIX. Os partidos políticos que se organizavam um pouco por todos os países democráticos, em especial na Europa e nos Estados Unidos, foram, nesse processo, um factor fundamental:

“A partir de meados do século XIX, algo antes nos Estados Unidos, os regimes representativos vão articulando os seus próprios sistemas de partidos como prova da maturidade alcançada na formulação de diferentes opções ideológicas e projectos políticos alternativos. No futuro, o partido constituir-se-á como aparelho de poder, como autêntico actor político capaz de promover as suas próprias personalidades públicas, de coordenar por si mesmo diferentes correntes de opinião, assim como de gerar um discurso próprio. Os partidos privam a velha imprensa política das funções que desempenhava até então e, ainda que alguns dos partidos mantenham jornais próprios, o interesse destes não transcende os círculos de leitura mais próximos do partido correspondente.” (García González, 1999: 55-56).

Assim, saindo diminuído o interesse de uma imprensa de partido (*party press*) cara, parcial e elitista numa sociedade democratizada, vai-se impondo, em especial nos países europeus e nos EUA, ao longo da última metade do século XIX, uma imprensa predominantemente noticiosa, de discurso acessível, comercialmente agressiva e formalmente independente, por ser desligada de grupos e personalidades políticas (embora nem sempre). Essa imprensa “democratiza o mercado” ao mesmo tempo que se democratiza a vida pública (Schudson, 1978: 12-60).

Como explica Habermas (1981: 63), na imprensa comercial “de massas”, independente, o jornalista deixa de ser o juiz, passando essa função para o público. A função dos jornais e dos jornalistas passa a ser, essencialmente, a de providenciar informações para que o público possa ajuizar. O problema na teorização de Habermas é que nem toda a imprensa seguiu esse caminho, sendo que, no final do século XIX, como já foi dito, se assistiu, inclusivamente, à **radicalização nacionalista** do discurso jornalístico e ao estabelecimento de **laços promíscuos entre jornalistas e políticos** (como acontece, de resto, actualmente), pois estes últimos necessitavam (e necessitam) de comunicar com os cidadãos-votantes, fazendo-o através dos meios jornalísticos. Essa conjuntura, marcada pela facilidade de acesso de políticos e partidos aos jornais, comprometeu a independência da imprensa. Para complexificar a situação, a isso acresce que o jornalista foi usurpando ao político e às instituições políticas o papel de representação dos cidadãos, de vigilância dos poderes e de pugna pelo interesse público, tendo o problema sido agudizado pelo já referido radicalismo discursivo da imprensa do final do século XIX e princípios do século XX. “Os cidadãos, convertidos em improvisados destinatários de um discurso jornalístico incendiado, assumem uma profunda consciência política derivada da ficção participativa em que a imprensa os submergiu, ficando esta consagrada como virtual representante da consciência cidadã.” (García González, 1999: 74).

De qualquer modo, a partir do final do século XIX o jornalismo noticioso generalista, pese embora as complicadas relações com a esfera política e a deriva nacionalista no discurso, passará a ser encarado, essencialmente, como uma especialidade técnica: a da recolha, processamento (selecção, hierarquização, transformação discursiva) e difusão de informação socialmente relevante sob a forma de notícias e **os jornais começarão a ser articulados em função da trilogia que ainda hoje define, sumariamente, os conteúdos dos órgãos jornalísticos: notícias**, em primeiro lugar; **opinião, análise e enquadramento**, em segundo lugar; e **informação de serviços**, em terceiro lugar.

Novos inventos e procedimentos impulsionam a nova imprensa popular e noticiosa do século XIX. O **telégrafo** renovou o **conceito de actualidade**. A **rede de correspondentes e colaboradores** que os jornais lançaram sobre os territórios nacionais, beneficiando do telégrafo e dos caminhos-de-ferro, ajudou a **configurar mercados nacionais de notícias** (há suficientes notícias nacionais para com elas se preencher a quase totalidade de um periódico) e a **reforçar a noção simbólica de nacionalidade**. As **agências de notícias** fizeram a sua aparição. A proliferação da notícia, que destronou o artigo como género jornalístico dominante, promoveu uma **distinção entre facto e comentário** que alicerçou o conceito de **objectividade jornalística**. O telégrafo, fundamental para a difusão de informações, intensificou, por seu turno, a adopção de uma **linguagem telegráfica**. Por isso, os jornalistas começaram a adoptar **critérios profissionais de elaboração da notícia**, em vez de cultivar um estilo pessoal, emotivo ou literário. O *lead* jornalístico-noticioso, a técnica jornalística da pirâmide invertida, a factualidade no relato, os procedimentos de objectividade fizeram, nessa época, a sua aparição como elementos dos saberes e competências profissionais, contribuindo para a autonomização dos jornalistas, para a consolidação do **jornalismo como profissão** e para a edificação de uma **cultura** e de uma **ideologia** profissionais (ver: Schudson, 1978; Traquina, 2002; Schiller, 1981; García González, 1999; Sousa, 2000). **É a partir da profissionalização do jornalismo, da existência de uma classe profissional com direitos e deveres, cultura, ideologia e competências específicas, que podemos falar desta actividade como hoje a conhecemos, percebemos e entendemos**. A propósito, explicam Gómez Mompert e Marín Otto (1999 b: 230):

“Cabe recordar que a primeira motivação da objectividade jornalística foi puramente comercial, uma exigência dos diários de massas (aqueles que são próprios de uma sociedade de cultura e comunicação de massas, quer sejam de “elite” ou “populares”) para satisfazer um público heterogéneo. Depois, não obstante, esta estratégia jornalística conformou-se – particularmente nos jornais de qualidade – como competência profissional, ou seja, como saber fazer (o jornalista apresenta todos os factos e aspectos para que o receptor extraia as suas conclusões) e como ideologia de responsabilidade profissional (as informações devem comprovar-se pelo menos por duas fontes fiáveis).”

Por seu turno, a cultura jornalística e a cultura social nas democracias estabeleceram o princípio da democraticidade no acesso aos factos e informações, anteriormente na posse de uma elite. Consequentemente, inculcou-se no jornalismo a ideia de “**vigia dos poderes**”, que ajudou a legitimar o jornalismo e os jornalistas aos seus próprios olhos e aos olhos da sociedade (Sousa, 2000):

“A nova imprensa informativa independente, dirigida a um público potencialmente massivo (...), torna-se um elemento primordial da vida pública, converte-se em actor capaz, junto com outros, de definir a realidade social em torno de factos e assuntos que eleva à categoria de noticiáveis, além de favorecer com tal tarefa a integração dos cidadãos (...) através da leitura. O jornal assume, diariamente, a responsabilidade de converter-se em defensor da cidadania frente aos hipotéticos abusos e injustiças do poder. A sua arma será a objectividade, esgrimida como modo de compromisso com uma audiência que julga diariamente os actos e ideias publicamente difundidos.” (García González, 1999: 56, parafraseando parcialmente Schudson, 1978).

Explicita-se, porém, que a igualdade formal no acesso às notícias não configura idêntico grau de igualdade no acesso aos enunciadores, idêntica representatividade nos discursos enunciados e muito menos idêntica capacidade de intervenção na definição do que é notícia. Na realidade, foi no século XIX, beneficiando da aparição das relações públicas, que as entidades de poder começaram a procurar, crescentemente, ter um papel relevante na definição da actualidade e na proposta de enquadramentos para os factos tornados públicos. Não é que antes (ou agora) o jornalismo fosse (ou seja) mais polifónico ou que as notícias fossem (ou sejam) mais representativas da generalidade da população. A diferença é que, a partir do século XIX, a imprensa, ao construir uma espécie de “**realidade jornalística**”, começou a ter um papel muito mais relevante na “**construção social da realidade**” (ou seja, na constante e processual edificação dos referentes e imagens que tomamos pela realidade e que dela fazem parte), o que agudizou os apetites pelo **controlo da comunicação social**.

É de realçar que, a par da imprensa generalista, circularam durante todo o século XIX variadíssimas publicações segmentadas e especializadas, políticas, literárias, científicas, filosóficas, femininas, etc. Para a frente, no nosso trajecto histórico, deter-nos-emos, essencialmente, no jornalismo profissional generalista e “industrial”, mas é de realçar que as publicações segmentadas e especializadas tiveram e continuam a ter um papel relevante no panorama mundial da imprensa.

Destaque ainda, no século XIX, para o facto de o ensino do jornalismo se ter iniciado, devido às novas competências solicitadas aos produtores de notícias. A **primazia da instituição de cursos de jornalismo pertence à Europa**, datando de 1806 a primeira experiência de formação superior de jornalistas, protagonizada pela Universidade de Breslau, na Alemanha (hoje Polónia – Wrocław). Sucederam-se, aliás, experiências semelhantes na Suíça, na França e também noutros pontos da Alemanha. Em 1899, foi fundada uma Escola Superior de Jornalismo em Paris, por Albert

Betailler, em parceria com o jornal *Le Figaro*; em 1903 a Universidade de Zurique instituiu o seu curso de jornalismo; e em 1916 seguiu-se a Universidade de Leipzig.

A primeira experiência de formação de jornalistas nos Estados Unidos foi levada a efeito em 1869, pelo Washington College, na Virgínia. Tratava-se, porém, de um curso que misturava jornalismo e tipografia. O Kansas State College instituiu um curso semelhante, em 1873. Nas universidades americanas, o ensino prático do jornalismo só se viria a desvincular do ensino da tipografia em 1878 (Universidade do Missouri), opção seguida, também, pela Universidade da Pensilvânia (1893). Mais tarde, já no século XX, por acção de Pulitzer, a Universidade de Columbia, em Nova Iorque, começou a oferecer o **primeiro curso pós-graduado de jornalismo** (nível de mestrado).

A primeira organização profissional de jornalistas ter sido fundada em Inglaterra, em 1883, a que se seguiram organizações congêneres em França, nos Estados Unidos e noutros países do mundo. Assim, **à medida que o jornalismo se profissionalizava e invadia as universidades, os jornalistas melhoravam o seu estatuto social e autonomizavam-se como grupo profissional, cultivando um conjunto de conhecimentos e competências específicos**, bem como **normas de conduta** que expressam o conjunto de **valores** que ainda hoje sustentam a sua **ideologia e cultura profissionais**.

6.1 Coberturas de guerra

No contexto global do século XIX, o jornalismo de guerra assumiu uma importância fundamental. A cobertura das guerras despiu-as da auréola de epopeia, evidenciou o sofrimento e a dor, provocou consequências políticas e militares e intensificou, em certos momentos, a censura ao jornalismo, mas também suscitou o interesse dos leitores e fez aumentar as vendas.

6.1.1 O caso da Crimeia

Até 1854, ano em que começou a Guerra da Crimeia, a cobertura de guerra era amadora. Os melhores jornais pagavam aos soldados estacionados na frente para escreverem sobre as batalhas e os restantes jornais copiavam as notícias dos primeiros. O estilo dos soldados nem sempre era adequado, as informações nem sempre eram as mais relevantes e interessantes e as notícias chegavam, normalmente, com atraso à sede dos jornais. Assim, quando o conflito da Crimeia começou, nos Balcãs, estendendo-se depois à Crimeia, opondo a França, a Inglaterra e a Turquia à Rússia, com os três primeiros países a tentarem contrariar as intenções expansionistas russas, o *Times*, à época o mais poderoso jornal inglês, enviou para a frente de batalha o repórter William Howard Russell

Na verdade, Russell não foi o primeiro jornalista de guerra. Um ano antes, o *Daily News* tinha enviado para a frente de batalha o jovem jornalista Edwin Lawrence Godkin, mas as reportagens deste último nunca tiveram o destaque nem o impacto das de Russell (que eram mais dramáticas), embora, genericamente, abordassem os mesmos temas.

Através das reportagens de Russell, Godkin e, mais tarde, Chenery, publicadas sempre apenas alguns dias após os acontecimentos que narravam (o que para a época era uma novidade), os britânicos ficaram, pela primeira vez, a conhecer a cadavérica face da guerra. Russell relatou ao povo britânico, através do *Times*, as péssimas condições em que as tropas inglesas se encontravam, o seu deficiente equipamento, a má organização e, sobretudo, os horrores das batalhas e o sofrimento dos feridos, que muitas vezes morriam por falta de assistência. Na batalha de Balaclava, Russell narrou a célebre e heróica, mas inconsciente, carga da brigada ligeira contra os canhões russos, que provocou a morte de

400 soldados ingleses. Ao mesmo tempo, cartas de oficiais enviadas para as suas famílias e publicadas no *Times* corroboravam a versão de Russell. Um segundo correspondente do *Times*, Chenery, enviado para Istambul, narrou aos britânicos as deploráveis condições hospitalares com que, na retaguarda, se debatiam os soldados feridos (motivando Florence Nightingale a organizar o primeiro corpo de enfermeiras do mundo para dar assistência a esses militares). Em consequência, as reportagens de Russell suscitaram críticas do Governo britânico, mas este, em vez de procurar resolver a situação, encarniçou-se contra o *Times*, até ser derrubado no Parlamento, em 1855. O novo Governo, para melhorar a imagem do Exército e das autoridades, enviou, por seu turno, o fotógrafo Roger Fenton para a Crimeia, com a missão de realizar fotografias de guerra assépticas, sem vislumbre de sofrimento, desorganização ou mortos. O mesmo fizeram os fotógrafos James Robertson e Charles Langlois, que com Fenton podem considerar-se os primeiros três fotojornalistas de guerra do mundo. Alguns anos passados e também fotojornalisticamente a guerra se iria despir da sua auréola de epopeia.

“Com as reportagens de Russell, pela primeira vez surgiram dificuldades em assinalar os limites entre o direito dos governantes em manterem secretas as suas actuações, para não prejudicar as manobras militares, e o dos cidadãos a ser pontualmente informados sobre os acontecimentos na frente de batalha. As autoridades não tinham previsto o impacto que informações directas do cenário de guerra – escritos por um jornalista especializado – podiam causar na população civil. Quando se deram conta do seu erro, era tarde para o rectificar.

O mais extraordinário do trabalho de Russell foi a sua capacidade para mobilizar a opinião pública inglesa para exigir, inclusivamente, a demissão dos responsáveis militares (...) e governamentais (...) e conseguir ambas as coisas. Os militares aprenderam a lição. Daí em diante, todos os jornalistas teriam, obrigatoriamente, que ficar debaixo das suas ordens” (Schulze Schneider, 1999: 145).

A cobertura da Guerra da Crimeia foi apenas o primeiro indício das complicadas relações entre jornalistas, militares e políticos. Outras guerras importantes do século XIX vieram, de facto, reforçar a ideia de que essas relações são difíceis e problemáticas.

6.1.2 Guerra da Secessão Americana

Quando comparada com a cobertura da Guerra da Secessão nos Estados Unidos (1860-1865), a cobertura da Guerra da Crimeia parece um mero ensaio. Na realidade, a Guerra Civil Americana foi o primeiro conflito a ser massivamente coberto por centenas de jornalistas, alguns dos quais estrangeiros, devido ao interesse que o confronto gerou na Europa, em particular em Inglaterra, muito ligada às suas ex-colónias norte-americanas. William Russell, por exemplo, foi enviado pelo *Times* para os Estados Unidos, mas o seu relato fiel de da batalha de Bull Run, ganha pelas tropas confederadas, mas reportada como um triunfo das tropas da União pelos jornais do Norte, valeu-lhe a ira da população, tendo sido obrigado a refugiar-se na Embaixada Britânica, em Washington, para escapar da “justiça popular”. Russell gerou também a animosidade dos congressistas americanos, pois narrou como muitos deles tinham ido para o terreno de batalha, acompanhados das suas famílias, para “assistirem ao espectáculo”, mas tiveram de fugir, acobardados, perante a investida das forças confederadas. Russell acabou mesmo por ter de regressar ao seu país, por lhe ter sido repetidamente recusada a partida para a frente. O *Times*, cujo proprietário apoiava a Confederação, enviou, seguidamente, os repórteres Charles MacKay e Francis Lawley, respectivamente, para o Norte e para o Sul, mas os

textos inexactos destes jornalistas engrandeciam a Confederação contra a União. O *Times* chegou mesmo a colocar uma faixa negra de luto na sua primeira página quando Nova Orleans foi perdida pela Confederação. Quando a guerra acabou, com a vitória do Norte unionista, era tarde para o *Times* se arrepender do seu erro de orientação discursiva a favor dos confederados. A imprensa inglesa ficou mal vista nos Estados Unidos e foi acusada, justificadamente, de enfiamento discursivo a favor da Confederação.

Quando o conflito Norte-Sul começou, por causa de factores como a abolição da escravatura, interesses políticos, económicos e outros, a imprensa americana do Norte revelava já um invejável dinamismo, graças à força da economia e à liberdade de imprensa. No Sul, existiam somente alguns diários noticiosos. Muitos jornais sulistas seguiam ainda o modelo da *party press*, mas, no Norte, os jornais nova-iorquinos (o *Herald*, de James Gordon Benett; o *Tribune*, de Horace Greely; o *Sun*, de Benjamin Day; e o *Times*, de Henry Raymond), por exemplo, tinham já tiragens de milhares de exemplares, um perfil noticioso-popular (embora integrando páginas editoriais para a opinião) e uma atitude empresarial. Posições pró e contra a abolição da escravatura, pró e contra a possibilidade de Secessão, pró e contra Lincoln, pró e contra a guerra digladiavam-se, por isso, nas páginas dos jornais, em particular dos jornais do Norte, embora às vezes isso representasse um perigo para esses periódicos, que muitas vezes tiveram de se defrontar com manifestantes que protestavam contra as posições veiculadas pelos jornais.

Nas vésperas do conflito, a principal agência de notícias, a New York Associated Press (AP), estava, igualmente, sediada no Norte, em Nova Iorque. Por isso, quando se proclamou a Confederação, os editores de jornais do Sul fundaram a agência Press Association (PA), que contribuiu para a modernização de muitos dos jornais sulistas, ao dar-lhes a possibilidade de reorientarem a sua linha editorial, tornando-se crescentemente noticiosos. As notícias sobre a frente de batalha, por seu turno, contribuíram, também no Sul, para um aumento das tiragens, reflexo do aumento do interesse dos leitores.

O conflito Norte-Sul foi também o conflito do telégrafo, que se tornou, apesar da censura sobre os telegramas, no principal dispositivo para o envio de notícias desde a frente de batalha para as sedes dos jornais, ao contrário do que tinha acontecido na Crimeia, em que os despachos eram remetidos, essencialmente, por correio e mensageiros especiais. Aliás, durante a Guerra da Secessão, os correios, também subordinados à censura, funcionavam mal, e muitas cartas enviadas da frente chegavam muito atrasadas ou nem sequer chegavam ao destino (Schneider, 1999: 148).

A intensa utilização do telégrafo, em especial pelos jornalistas das agências noticiosas, terá tido a sua quota-parte de responsabilidade na sedimentação da técnica de redacção de notícias vulgarmente conhecida por “**pirâmide invertida**” (Schneider, 1999: 148), em que a informação mais importante surge no primeiro parágrafo (*lead*), sendo gradativamente colocada nos parágrafos seguintes a informação menos relevante, igualmente no sentido da mais importante para a menos importante. Isso aconteceu porque o envio de informações através do telégrafo era caro e nem sempre fiável (as ligações podiam cair de um momento para o outro), pelo que os jornalistas se habituaram, nos seus textos, a serem factuais (mesmo quando inventavam factos) e a dispor a informação no sentido da mais importante para a menos importante, para garantirem que à sede chegaria sempre a informação mais importante. A técnica da redacção de notícias conhecida por “pirâmide invertida” e a rápida transformação de acontecimentos em notícias para envio por telégrafo converter-se-ão em duas das competências profissionais específicas dos jornalistas, dois dos saberes que alicerçam, ainda hoje, o campo profissional dos jornalistas e que, historicamente, permitiram a autonomização da profissão.

Há que dizer, porém, que se no Norte a imprensa muitas vezes enfrentou a censura, no Sul os jornais acomodaram-se bastante mais às circunstâncias do conflito, tendo muitas vezes feito eco da propaganda oficial anti-derrotista (Knightley, 1975: 25). No entanto, segundo Knightley (1975: 24-25), quer no Norte quer no Sul consumiu-se informação pouco rigorosa ou mesmo falsa, por vezes mesclada com discursos patrióticos inflamados, inclusivamente

porque muitos dos novos jornalistas careciam de formação adequada. Todavia, entre eles também existiram jornalistas excepcionais, capazes de relatarem com exactidão e honestidade aquilo que presenciavam e de se indignarem com os crimes de guerra (os saques, as violações, os assassinios), as condições de vida dos soldados e a desorganização dos exércitos, mesmo quando em causa estava a imagem do “seu lado”.

O recurso frequente às entrevistas e às ilustrações executadas a partir de fotografias foram duas das outras inovações que a cobertura da Guerra da Secessão trouxe ao jornalismo. A revista ilustrada *Harper's Illustrated Weekly*, de Frank Leslie, por exemplo, chegou a ter mais de cem mil assinantes (Schneider, 1999: 149).

6.1.3 Guerra Franco-Prussiana

Um terceiro conflito merece destaque para relembrar as conexões estabelecidas entre o jornalismo e a guerra. Trata-se da Guerra Franco-Prussiana de 1870, que terminaria com a derrota francesa, a rendição de Napoleão III e a consequente proclamação da República Francesa.

O prestígio da França tinha sido seriamente abalado com a mal sucedida aventura de Maximiliano no México. Por outro lado, a Prússia, depois da vitória sobre o Império Austro-Húngaro, em 1866, queria, contra os interesses franceses, ampliar a Confederação da Alemanha do Norte para Sul. Por isso, quando, em França, se soube, pelos jornais, que havia um candidato prussiano (Leopoldo Hohenzollern-Sigmaringen, familiar do rei da Prússia) ao trono vago de Espanha, o que colocava em causa a influência francesa sobre o seu vizinho ibérico, houve profundas manifestações de descontentamento. A imprensa francesa reflectia exacerbadamente esse estado de coisas, apelando à honra nacional, o que obrigou Napoleão III a exigir, insistentemente, uma reparação, não lhe bastando a abdicação pontual do interesse prussiano no trono espanhol. O ministro do Exterior francês incumbiu o seu embaixador em Berlim de lograr a desistência pontual de Leopoldo do trono espanhol. Leopoldo renunciou, aconselhado pelo rei da Prússia, que queria evitar um confronto com a França. Porém, o embaixador francês exigiu afrontosamente a renúncia definitiva do príncipe Leopoldo, numa entrevista com o monarca prussiano. O rei prussiano enviou, então, para o seu chanceler, Bismark, um telegrama em que lhe narrava detalhadamente os factos e a afrontosa conduta francesa. Autorizado pelo rei, Bismark, que conhecia o estado de prontidão das forças alemãs, divulgou o telegrama à imprensa internacional, tendo-lhe mesmo acrescentado alguns pormenores que dramatizavam a ultrajante atitude francesa. Por isso, no dia seguinte os franceses foram surpreendidos pela recusa alemã em satisfazer as suas reivindicações, propagandeada pela imprensa internacional, o que provocou a ira de grande parte da população. *Le Figaro* pediu a imediata declaração de guerra à Alemanha, no que foi acompanhado pelos outros diários. A 19 de Julho de 1870, a França declarou guerra à Alemanha. Nesse mesmo dia, *Le Figaro* abriu uma subscrição pública para dar um charuto e um conhaque a cada soldado francês. Mas a imprensa internacional condenou a França, sendo sintomático o título da *Illustrated London News*, que dizia que a França declarava uma guerra por uma mera questão de etiqueta. Napoleão III, numa entrevista que deu ao *Daily Telegraph*, assinada anonimamente “um inglês” mas que, provavelmente, ele próprio terá escrito, reconheceu que já não conseguia controlar a opinião pública mediatizada e que não lhe restava alternativa senão avançar à frente dela, mesmo sem apoio de outros países.

Os franceses apenas autorizaram jornalistas franceses na frente de batalha, mas os prussianos receberam bem os correspondentes ingleses enviados para cobrir a guerra, entre os quais o experiente William Russell, do *Times*, e jornalistas do *Morning Adviser*, do *Daily Telegraph*, do *London Daily News* do *Manchester Guardian* e de vários outros jornais. Também o *New York Tribune* enviou um correspondente para a frente de batalha, George W. Smalley. Russell, habituado a escrever cuidadosamente, e com recorte literário, as suas reportagens, que posteriormente enviava por

correio, foi completamente superado pelos seus competidores, que recorriam ao telégrafo para enviarem, de imediato, para as redacções, um resumo do que acontecia de importante, indo depois, pessoalmente, levar a reportagem completa, que escreviam durante a viagem. Por isso, os textos de Russell eram publicados muito tempo depois de se saber o que tinha acontecido.

Os franceses, cuja imprensa, além de censurada, foi propagandista, foram completamente enganados pelas notícias falsas que diariamente eram publicadas pelos jornais. O exército francês ia de derrota em derrota até à capitulação de Napoleão III após a batalha de Sedan, a 1 de Setembro, mas, mesmo assim, no dia 2 de Setembro de 1870, os jornais franceses, com *Le Figaro* à cabeça, e já com as tropas alemãs a caminho de Paris, noticiavam os triunfos franceses. Só no dia 3 começaram a correr rumores do desastre. No dia 4, a República foi proclamada e, com Paris e outras cidades cercadas, a França organizou a resistência. De salientar, neste contexto, o engenho do jornalista inglês G. T. Robinson, do *Manchester Guardian*, que, em Metz, para fazer sair as suas reportagens da cidade, assediada pelas tropas alemãs, promoveu o uso de balões, opção seguida, posteriormente, pelos militares, para reconhecimento aéreo, e pelo próprio governo, para enviar correspondência (para o que foram também empregues pombos-correio e mensagens microfilmadas) e mesmo para transportar chefes militares e governantes por cima das linhas inimigas.

Entre Setembro e Janeiro de 1871, mês em que Paris se rendeu, surgiram na capital francesa 49 publicações patrióticas (Schneider, 1999: 149), que, mais do que notícias, publicavam rumores e textos panfletários.

6.1.4 Guerra Hispano-Americana

Um quarto conflito ocorrido no século XIX merece destaque numa história do jornalismo, por causa do papel que nele teve a imprensa sensacionalista: a guerra Hispano-Americana de 1898.

Ao longo da última metade do século XIX, foram várias as revoltas dos cubanos contra Espanha. Em 1896, foi lançada uma nova investida independentista, aos gritos de “viva Cuba libre!”. As autoridades coloniais espanholas responderam com repressão, levando muitos cubanos para campos de concentração e provocando a miséria, a fome e a doença. A imprensa sensacionalista norte-americana (isto é, a imprensa popular massificada, ou segunda geração da imprensa popular, que teve por principais expoentes os empresários Pulitzer e Hearst e que surgiu no último quartel do século XIX)⁴⁴ podia, assim, fazendo eco das posições rebeldes, lembrar diariamente aos seus leitores a alegada perfídia de Espanha face a Cuba e aos cubanos, num misto de verdade e falsidade. Sucediavam-se os relatos verídicos e inverídicos de centenas de milhares de mortos, de mulheres violadas, de americanos molestados em Cuba. O general espanhol Weyler era diariamente apresentado pelos jornais sensacionalistas norte-americanos como “O Carniceiro”. Para aumentar o fluxo de informação entre Cuba e os Estados Unidos, os principais jornais norte-americanos enviaram vários redactores e fotógrafos para a ilha. Quando as autoridades espanholas recambiaram alguns de volta aos Estados Unidos, o clamor da imprensa sensacionalista (ou “amarela”) aumentou, tendo as autoridades coloniais sido acusadas de quererem abafar os crimes que cometiam em Cuba. Em 1897, quando uma jovem rebelde cubana atraiu um oficial espanhol para sua casa para o matar, tendo, depois, sido presa, o *New York Journal*, de Hearst, deu um novo enquadramento à ocorrência, tendo transformado a jovem rebelde numa inocente heroína que apenas zelava pela sua honra face a um violador fardado. O jornal, inclusivamente, lançou uma campanha para que o público-norte-americano, em particular as mulheres, pedisse aos Reis de Espanha a libertação da rebelde. Além disso, Hearst conseguiu organizar uma rocambolesca fuga da jovem da prisão, vestida de homem, para depois a passear em Nova Iorque, fazendo notícia

⁴⁴ Ver o subcapítulo 6.3 sobre o desenvolvimento da imprensa norte-americana no século XIX.

disso, com ganhos para as vendas do seu jornal. O princípio “Eu faço as notícias”, de Hearst, percebia-se, assim, em toda a sua dimensão.

No final de 1897, os rebeldes cubanos passaram para a imprensa sensacionalista norte-americana uma carta do embaixador espanhol em que este classificava o Presidente McKinley, dos Estados Unidos, como um demagogo débil, o que fez recrudescer o tom anti-espanhol na imprensa norte-americana. Em Janeiro de 1898, a intensificação das revoltas em Cuba levou os Estados Unidos a enviarem para Havana o couraçado Maine, para, oficialmente, proteger as vidas e as propriedades dos cidadãos norte-americanos que viviam na ilha. Mas a 15 de Fevereiro, por causas nunca explicadas, uma explosão a bordo do Maine provocou o afundamento do navio e a morte de 266 marinheiros americanos. O *Journal*, de William Randolph Hearst, publicou, então, um anúncio de uma recompensa de cinquenta mil dólares para quem indicasse os autores do atentado e a 17 de Fevereiro já titulava na “um” que o afundamento do Maine tinha sido obra “do inimigo”, inserindo uma fotografia truncada em que uma mina se vê próximo do casco do Maine. Os restantes jornais sensacionalistas alinharam pelo mesmo diapasão, contrastando com a serenidade dos jornais “de qualidade”, que, muitas vezes, criticavam o comportamento dos seus parceiros sensacionalistas (Bermeosolo, 1962: 46). Todavia, a imprensa sensacionalista mais não fazia do que corresponder aos interesses estratégicos e económicos dos Estados Unidos, que queriam estabelecer uma forte zona de influência na América Central e na América do Sul.

Curiosamente, no início da guerra a imprensa espanhola respondeu no mesmo tom patrioteiro à investida propagandística da imprensa sensacionalista norte-americana (Schneider, 1999: 148), desvalorizando o poderio militar norte-americano e fazendo notar, aliás, que a perda de Cuba por Espanha significaria apenas a sua queda “nas garras dos ianques”, como comentava, em editorial, *EL Defensor de Granada* de 3 de Março de 1896 (*cit. in* Schneider, 1999: 148).

A Declaração de Guerra dos Estados Unidos a Espanha foi aprovada, em Abril de 1898, pelo Congresso Americano, pelo que, de imediato, toda a imprensa, tivesse ou não defendido a medida, se preparou para a cobertura do conflito. Quinhentos jornalistas, fotógrafos e desenhadores (ilustradores) juntaram-se na Flórida para seguir, em toda a espécie de barcos, as tropas norte-americanas que actuaram em Cuba, em Porto Rico e nas Filipinas. Schneider (1999: 163) diz, inclusivamente, que muitos dos jornalistas participaram nas batalhas como combatentes. O contingente do *Journal*, integrando mais de vinte pessoas, foi chefiado pelo próprio Hearst. No entanto, após a vitória naval norte-americana em Santiago de Cuba, a 25 de Julho, o interesse dos jornais americanos na guerra diminuiu, pelo que somente nove jornalistas cobriram o conflito até ao final (Schneider, 1999: 163). A cobertura, aliás, foi censurada pelos militares e autoridades de ambos os lados. Porém, quando o conflito terminou, em Dezembro de 1898, com a completa vitória norte-americana e com a perda de Cuba, das Filipinas e de Porto Rico por Espanha, o impacto dos acontecimentos gerou uma enorme crise no país ibérico. No entanto, essa crise talvez não tivesse sido tão grave se o Governo espanhol, em vez de ter criado um manto de silêncio com a censura, tivesse procurado, desde o início, explicar os acontecimentos do ultramar aos espanhóis, o que poderia ter feito através da imprensa espanhola, que denotava vigor e garra.

6.2 Entra em cena o fotojornalismo

O fotojornalismo começou quando alguns fotógrafos começaram a apontar a máquina fotográfica para acontecimentos, com o intuito de os registar e mostrar. As primeiras fotografias tiradas com esse intuito datam do início da década de quarenta do século XIX, sendo exemplificativo o caso de um daguerreótipo que destruiu um bairro de Hamburgo, em 1842, realizado por Carl Fiedrich Stelzner. Nesse mesmo ano tinha sido lançada, em Londres, a primeira revista ilustrada do mundo, a *Illustrated London News*.

As primeiras revistas ilustradas não reproduziam fotografias, pois os processos técnicos que permitiriam a inclusão de fotografias junto com os textos só seriam inventados no último quartel do século XIX. Mas nessas revistas já eram abundantes as ilustrações elaboradas a partir de fotografias, e em muitas dessas ilustrações aparecia mesmo a menção “elaborada a partir de fotografia”, o que documenta o potencial de credibilidade e verosimilhança que a fotografia ia adquirindo.

Em Paris, começou a ser publicada, em 1843, a *Illustration*, a segunda grande revista ilustrada a ver a luz do dia. Foi também durante esse ano que um funcionário fixou, em daguerreótipo, a cerimónia de assinatura de um tratado de paz entre a França e a China.

Nos Estados Unidos, a primeira fotografia de um acontecimento público foi realizada em 1844. Trata-se de um daguerreótipo da autoria de William e Fredrick Langenheim, mostrando uma multidão reunida em Filadélfia por ocasião da eclosão de uma série de motins.

A Guerra Americano-Mexicana de 1846-1848 foi o primeiro conflito a merecer que um daguerreotipista fotografasse oficiais e soldados. A partir dessas fotos fizeram-se ilustrações para as revistas.

Em Abril de 1848, foi publicada no *Sunday Times* uma reprodução, sob a forma de gravura, daquele que talvez se possa considerar como o primeiro daguerreótipo político "publicado" na imprensa: *The Great Chartist Crowd*.

Em 1849, um ou mais fotógrafos anónimos fotografaram os soldados e oficiais envolvidos no cerco de Roma, mais um prenúncio da atenção que o fotojornalismo iria devotar à guerra.

Os pioneiros da "reportagem" fotográfica assistiram, ainda, à cerimónia de abertura da reconstrução do Crystal Palace, em Sydenham, em 1854, e ao baptismo do príncipe imperial em Notre-Dame de Paris, em 1856. Pelo meio, em 1855, Roger Fenton partiu para a Guerra da Crimeia, com quatro assistentes e uma enorme parafernália de equipamento, entre o qual uma carroça-laboratório, indispensável para a revelação imediata das fotografias (usava-se a técnica do colódio húmido sobre vidro). Fenton realizou a primeira foto-reportagem extensa de guerra, embora tenha sido uma reportagem propagandística e censurada, encomendada pelo Governo britânico, a contas, como já se disse, com os textos críticos de William Russell.

Nas fotografias de Fenton, como, mais tarde, nas fotografias de Brady, Gardner e outros da Guerra da Secessão americana, é, diga-se, notória a inter-relação entre as possibilidades técnicas e os conteúdos: nas guerras daquele tempo era impossível obter instantâneos das batalhas. As imagens desses conflitos concentram-se, por isso, mais na paisagem bélica do que nos processos de guerra em si, embora na Guerra Civil Americana os fotógrafos tivessem actuado sem censura, o que lhes permitiu, ao mostrarem o sofrimento, a destruição e a morte, contribuir para despir a guerra da auréola de epopeia.

Também surgiam na imprensa da época ilustrações, elaboradas a partir de fotografias, que documentavam o processo de industrialização em curso, como as de Robert Howlett da construção do maior navio a vapor da época, o *Leviathan*, publicadas, em 1858, na *Illustrated Times*.

A Nadar, célebre retratista francês, deveu-se a primeira fotografia aérea, em 1858, as primeiras fotografias com iluminação artificial (esgotos de Paris) e as primeiras fotografias de uma entrevista (as fotos do filho de Nadar à entrevista que o seu pai fez ao químico Chevreul, por ocasião do centenário deste, em 1886, das quais doze foram publicadas no *Journal Illustré*).

O século XIX foi também um século relevante para a fotografia documental. As imagens de locais distantes e povos diferentes, bem como dos “vizinhos do lado”, encheram as páginas da imprensa da época, como aconteceu com as vistas de Constantinopla, de James Robertson, publicadas na *Illustrated London News*, com as fotos da conquista do Oeste Americano, de Alexander Gardner, Timothy O' Sullivan e William Henry Jackson, e ainda com as fotos dos levantamentos etnográficos dos índios norte-americanos, publicadas na imprensa ilustrada e na imprensa popular.

Alguns dos pioneiros da fotografia documental com valor jornalístico descobriram o poder persuasivo e denunciante da imagem fotográfica, tendo-o aproveitado para a “intervenção social”, começando, por exemplo, a mostrar, fotograficamente, o trabalho infantil nas minas e nas fábricas e as duras condições de vida dos pobres. Outros aproveitaram a fotografia para documentar os espaços, as condições de vida e de trabalho e a cultura e práticas quotidianas de grupos marginais (como as prostitutas). A vontade de registo misturou-se, assim, com a opinião e a vontade de intervenção. Foram vários os fotógrafos que contribuíram para o nascimento do fotodocumentalismo de “compromisso social”, como Thomson, Riis, Atget e Hine.

É interessante notar que o documentalismo social na imprensa (americana) nasceu nos tablóides e não nos jornais mais sérios nem nas revistas ilustradas. Mas, se é interessante, não é, de todo, surpreendente: afinal, as “cruzadas morais” sempre se enquadraram nas esferas de interesse do jornalismo “sensacionalista”.

Paralelamente à fotografia documental e à fotografia de acontecimentos, desenvolveu-se a fotografia de retrato e a fotografia arquitectónica, que ainda hoje têm presença no fotojornalismo.

No fundo, pode dizer-se que, visando dar testemunho do que viam, encobertos pela capa do realismo fotográfico, os “fotojornalistas” do século XIX começavam já a ambicionar substituir-se ao leitor, sob mandato, na leitura visual do mundo. Para se legitimarem, fizeram despontar uma retórica fotográfica da “objectividade”, obtendo imagens sem censura nem truncagens. Porém, certas vezes as intenções de fidelidade ao real que esses fotógrafos demonstravam eram atraídas por alguns ilustradores, que, por vezes, acrescentavam pormenores da sua imaginação aos desenhos informativos no momento em que elaboravam ilustrações a partir dos originais fotográficos.

As exigências do público, dos profissionais e dos consumidores levaram, também, a avanços tecnológicos, que permitiram ganhos para o conteúdo das fotografias. As conquistas técnicas permitiram a evolução dos conteúdos fotográficos ao longo de todo o século XIX. Entre essas conquistas avulta a diminuição dos tempos de exposição, ligada à melhoria da qualidade das lentes e à adopção de novos processos, como o do colódio húmido (cerca de 1851).

A técnica do colódio húmido contribuiu para destronar o daguerreótipo (um processo fotográfico que só permitia a obtenção de um positivo). Com o fim do reinado do daguerreótipo e com a disseminação dos processos negativo-positivo, produziram-se mudanças na cultura, nas rotinas e convenções profissionais.

Para o fotojornalismo, a conquista do movimento revelou-se de importância vital, uma vez que permitiu “congelar” a acção, impressioná-la numa imagem quase em tempo real, capturar o imprevisto, chegar ao instantâneo e, com ele, acenar com a ideia de verdade. O mesmo se passou com a melhoria das lentes, que permitiu a fotografia de pessoas sem que estas se apercebessem da presença do fotógrafo, com ganhos para a naturalidade e, assim, também para a verosimilhança.

Em 1880, foi inventado o *half-tone*, um processo que permite a impressão de fotografias em conjunto com o texto. A partir desse momento, as fotografias foram roubando às ilustrações o espaço nas revistas e nos jornais. Em 1884, por exemplo, o *Illustrierte Zeitung*, de Leipzig, consubstanciou o espírito renovador do fotojornalismo, ao publicar, recorrendo ao processo do *half-tone*, dois instantâneos (fotografias que valem mais por existirem do que pela qualidade que apresentam) de Ottomar Anschütz sobre as manobras do exército alemão.

Nas duas últimas décadas do século XIX, surgiram revistas ilustradas só com fotografias em vários pontos do Globo, como a *Illustrated American*, de 1890, em cujo primeiro número se inseriam 75 fotos. A 4 de Março de 1880, a fotografia chegou à imprensa diária, com a publicação de uma foto de um bairro de lata no diário *The New York Daily Times*, bem a tempo de ser aproveitada pelos jornais populares do final do século XX, que, como vimos, usaram abundantemente a fotografia (em alguns casos truncada) como meio apelativo e como elemento de ancoragem do design.

Realce ainda que foi Brady (um dos fotojornalistas da Guerra Civil Americana) a ter a ideia inovadora de montar a primeira agência distribuidora de fotos de actualidade, embora se tenha arruinado no empreendimento. A fundação da londrina *Illustrated Journals Photographic Supply Company*, a primeira agência fotográfica "de facto", em 1894, inaugurou uma era de expansão do fotojornalismo. À *Illustrated Journals*, outras agências se seguiram, como a *Underwood & Underwood* (EUA), em 1896, e a *Montauk Photo Concern* (EUA), estabelecida em 1898, que empregou a primeira fotógrafa americana a fazer nome – Frances Benjamin Johnson. Em 1899, surgiu em Londres a *Illustrated Press Bureau*, que concorreu com a *Illustrated Journals*. Estas agências forneciam fotografias aos jornais e revistas, entregando-as, regra geral, em mão.

A primeira revista a usar a fotomontagem nasceu em França em 1898 – chamava-se *La Vie au Grand Air* e abordava essencialmente temas desportivos. Esta revista inovou profundamente no campo gráfico, não apenas através do recurso à fotomontagem como também recorrendo, por exemplo, a planos detalhados sobrepostos a planos gerais e ao rompimento da mancha gráfica habitual. Nesse ano, publicavam-se já, regularmente, doze revistas ilustradas nos EUA, dez no Reino Unido, nove em França, sete na Alemanha e Áustria e uma ou mais noutros países europeus, como Portugal. Tornavam-se conhecidos os rostos das figuras públicas e visualizavam-se os acontecimentos que, neste sentido, se tornavam mais familiares.

Pode concluir-se, face ao exposto, que as primeiras fotografias para a imprensa e as primeiras práticas fotojornalísticas do século XIX indiciam alguns dos temas, rotinas produtivas e convenções do fotojornalismo contemporâneo e mostram também a força da imagem informativa.

6.3 As agências de notícias e o fluxo internacional da informação no século XIX

O contexto jornalístico, empresarial, social e tecnológico do século XIX criou condições para o aparecimento das **primeiras agências de notícias**, organizações que se dedicam a produzir notícias e outras informações para venda aos órgãos jornalísticos e a outras entidades potencialmente interessadas, como grupos económicos, governos, etc. Entre os factores que podem apontar-se como estando na origem desse fenómeno contam-se os seguintes:

- 1) Os jornais, que cresceram em volume durante todo o período de Oitocentos, necessitavam de notícias, em variedade e quantidade, para satisfazer um público cada vez mais vasto, que delas necessitava para se sintonizar com um mundo em rápida mudança;
- 2) A velocidade com que o mundo se modificava gerava muitas informações em potencial, somente à espera que alguém as recolhesse, processasse e disseminasse;
- 3) Num quadro de entendimento empresarial do negócio jornalístico, o aumento das tiragens, sustentado quer pelos lucros das vendas e da publicidade (que permitiam novos investimentos) quer por novos dispositivos tecnológicos (como as impressoras Koenig, primeiro, e as rotativas, depois), gerava receitas suficientes para os jornais pagarem a fornecedores externos de informação, que contribuíam para atenuar os problemas decorrentes das insuficiências da rede de captura de acontecimentos que esses jornais possuíam;
- 4) Os novos meios de comunicação electrónicos (telégrafo, telefone) e os novos meios de transporte (caminho-de-ferro, automóvel, navios a vapor) facilitavam a recolha e difusão de informações, potenciando

ainda, por outro lado, a propagação dos jornais por vastos territórios, o que, por sua vez, não apenas tornava mais pessoas receptivas às notícias como também criava condições para o aumento das tiragens e, consequentemente dos lucros; além disso, para agradar a um público diversificado espalhado por territórios cada vez mais vasto, os jornais precisavam de um volume elevado de notícias diversificadas que já não conseguiam fabricar limitando-se aos seus próprios meios;

5) A melhoria constante dos meios de impressão (estereotipia, primeiro, e linotipia, depois) permitiu o aprimoramento da qualidade gráfica dos jornais e revistas, algo que o halftone veio reforçar ao facultar a publicação de fotografias junto com o texto; jornais mais apelativos tornaram-se, assim, jornais mais bem sucedidos, com tudo o que isso representou em termos de tiragens e lucros, mas também de necessidade de notícias, incluindo fotonotícias;

6) A percepção do jornalismo como um negócio conduziu à diversificação da imprensa, tática empresarial para alargar o mercado da informação à generalidade dos cidadãos. Uma imprensa diversificada, em que órgãos generalistas (jornais populares, revistas ilustradas e jornais “de qualidade”) coexistiam com órgãos segmentados (revistas e jornais femininos, masculinos e especializados), exigia um grande volume de notícias variadas, o que tornava apelativo o negócio do fabrico e fornecimento de notícias à imprensa.

As primeiras agências de notícias apareceram na Europa, contribuindo não só para que o jornalismo noticioso se sobrepusesse ao jornalismo doutrinário e combativo da imprensa “de partido” (*party press*) mas também para uma renovação estilística nos meios, reforçando-se a linha que preconizava a clareza, a brevidade, a precisão e a simplicidade da linguagem. Foram elas a Havas, em França; a Reuter, em Inglaterra; e a Wolff, na Alemanha. Todas se apresentavam publicamente ostentando os nomes dos seus fundadores, respectivamente Charles Louis Havas, Paul Julius Reuter e Bernhard Wolff. Posteriormente, fundaram-se agências noticiosas noutros países, como a New York Associated Press, nos Estados Unidos, e a Fabra, em Espanha. Concebidas como empresas, embora tivessem, todas elas, atravessado uma fase inicial difícil, como acontece com grande parte dos novos negócios, passados alguns anos as agências detinham o controlo quase exclusivo dos fluxos noticiosos internacionais.

As três primeiras agências (Havas, Reuter, Wolff) deram os primeiros passos assentes no modelo de empresa familiar. Engenhosamente, estabeleceram as suas sedes nos centros das capitais dos respectivos países (Paris, Londres, Berlim), próximas dos correios, dos caminhos-de-ferro (inicialmente os despachos das agências eram enviados, essencialmente, por correio e caminho-de-ferro) e dos telégrafos⁴⁵. No início, o seu ramo de negócio assentou, essencialmente, na tradução de notícias da imprensa estrangeira para venda nos países onde estavam sedeadas (aos órgãos jornalísticos e a outras entidades interessadas). Posteriormente, começaram a produzir notícias de índole económica, para venda à imprensa, à banca e aos grandes industriais. Todavia, a necessidade que a imprensa e mesmo os governos, as empresas e os bancos denotavam de notícias era tal que as agências rapidamente alargaram o negócio à produção generalista de informações, controlando, em especial, o fluxo de notícias entre as colónias e as metrópoles. O facto de terem sido as primeiras a chegar ao mercado, o rigor da informação que produziam e a dependência que os governos e a imprensa tinham delas levou-as a uma situação mercadológica privilegiada, quase aniquilando a concorrência interna de outras empresas que procuravam estabelecer-se no mesmo ramo de negócio.

⁴⁵ Os telefones só começaram a ser usados no final do século XIX e apenas para a transmissão de informações urgentes entre centros de cada agência, para não beneficiarem os jornais que tinham telefone.

Controlado, quase monopolisticamente, o mercado interno, as três grandes agências europeias voltaram a sua atenção para o mercado externo. Como a cobertura do estrangeiro era substancialmente mais cara do que a do país de origem e respectivas colónias, essas agências encetaram uma política de alianças. Assim, em 1856, as três principais agências europeias estabeleceram um primeiro acordo de intercâmbio de notícias financeiras e económicas, seguido, em 1859, por um segundo acordo, em que já se notava a ambição máxima de as agências se converterem em organizações mundiais de produção e difusão de notícias e outras informações. Este segundo acordo estabeleceu que as agências repartiriam a cobertura da Europa e actuariam em conjugação de esforços nos restantes continentes.

Em 1866, o estabelecimento do primeiro cabo submarino entre a Europa e a América permitiu às agências europeias estabelecerem laços com a New York Associated Press, agência cooperativa norte-americana que tinha sido fundada, em 1848, por seis periódicos nova-iorquinos, para seu próprio benefício, mas que rapidamente passou a prestar serviços a outros órgãos jornalísticos. As três grandes agências europeias começaram, assim, uma política de expansão mundial. O controlo férreo de Bismark sobre a agência Wolff e o conflito franco-prussiano retardaram, momentaneamente, a convergência da Wolff com as outras duas agências europeias, mas não impediu a Havas e a Reuter de continuarem a sua política de cooperação, que originou, por exemplo, a abertura de uma delegação conjunta em Bruxelas, o estabelecimento de acordos conjuntos com outras agências, como a New York Associated Press, dos Estados Unidos, e a Korrespondenz, da Áustria, e mesmo a fundação de uma empresa destinada a explorar a telegrafia privada e os cabos submarinos.

Na década de setenta do século XIX, as agências transformaram-se em sociedades anónimas (Wolff's Continental Telegraph Company, Reuter's Telegram Company, S. L. e Havas, S. A.), o que lhes trouxe um considerável afluxo financeiro, que lhes permitiu investir na sua área de negócio prioritária, o da produção e difusão de notícias e informações, mas também nas áreas de negócio complementares, como a publicidade, por um lado, e a telegrafia e os cabos submarinos, por outro. As agências colocaram correspondentes em várias cidades importantes do mundo, nomeadamente nas capitais, e seguiram uma política de concentração que absorveu agências mais pequenas. As agências nacionais emergentes noutros países, como a espanhola Fabra ou a italiana Stefani, viram-se mesmo perante uma situação em que tinham de cooperar com as três grandes para conseguirem sobreviver. Com esta estratégia, as três grandes agências europeias converteram-se em organizações mundiais oligopólicas, assegurando cada uma delas a cobertura de uma determinada parte do mundo:

- 1) A cobertura do Império Alemão, da Rússia, da Áustria-Hungria e da Escandinávia foi dada à Wolff;
- 2) A Reuter ficou com o Império Britânico e o Extremo Oriente, mantendo uma lança em Hamburgo, na Alemanha, pois tinha um acordo com a bolsa dessa cidade; além disso, repartia com a Havas a cobertura da Bélgica e do Egipto;
- 3) A Havas assegurou a cobertura do Império Francês e dos países latinos, incluindo Portugal;
- 4) Os restantes países do mundo eram de cobertura livre.

O estabelecimento de um cabo submarino entre a Europa e o Brasil, em 1874, impulsionou novos acordos. A New York Associated Press assegurou, nos Estados Unidos, a exclusividade da relação com as agências europeias, mas comprometeu-se a não actuar nem no mercado europeu nem no sul-americano. A Havas e a Reuter firmaram um acordo comum com a South American Press, cujo fracasso comercial conduziu, em 1876, à redefinição do acordo, o que

proporcionou à Havas a cobertura de todo o espaço latino-americano, opção facilitada pelo facto de Portugal e Espanha estarem na sua zona de cobertura e de continuar a haver um importante fluxo de informação entre os países ibéricos e as suas ex-colónias. Porém, a entrada das agências norte-americanas na América Latina acabou por pôr fim a esse monopólio.

De qualquer modo, pelo final do século XIX estava já desenhado um sistema global de fluxos de notícias, controlado pelas três grandes agências europeias, em articulação com as pequenas agências nacionais, que produziam informação sobre o seu próprio país, enviando-a em exclusivo para a grande agência com que estavam coligadas, mas beneficiando, como contrapartida, da distribuição exclusiva dos conteúdos da grande agência no seu próprio país. Assim, as agências nacionais aliadas com as grandes agências tornaram-se, nos respectivos países, as principais fornecedoras de notícias (essencialmente políticas, diplomáticas, militares, económicas e culturais) aos órgãos jornalísticos, convertendo-se, por seu turno, num alvo da voracidade controleira dos poderes políticos nacionais. Essa dinâmica da informação internacional no final do século XIX permitiu, por outro lado, a subordinação da informação difundida nos países “informativamente colonizados” aos interesses estratégicos dos países “informativamente colonizadores”, pois a Reuter, a Havas e a Wolff aplicavam um sistema de censura prévia para evitar a difusão de notícias contrárias, respectivamente, aos interesses de Londres, de Paris e de Berlim ou dos grupos económicos com quem essas três grandes agências mantinham laços (Paz Rebollo, 1988).

A aliança entre as grandes agências manteve-se no último quartel do século XIX, embora o sistema tenha sido abalado por quatro factores:

1) As agências tornaram-se um dispositivo relevante das estratégias internacionais dos estados, pelo que, em vários momentos, agiram mais de acordo com os interesses nacionais dos respectivos estados do que com os interesses da aliança. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando o Egipto se converteu num protectorado britânico, em 1882, o que levou a Reuter a competir com a Havas, a quem o Egipto estava anteriormente consignado, na cobertura deste país. O mesmo tipo de situação ocorreu quando os povos balcânicos se sublevaram contra a Turquia e se produziu a guerra Sérvio-Turca, o que levou a Havas a cobrir a região, anteriormente consignada à agência Wolff, em aliança com as agências russa e austríaca.

2) A concorrência de novas agências provocou uma erosão do controle que as agências aliadas oligopólicas tinham sobre os fluxos de informação. Entre essas agências destacou-se a Dalziel, fundada, em 1890, em Nova Iorque, por Davison Dalziel, que desde o início assumiu a intenção de se transformar numa agência mundial, abrindo delegações um pouco por todo o mundo e assumindo uma política própria de alianças com outras agências. Nos conteúdos, apostou na informação financeira, nas “caixas” jornalísticas (informação exclusiva em primeira mão) e no sensacionalismo, o que a tornou numa fonte relevante de notícias para a imprensa popular. Para concorrerem com a Dalziel, as agências aliadas aceleraram comedido os fluxos de informação e aumentaram o volume de informação financeira. Para competir, a Dalziel teve de acelerar ainda mais o fluxo de informação, o que acabou por vitimá-la, pois difundiu sem verificação uma notícia falsa que implicava um diplomata russo num escândalo ocorrido em França. Ostracizada, a Dalziel acabou por redefinir a sua área de negócio, limitando-a à produção de informação económica e financeira.

3) Os acordos entre jornais, como o firmado, em 1899, entre o *Times* e o *Le Matin*, a que aderiram, mais tarde, jornais italianos, austríacos e alemães, que pretendiam diferenciar-se no mercado em relação aos jornais que continuavam a publicar, essencialmente, a informação nacionalmente comprometida das agências, também

contribuiu para a perda de controle dos fluxos internacionais de notícias por parte das três grandes agências coligadas.

4) A censura telegráfica aplicada pelos diversos governos nacionais, particularmente em situações de instabilidade, crise e guerra, foi o derradeiro factor que contribuiu para ameaçar a preponderância informativa internacional das três grandes agências de notícias europeias.

Nos Estados Unidos, porém, as coisas não ocorreram como nos países europeus. Implantada num país de vocação continental e economicamente rico e dinâmico onde proliferavam os jornais, a New York Associated Press, apesar do seu acordo com as grandes agências europeias, teve de concorrer com as agências nacionais que foram surgindo, nomeadamente com a Western Associated Press, fundada em 1885, que em 1892 se converteu na Associated Press of Illinois; e com a United Press, igualmente fundada em 1885. Assim, em 1893, a New York Associated Press abriu falência, o que levou as grandes agências europeias a estabelecerem acordos com a Associated Press of Illinois, que se mudou, em 1900, para Nova Iorque, rebaptizando-se com a denominação Associated Press (AP), que ainda hoje mantém, sendo uma das grandes agências noticiosas mundiais.

6.4 O jornalismo nos Estados Unidos no século XIX

Porquê começar a detalhar a história do jornalismo no século XIX pelos Estados Unidos? Muito simplesmente porque, como se viu já, a metamorfose da imprensa norte-americana no decurso do século XIX foi de tal ordem que, por contágio, gerou transformações no jornalismo praticado na Europa e, de uma forma geral, no resto do mundo. Ao abrigo da Primeira Emenda da Constituição Americana, que garantia a liberdade de imprensa, com um clima social, económico, político e tecnológico propício e sem taxas elevadas que constrangessem a edição e comercialização de publicações impressas, a imprensa dos Estados Unidos teve, efectivamente, no século XIX, um período de franca expansão e transformação, entrando-se na era do **“jornalismo industrial”**.

Quais os factores que estiveram por trás da “explosão” e transformação industrial do jornalismo americano no século XIX?

1) **Urbanização** – A concentração da população em espaços urbanos gerou mais interações sociais e promoveu o aparecimento de uma cultura urbana de convivência e tolerância – a urbanidade. Dominadas pelas classes médias, as cidades concentraram serviços susceptíveis de satisfazer os gostos e as necessidades dessas classes. Assim, a urbanização fomentou a produção e o consumo de conteúdos segmentados, mais ou menos padronizados, orientados para a satisfação dos gostos e necessidades das classes médias urbanas. A urbanização, ao concentrar a população, facilitou, ainda, a distribuição de jornais e revistas. Com o progresso da urbanização, cresceu também o mercado para as publicações periódicas.

2) **Socialização da política** – A democracia norte-americana e o direito de voto promoveram a consciencialização cívica e a intervenção dos cidadãos na vida pública. Os partidos políticos americanos, mais desideologizados do que os europeus, deram às classes médias o acesso à política e mesmo à governação, rumo àquela que Schudson (1978) denominou como “sociedade de mercado democrática”. O cidadão tornou-se, assim, dependente de meios capazes de lhe fornecerem, com rigor, independência e fidedignidade, a

informação de que ele necessita para intervir na vida pública. Por outras palavras, foi (e é), em grande medida, através dos meios jornalísticos que o cidadão se implicou (e implica) na vida política, já que, predominantemente, foram (e são) os meios jornalísticos a publicitar os assuntos políticos. A política tornou-se, conseqüentemente, mais dinâmica, acelerando a própria vida colectiva, o que atraía os jornais, que dela faziam eco, realimentando o processo.

3) **Cultura de mercado** – A emancipação política e económica dos cidadãos norte-americanos de Oitocentos permitiu, especialmente a partir da segunda metade do século, o acesso relativamente igualitário aos produtos de consumo, incluindo aos jornais e revistas, o que parecia esbater as contradições e desigualdades sociais. A cultura de mercado favoreceu a iniciativa privada e a livre concorrência entre pessoas iguais perante a lei. Na mentalidade sócio-política norte-americana começou a cultivar-se o valor do capitalismo responsável (que Gans (1979) considera um valor caro aos jornalistas norte-americanos). O êxito social tornou-se, em grande medida, sinónimo de êxito económico.

4) **Imigração** – A imigração favoreceu o aparecimento de uma imprensa discursivamente acessível a pessoas pouco alfabetizadas e que dominavam mal o inglês, mas que denotavam um enorme anseio de se integrarem na sociedade norte-americana, de intervirem politicamente e de progredirem socialmente. A educação e o progresso económico converteram-se nas principais vias para a emancipação social e para a ascensão social. No dizer de García González (1999: 89), o jornal converteu-se no principal veículo de aprendizagem e de referência cultural para os imigrantes.

5) **Clima económico** – A sociedade norte-americana, cultora do capitalismo e da iniciativa privada, sustentou o aparecimento de jornais encarados como negócio e não como instrumentos de intervenção política, de propaganda ou de promoção de pessoas. Acompanhando o florescimento da economia capitalista de mercado, incrementou-se a publicidade, que canalizava para os jornais o dinheiro que ajudava a viabilizar e consolidar o negócio jornalístico. Por outro lado, o clima económico, propício à inovação (os inventos comerciáveis dão proventos financeiros), suscitou o aparecimento de novos dispositivos técnicos, que, em alguns casos, beneficiaram o jornalismo (rotativa, fotografia, estereotipia, *halftone*, etc.).

6) **Infra-estrutura tecnológica e comunicacional** – Fruto do clima político, económico e social, a sociedade norte-americana de Oitocentos era uma sociedade aberta ao aproveitamento e rápida implantação das tecnologias, como o provam os caminhos-de-ferro, o telégrafo, o telefone, os cabos submarinos, os barcos a vapor ou a lâmpada eléctrica. O dinamismo económico favorecia os inventores capazes de apresentar ao mercado inventos comerciáveis. Não é de admirar, por isso, o aparecimento e/ou a rápida difusão entre a sociedade norte-americana de inventos que dotaram a imprensa de condições tecnológicas para o seu desenvolvimento, como a rotativa, a estereotipia, as máquinas de composição Kastenbein e Thorne, a fotografia ou o *halftone* (processo que facilita a inserção de fotografias nos jornais). A imprensa norte-americana do século XIX tinha, assim, à sua disposição, dispositivos tecnológicos capazes de garantir o fluxo de informações (o telégrafo e, posteriormente, o telefone, coadjuvados por meios de transporte como o comboio), o constante aumento das tiragens e a redução progressiva dos custos de produção, o que embarateceu o custo por exemplar de periódico produzido. Por seu turno, as vias e os meios de comunicação (caminhos-de-ferro, barcos a vapor, estradas...) facilitaram a difusão da imprensa *além da cidade*.

7) **Factores jornalísticos** – Os conteúdos da imprensa norte-americana, independente e desideologizada, a linguagem expressiva e simples e o culto dos procedimentos de objectividade (ver, a propósito: Schudson, 1978) agradavam às classes médias urbanas e correspondiam às suas necessidades.

8) **Clima informativo** – O século XIX foi um século de explorações, inventos e descobertas. Foi também um século social, militar, política e ideologicamente agitado. Por outro lado, novos valores e novas formas de vida despertaram o interesse pelo desporto, pelas viagens, etc. Desse modo, informações novas, importantes e interessantes surgiam quotidianamente, podendo ser aproveitadas como notícias pela imprensa de Oitocentos.

6.4.1 A primeira geração da imprensa popular

Apesar de a imprensa política “de partido” americana ter subsistido em boas condições até meados do século XIX, a partir dos anos Trinta foram aparecendo nos Estados Unidos jornais que, usufruindo das excelentes condições do país e reformatando o espírito da génese do jornalismo moderno (séculos XVI e XVII), procuraram, essencialmente, converter-se num negócio lucrativo, conquistando audiências crescentes graças a vários factores:

1) **Preço baixo**;

2) **Conteúdos multifacetados**, capazes de agradar a largas franjas da audiência, que abarcavam da política ao crime, passando pelo comércio e informação de serviços, e onde **todos**, pobres e ricos, políticos e operários, homens ou mulheres, **podiam ser objecto de notícia** (o que, simbolicamente, também parece eliminar as diferenças sociais). Enquanto a “grande imprensa” se cingia, essencialmente, aos assuntos políticos, económicos e militares, os jornais populares americanos, como escreve Schudson (1978: 22-23), alargaram as representações do mundo aos pequenos factos da vida social quotidiana (crimes, incêndios, etc.), embora seja de referir, como se disse atrás, que temas como crimes e criminosos, tragédias, assuntos insólitos e vida dos famosos já eram notícia desde vários séculos antes;

3) **Promoção do “interesse humano”** na informação, através dos conteúdos (crimes, incêndios, pequenas tragédias pessoais e familiares da vida quotidiana...) e da forma (linguagem emotiva);

4) **Culto dos factos e linguagem clara, simples e directa**, acessível a quem não dominasse bem o inglês; recurso ainda à **linguagem emotiva** como forma de atrair o leitor;

5) **Capacidade de iniciativa jornalística** na procura e recolha de informações, aproveitando, em muitos casos, os novos meios de comunicação;

6) **Introdução de novos géneros jornalísticos**, como a entrevista parafraseada, nascida em 1836, em Nova Iorque, quando o repórter James Gordon Bennet entrevistou a proprietária de um bordel onde tinha ocorrido um assassinato e plasmou essa entrevista num texto; e a entrevista com o texto estruturado em pergunta-

resposta, aparecida em 1859, quando Horace P. Greeley entrevistou, em Salt Lake City, o líder mórmon Brigham Young (Erbolato, 1978: 138).

A primeira geração da imprensa popular representou um enorme desafio para a imprensa americana consolidada, que apresentava um temário essencialmente económico e político, simultaneamente noticioso e opinativo, e era cara. Além disso, o aumento constante da tiragem dos jornais populares atraía os investimentos publicitários, subtraídos à “grande imprensa” da época.

São exemplos de jornais dessa **primeira geração da imprensa popular** (ou **primeira geração da penny press**): *The New York Tribune*, de Horace P. Greeley; *The New York Daily Times*, de Henry Raymond; *The New York Herald*, de James Gordon Bennett; e *The New York Sun*, de Benjamin Day e, depois, de Moses S. Beach. Apesar de sedeados em Nova Iorque, esses jornais procuravam transcender as fronteiras da cidade e serem vendidos um pouco por todo o Leste do país, ajudando a transfigurar as práticas jornalísticas. Porém, a sua influência só se estenderia ao Oeste dos Estados Unidos depois da Guerra da Secessão (Folkerts e Teeter, 1989: 131).

O primeiro jornal popular norte-americano a surgir foi *The New York Sun*, por iniciativa de Benjamin H. Day, em 1833. Tratava-se de um jornal de quatro páginas, formato tablóide, com histórias e linguagem emotivas. Em 1834 já tirava oito mil exemplares, mais do dobro dos jornais tradicionais.

Em 1835, James Gordon Bennet fundou *The New York Morning Herald*, introduzindo uma novidade: foi o primeiro jornal cujo propósito era incluir assuntos de interesse transversal a toda a sociedade americana. Assim, embora apresentasse histórias de interesse humano e cultivasse uma linguagem emotiva, tal e qual como a receita do *New York Sun*, também incluía informações políticas e financeiras e páginas editoriais, onde se incluíam editoriais, colunas e artigos de opinião e cartas dos leitores. Em 1836, o jornal já tirava 20 mil exemplares e em 1860 atingia 70 mil exemplares, captando vultuosos investimentos publicitários. Foi o primeiro jornal com um figurino muito próximo dos jornais generalistas contemporâneos.

Em 1841, Horace Greeley funda *The New York Tribune*. Foi o primeiro jornal simultaneamente sensacionalista, votado ao interesse humano, e politicamente envolvido, até porque o seu fundador era também líder partidário. O jornal, muitas vezes pela pena do próprio Greeley, defendeu, assim, a educação para todos; o combate ao desemprego; a generalização do emprego às mulheres e a todas as camadas sociais; a igualdade salarial para trabalho igual, independentemente do sexo; a abolição da escravatura; o fim do trabalho infantil; o fim da prisão por dívidas e outras conquistas sociais. Foi nas páginas desse jornal que primeiro se expuseram e denunciaram as chagas profissionais profundas provocadas pela Revolução Industrial, nomeadamente a miséria e a doença que reinavam nos subúrbios operários, em especial onde o trabalho era mais pesado e perigoso, como nas minas. Além disso, o *Tribune* não circunscreveu a sua área de cobertura ao que se passava nos Estados Unidos, pois procurou relatar e denunciar os “excessos do industrialismo” (García González, 1999: 67) na Europa e noutros pontos do mundo, chegando a contar com colaboradores como Karl Marx. Com o *Tribune*, a ideia de “interesse humano” ganhou nova expressão, estendendo-se das tragédias do quotidiano (crimes, incêndios, mortes...) aos problemas sociais. A opinião jornalística ganhou, também, novas conotações, ultrapassando o seu cariz panfletário para chegar ao conceito de “jornalismo de causas”, envolvido, que transcende em muito a mera persuasão político-partidária e a arregimentação de partidários.

Horace Greeley foi ainda o primeiro editor-proprietário a acarinhar a especialização dos jornalistas, tendo começado pela contratação de um jornalista especializado em assuntos de polícia. Foi também ele a dividir pela primeira vez a redacção em secções, para que cada área temática tivesse um responsável por ela, etc. (Sloan, 1991: 121-171). Estas inovações terão não só fortalecido a **divisão (separação) de trabalho entre jornalistas e tipógrafos** mas também a **divisão social do trabalho entre os próprios jornalistas**, que conduzirá à **especialização**.

Greely introduziu também nos Estados Unidos o jornal dominical, ao propor ao mercado o *Weekly Tribune*, que consagrava atenção à cultura e entretenimento.

Em 1851, um antigo jornalista de Greely, Henry J. Raymond, editor do magazine ilustrado *Harper's New Monthly*, fundou o *New York Daily Times*, que se converteria no mítico *The New York Times*. A ideia de Raymond foi atenuar o sensacionalismo e o excessivo envolvimento que por vezes feria o jornalismo do *Tribune* e dos outros jornais populares, compensando-os com o rigor, a profundidade e a qualidade da informação, sem abandonar, contudo, algumas das ideias que estiveram na base do sucesso da primeira geração da imprensa popular: preço baixo e tiragens elevadas, diversidade temática para agradar a todas as franjas da população, linguagem clara, concisa e precisa, culto dos factos, etc. Copiou, também, as receitas do *Herald*, nomeadamente a reserva de espaço para a opinião, aliás a exemplo do que tinha feito o *Tribune*. Por outras palavras, Raymond tentou fazer do *New York (Daily) Times* um jornal popular, noticioso, generalista, suficientemente profundo, sério, rigoroso e elaborado para agradar às elites (em especial no que respeitava à informação política, internacional e económica) e suficientemente diversificado e com uma linguagem suficientemente acessível para agradar às restantes camadas da população.

Além da imprensa tradicional e da imprensa popular, um novo tipo de publicações apareceu no século XIX: a **imprensa ilustrada**. As *news magazines* ilustradas incentivaram a utilização da imagem (primeiro gravuras, depois fotografias) como veículo informativo e meio ilustrativo, opção discursiva, informativa e editorial que viria a ser aproveitada, mais tarde, pelos jornais. As *news magazines* ilustradas forneceram, igualmente, um novo modelo, mais visual, para as revistas.

As revistas ilustradas tinham periodicidade mensal ou semanal e eram generalistas. Inicialmente, por serem caras (cerca de 25 cêntimos), não penetravam em todas as camadas sociais, mas esta situação veio a alterar-se, no último quartel do século, devido à aparição da rotativa e do *halftone*, processo que permitia a impressão simultânea de imagens e textos, o que embarateceu o preço por exemplar.

Nos Estados Unidos, a mais conhecida das *news magazines* ilustradas foi a *Harper's News Monthly*, lançada em Junho de 1850, com uma tiragem inicial de 7500 exemplares, 144 páginas de dimensão semelhante a A4 e paginação a duas colunas. Embora se centrasse na vida política e se direccionasse para as elites, no início de 1851 esse periódico já tirava 50 mil exemplares, vendidos em todo o país. Dará origem à revista ilustrada semanal *Harper's Illustrated Weekly*.

Para compor o cenário da imprensa norte-americana na primeira metade do século XIX falta referir a existência de magazines femininos, voltados para a beleza, a moda, a vida doméstica, a educação dos filhos e outros assuntos que repercutiam os valores conservadores profundos da sociedade norte-americana, como o *Goodey's Lady's Book* e a *Lady's Magazine*; e a existência de magazines para negros, no Norte industrializado, que preconizavam a emancipação dos afro-americanos e a abolição da escravatura, como o *Mirror of Liberty*.

A partir dos anos Cinquenta do século XIX, os Estados Unidos assistiram a um aumento explosivo do número de jornais (que ganhou ainda maior expressão a partir da década de Setenta). Quando rebentou a Guerra da Secessão (Guerra Civil Americana), em 1861, já existiam periódicos e recursos humanos, materiais e financeiros suficientes para assegurar uma cobertura extensiva e de qualidade. Assim, embora a guerra tenha ensanguentado os Estados Unidos, do ponto de vista jornalístico, constituiu uma ocasião única para a imprensa “de massas” nascente mostrar as suas virtualidades na cobertura de um grande acontecimento. Esse conflito foi, desse modo, o primeiro grande acontecimento a ser coberto por centenas de jornalistas. O *New York Times*, que tinha na frente, entre outros, o jornalista Ben Truman, ganhou fama de rigor e rapidez na difusão de notícias sobre a guerra.

A cobertura da Guerra da Secessão gerou várias transformações no jornalismo, em particular na forma como se apresentava a imprensa norte-americana (veja-se, por exemplo: Alvarez, 1987; Emery e Emery, 1978; García González, 1999, etc.):

- 1) Num cenário competitivo de luta pelas audiências, os jornais de oito páginas paginadas a seis colunas e letra pequena começam a introduzir títulos, entradas e mesmo mapas e outras ilustrações (património até então das revistas ilustradas), rompendo com o design vitoriano; os jornais começam, assim, a incorporar gradualmente informação visual, embora, nesta fase, unicamente sob a forma de ilustrações (por vezes executadas a partir de fotografias);
- 2) Os repórteres de guerra começam, sistematicamente, a colocar o mais importante das notícias no início (às vezes era um resumo de toda a notícia), tendo em conta que estavam longe da redacção e enviavam as suas informações por telégrafo, muitas vezes falível, e que na redacção por vezes cortavam parte dos seus textos; assim, as circunstâncias favorecem o recurso ao parágrafo-guia (*lead*), conforme a retórica clássica já tinha ensaiado;
- 3) As agências de notícias (nomeadamente a Associated Press, no Norte, e a Press Association, no Sul) fazem a sua aparição na frente de batalha, contribuindo para a geração de informação factual, distribuída para a Europa e outros países graças à colaboração das principais agências americanas com as grandes agências europeias;
- 4) Os fotojornalistas, que fornecem as fotografias a partir das quais são elaboradas gravuras para a imprensa ilustrada e para os jornais, começam a integrar-se e a tornar-se quase obrigatórios nos esquemas de reportagem (repórter de imagem + repórter de texto). Além de informação, as fotografias emprestam vida, emoção e sensação à imprensa, contribuindo para o seu êxito;
- 5) Alguns órgãos jornalísticos europeus (como o *Times*) já têm recursos suficientes para enviar correspondentes para os Estados Unidos, inaugurando-se uma era de cobertura internacional dos grandes conflitos militares.

O crescente protagonismo das **agências noticiosas** foi, provavelmente, a principal inovação no modelo funcional de jornalismo americano (e ocidental) após a Guerra da Secessão. Efectivamente, as agências tornaram-se, a partir da Guerra da Secessão, uma das grandes fornecedoras de notícias aos meios jornalísticos, em especial aos jornais mais pequenos, que não podiam financiar um grande volume de produção própria de conteúdos. As agências vendiam notícias de todo o tipo (incluindo notícias de crime, de moda, etc.), colunas de opinião, folhetins e mesmo conteúdos sobre beleza e moda feminina.

Uma outra inovação relevante para a evolução da imprensa ocidental apareceu em 1880: o *halftone*. Com este invento, os jornais puderam reproduzir fotografias sem dificuldades de maior, o que para eles significou poderem beneficiar do enorme potencial de credibilidade e verosimilhança da imagem fotográfica. O primeiro jornal a inserir uma fotografia foi o nova-iorquino *Daily Herald*, de Nova Iorque, a 4 de Março de 1880. Tratava-se de uma fotografia de casas abarracadas, mostrando que as temáticas sociais foram uma das preocupações do fotojornalismo emergente. A fotografia deu imagem a pessoas e coisas de que só se ouvia falar, deu rostos aos líderes e governantes, documentou os seus gestos e expressões, providenciou, afinal, referentes visuais sobre o mundo, antes do cinema e da televisão.

6.4.2 A segunda geração da imprensa popular

Nas duas últimas décadas do século XIX, com destaque para o período entre 1890 e 1900, surgiu em cena uma nova modalidade de jornais populares, que pode ser classificada como **segunda geração da imprensa popular** (ou **segunda geração de penny press**). Com a sua penetração em força no mercado norte-americano, a imprensa opinativa “de partido”, progressivamente, deixou de ter expressão mercadológica nos Estados Unidos.

Para diferenciar a segunda geração da imprensa popular da restante imprensa, esta foi denominada de “**Novo Jornalismo**” (*New Journalism*)⁴⁶. O Novo Jornalismo introduziu novos ritmos e padrões na imprensa norte-americana, para o que contribuiu, igualmente, o importante papel das agências de notícias.

Joseph Pulitzer pode ser considerado o principal progenitor dessa segunda geração de jornais populares. Imigrante de origem húngara, Pulitzer teve o mérito de perceber que a sociedade norte-americana, na qual se integravam diariamente novos imigrantes, necessitava de um novo tipo de imprensa que misturasse características da primeira geração da imprensa popular com novas ideias. Joseph Pulitzer começou, assim, a testar as suas ideias de um “Novo Jornalismo” em St. Louis, onde iniciou as suas actividades como jornalista, num jornal da colónia alemã da cidade, denominado *Westliche Post*, que acabou por adquirir. Em 1878, comprou um outro jornal, o *Dispatch*, que fundiu com o *Post*, fundando o *Post Dispatch*.

Em 1883, já com uma experiência jornalística muito rica, Pulitzer comprou um diário nova-iorquino na falência, *The World*, que tirava 15 mil exemplares diários. Esse jornal converter-se-á no arquétipo do “Novo Jornalismo”, tendo sido admirado e imitado em todo o mundo. Em 1884, o *World* já tirava mais de cem mil exemplares e superava em volume de negócios o *New York Herald*, líder das tiragens. Em 1892, *The World* tirava já 375 mil exemplares e tinha duas edições diárias. No final do século XIX, ultrapassava o milhão de exemplares diários.

Quais as características do “Novo Jornalismo” que permitiram o sucesso dos jornais e revistas populares nas últimas décadas de Oitocentos?

1) **Preço baixo** – A política de um preço acessível e popular é importada da primeira geração da *penny press*. O *World* custava dois cêntimos e depois foi mesmo vendido a um cêntimo, por causa da competição com o *New York Journal*, de Hearst. Segundo Emery e Emery (1978: 175), os competidores do *World* eram o *Herald* (12 a 16 páginas, vendido a três cêntimos), o *Sun* (quatro páginas, vendido a dois cêntimos), o *Tribune* e o *New York Times* (oito páginas, vendidos a quatro cêntimos).

2) **Linguagem acessível** – Pulitzer nunca se terá esquecido das dificuldades sentidas pelos imigrantes, pelo que seguiu a política editorial da primeira geração da imprensa popular, que preconizava uma enunciação *clara, concisa, directa e concreta*. No entanto, o estilo jornalístico revigorou-se, tornando-se **mais ágil** e, principalmente, **mais emotivo**;

3) **Grande atenção aos títulos, às fotografias, ao texto e ao design** – Os elementos gráficos tornam-se “imagem de marca” da imprensa. O novo visual é mais sensorial, apelativo e emotivo, gritando ao leitor “compra-me, lê e vê”. Os títulos são habilmente usados como sinalizadores e elemento apelativos. Todos os

⁴⁶ A expressão “Novo Jornalismo” terá sido empregue pelo poeta Matthew Arnold para se referir ao jornal popular *Pall Mall Gazette*, convencido de que estava efectivamente a assistir ao nascimento de uma nova maneira de encarar o jornalismo. Esse primeiro “Novo Jornalismo” não deve, contudo, confundir-se com um segundo movimento de “Novo Jornalismo” surgido nos anos Sessenta do século XX, cuja designação foi cunhada por Tom Wolfe no seu livro *The New Journalism*. Este autor revela, inclusivamente, que a designação nem sequer era sua, tendo-a escutado várias vezes.

dias um título é eleito para **manchete**. Assim, a informação visual não mais deixará de fazer parte da identidade da imprensa, contribuindo, igualmente, para a estruturação gráfica dos jornais e revistas.

O texto, nos jornais de Pulitzer, começou a ser composto num corpo maior do que o dos restantes jornais, o que facilitava a leitura nos transportes públicos. Não havia uniformidade tipográfica: por vezes, notícias diferentes eram compostas com tipos diferentes de letras. O emprego rotineiro de entradas⁴⁷ e a redacção de notícias com base numa estrutura em que se privilegia o *lead* possibilitavam a paginação quer das entradas quer dos *leads* usando letras com um corpo maior e em negrito, o que também facilitava a leitura e a apreensão do essencial da informação por parte de uma população trabalhadora apressada e relativamente iletrada. A utilização da **cor** (novidade nos jornais, apesar de já ser usada nas revistas) chega em 1880, beneficiando, em primeiro lugar, as tiras cómicas e os títulos.

4) **Formato maneável** – Seguindo o modelo da primeira geração da imprensa popular, a segunda geração desta imprensa também se apresenta perante o mercado com jornais de formato maneável, propícios a serem lidos nos transportes públicos na ida para o emprego e no regresso (cerca de 45 x 30 cm).

5) **Temáticas populares** – O **desporto** faz a sua aparição em força como tema noticiável⁴⁸, juntando-se às notícias sobre **escândalos, sexo, corrupção, miséria e exploração, julgamentos, linchamentos, execuções e crime** que cativam a audiência. Para Pulitzer (*cit. in* García González, 1999: 93), uma notícia não era mais do que “qualquer coisa de que se possa falar”.

6) **Jornalismo de investigação e denúncia** – Os jornais começaram a trazer à luz do dia casos de corrupção e outros escândalos, por vezes devido à investigação jornalística, outras vezes devido, simplesmente, à denúncia com fins políticos. Esse jornalismo ficou conhecido por jornalismo *muckraking*⁴⁹, termo cunhado pelo Presidente Theodore Roosevelt ao referir-se, em 1906, aos jornalistas *muckrakers* (García González, 1999: 94). Esta opção proporcionou ganhos de audiência aos jornais de Pulitzer, mas também enraizou na cultura popular e jornalística uma certa ideia mítica e romanceada da profissão, vista como um activo agente de vigia e controle dos poderes e até como “Quarto Poder”. A luta pelos exclusivos e pela informação sensacional ou chocante também agudizou o engenho dos jornalistas, o que contribuiu para dotar a profissão com uma aura romântica e aventureira. Por exemplo, a jornalista Nelly Bly fingiu loucura para se internar num hospício e poder redigir uma reportagem sobre as deploráveis condições de vida dos enfermos nos hospitais psiquiátricos.

7) **Inclusão de publicidade sofisticada e atraente** – A publicidade, que já era regra nos jornais noticiosos comerciais, transfigura-se. De uma era de publicidade informativa passa-se a uma era da publicidade sugestiva e persuasiva. As ilustrações, o grafismo, o discurso dirigido directamente ao leitor-comprador são algumas das características deste tipo de publicidade que, simultaneamente, capta receitas e gera audiências.

⁴⁷ A entrada é uma espécie de referência sumariada à notícia, escrita numa linguagem cativante, cuja função é informar o leitor do essencial da informação, ao mesmo tempo que lhe agudiza o apetite para ler a matéria na totalidade. Normalmente, é paginada com letras com um corpo maior do que a restante matéria, em itálico ou negrito. Também é conhecida por outras designações, como super-lead.

⁴⁸ O primeiro jornal a incluir notícias de desporto foi o *Evening News*, que, em 1890 começou a incorporar na sua edição especial dos sábados os resultados das principais competições desportivas.

⁴⁹ A palavra deriva de “muck”, que significa bosta, porcaria, sujidade, portanto o termo evoca a ideia de “jornalismo sujo”, ou de “jornalismo que procura no lixo”.

Por seu turno, a tiragem e a circulação dos jornais passam a ser variáveis relevantes para a captação de publicidade e, por consequência, para o volume de negócios e para os lucros das empresas jornalísticas, pelo que a publicidade se converte num elemento determinante do negócio jornalístico.

8) **Recurso intensivo à entrevista e à reportagem** – A entrevista e a reportagem tornam-se os géneros jornalísticos mais diferenciadores da imprensa popular, embora a notícia se tenha mantido como base estrutural do conteúdo dos periódicos.

9) **Autopromoção** – Pulitzer compreendeu que poderia promover os seus jornais se estes estivessem continuamente no centro das atenções e oferecessem aos leitores algo mais do que informação e entretenimento. Para isso, procurou realizar ou patrocinar acções e eventos que focalizassem a atenção sobre os jornais e suscitassem a compra, como concursos, competições desportivas, campanhas de solidariedade social e de denúncia, etc. Estas campanhas, autênticas “cruzadas sociais”, entrelaçavam-se com os conteúdos informativos, mas, ao explorarem histórias dramáticas pessoais, contribuíram para a **mistura entre público e privado** que ainda hoje o jornalismo ecoa. Os concursos muitas vezes apelavam também aos conteúdos. Num exemplo, o *World* mandou uma repórter fazer a volta ao mundo para bater o recorde ficcional de *A Volta ao Mundo em Oitenta Dias*, de Júlio Verne. Diariamente eram publicadas crónicas da viagem e organizavam-se concursos sobre essa “epopeia”, que chegaram a contar com a participação de mais de um milhão de pessoas, ao mesmo tempo que as tiragens engordavam (García González, 1999: 93).

10) **Hábil utilização da edição dominical** – Numa época em que a maioria dos diários não era publicada aos domingos, os jornais de Pulitzer tinham uma edição dominical em que grande parte dos conteúdos era devotada ao ócio: páginas de passatempos, *comics* e *cartoons*, intensificação da cobertura do desporto, páginas dedicadas às mulheres, inclusão de folhetins e espaços para a ficção, etc.

11) **Gestão comercial e inovação tecnológica** – Pulitzer, apesar dos seus objectivos políticos, geria os seus jornais como qualquer outra empresa. Os jornais eram concebidos, essencialmente, para dar lucro. Os investimentos em tecnologia (linotipia, rotativas, estereotipia...) eram repetitivos, pois potenciavam as tiragens, a diminuição de custos, a inclusão de fotografias e a introdução da cor.

12) **Jornal assume-se como representante e porta-voz** – Numa época em que os trabalhadores imigrantes recém-chegados aos Estados Unidos se sujeitavam a duras condições de vida, os jornais de Pulitzer assumiam-se como representantes dos cidadãos mais desfavorecidos e das classes médias, arvorando-se em perfeitos conhecedores das suas preocupações, dificuldades e aspirações e exigindo dos poderes políticos medidas como o combate à corrupção, aos monopólios e à acumulação descontrolada de riqueza, a introdução de taxas sobre produtos de luxo e de impostos sobre heranças, etc. (Folkerts e Teeter, 1989: 266). Assim, os jornais de Pulitzer assumiam uma acção política, estruturada em função dos interesses e ideias do seu proprietário, tendo sido, neste enquadramento, os primeiros a promoverem, constantemente, a auscultação das pessoas comuns, elevadas, pontualmente, à categoria de personalidades públicas, o que agudizou a **mistura entre o público e o privado**.

13) **Aposta na profissionalização** – Pulitzer foi o primeiro proprietário-editor a apostar decididamente na profissionalização dos jornalistas. Um dos sintomas dessa aposta foi o seu impulso à criação do **primeiro curso universitário pós-graduado de jornalismo**, na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, onde ainda hoje existe a Escola de Jornalismo. A profissionalização do jornalismo teve consequências para a cultura profissional e para a percepção pública do jornalismo e dos jornalistas. Os jornalistas começaram a ver-se a si mesmos e a serem vistos pelo público como um corpo profissional autónomo, engenhoso, detentor de conhecimentos e competências técnicas específicas e com um papel social e cívico relevante nos estados democráticos de direito. A formação superior promoveu, igualmente, o *status* da profissão.

Pulitzer cedo teve um concorrente para competir no mesmo segmento do mercado. Tratou-se de William Randolph Hearst.

Ao contrário de Pulitzer, Hearst nasceu “em berço de ouro”. O seu pai foi eleito senador pela Califórnia, em 1887. Aos 24 anos, teve a possibilidade de dirigir o diário californiano *San Francisco Examiner*, o que fez com garra e agressividade comercial, orientando-o para uma linha editorial sensacionalista que acentuava o receituário de Pulitzer: títulos chamativos, design apelativo, diversidade tipográfica, uso da cor.

Em 1895, com os lucros do *Examiner*, Hearst comprou um diário nova-iorquino na falência, *The New York Journal*, que ironicamente tinha sido fundado pelo irmão de Joseph Pulitzer, Albert, em 1882. A primeira coisa que Hearst fez para tornar o jornal competitivo foi recrutar um vasto número de colaboradores do *World* de Pulitzer, incluindo R. F. Outcault, o célebre criador do Yellow Kid, a primeira história em quadrinhos do mundo, que começou a publicar-se no *World*, em tiras diárias, em 1896 (de onde advém, aliás, a alcunha “imprensa amarela” com que foi brindada a segunda geração da imprensa popular). Hearst também baixou, de imediato, o preço de venda do jornal de dois para um centimo, aumentando significativamente a tiragem. Lançou, ainda, uma campanha de publicidade manifestamente dirigida contra o *World*, cujo lema era “enquanto os outros falam, o *Journal* actua”, tendo lançado, para fazer justiça ao slogan que conotava o *Journal* com o papel de paladino dos cidadãos, sucessivas campanhas de denúncia de casos de corrupção, abusos de poder, exploração e desrespeito pelos direitos dos trabalhadores e outros, para as quais recrutou aliados entre vários líderes sociais do país. Finalmente, tornou o jornal ainda mais sensacionalista, escabroso e agressivo do que o *World*. *The New York Journal* não se coíbia, por exemplo, de fabricar histórias com base em rumores e boatos, ainda que as tivesse de desmentir no dia seguinte; nem se coíbia de manipular fotografias. A lógica informativa de Hearst, centrada no princípio “I make news!” (“eu faço as notícias!”), afastou-se, assim, decididamente, da lógica da veracidade factual da restante imprensa, *The World* incluído. Por isso, o jornalismo dos jornais de Hearst foi alcunhado de “**jornalismo amarelo**”, termo baseado na tira cómica *The Yellow Kid*. A designação, porém, acabou por estender-se a toda a imprensa sensacionalista americana do final do século XIX e princípio do século XX.

Apesar de tudo, o *Journal*, embora se tivesse constituído num concorrente de respeito para o *World*, com tiragens de centenas de milhar de exemplares diários, só conseguiu bater o jornal de Pulitzer quando, para além de puxar os assuntos mais escabrosos de sexo, crime e escândalos diversos para a primeira página, conseguiu liderar a cobertura da guerra hispano-americana de 1898⁵⁰. Embora o *World* e outros jornais também favorecessem discursivamente a intervenção norte-americana em Cuba, o *Journal*, por vezes com notícias falsas e truculentas, outras vezes com vigorosos editoriais anti-espanhóis e favoráveis à intervenção norte-americana, foi, provavelmente, o diário que mais contribuiu para a histeria social que, contra as intenções político-estratégicas da Administração e do Poder Legislativo, levou os Estados Unidos a decretarem guerra a Espanha e a invadirem Cuba (Emery e Emery, 1978: 201). Durante a guerra, que, como se disse já, foi detonada pela explosão do couraçado americano Maine em águas cubanas, o próprio

⁵⁰ Guerra entre a Espanha e os Estados Unidos, que conduziu à independência de Cuba. Ver acima, o ponto 6.1.4.

Hearst esteve em Cuba, liderando um grupo de vinte redactores, fotojornalistas e desenhadores do *Journal*. Uma anedota condensa o espírito do jornalismo “pró-activo” de Hearst, sintetizado na já referida máxima “I make news!”. Um dia, um fotojornalista do *Journal* destacado em Cuba queixava-se a Hearst de que estava tudo calmo e que mais valia regressar a Nova Iorque, pois não tinha fotografias bélicas para mandar para o jornal. Hearst ter-lhe-á respondido “O senhor faça as fotografias que eu forneço a guerra!”.

6.4.3 Reacções ao “Novo Jornalismo” e transformações de fim de século na imprensa

O sucesso do Novo Jornalismo e da imprensa ilustrada e o **crescimento dos fluxos de informação** em todo o mundo, potenciado quer pelas agências de notícias quer pelos **dispositivos tecnológicos**, como os **cabos telegráficos submarinos**, o **telégrafo** e o **telefone**, geraram transformações na forma como a imprensa se apresentava. Se nos anos vinte do século XIX os jornais norte-americanos, normalmente, tinham quatro ou seis páginas, no início dos anos oitenta alguns jornais já tinham doze ou catorze páginas (como o *World*) e no final do século atingiam-se as 48 páginas ou mesmo mais, volume idêntico ao dos jornais actuais (Emery e Emery, 1978: 175 e ss.). Por outro lado, algumas das características do Novo Jornalismo, como a promoção de “cruzadas sociais” e o culto da linguagem acessível, foram importadas por outros tipos de imprensa, como as revistas ilustradas, como se observa na *McClure's*, na *American Magazine* e na *Pilgrim's Progress* no início do século XX.

É de ter em atenção que embora o Novo Jornalismo tenha contribuído para as mudanças que se verificaram no jornalismo norte-americano e mundial no final do século XIX, a imprensa noticiosa popular norte-americana já existente (*Sun*, *Herald*, *Tribune*) e outros jornais noticiosos, como *The New York Times*, ofereceram resistência à deriva sensacionalista do Novo Jornalismo dos jornais de Pulitzer e Hearst. Assim, foi, gradualmente, emergindo nos Estados Unidos uma imprensa que, embora mantendo o seu cariz noticioso e o respeito por várias das mudanças introduzidas pelo Novo Jornalismo, como a atenção ao design, aos títulos e às ilustrações (fotografias e desenhos), a diversidade de conteúdos e a diversidade de géneros jornalísticos, evoluiu para um modelo jornalístico “de qualidade”. Aliás, o próprio Pulitzer, no início do século XX, reorientou editorialmente os seus jornais para uma linha de maior sobriedade e “qualidade”.

Por contraposição ao Novo Jornalismo, emotivo e que tudo promovia à condição de insólito ou sensacional, os jornais e revistas “de qualidade” procuravam apelar à razão, oferecendo uma informação mais rigorosa, “objectiva” e profunda, por vezes analítica, mais sóbria no grafismo, mais voltada para o público do que para o privado (ou seja, orientada para o *interesse público* e não para o *interesse do público*) e mais devotada à exploração estrutural dos grandes temas da política, da economia, da sociedade e das relações internacionais do que à superficial menção a crimes, escândalos e a outros actos singulares e acções desviantes (Schudson, 1978: 88-120). O modelo do *New York Times* consubstancia o espírito da imprensa noticiosa generalista “de qualidade”, que acabaria por ser aquela que vingaria com mais força na sociedade norte-americana.

The New York Times foi fundado em 1851 por Henry J. Raymond. Com a morte deste, em 1869, o diário entrou numa curva descendente, agudizada pela concorrência dos restantes jornais noticiosos (como o *Herald* e o *Tribune*) e, nas duas últimas décadas de Oitocentos, também pela emergência da imprensa sensacionalista de Pulitzer, Hearst e outros. Porém, em 1896 o jornal foi adquirido por Adolph Ochs, com o apoio de um grupo de investidores liderado pelo milionário J. P. Morgn. Ochs reorganizou o jornal e propôs-se explorar, com sentido comercial e lucrativo, um segmento de mercado negligenciado pela deriva sensacionalista da restante imprensa: o segmento interclassista dos grupos alta ou medianamente alfabetizados e cultos da população. Estas pessoas, que não se reviam na imprensa

sensacionalista, queriam ressuscitar o debate sobre as questões estruturantes de organização da sociedade nas páginas dos jornais (o jornal como fórum cívico, de acordo com Emery e Emery, 1978: 239) e exigiam uma informação generalista (política, economia, negócios, internacional, desporto...) mas factual, rigorosa e independente, de “interesse público geral”, fornecida num jornal com design agradável e apelativo, embora sóbrio. O seu lema, ainda hoje estampado na primeira página do *New York Times*, foi publicar “All news that’s fit to print”.

“A reputação do diário ergueu-se sobre a sua fidelidade ao “facto”, a que objectivamente se reconhece “interesse geral”, não por se basear na experiência humana individual, como ocorria com a imprensa popular, mas sim por referir-se à experiência colectiva de toda a comunidade. O modelo informativo que defende o *New York Times* faz derivar a sua rectidão e rigor da exaltação que faz dos “factos” com que constrói a actualidade e do equilíbrio estilístico.” (García González, 1999: 98)

Schudson (1978: 106-120; 117) explica que o êxito do *New York Times*, jornal que ainda hoje é um símbolo não só de Nova Iorque (basta relembrar a *Times Tower*, em *Times Square*) mas, igualmente, do jornalismo mundial, também resultou do estabelecimento de uma espécie de fronteira simbólica, cívica e moral, entre a “qualidade” jornalística, que apela à razão, e o sensacionalismo, que apela à emoção. Uma segunda fronteira simbólica, decorrente da primeira, teria sido traçada socialmente entre os consumidores envergonhados da imprensa popular, em muitos casos desejosos de se identificarem com as classes mais elevadas, e os consumidores orgulhosos e distintos da imprensa “de qualidade”. “Não se trata, portanto, de o diário se dirigir à elite social, mas aos grupos, da mais variada extracção social, que se sentem melhor integrados dentro da comunidade” (García González, 1999: 98). Uma outra circunstância assegurou o êxito do *New York Times*: este jornal não hesitou em baixar o preço para um cêntimo para competir com a imprensa popular, pois, como previu Ochs, muitas pessoas compravam os jornais sensacionalistas não por se identificarem com eles, mas sim por serem baratos (Schudson, 1978: 115).

Grosso modo, em jeito de conclusão pode dizer-se que a primeira geração da *penny press* contribuiu, simultaneamente, para a aparição da segunda geração da *penny press* (modelo de Pulitzer e Hearst – o “primeiro” Novo Jornalismo) e da “imprensa informativa de qualidade” (modelo *The New York Times*), embora esta última também tenha sido contagiada pelos jornais políticos e económicos e pelo Novo Jornalismo e ambas tenham sofrido influências da imprensa ilustrada. Conclui-se, assim, que **a história do jornalismo é acumulativa** e que **os diferentes modelos jornalísticos que foram surgindo ao longo da história não tiveram (nem têm) fronteiras rígidas**: houve sempre, tal como acontece hoje em dia, uma interacção entre as diversas formas de encarar o jornalismo, especialmente visível na imprensa generalista, que foi aquela que mais aproveitou coisas dos diferentes modelos.

Uma outra conclusão pode ser tirada: a partir do século XIX, com a diversificação da oferta de jornais, começa a notar-se mais vincadamente a **segmentação** do mercado. As pessoas, como clientes, adquiriam as publicações que mais as satisfaziam. Esta tendência, aliás, não é mais do que o desenvolvimento de uma força que resulta, por um lado, do facto de as pessoas serem diferentes, preferindo os produtos que vão mais ao encontro das suas necessidades, expectativas e motivações; por outro lado, resulta também da diversificação da oferta, sustentada pelo capital, pelo risco, pela competição e pela iniciativa privada. Por isso,, **não faz, nem nunca fez, muito sentido falar-se de sociedade de massas**, se por sociedade de massas se entender que as pessoas formam “uma massa”. Podemos falar de **meios massivos de difusão de mensagens**, mas, enquanto receptores, as pessoas são pessoas, entidades individuais, que não reagem, nem nunca reagiram, amorfamente, da mesma maneira, às mensagens mediáticas. Não excluimos, é certo, a possibilidade de determinados segmentos da população terem as mesmas reacções pontuais às mesmas mensagens,

compartilharem pontualmente entendimentos, motivações, expectativas gerais, atitudes, mas este facto não permite falar, a nosso ver, de “sociedade de massas”, nomeadamente sem a devida contextualização.

6.5 O jornalismo europeu no século XIX: os casos de França e Reino Unido

O século XIX não começa muito bem na Europa. Napoleão mergulhou o Velho Continente na guerra. Por outro lado, os valores e ideias da Revolução Francesa assustaram as elites dominantes europeias. Por isso, os governos europeus, a partir do final do século XVIII e princípios do século XIX, começaram a endurecer as medidas censórias contra a imprensa, para impedir o aparecimento dos jornais políticos influenciados pelo pensamento revolucionário francês, como eram, apenas para dar dois exemplos, os casos de *Il Veneciano* (Itália) e de *Das Rote Blatt* (Alemanha). Assim, os mecanismos das licenças prévias e da censura foram reforçados em países como a Áustria (1789), os Estados Pontifícios (1790), a Espanha (1791), a Dinamarca (1799) e Portugal (1803). Aliás, na própria França, como se disse, Napoleão impôs um modelo autoritário de jornalismo, alicerçado na censura e na propaganda. Ainda assim, a Europa continental dos finais do século XVIII e princípios do século XIX viu surgir vários jornais de orientação política. Itália, neste contexto, foi um caso à parte, pois os franceses protegeram o aparecimento de jornais francófilos desde o final do século XVIII, como o *Giornale degli Amici della Libertà e dell'Uguaglianza*, o *Termometro Politico della Lombardia* ou ainda o *Monitore Italiano*. Inclusivamente, o modelo do *Le Moniteur* parisiense serviu para o aparecimento de vários “monitores” italianos, como o *Monitore Florentino* e o *Monitore Napoletano*. Muitos desses jornais políticos (ou “de partido”) italianos, além das ideias da Revolução Francesa, começaram a fortalecer a identidade italiana, ao reclamarem a união política para Itália (Braojos Garrido, 1999: 45). Porém, o domínio francês sobre Itália gerou, também neste país, o aparecimento da censura prévia, tendo surgido, em 1808, em Milão, o *Ufficio della Libertà de Stampa*, que, apesar da denominação, era o organismo oficial da censura.

Em vários países ocupados pelas tropas francesas surgiram também jornais *afrancesados*, como aconteceu, em Portugal, com o *Diário do Porto* (o Porto estava ocupado pelo exército napoleónico), publicado entre Abril e Maio de 1809. As forças francesas ocupantes também reverteram por toda a Europa ocupada jornais já existentes, de maneira a propagandear a causa francesa, como aconteceu em Viena, com o *Wiener Zeitung*. Além disso, as autoridades de francesas de ocupação também fecharam vários jornais, mas tiveram de confrontar-se com muitas publicações clandestinas que davam conta dos anseios de liberdade e independência dos povos sob o jugo francês, como o *Le Lion Belge* (Bélgica) e o *Rheinischer Merkur* (Alemanha). Reagindo contra as bélicas intenções expansionistas de Napoleão, na Europa não ocupada surgiram também jornais patrióticos que exaltavam a liberdade e a independência dos povos, como o *O Mensageiro* (Portugal) ou o *Semanario Patriótico* (Espanha). Estes jornais políticos, “de partido” (*party press*), “mais consistentes do que os do Antigo Regime” (Braojos Garrido, 1999: 45), de certa forma, estiveram na génese da disseminação das ideias nacionalistas, cujo exacerbamento mergulharia a Europa em duas mortíferas guerras mundiais no século XX, mas que também permitiu, nas palavras de Glória García González (1999: 49), a adesão das classes médias urbanas aos processos de modernização económica e social empreendidos pelos estados, com o consequente aumento do peso social, político e económico dessas classes, que também se modernizaram. Ocorreu, assim, um processo de liberalização política na Europa, o que se reflectiu no jornalismo.

O poder crescente das classes médias europeias obrigou os estados a satisfazerem as suas demandas sociais e a outorgarem-lhes, com maior ou menor resistência, novos espaços de liberdade. Assim, pode dizer-se que o mercado e a economia se cruzaram, inevitavelmente, com a sociedade civil, que se modernizava, alargava e consolidava. O direito

de voto, conquistado, gradualmente, pelas classes médias europeias durante o século XIX e XX, representa o coroar desse processo.

A emancipação e aburguesamento das classes médias urbanas levou os estados europeus, em processo de crescimento e desenvolvimento, a encontrar nelas um forte aliado contra as ideias revolucionárias fundamentalistas e radicais que emergiam. Mas não bastava o direito ao voto para que o espaço público se alargasse e estruturasse dentro dos estados liberais de uma maneira propícia aos desígnios desses mesmos estados. Foi preciso “facilitar o desenvolvimento de outras formas de participação do público: as discursivas” (García González, 1999: 53), o que favoreceu o desenvolvimento do jornalismo.

Na esfera pública, o espaço público plasmava-se, portanto, essencialmente nos jornais, cujo número e tiragens cresciam. Em Paris, por exemplo, em 1860 eram vendidas na rua 49 publicações políticas, número que ascendia a 68 em 1866 (García González, 1999: 51). Assim, graças à imprensa, a *acção e a interacção comunicativa* dos cidadãos autonomizavam-se dos estados, que se apercebiam do peso das classes médias urbanizadas consumidoras de jornais e da força dos meios de comunicação surgidos para dar resposta às necessidades e gostos dessas classes. Consequentemente, face ao sucesso da imprensa e aos anseios da população, os governos foram obrigados a conceder mais liberdades e facilidades aos jornais e aos jornalistas. No Reino Unido, por exemplo, o governo retirou as taxas que dificultavam a proliferação dos jornais, as chamadas “taxas sobre o conhecimento”: em 1853 foi eliminada a taxa sobre a publicidade; em 1855, a taxa sobre os selos (muitos jornais eram vendidos por assinatura); e em 1851, a taxa sobre o papel. Em França, foram retiradas as taxas sobre os selos em 1872. Na Alemanha, foi publicada uma Lei de Imprensa, assente no princípio da liberdade de expressão, em 1874.

Há que dizer, porém, que a imprensa política “de partido” europeia começou a conviver, a partir da década de Trinta do século XIX, com uma imprensa popular, noticiosa e comercial. Efectivamente, o confronto ideológico (emergia o socialismo, o anarquismo, o reformismo, o republicanismo, etc.) permitiu, na Europa, a permanência da imprensa de partido (*party press*) durante todo o século XIX, embora, na segunda metade do século, essa imprensa tivesse perdido acentuadamente terreno para a imprensa popular, noticiosa e comercial, pois apesar de o século XIX ter sido fértil na aparição de ideias políticas inovadoras e em confrontos político-sociais, como o episódio da Comuna de Paris, também foi fértil em novidades: acontecimentos (incluindo guerras), descobertas e invenções...

Por isso, pode dizer-se que a imprensa europeia do século XIX era diversificada. A imprensa “de partido” (que podia ou não ter também um carácter noticioso) passou, gradualmente, a coexistir, a partir dos anos Trinta do século XIX, com outros tipos de imprensa, como a imprensa especializada (jornais médicos, geográficos e científicos, por exemplo), a imprensa segmentada (periódicos femininos), a imprensa ilustrada e, principalmente, com uma imprensa eminentemente noticiosa, popular e comercial, acessível no preço e diversa nos conteúdos, embora estilisticamente as notícias ainda estivessem longe da linguagem fria e desapaixonada da pura exposição hierarquizada de factos. Por exemplo, algumas notícias do século XIX apresentavam uma estrutura que denunciava a intenção informativa dos seus autores, mas o texto era adornado com “narizes de cera” e outros trechos de recorte literário, alguns dos quais autênticas derivações estético-sensacionalísticas, correspondendo quer ao gosto da época quer à necessidade de seduzir o leitor. Assim, uma notícia publicada a 22 de Outubro de 1895 no *Le Petit Journal* dava conta de um acidente de comboio. A primeira frase, um “nariz de cera” sensacionalista e literário, informa que a notícia versará sobre um acidente em Paris, mas não adiciona qualquer outra informação útil, obrigando o leitor a prosseguir se quiser satisfazer a sua curiosidade. Nas frases seguintes, narra-se o acontecimento, obedecendo, essencialmente, à respectiva cronologia, mas sempre num tom igualmente sensacionalista e literário:

“Um incrível acidente, assustador e pitoresco ao mesmo tempo, ocorreu na semana passada em Paris.

Um comboio expresso vindo de Granville entrou a toda a velocidade na estação de Montparnasse, destruindo todos os obstáculos na sua passagem: pára-choques, anteparos e muros de protecção, projectando para longe, numa chuva de vidro, a imensa vidraça da fachada, que, reduzida a estilhaços, veio a cair na praça de Rennes. Imagine-se qual não foi a estupefacção dos viajantes e empregados da estação de Montparnasse ao ver o comboio aproximar-se do pára-choques em alta velocidade! Esta estupefacção logo se transformou em terror! O comboio 56, sem diminuir a velocidade, reduziu a migalhas o pára-choques com tampões fixos no fim da via 8, atravessou a plataforma por trás e fez voar em pedaços a muralha da fachada e a imensa rosácea do vitral.

O comboio seguiu o seu caminho sobre o terraço de alvenaria, abrindo uma brecha no muro de protecção e precipitou-se no vazio, de uma altura de doze metros.

A máquina 721 caiu a prumo ao longo da cafetaria da estação, seguindo-se-lhe o tender, que, ficou apoiado na locomotiva e manteve atrás [sem caírem] a carruagem do correio e o resto do comboio.

O choque fez instantaneamente parar os dois grandes relógios dentro da estação. Os ponteiros marcavam quatro horas em ponto.

Uma banca de jornais situada ao longo do muro interior, justo onde a máquina fez o seu buraco, foi pulverizada. A dona estava a alguns passos e teve, somente devido a esta circunstância, a vida salva.

Vários operários que trabalhavam na fixação do pára-choques esmigalhado pela locomotiva conseguiram escapar.

Por um acaso também extraordinário quanto às circunstâncias do acidente, uma só vítima se conta, a senhora Aguillard, uma honrada mulher de 39 anos, que vendia jornais na praça de Rennes, no ponto que também funciona como estação terminal dos carros eléctricos.

No momento do acidente, às quatro horas, a infeliz estava na calçada em frente à cafetaria da estação. Ela foi esmagada por um dos blocos de pedra que caiu do muro de protecção e pela locomotiva que caiu no chão no lugar onde a senhora Aguillard agonizava, quase completamente partindo em dois o corpo da pobre mulher.”⁵¹

A notícia atrás mostra que o fenómeno do sensacionalismo na linguagem jornalística não é de hoje. Ao contribuir para suscitar a curiosidade e o interesse dos leitores, o sensacionalismo linguístico prestou e presta bons serviços ao jornalismo. No entanto, também se observa na mesma notícia uma intenção de objectividade do enunciador, que antes de mais pretende narrar um facto.

A referida notícia é apenas um pequeno indício da força com que a Europa recuperava, com o precioso auxílio das **agências de notícias**, o **jornalismo noticioso** que tinha propiciado a aparição das primeiras gazetas e mercúrios a partir do final do século XVI e início do século XVII.

Pode-se acompanhar o cenário das transformações no jornalismo europeu no século XIX seguindo o que se passou em dois casos paradigmáticos: o francês (pela sua influência em toda a Europa continental) e o britânico (devido ao modelo de liberdade formal de imprensa que já cultivava e aos fortes laços com a imprensa norte-americana).

O primeiro jornal europeu a enveredar, simultaneamente, pelo estilo noticioso e pela estratégia comercial da primeira geração da imprensa popular norte-americana (primeira geração da *penny press*) foi *La Presse*, surgido em França, em

⁵¹ Curiosamente, esta notícia também está afixada no museu “Mundo a Vapor”, Canelas, Brasil, em cuja entrada se evoca o acontecimento referido na narrativa, incluindo-se uma maquete da máquina que tombou da estação para a rua em tamanho real. A grafia é adaptada ao português contemporâneo.

1836, pela mão de Émile de Girardin, um investidor que não se cansou de modernizar continuamente o seu jornal, introduzindo a estereotipia, em 1852.

La Presse não era, contudo, o único jornal europeu a seguir um modelo noticioso-comercial. Outros jornais europeus, em especial no Reino Unido, procuravam seguir o mesmo tipo de política, como o jornal britânico *The Times*, surgido no final do século XVIII. Porém, *La Presse* foi o primeiro jornal europeu-continental independente e direccionado para a satisfação de um público massivo e não para o contentamento de uma elite, ao contrário do *Times*, que, conforme já foi dito, procurou converter-se em representante permanente das classes médias e superiores, conservadoras e instruídas, no espaço público. O jornal francês *Le Figaro*, surgido também nesta época, procurou tornar ainda mais leve a informação e mesclá-la com notícias de sociedade, crónicas e folhetins, que o tornaram um caso de sucesso. O modelo do *Figaro*, aliás, foi repetido em grande parte da imprensa de Oitocentos, aglomerando **notícias, entretenimento literário (folhetins), opinião** e mesmo uma incipiente **informação de serviços**.

No Reino Unido, o jornalismo popular entrou, essencialmente, através de revistas como a *Tit Bits*, a *Answers* e a *Pearson's Weekly*, que chegaram a ter tiragens próximas do milhão de exemplares. Essas revistas propiciaram não apenas uma base estilística para o desenvolvimento dos diários populares mas também um espaço onde se formariam os jornalistas que, mais tarde, corporizaram os projectos dos jornais populares noticiosos. Além disso, o sucesso das revistas propiciou também aos empresários do jornalismo o capital necessário ao investimento nos novos jornais. De facto, o liberalismo político, a alfabetização, a publicidade, a urbanização, os progressos técnicos, a aparição das agências de notícias, a abolição das taxas e de outros entraves ao desenvolvimento da imprensa noticiosa comercial e popular tornou esta última num negócio industrial apetecível em toda a Europa, embora os avultados investimentos necessários para pôr um grande jornal a funcionar propiciarem o seu controlo pelos grandes potentados empresariais. A imprensa era um sucesso e a comprová-lo estão os constantes aumentos das tiragens. O diário britânico liberal *Daily News*, por exemplo, tirava 50 mil exemplares quando surgiu, em 1846, mas em 1870, ano em que rebentou a Guerra Franco-Prussiana, já tinha uma tiragem de 150 mil exemplares; tiragem semelhante tinha também o diário independente *Daily Telegraph*, surgido em 1855 (García González, 1999: 60).

O *Pall Mall Gazette*, fundado, em 1865, por W. Thomas Stead, foi o diário mais influente da primeira fase da imprensa popular noticiosa britânica. O seu modelo de jornalismo era similar ao da imprensa popular norte-americana, baseando-se no baixo preço (propiciado pelas grandes tiragens), na diversidade de conteúdos (com realce para as histórias de crime), na utilização dos novos géneros jornalísticos da entrevista e da reportagem, etc.

Em 1896, foi fundado o *Daily Mail*, por Kennedy Jones e Alfred Harmsworth (mais tarde Lord Northcliffe), proprietários do *Evening News*. No *Daily Mail*, os proprietários procuraram aplicar o modelo de Pulitzer, que tanto êxito estava a ter nos Estados Unidos (títulos apelativos, uso de ilustrações, grafismo agressivo, espaço demarcado para a publicidade sugestiva e persuasiva, conteúdos diversificados, com atenção especial ao crime, ao sexo e temas similares, etc.). No entanto, Jones e Harmsworth reforçaram o modelo de Pulitzer com um receituário próprio, em que pontificava um discurso populista e nacionalista, radical e imperialista, provavelmente muito bem visto, aliás, pelo Governo londrino, a braços com campanhas coloniais na Índia e na África do Sul, entre outros lugares. Pode, desse modo, dizer-se que, com o *Daily Mail*, a segunda geração da imprensa popular chegou ao Reino Unido e à Europa, com grande sucesso. A comprová-lo está o lançamento, em 1899, da edição provincial de Manchester do *Daily Mail*, a que se seguiriam, já em 1905, a sua edição parisiense (destinada à Europa continental) e a sua edição para as colónias. Apesar da pujança da imprensa popular britânica, sobrava, ainda, mercado para o público que queria uma informação mais séria, profunda, balanceada e inteligente mas que não se revia nas posições conservadoras do *Times*. Havia, assim, espaço para uma imprensa político-noticiosa de cariz liberal. Surgiram, consequentemente, no mercado britânico, várias revistas que procuravam informar com rigor e profundidade desde a perspectiva liberal, como a *Fortnightly Review*,

lançada em 1865. Porém, essas revistas acabaram por morrer face à investida da imprensa popular nacionalista e imperialista, por um lado, e da imprensa socialista, por outro, acompanhando, aliás, o progressivo desaparecimento dos liberais britânicos, reformistas moderados, nas duas últimas décadas de Oitocentos, engolidos pelo Partido Conservador⁵². Mesmo periódicos historicamente liberais, como o *Pall Mall Gazette*, o *Daily Chronicle* e o *Birmingham Daily Post*, passaram a apoiar os conservadores, em alguns casos de forma exacerbada, como prova a viragem discursiva nacionalista e imperialista do *Pall Mall*, a partir da última década do século XIX. Aliás, é de assinalar que a viragem discursiva imperialista-nacionalista do jornalismo britânico era extensível à generalidade dos jornais, pois mesmo os jornais liberais, como o *Daily News*, e os jornais trabalhistas e socialistas britânicos do final do século XIX, como o *Labour Leader*, congratulavam-se pelas conquistas coloniais (MacKenzie, *cit. in* García González, 1999: 84).

O século XIX conheceu também o aparecimento da imprensa regional e local europeia. Surgiram jornais um pouco por toda a Europa nas povoações de média e grande dimensão, como o *Birmingham Daily Post*, de 1855. Por vezes, esses jornais, como aconteceu (e ainda acontece) em Portugal, estavam ligados às tipografias, o que promovia a indistinção entre os territórios do jornalismo e dos tipógrafos. Nesses jornais, normalmente davam-se quer notícias locais quer nacionais, promovendo a “integração político-cultural dentro do estado” (García González, 1999: 65). No Reino Unido, o sucesso dos jornais regionais e locais foi tal que suscitou a avidez dos magnatas londrinos. Assim, no final do século XIX assistiu-se, em Inglaterra, aos primeiros fenómenos de **concentração de propriedade da imprensa** (formação das primeiras cadeias de jornais) e de aquisição de jornais por conglomerados económicos de outros sectores, como sucedeu com o *Daily News*, adquirido pelo fabricante de chocolates Cadbury, em 1901.

Outro fenómeno jornalístico do século XIX, em particular no Reino Unido, foi a aparição dos jornais dominicais, que nessa primeira fase “conseguiram converter o radicalismo [populista] em mercadoria” (García González, 1999: 61), chegando a tiragens de um milhão de exemplares, como aconteceu com o *Weekly Newspaper* em 1896 (García González, 1999: 61). No dizer de Curran (1989: 222), os jornais dominicais britânicos foram responsáveis pela adesão da classe média aos partidos políticos tradicionais, rejeitando o fundamentalismo revolucionário. Os partidos tornaram-se, assim, organizações políticas interclassistas, transversais a toda a sociedade.

Há que dizer, porém, que nem todos os países europeus beneficiaram totalmente do clima de liberdades cívicas e políticas que fornecia a matriz às democracias norte-americana e britânica. Por exemplo, a chegada de Napoleão III (Louis Napoleón Bonaparte) ao poder, em França, em 1852, reintroduziu neste país medidas restritivas da liberdade de imprensa. Não obstante, o carácter apetecível da imprensa como negócio e veículo de comunicação pública agudizou o apetite dos grandes industriais, que, em vários casos, procuraram adquirir as empresas jornalísticas que denotavam mais vigor. O jornal *La Presse*, por exemplo, foi vendido, em 1859, a um banqueiro.

Napoleão III teve, porém, de aceitar a liberdade de imprensa, para que o seu regime pudesse ser visto como “liberal”. Assim, a imprensa política reapareceu em França, com a Amnistia de 1859, fundando-se 140 jornais (García González, 1999: 64), muitos deles efémeros. Outros jornais, incluindo alguns que anteriormente se firmavam em torno de um modelo essencialmente noticioso-comercial, sofreram uma reorientação política. É o caso, por exemplo, do *Le Siècle*, de Dutacq, surgido em 1836, que se reorienta editorialmente para a esquerda anticlerical a partir de 1860, com grande sucesso (tiragens superiores a 40 mil exemplares).

Num clima de liberdade formal de imprensa, os jornais populares fizeram a sua verdadeira entrada em cena em França com o lançamento de *Le Petit Journal*, em 1863. Tratava-se de um jornal essencialmente noticioso, pouco dado ao debate, à grande política ou ao aprofundamento dos assuntos, que falava, essencialmente, de assuntos frívolos da

⁵² Para a crise do Partido Liberal, em 1886, muito contribuiu a intenção do primeiro-ministro Gladstone de dar à Irlanda autonomia governativa (Home Rule), o que levou os liberais unionistas para os braços dos conservadores.

sociedade e de temas emotivos. Era escrito numa linguagem ligeira e emotiva, com frases breves e vocábulos simples. Apresentava-se publicamente com um formato manejável (cerca de 45 x 30 cm) e era vendido a baixo preço. As suas tiragens passaram de 38 mil exemplares, quando surgiu, a mais de 200 mil, um ano depois (García González, 1999: 65), o que dá uma ideia da medida do seu sucesso.

A derrota francesa na guerra contra a Prússia, em 1871, levou à queda de Napoleão III e à proclamação da República. A 29 de Julho de 1881 seria, inclusivamente, publicada em França uma revolucionária Lei de Imprensa cuja influência se sente ainda hoje no Direito de vários países, entre os quais Portugal. Essa Lei:

- 1) Garantia a liberdade de imprensa;
- 2) Suprimia a licença prévia para a impressão de jornais, exigindo apenas ao editor o registo da publicação e o envio de exemplares para a Biblioteca Nacional de França;
- 3) Impunha o **direito de resposta e rectificação**, que dá ao cidadão um importante meio contra os abusos da liberdade de imprensa;
- 4) Dá aos tribunais comuns competência para julgar **crimes de abuso de liberdade de imprensa**, tipificando alguns tidos como particularmente graves: ofensas ao Presidente da República, difamação das instituições e de governantes franceses e estrangeiros, etc.

As liberdades republicanas permitiram um incremento impressionante do papel do jornalismo em França e do consumo de jornais, observável quer nas tiragens da imprensa popular quer nas da imprensa política combativa “de partido”. As tiragens totais ascenderam ao insólito número de 240 exemplares por mil habitantes (García González, 1999: 84), sendo que só as tiragens dos jornais parisienses atingiam um milhão de exemplares, numa cidade que, no final do século XIX, ainda não contava com três milhões de habitantes.

Quatro jornais foram responsáveis pela implementação do receituário da segunda geração da imprensa noticiosa popular norte-americana (primeiro “Novo Jornalismo”) em França: os parisienses *Le Petit Journal* (já referido), *Le Petit Parisien*, *Le Matin* e *Le Journal*. Todos se baseavam na política do preço baixo, formato manejável (cerca de 45 x 30 cm), diversidade de conteúdos (com muitas notícias de “interesse humano”), grafismo apelativo (títulos, ilustrações...), autopromoção (através de eventos, campanhas sociais, concursos...), etc. Além disso, entre os quatro repartiam quase integralmente o bolo das receitas publicitárias, graças a um acordo firmado com a mais importante agência de publicidade francesa de então: a Société Generale des Annonces.

Le Petit Journal, lançado por Polydore Millaud, foi, na década de Sessenta do século XIX, como se disse, um dos pioneiros na transformação do cenário jornalístico francês, propondo ao mercado, a exemplo da primeira geração da imprensa popular americana, um jornalismo de cariz noticioso, pautado pelo “interesse humano”. Em 1884, lançou um suplemento dominical. Na última década desse século, o jornal reinventou-se, seguindo a cartilha do “Novo Jornalismo”. Na viragem para o século XX, já tirava um milhão de exemplares (García González, 1999: 84) e, sendo uma sociedade anónima, foi um dos primeiros jornais cotados em bolsa, evidenciando os enormes esforços financeiros que eram necessários para criar e manter um jornal (recursos humanos, recursos materiais, como a linotipia e as rotativas, etc.).

Le Petit Parisien foi o jornal popular que mais sucesso fez em França, tirando um milhão de exemplares em 1890 e 1,45 milhões em 1914. O principal responsável pelo seu êxito foi o empresário Jean Dupuy, responsável pela transformação

do jornal à luz da cartilha do “Novo Jornalismo”, a partir de 1888. Além disso, Dupuy foi também o introdutor dos cadernos especializados no jornalismo, incluindo nos seus jornais um suplemento literário e um desportivo, mas não se coibiu de fazer do jornal um órgão oficioso de apoio à sua carreira política.

Também *Le Matin* não se furtou ao controle por parte de interesses económicos e políticos. Propriedade dos empresários Henry Poidatz e Maurice Bunau-Varilla, acabou por converter-se, em 1898, no “órgão oficioso do Ministério do Exterior” francês, recebendo, em troca, vasta ajuda financeira (García González, 1999: 85).

Le Journal, surgido em 1892, foi o último dos quatro jornais populares a entrar no mercado, seguindo o receituário dos seus concorrentes.

Como já se disse, as liberdades republicanas, consagradas, em particular, na Lei de Imprensa de 1881, geraram, embora talvez um pouco anacronicamente, o reaparecimento da imprensa politicamente alinhada, ou de partido (*party press*), em França. Em 1883, por exemplo, foi lançado o jornal socialista *Le Cri du Peuple*, logo seguido por jornais republicanos, como *L'Aurore* ou *L'Homme Libré*, por jornais monárquicos, como *L'Action Française*, por jornais católicos (que reagiam contra a laicização do estado), como *La Croix* (que, em 1880, tinha aparecido como revista e se reconverteu, em 1883, em diário), e ainda por jornais nacionalistas e anti-democráticos, como *La Patrie* ou *La Libre Parole*. Assistiu-se ainda à reconversão nacionalista do jornal *La Presse*.

Para o sucesso da imprensa francesa (popular ou política) e, de forma geral, europeia, muito terão contribuído as temáticas popularmente apelativas, como o crime (recorde-se a afeição com que foram lidas as histórias sobre Jack, O Estripador, em 1888), o desporto, os escândalos (sexuais, financeiros, etc.) e a corrupção. Basta lembrar, por exemplo, a paixão com que, em França, foi seguido o caso Dreyfus, um capitão judeu do Exército francês falsamente acusado de espionagem, em 1894, caso que a esquerda francesa obrigou a reabrir, até ao indulto desse oficial, em 1899. Ficou célebre o artigo *J'accuse*, do escritor Emile Zola, publicado, em 1897, no jornal político *L'Aurore*, em defesa de Dreyfus e contra os corruptos. Também célebre ficou a denúncia, pela imprensa, do “Escândalo do Panamá”, em 1892, revelando que um elevado número de deputados franceses tinha sido subornado pela Companhia do Canal do Panamá, em 1888.

As transformações na imprensa francesa e britânica cedo contagiaram a imprensa do Velho Continente e dos países ocidentais em geral, pelo que, no início do século XX, pode dizer-se que o jornalismo ocidental compartilhava várias características, quer na segmentação da imprensa (tipologia de jornais), quer mesmo no campo normativo e funcional do jornalismo, ou seja, no seu papel e forma de funcionamento na sociedade e respectiva regulamentação. Para essa convergência terão também contribuído os hábitos de leitura de jornais estrangeiros entre as elites (por exemplo, os hábitos de leitura dos jornais franceses em Portugal). Há registos desses hábitos de leitura de jornais de outros países nos livros editados por jornalistas portugueses do final de Oitocentos e princípios de Novecentos, como em *O Jornalismo* (Alberto Bessa, 1904), *Boémia Jornalística* (Jorge de Abreu, 1927) e *Nos Bastidores do Jornalismo* (Rafael Ferreira, 1945).

No final do século XIX, o discurso dos jornais europeus radicalizou-se, acompanhando as tendências ideológicas mais fortes. A imprensa popular entrou numa espiral de nacionalismo frequentemente xenófobo e imperialista, que a marcou até à I Guerra Mundial ou mesmo até à II Guerra Mundial. O jornalismo dominante não deixou de ser noticioso, mas incorporou não só algumas das receitas das duas gerações da imprensa popular norte-americana como também o discurso populista e radical da imprensa opinativa da primeira metade do século. Socialismo, anti-clericalismo, anti-semitismo, anarquismo, republicanismo, monarquismo, liberalismo conservador, conservadorismo, etc. digladiaram-se através das páginas dos jornais durante grande parte do século XIX, mas no final desse século e princípios do século XX será, essencialmente, o nacionalismo a vincar o discurso da generalidade da imprensa, em particular da imprensa popular. Por vezes, assiste-se mesmo a curiosas confluências discursivas, como o republicanismo nacionalista (basta

lembrar como os Republicanos portugueses usaram o nacionalismo como mote para reagir contra o Ultimato inglês e a Monarquia) ou o socialismo nacionalista. Assim, alguns jornais tornaram-se, simultaneamente, noticiosos e radicais, assumindo a tarefa de “representação” do leitor e de “voz do povo”, enquadrados por um discurso nacionalista. Por exemplo, em 1896 o *Daily Mail* apoiou, de forma bem sucedida, a política colonial preconizada pelos conservadores britânicos. De resto, a imprensa europeia do final de Oitocentos tinha a sua imagem espelhada na imprensa sensacionalista americana, também ela radical ao espicaçar a histeria bélica que conduziu, por exemplo, como já se referiu, à guerra hispano-americana do final do século XIX (que, entre outras consequências, levou à independência de Cuba).

Para exemplificação dessa deriva nacionalista, xenófoba e, muitas vezes, pró-colonialista do discurso jornalístico, escolhemos alguns excertos de um jornal português insuspeito, o *Diário de Notícias*, um diário noticioso, generalista, independente e popular, cuja linha editorial visava, antes de mais, o lucro.

Assim, em 1890, quando o Governo do Reino Unido lançou a Portugal um ultimato contrariando as ambições coloniais portuguesas em África, escrevia-se no DN, em jeito de editorial (secção “Assuntos do Dia”):

“Como se previra, o conflito com a Inglaterra, por causa da expedição do major Serpa Pinto, cujos pormenores têm sido aqui miudamente referidos, chegou ao último extremo.

Não esperávamos tanto, por causa da demonstração unânime da Europa contra as injustas pretensões do Governo inglês; porém, poderíamos desde logo contar com alguma coisa desagradável da parte do gabinete de Saint James.

Todos sabem, ou antes, todos podem avaliar, que as instâncias e seguidamente as ameaças da Inglaterra contra o domínio colonial do nosso país, não vem precisamente do facto da expedição do major Serpa Pinto, que pretendeu agora, como sempre o havemos de fazer em prol dos nossos indiscutíveis direitos, castigar a audácia dos indígenas; vem de mais longe.

Vem, digamo-lo desassombradamente, do desejo de complicações na nossa África, que nos forcem a um desalojamento do que nos pertence para que as empresas de especulação britânicas, protegidas ostensivamente pelas autoridades da sua nação, se vão alastrando onde seja necessário à sua influência e à sua política.

Os boatos graves que a este respeito correram anteontem e de que apenas por consideração patriótica demos uma leve ideia, têm-se confirmado e obrigaram, como já sabem os leitores, à reunião do Conselho de Estado e a repetidos e prolongados conselhos de ministros. [Seguem-se excertos do *Diário Popular* e do *Novidades*.]” (*Diário de Notícias*, 13 de Janeiro de 1890)

Noutro exemplo, num suplemento intitulado “Homenagem aos Heróicos Expedicionários de Lourenço Marques”, publicado a 19 de Janeiro de 1896, o *Diário de Notícias* reforçava as pretensões coloniais portuguesas em África:

“Vivam os legionários de África!

Poucas nações terão tanto direito a intervir nos destinos do continente negro como a nossa.

Desde o século XV que nós contornámos as costas africanas e ensinámos a Europa a marcar o seu perímetro nas cartas geográficas.

Atravessámo-la de lado a lado, explorámos o seu interior, revelámos os seus segredos, e em cada palmo do seu terreno deixámos impressas as nossas pegadas.

(...)

A confiança nacional revive finalmente e os netos dos Gamas e dos Albuquerque, ao tomarem o pulso, sentem ainda bater o mesmo sangue generoso, que gerava a intrepidez dos guerreiros de outrora.

(...)

Vivam os expedicionários de África!”

Pode dizer-se, em suma geral, que **a imprensa europeia entrou no século XX assente quer na sua tradição e cultura específicas quer em elementos importados dos Estados Unidos** (design, conteúdos, modo de funcionamento). Talvez não se possa falar de uma americanização da imprensa europeia, mas pode, seguramente, falar-se da **interacção entre os diferentes modelos jornalísticos ocidentais**, que se tornaram crescentemente **convergentes**, num mundo, também ele, crescentemente globalizado (até nas guerras, mundiais!). No século XX, o jornalismo ocidental, apesar da sua segmentação, será bastante semelhante nos diferentes países democráticos.

7. O jornalismo no século XX

O século XX foi, até hoje, o século mais vertiginoso que a humanidade viveu. Foi um século historiograficamente curto, pois as grandes transformações ocorreram entre 1914 (primeiro conflito mundial) e 1989 (queda do Muro de Berlim), mas foi também um século historiograficamente rico, tais as transformações que a humanidade atravessou, entre elas:

1) Aceleração (desigual) do desenvolvimento e do progresso científico e tecnológico: O século XX foi o século em que, no Ocidente, a humanidade mais progrediu em termos científicos e tecnológicos e no que respeita à melhoria das condições de vida. Esse progresso foi sustentado pela generalização da educação; pela democratização das possibilidades de acesso ao conhecimento e de desenvolvimento de competências; pelos investimentos dos estados e das empresas na investigação científica e tecnológica, por motivos tão diversos como a defesa militar, a melhoria das condições de vida, o controlo do meio ou, simplesmente, a busca do lucro, que leva empresas e empresários a arriscarem capital e a inovarem. Porém, o desenvolvimento foi desigual para a humanidade. Largas franjas da população mundial continuam sem acesso generalizado aos recursos básicos, à educação, à ciência e à tecnologia, nomeadamente em África, já apelidada de “o continente perdido”. O desenvolvimento desigual deve-se a vários motivos, como os religiosos, que levam, catastroficamente, por exemplo, à segregação das mulheres ou à contaminação do ensino por teorias obscurantistas; ou ao roubo descarado das riquezas nacionais por líderes corruptos e cleptomaniacos, muitas vezes com a cumplicidade de empresas gigantescas e sem ética sedeadas nos países mais desenvolvidos. O facto de alguns dos países subdesenvolvidos terem sido colónias também constrangeu o seu progresso económico e desenvolvimento social.

O século XXI está, porém, a ver surgir novos potentados económicos, designadamente a Índia e a China. A ascensão destas novas potências cria dificuldades ao modelo de desenvolvimento e protecção social do Ocidente, em particular da Europa, já desafiado pelo envelhecimento acelerado da população e pelo défice geracional. Para um europeu ocidental, as certezas de outrora próprias do Estado Social (segurança no emprego, educação assegurada pelo estado, protecção estatal na doença e na velhice, etc.) deixaram de existir.

2) Ascensão e queda de regimes totalitários: O século XX viu ascender o nazismo, o fascismo e o comunismo, viu formarem-se regimes autoritários um pouco por todo o mundo, assistiu a guerras motivadas

pelo fanatismo ideológico, conviveu com um mundo bipolar assente no confronto entre duas super-potências, os Estados Unidos e a União Soviética, e na ameaça nuclear (que ainda hoje subsiste). Mas assistiu, também, à democratização liberal do mundo, primeiro com a queda do fascismo e do nazismo e depois com o colapso do império soviético e dos regimes autoritários da América Central e do Sul. Porém, no final, o século XX viu também emergir um novo desafio à humanidade: o dos fundamentalismos religiosos e ideológicos, obscurantistas e fanáticos, que desembocaram frequentemente no terrorismo. Persistiram, também, várias ditaduras.

3) Guerras (mundiais) e aparecimento do terrorismo: Duas guerras mundiais foram o preço que a humanidade pagou pelas aventuras nacionalistas-expansionistas da primeira metade do século XX. Para além disso, durante as décadas da bipolaridade (1950-1989), o confronto entre a União Soviética e os Estados Unidos desenrolou-se em países terceiros, por intermédio de terceiros, mas muitas vezes por via das armas. O terrorismo, e mais recentemente o terrorismo suicida “global”, foi uma nova ameaça que o século XX deu à humanidade. Por motivos ideológicos, religiosos, de “libertação nacional” ou outros, a humanidade enfrenta grupos terroristas que se algum dia acederem a armas de destruição maciça poderão liquidar não apenas um grande número de pessoas, mas também as esperanças de paz, desenvolvimento e progresso. O século XX assistiu, ainda, à potenciação da destruição provocada pelos conflitos, devido ao poder destrutivo do armamento empregue, mas a maior ou menor mediatização dos mesmos coloca diariamente a humanidade perante as guerras, embora com poucos efeitos ao nível da promoção da paz. Entre muitos outros conflitos, o mundo acompanhou a fundação de Israel e as guerras israelo-árabes (incluindo a Intifada), a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietname, a Guerra das Falkland, a Guerra do Golfo, a guerra civil na Jugoslávia, a intervenção da Nato na Sérvia e na Macedónia, a intervenção humanitária na Somália, as invasões de Granada, do Panamá e do Iraque e outros conflitos archi-mediatizados, mas também conflitos menos mediatizados, mas com grandes custos humanos, como a guerra do Biafra, a guerra e matança civil no Ruanda e no Burundi, a luta pela independência da Eritreia, a guerra civil no Sudão e a desgraça do Darfur, as guerras civis de Angola e Moçambique, a luta de Timor-Leste pela libertação, etc.

4) Multipolaridade: No início do século XX, várias potências disputavam o poder no mundo. Entre 1945 e 1989, o jogo de poderes desenrolou-se, essencialmente, entre os Estados e a União Soviética e respectivos países aliados. No entanto, os Estados Unidos emergiram vitoriosos da Guerra Fria, como a única superpotência sobrança (para alguns, mesmo uma hiperpotência). Porém, o final do século viu emergir novos focos de poder, como a China e a Índia, cujo crescimento económico é grande, embora à custa do ambiente e do agravamento das desigualdades sociais, e a União Europeia (a Europa conseguiu pela via económica a unidade política que algumas aventuras militares expansionistas, como a napoleónica, tinham em mente). Assim, no final do século XX o mundo era novamente multipolar, pese embora o predomínio relativo dos Estados Unidos entre as potências mundiais.

5) Agravamento dos problemas ecológicos: Apesar da crescente consciencialização da humanidade, por via da educação, os problemas ecológicos parecem ter-se agravado, quer nos países onde os governos conseguem furtar-se ao controle cívico e democrático das populações, como a China, quer nos países que colocam o crescimento económico à frente de tudo, como os “Tigres Asiáticos”, quer mesmo em países democráticos como os Estados Unidos (que não assinaram o Protocolo de Quioto) ou Portugal (betonização geral e

anárquica do território, com a cumplicidade insidiosa das autarquias), onde os governantes são diariamente constrangidos por interesses económicos e pela falta de coragem em tomar medidas susceptíveis de fazerem-nos perder votos (como o aumento do custo da gasolina, ridiculamente barata nos EUA). Entraram, assim, no léxico da humanidade termos como “alterações climáticas”, “desequilíbrio ecológico”, “redução da biodiversidade”, entre muitos outros, que correspondem a outros tantos graves problemas que a humanidade e o mundo enfrentam. O derretimento dos gelos polares e a intensificação de fenómenos meteorológicos extremos, como furacões, tsunamis, seca, inundações, “el niño” e “la niña”, são apenas alguns dos factos que documentam o agravamento dos problemas ecológicos.

6) Colonização e descolonização: Se no início do século as potências ocidentais alimentaram a sua aventura colonial, a partir do final da Segunda Guerra Mundial assistiu-se à descolonização generalizada, quer por força do clima político e social, quer por força das lutas de libertação (por meios pacíficos, como sucedeu na Índia, ou por meios bélicos, como aconteceu no Vietname, antiga Indochina francesa). Porém, em grande parte dos casos, as ex-colónias padecem, ainda hoje, de graves problemas de desenvolvimento.

7) Globalização: O mundo assistiu, no século XX, a uma imparável globalização a vários níveis, sustentada pela internacionalização da economia e das empresas (havendo hoje empresas mundiais com um volume de negócios anual superior ao PIB de vários países), pelos meios e vias de comunicação, pelas organizações internacionais, etc. A globalização levanta problemas e oportunidades, como quase tudo na vida. Por exemplo, a globalização económica pode ser uma garantia de paz e de prosperidade geral, até porque, sem entraves ao comércio mundial, os países menos desenvolvidos ganham condições para competir com os mais desenvolvidos, colocando no mercado mundial bens e serviços a preço mais baixo do que o praticado pelos produtores dos países mais desenvolvidos (basta relembrar o drama do têxtil europeu face à concorrência da China). Mas também pode ser uma ameaça, pois há empresas oligopólicas que, furtando-se ao controlo político e cívico, detêm hoje muito mais poder na cena internacional do que pequenos países como Portugal. A globalização cultural, sustentada pelos meios de comunicação, pelo turismo e por vários fenómenos de mobilidade, pode ser uma oportunidade, pois possibilita às pessoas tomarem contacto com matrizes culturais distintas e aproveitarem o que querem. Por exemplo, embora a fúria muitas vezes irracional e puramente destrutiva dos movimentos “anti-globalização” se dirija aos McDonald’s, provavelmente há no mundo muitos mais restaurantes chineses do que McDonald’s e ainda ninguém se lembrou de os apedrejar ou destruir. Os restaurantes chineses permitem às pessoas tomarem contacto com traços culturais da China, tanto quanto os McDonald’s permitem às pessoas tomarem contacto com traços culturais norte-americanos. Mas, obviamente, a globalização cultural, cuja matriz fundamental parece ser ocidental, também pode ser uma ameaça se vier a representar um empobrecimento cultural generalizado da humanidade. Todavia, há fenómenos de defesa das culturas locais e até de projecção dessas culturas no mundo global (*glocalidade*), graças, mais uma vez, aos meios de comunicação e à globalização. Além disso, os meios e os conteúdos, por muito fortes e penetrantes que sejam, não são onnipotentes nem onnipresentes. O cinema norte-americano, por exemplo, não tem na Índia e na China o sucesso que tem em várias outras partes do mundo, pois esses países têm uma tradição cinematográfica própria, produzindo filmes de grande êxito local (e em alguns casos mundial), mais ajustados às expectativas e motivações dos respectivos cidadãos cinéfilos.

8) Meditização electrónica: As sociedades humanas são crescentemente mediatizadas, graças ao aparecimento, no século XX, dos meios electrónicos de comunicação, que, gradualmente, foram tendo maior alcance até chegarem, nos dias de hoje, ao alcance mundial, devido aos satélites e cabos. Inicialmente surgiram meios de difusão massiva de mensagens, como a rádio e a televisão. Esses meios, que tiveram um enorme impacto a todos os níveis (na política, na economia, nos assuntos militares, na cultura, etc.), sofreram uma evolução similar à imprensa, tornando-se crescentemente diversificados e segmentados, estando a evoluir, agora, para uma certa interactividade e para a convergência (confluência gradual dos meios de comunicação para um único suporte que funcione como aparelho de telecomunicações, receptor de rádio e TV, computador, etc.).

Por seu turno, o desenvolvimento das telecomunicações e da informática gerou a Internet, o meio mais capaz de proporcionar interactividade e de projectar o individual e o local no global. Os novos meios trazem com eles promessas de novas realidades, como a *telemedicina* ou a *democracia directa electrónica*.

Quando o mundo entrou no século XX, a imprensa, em particular a imprensa popular europeia, vivia uma época de radicalização do discurso. Uma imprensa favorecedora da integração nacional e que tinha a nação como referência dava, progressivamente, lugar a uma imprensa popular emotiva e nacionalista, por vezes chauvinista e imperialista, colonialista, de verbo fácil e superficial. Explica, certamente, Gloria García González (1999: 74-75):

“Um dos maiores desafios que enfrentam os partidos tradicionais durante o primeiro estágio de desenvolvimento da política de massas é a sustentação do Estado nacional que, junto à necessidade de legitimar a nova política colonial, os levará a construir um discurso nacionalista, interclassista por definição, capaz de tocar em todos os estratos sociais, ao sobrepor-se, inclusivamente, a outros elementos pré-existent de identidade política, como a proletária.

A diferença entre esse nacionalismo e o já conhecido nacionalismo revolucionário de meados do século é que aquele que se conhece a partir dos anos setenta [do século XIX] e que prevalece no discurso político até à I Guerra Mundial é um nacionalismo de Estado capaz de arrastar não só o apoio das massas à ideia de *comunidade nacional* (...), mas também, igualmente, a adesão popular ao aparelho institucional de onde o nacionalismo se difunde. (...) O nacionalismo de final de século deixa de associar-se ao activismo liberal para manifestar-se como um movimento chauvinista, imperialista e xenófobo (...) que de forma imparável irá ganhando terreno à medida que se alarga a extensão do sufrágio nos países ocidentais.”

É de registar, ademais, que a emoção discursiva protagonizada pela imprensa popular, num clima político propício, animado pelas classes médias urbanas, propiciava lucros. A Europa preparava-se para o exacerbamento dos nacionalismos que haveriam de dar origem às duas guerras mundiais que ensanguentaram o mundo e, em particular, o Velho Continente no século XX. Os jornais do princípio do século mais não faziam, assim, do que, simultaneamente, reflectir e alimentar a euforia nacionalista, com reflexos ao nível político. Por exemplo, o jornal inglês *Pall Mall Gazette*, em 1907, instigou, repetidamente, o Governo Britânico a construir dois navios de guerra por cada navio construído pela Alemanha. Essa posição do periódico gerou uma corrente de opinião que levou o próprio Governo a mostrar-se partidário dessa política. Do mesmo modo, o jornal português *Diário de Notícias*, independente e genericamente noticioso, também procurava influenciar as políticas governamentais, arvorando-se em “voz dos governados”, quando, por exemplo, propunha, a 11 de Janeiro de 1904, o investimento na marinha de guerra e a reforma do Arsenal:

“Na última crónica (...) apelámos para o discurso da Coroa, pois talvez ele nos desse algumas esperanças de regeneração da marinha de guerra (...). [Mas] Da marinha de guerra o que promete não nos anima, com pesar o dizemos.

A reforma do Arsenal é, sem dúvida, necessária, pois que, nos tempos modernos, ainda mais do que nos antigos tempos, é impossível haver esquadras sem haver onde elas se façam e refaçam (...). Conservando-se o Arsenal onde está, nunca ele poderá desenvolver-se como deve e como convém a um Arsenal marítimo moderno (...). Não podemos, nem devemos, ficar sempre à mercê do estrangeiro para as grandes obras. (...)

Se nos é lícito, lembraremos que a nossa divisão de reserva deveria sair em Abril ou Maio, ir até ao Mediterrâneo, ou aos portos de Inglaterra, de França e da Alemanha, com o fim de dar ensejo aos oficiais de se ilustrarem pela vista e pelo estudo das marinhas e arsenais estrangeiros.

Não se oponha a ideia de que os navios são pequenos para se apresentarem ante os grandes couraçados daquelas nações. Mostrem-se os nossos navios condignamente, mostrem-se as suas guarnições bem disciplinadas e irrepreensíveis no seu porte, que para o caso é secundário tudo o mais.”

A política fugia, assim, cada vez mais ao espaço racional das instituições políticas criadas pelos estados liberais, em especial do Parlamento, para radicar no populismo nacionalista e demagógico que tomava conta da imprensa, transfigurada em novo espaço público.

Assim, ao mesmo tempo que a “nação” se convertia em objecto discursivo, a integração de mais cidadãos, menos cultos, no espaço público e, portanto, nas discussões políticas, devido à força da imprensa, foi prejudicando a coerência do discurso político (Habermas, 1984). A crescente orientação lucrativa da imprensa (e, posteriormente, dos outros *mass media*) foi outro factor que, segundo Habermas, prejudicou o nível e a racionalidade do debate político. Por seu lado, os estados tornaram-se crescentemente intervencionistas, com o objectivo de atenuar ou eliminar os problemas económicos, políticos e sociais que enfrentavam. Organizações e grupos de interesse tornaram-se parceiros dos estados, mas, ao mesmo tempo, para prosseguirem os seus objectivos, transformaram a comunicação pública racional dos tempos iniciais do espaço público em relações públicas, publicidade e entretenimento (Santos, 1998: 12). Esses factos não só esbateram as fronteiras entre público e privado como também promoveram a desagregação, desintegração e feudalização do espaço público (Santos, 1998: 12). A capacidade escrutinadora e crítica do público interessado na governação, um dos pilares em que assenta a democracia, terá diminuído, com prejuízo do próprio sistema democrático. Além disso, como o espaço público moderno se estabelece, em grande medida, na esfera mediática, aqueles que são excluídos pelos *media* massificados, consequentemente, não participam no espaço público. Existem simulacros de participação, como as sondagens e os programas como o “Fórum TSF”, mas estes simulacros não correspondem à antiga capacidade de intervenção dos burgueses ricos e envolvidos sobre a vida política, social e económica dos estados, como aconteceu aquando da formação do espaço público moderno⁵³.

Regressando, porém, ao início do século, há que lembrar que a radicalização do discurso jornalístico tornou a imprensa popular “na grande fustigadora dos inimigos da nação – internos e externos” (García González, 1999: 76), o

⁵³ É de lembrar, porém, que no século XVIII muitos eram também os excluídos do espaço público, pois poucos tinham capacidade económica, posição social e nível de alfabetização e educação que os habilitassem a frequentar os lugares onde se processavam os debates racionais e a exprimir as suas posições nos jornais e revistas de circulação restrita que existiam na época. Aliás, ao contrário daquilo que pretendem os autores críticos, como Habermas, as coisas talvez até tenham mudado para melhor, pois os sistemas democráticos actuais, com todos os seus defeitos, permitem que mais pessoas intervenham nos processos decisórios, enquanto no século XVIII essa participação se restringia aos burgueses e nobres ricos e alfabetizados.

que contribuiu para a agudização das tensões e da instabilidade internacional, mas também para o êxito comercial dos jornais. Por isso, no início do século XX ainda se encontrou espaço para a aparição de novos jornais. O britânico *Daily Mirror*, por exemplo, foi fundado em 1905, por Lord Northcliffe, dono do *Daily Mail*. O jornal, voltado para o público feminino e com um grafismo ainda mais arrojado e visual do que o do *Mail*, acabou por redundar num fracasso. Em consequência, foi reconvertido no *Daily Illustrated Mail*, que, em 1913, já tinha uma tiragem de um milhão de exemplares e se converteu no principal representante do jornalismo amarelo britânico (Startt, 1988: 275-298).

Os conteúdos apelativos e os baixos preços dos jornais populares afectaram, um pouco por toda a Europa, os jornais mais “sérios”. No Reino Unido, por exemplo, o *Times* não conseguiu resistir à pressão, até porque mantinha um preço três vezes mais elevado do que o dos jornais populares. Por isso, entrou em agonia, de que só sairia após a sua compra por Lord Northcliffe, o principal magnata da imprensa britânica, em 1908.

Assim, no Reino Unido, embora formalmente independentes, a maioria dos jornais britânicos entrou no século XX alinhada pelo campo conservador, o que foi facilitado pela **concentração da propriedade dos meios impressos** (o fenómeno não é de hoje) em grandes grupos: o de Lord Northcliffe (*The Times*, *Daily Mail*, *Dispatch*, *London Evening* e ainda o semanário *Weekly Times*, mais tarde rebaptizado *Sunday Times*); o de Lord Rothermere (*Daily Mirror*, *Daily Record* e *Glasgow Evening News* e ainda os semanários *Sunday Pictorial* e *Sunday Mail*); o de Sir Lester Harmsworth (editor-proprietário de uma cadeia de jornais do Sudoeste de Inglaterra); e ainda o grupo de Cadbury (liberal) e os grupos de jornais liberais regionais e locais. Havia ainda espaço para os jornais do campo sindicalista-trabalhista, como o *Reynold's News* e o *Labour Leader*, que, não obstante, alinhavam frequentemente pelo mesmo diapasão nacionalista-imperialista da imprensa conservadora (MacKenzie, cit. in García González, 1999: 84).

A imprensa entrou, portanto, no século XX como um caso geral de sucesso no mundo ocidental. Por exemplo, nas vésperas da I Guerra Mundial, em 1914, os quatro principais jornais parisienses populares – *Le Petit Journal*, *Le Petit Parisien*, *Le Matin* e *Le Journal* – tiravam, em conjunto, quatro milhões de exemplares diários (García González, 1999: 84). A imprensa política francesa, porém, continuou a ter o seu lugar e o seu papel na sociedade francesa, sendo sintomático a fundação do jornal socialista *L'Humanité*, por Jean Jaurès, em 1904. No entanto, o modelo de negócio da imprensa “de partido” evoluiu, sendo que os jornais políticos começaram, essencialmente, a ser difundidos por assinatura e não por venda livre.

Um outro aspecto relevante para a história da imprensa no século XX é a ascensão das revistas. O modelo básico da *Gentlemen's Magazine* do século XVIII (variedade temática, periodicidade mais alargada, tamanho maneável...) manteve-se, mas a possibilidade de impressão de fotografias juntamente com o texto transformou-as, tornando-as mais visuais. Essa tendência para o visual notava-se, aliás, desde o século XIX, época em que ocorreu a disseminação das revistas ilustradas (com gravuras executadas a partir de fotografias). A deriva visual das revistas foi, inclusivamente, acentuada pela maior preocupação com o design em comparação com aquele que os jornais denotavam. De facto, desde o século XIX que as revistas se apresentavam aos seus públicos com um design bastante mais limpo e ordenado do que o dos jornais.

O sucesso das revistas deveu-se também ao seu formato, que facilita a publicação. Por isso, durante o século XX assistiu-se ao incremento da segmentação, tendência desenhada, aliás, desde o século XVII, quando surgiram as primeiras publicações especializadas que se podem considerar um misto de jornais e revistas, dedicadas à ciência, à filosofia e às ideias, à literatura e à sociedade e também ao público feminino (a *Lady's Mercury* nasceu em 1693).

Assim, no início do século XX, e em particular a partir dos anos vinte, apareceram no mercado várias revistas (ilustradas, especializadas, femininas, de informação geral). Algumas merecem particular destaque, como a *Reader's Digest* (*Seleções do Reader's Digest*), criada em 1922 e que ainda hoje subsiste com várias edições em todo o mundo. Embora o modelo da *Reader's Digest* tivesse antecedentes (como a *Tit-Bits* e a *Answers* britânicas do final do século

XIX), sendo baseado nas condensações de livros e outras publicações intercaladas com conteúdos de entretenimento e desafios ao leitor, essa revista logrou cair no gosto de milhões de pessoas, talvez devido ao seu estilo leve, superficial e claro.

Embora, de certa forma, se possam considerar as revistas ilustradas do século XIX como antepassadas das revistas (ou magazines) de notícias (*newsmagazines*), a primeira revista a surgir que genuinamente se pode considerar como uma *newsmagazine* foi a *Time*, lançada a 3 de Março de 1923, por Henry Luce e Briton Hadden. A sua fórmula ainda hoje é seguida:

- a) Formato manejável;
- b) Capa apelativa e cuidada (a cor foi introduzida em 1927);
- c) Paginação a três (ou quatro) colunas; notícias variadas mas seleccionadas, o que evita a profusão de itens dos jornais;
- d) Atenção centrada na política, na economia e na sociedade;
- e) Recurso à análise explicativa nos textos noticiosos – as *newsmagazines* promovem o *jornalismo explicativo, analítico*, a meio caminho entre o estritamente noticioso (“informativo”) e o opinativo;
- f) Periodicidade semanal, o que permite a selecção, o recuo, a correlação de temas, a investigação, a ordenação e a condensação panorâmica dos assuntos;
- g) Grafismo cuidado, com recurso comedido às ilustrações e fotografias (as *newsmagazines* não são revistas ilustradas);
- h) Textos sem intercalações, ao contrário do que acontecia nos jornais, em que muitas vezes um texto saltitava de página em página, com abundantes intercalações de outros textos pelo meio.

A partir de 1928, no primeiro número de cada ano, a *Time* passou a editar a secção “Personalidade do Ano”, distinguindo a personalidade que na opinião colectiva da revista mais se tivesse destacado no ano anterior. Essa secção ainda hoje perdura como uma “imagem de marca” da revista. Uma outra novidade introduzida pela *Time* resultou, precisamente, da evolução da ideia da existência de uma secção que reflectisse o tema da primeira página, tal e qual como acontecia quando se publicava o texto relativo à “Personalidade do Ano”. Surgiu, assim, a ideia da *cover-story* (ou *destaque*), repetida quer por revistas quer por jornais nos nossos dias.

A *Newsweek*, segunda grande *newsmagazine* a surgir, foi fundada em 1933, seguindo, genericamente, o modelo da *Time*, mas dando mais espaço às fotografias e ilustrações. Para competir, a *Time* também passou a dar mais espaço à informação visual. As duas revistas fixaram, assim, o modelo em que se baseariam todas as restantes *newsmagazines*, como a americana *U.S News & World Report*, a alemã *Der Spiegel*, as francesas *Le Point* e *L’Express*, as portuguesas *Visão*, *Sábado* e *Focus*, as brasileiras *Veja*, *Isto É* e *Época*, etc. Contudo, é de realçar que o século XX assistiu, também, à introdução de outras novidades nas *newsmagazines*, como a inserção de índices e sumários, a aplicação da ideia de um “cone de entrada” de notícias ligeiras e de um “cone de saída”, também, frequentemente, com notícias ligeiras e textos leves (por exemplo, crónicas), a criação de secções fixas de entrevistas, etc. Acompanhando tendências gerais do

jornalismo, as revistas noticiosas também passaram a dar mais atenção a conteúdos “de serviços” e a temas que apenas surgiam noutros tipos de imprensa (a educação das crianças, a melhor forma de conseguir crédito, o que se deve saber antes de se comprar uma casa, como negociar um aumento de salário, cuidados a ter com a saúde, etc.). Ainda a destacar, como indício do prestígio e importância do jornalismo no início do século XX, a institucionalização definitiva do ensino universitário do jornalismo. A criação da Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, por sugestão e financiamento de Pulitzer, em 1912, viria a gerar a primeira formação pós-graduada em jornalismo (mestrado). Em 1916, foi criada a primeira cátedra europeia em Jornalismo, pela Universidade de Leipzig. Em 1927, a Universidade de Wisconsin, que desde 1904 tinha inserido o jornalismo no espaço das ciências sociais e humanas, criou o primeiro doutoramento em jornalismo. Traquina (2002: 68) diz que por causa dessa decisão de afastar o jornalismo das humanidades e inseri-lo no campo das ciências sociais emergentes “começou a ser dada ênfase às formas de observar o mundo, e de registar e analisar sistematicamente tais observações. Foi posta em maior evidência a generalização a partir de observações específicas, especialmente no jornalismo e na pesquisa de comunicação de massas”. Em conclusão, pode dizer-se que a dignidade universitária do jornalismo foi plenamente alcançada no início do século XX, apesar de em países retrógrados, pobres e atrasados, como Portugal (onde a Universidade, de cariz napoleónico, era e é intensa, mas ignorantemente, elitista), essa dignidade só ter sido reconhecida no final desse século (em Portugal, apesar das tentativas anteriores, o primeiro curso superior de Comunicação – e não de jornalismo – surgiu somente em 1978/1979, na Universidade Nova de Lisboa).

7.1 Jornalismo e propaganda na I Guerra Mundial

Quando deflagrou a I Guerra Mundial, em 1914, o peso que a imprensa tinha, devido ao elevado consumo de jornais, converteu o jornalismo num alvo central para os governos dos países beligerantes. Os conflitos do final do século XIX tinham provado, por um lado, que a falta de controlo da imprensa dificulta o controle dos custos políticos das guerras e, por outro lado, que o controlo sobre os conteúdos pode ser uma arma propagandística relevante (embora nem sempre com os melhores resultados para os seus promotores).

Assim, a primeira medida que os governos beligerantes tomaram quando a I Guerra Mundial deflagrou foi a instituição da censura sobre a imprensa. Por exemplo, o Governo britânico instaurou, logo no início do confronto, a 2 de Agosto de 1914, o princípio de que os jornais apenas poderiam receber informações da frente por intermédio de militares especificamente dedicados a essa tarefa. A partir de 1915, porém, alguns jornalistas foram admitidos na frente aliada, por pressão dos Estados Unidos, mas o seu trabalho foi repetidamente sujeito à censura. No entanto, com o passar do tempo e a queda na rotina, conta Ingrid Schulze Schneider (1999: 166-167), as relações profissionais entre jornalistas e militares transformaram-se em problemáticas relações de amizade e cumplicidade, pelo que redactores e fotógrafos começaram a fazer auto-censura mesmo sem a intervenção formal das autoridades.

Após a instituição da censura, os governos instituíram entidades dedicadas à propaganda, que foi efectuada, em grande medida, através dos cartazes e da imprensa. Assim, os jornais foram alimentados pelas máquinas propagandísticas dos beligerantes com notícias (falsas) de supostas atrocidades das tropas inimigas, amplamente documentadas com fotografias (truncadas). Os alemães, por exemplo, foram alvo de notícias na imprensa aliada que os davam como violadores de freiras e meninas indefesas, canibais, estripadores de crianças, destruidores de catedrais, incendiários, etc. Em 1917, foi, inclusivamente, posta a circular pelo *Times* uma notícia falsa segundo a qual os alemães usavam os cadáveres dos soldados para, numa fábrica especial, fabricarem glicerina para as munições. Esta notícia propagou-se por todo o mundo, mesmo entre os próprios soldados alemães, que nela acreditaram (Knightley, 1975: 105). Uma outra

táctica propagandística foi a utilização de cartoons e caricaturas, dispositivos discursivos que vinham adquirindo, desde o século XIX, um lugar na imprensa, tal como ainda hoje sucede. Ao ridicularizar e menorizar o inimigo, expondo cruelmente os seus defeitos, os cartoons terão contribuído para dar ânimo às populações e aos soldados.

Na Alemanha, cuja fragmentada imprensa (mais de 4200 jornais) estava sujeita ao culto da autoridade, o controle sobre os jornalistas foi, inicialmente, exercido sem grandes fricções. Porém, quando a situação se tornou difícil e a Alemanha se começou a encaminhar para a derrota, sobretudo a partir de 1917, ano em que os Estados Unidos intervêm no conflito contra a Alemanha, a propaganda alemã não hesitou em difundir notícias falsas e, em alguns casos, ridículas e pouco criativas, que desacreditaram os jornais alemães perante o seu próprio público. Contam Schottenloher e Binkowski (1985: 98-100), por exemplo, que os jornais alemães apresentaram o desembarque das primeiras forças norte-americanas na Europa como se fosse unicamente o desembarque de soldados que vinham assistir às celebrações do 14 de Julho, dia oficial de França. Assim, a cega confiança das autoridades alemãs sobre o patriotismo nacionalista do seu próprio povo, que as levou a não recorrerem tão ostensivamente como os aliados às técnicas de propaganda, virou-se contra elas, pois os jornais alemães, particularmente os sociais-democratas, foram, subtilmente, reorientando a sua linha editorial, iniciando uma política de oposição à guerra. Do mesmo modo, as autoridades alemãs tiveram de contar com a imprensa comunista clandestina, que também se opunha à guerra e se sentia fortalecida pelo sucesso da Revolução Russa. A imprensa ajudou, assim, a consolidar entre os cidadãos alemães uma forte corrente de opinião anti-guerra e um certo sentimento derrotista. Os nazis, alguns anos mais tarde, aprenderiam a lição, fazendo da propaganda contínua um elemento central da sua actividade.

7.2 Jornalismo e propaganda na Guerra Civil de Espanha

Como acontece na generalidade das guerras civis, as diferentes forças em presença têm partidários e adversários em todo o território nacional. Por isso, quando, a 18 de Julho de 1936, se iniciou a sublevação franquista, o Governo espanhol, composto pelas diferentes facções esquerdistas que tinham ganho as eleições de Fevereiro de 1936, integradas na Frente Popular, autorizou a tomada dos órgãos jornalísticos conservadores pelos seus correligionários. Porém, o Governo nunca conseguiu, até ao final da guerra e à sua derrota, ter uma acção propagandística unificada, tal a diversidade de correntes e projectos políticos que se digladiavam no campo republicano. Do mesmo modo, os franquistas silenciaram ou reorientaram editorialmente os jornais republicanos nos territórios que controlavam, mas beneficiaram da sua unidade ideológica, que o campo republicano não tinha, para propagandear a sua causa. De qualquer maneira, pode dizer-se que os meios jornalísticos espanhóis durante o conflito serviram, antes de mais, para doutrinação ideológica e para a veiculação de notícias e explicações ideologicamente enquadradas da situação, sendo abertamente combativos e parciais (e censurados). Com o triunfo franquista, o jornalismo espanhol ficou mesmo sujeito a uma lei, promulgada em 1938, que instituiu a censura, proibindo a circulação de informações contrárias ao regime e à sua ideologia católico-nacionalista.

De realçar, ainda, que ambos os beligerantes instituíram organizações propagandísticas, que muitas vezes actuavam em conjunto com as dos respectivos aliados. Os italianos, por exemplo, criaram uma agência de notícias e propaganda junto da sua missão militar nacionalista, mas essa agência dedicava-se mais a enviar notícias sobre os êxitos nacionalistas para Itália, para propaganda do regime fascista, do que em fazer propaganda no território espanhol. Porém, essas notícias punham em tanto destaque as alegadas façanhas dos italianos, desvalorizando os combatentes espanhóis, que provocaram o protesto das próprias autoridades franquistas (Pizarroso Quintero, 1990: 372-374).

Para a história do jornalismo, o factor mais interessante da utilização propagandística dos meios de comunicação durante a Guerra Civil de Espanha talvez tenha sido o forte recurso à rádio por ambos os beligerantes, inclusivamente porque muitos dos apoiantes de cada um dos lados em confronto viviam no território controlado pelo antagonista. O líder dos sublevados, o generalíssimo Franco, que veio a tornar-se caudilho de Espanha, interveio na rádio logo no primeiro dia da revolta, através de uma emissora da Guarda Civil, em Tetuán. Outro general sublevado, Queipo de Llano, também usou dramaticamente a rádio para incutir ânimo nos apoiantes e denegrir as autoridades republicanas. Mas os republicanos não ficaram atrás na utilização da rádio, apesar da divisão do campo republicano em várias tendências ter afectado a eficácia da propaganda travestida de jornalismo. Por exemplo, um programa propagandístico era emitido todas as noites através da União Rádio Madrid. Na frente de batalha, camiões equipados com altifalantes levavam esse programa aos soldados, quer aos correligionários, quer aos adversários.

A 14 de Janeiro de 1937, Franco inaugurou a Rádio Nacional de Espanha, em Salamanca, tendo, para o efeito, contado com o apoio de italianos e alemães. Os nacionalistas ficaram, assim, na fase final do conflito, na posse de um dos emissores mais potentes de Espanha.

Um outro traço interessante do jornalismo durante a Guerra Civil de Espanha decorreu da internacionalização do conflito. Alemães e italianos, pelo lado dos nacionalistas; russos e brigadas internacionais, pelo lado dos republicanos, geraram uma grande diversidade de jornais em língua estrangeira, que circularam, simultaneamente, em território espanhol, no espaço republicano.

A guerra também serviu de pretexto aos beligerantes de ambos os lados e seus aliados para denunciarem, com fins propagandísticos, as atrocidades cometidas pelos “outros” (e esquecendo, convenientemente, as atrocidades do seu próprio campo), tal e qual tinha acontecido durante a I Guerra Mundial, mas com a diferença de alguns dos relatos serem verdadeiros, ao contrário da propaganda da I Guerra Mundial, significativamente mais ficcional. Um exemplo pode ser dado com a publicação, pelos alemães, em 1937, de um livro que relatava as atrocidades “dos vermelhos” em Espanha, no qual também se advogava a integração de Espanha no pacto germano-italiano (mais tarde alargado ao Japão).

Um outro aspecto interessante da utilização da propaganda travestida de jornalismo na Guerra Civil de Espanha foi o recurso ao cinejornalismo. Os documentários cinematográficos e as actualidades cinematográficas, projectados para os soldados na frente de batalha e exibidos um pouco por toda a Espanha, prenunciaram a era do jornalismo audiovisual. Finalmente, há que realçar a laboriosa actividade dos correspondentes estrangeiros em Espanha, que levaram ao conhecimento do mundo o conflito fratricida. Porém, como assinalam testemunhos recolhidos por Sahagún (1986: 200), era comum a tomada de partido pelo lado que os jornalistas correspondentes cobriam.

7.3 Jornalismo e propaganda na II Guerra Mundial

Avaliando o que sucedeu na Guerra Civil de Espanha, pode dizer-se que a cobertura jornalístico-propagandística desse conflito foi um ensaio para a propaganda total desenvolvida pelos beligerantes durante a II Guerra Mundial, alimentada pelo radiojornalismo, pelo cinejornalismo e pela imprensa. Todos os beligerantes instituíram organismos vocacionados para a propaganda, mas a Alemanha nazi foi mais longe, afectando-lhe um ministério, liderado por um dos mais brilhantes génios da propaganda de que há memória: Joseph Goebbels.

Além de instituírem a censura, os nazis, a partir do momento em que alcançaram o poder, em 1933, nacionalizaram a agência Wolff e fundiram-na com outra agência noticiosa para criar a agência DNB. Além disso, colocaram sob a tutela do Ministério da Propaganda todas as actividades comunicacionais, como a imprensa, a rádio, o cinema e mesmo o teatro e as artes. A isto acresce que o Estado nazi comprou e expropriou vários meios de comunicação para seu próprio

benefício. Durante a guerra, o Ministério da Propaganda formou, ainda, várias companhias de soldados jornalistas-propagandistas, as Propaganda Kompanien, que se encarregaram da produção de documentários, notícias (incluindo reportagens audiovisuais), fotografias, etc. A difusão de mensagens sobre o regime, o país, o mundo e a guerra foi, assim, não apenas constrangida, mas também ideologicamente orientada.

Os nazis foram também pioneiros no recurso a estudos sobre opinião pública para melhor formatarem as mensagens às expectativas e motivações dos públicos-alvo.

A rádio foi, provavelmente, o mais importante meio usado pela propaganda nazi, até porque as autoridades ordenaram o fabrico de um receptor barato, o Volksempfänger, que permitiu a entrada da rádio na maioria dos lares alemães. Quando Hitler discursava na rádio, a Alemanha era obrigada a parar para o ouvir.

Graças à credibilidade das imagens, o cinejornalismo foi também habilmente usado com fins propagandísticos. Os alemães foram os primeiros a ter um noticiário audiovisual (cinematográfico) semanal de doze minutos, cujas cópias eram exibidas um pouco por toda a Alemanha e nos territórios ocupados, bem como junto das forças armadas. Mas os aliados, em particular os norte-americanos, também recorreram ao cinejornalismo como veículo de informação e de propaganda.

Os aliados, em particular britânicos e norte-americanos, tiveram uma estratégia propagandística diferente da dos nazis. Fugindo da doutrinação ideológica, criaram departamentos de propaganda que procuraram, antes de mais, fornecer à imprensa informações objectivas sobre a evolução do conflito, embora visadas pela censura. A credibilidade da informação aliada, difundida por toda a Europa e pelo mundo através da rádio, levava, inclusivamente, muitos alemães e outros europeus (incluindo muitos portugueses) a sintonizarem a BBC. A propaganda “branca” aliada ganhou, assim, a confiança da população e promoveu o seu apoio às autoridades aliadas. Porém, na fase final da guerra, face à necessidade de terminar rapidamente com o conflito, os aliados difundiram na Alemanha programas radiofónicos que misturavam notícias verdadeiras com notícias falsas, beneficiando da credibilidade que tinham construído durante os primeiros anos de guerra. Com essa ofensiva propagandística “negra”, lograram semear alguma dúvida e derrotismo entre os alemães, mas Goebbels reagiu com uma última campanha propagandística que advertia os alemães para o perigo de aniquilamento da Alemanha e de morte de toda a população caso ocorresse uma rendição incondicional aos aliados. Esta campanha terá contribuído para os alemães terem, genericamente, permanecido ao lado das autoridades até ao final, apesar de assistirem aos estertores do regime nazi (Schneider, 1999: 184).

7.4 Jornalismo dos “anos frios” ao presente: modelos diversificados

Nos decénios posteriores a 1945, o mundo dividiu-se, principalmente, em dois grandes blocos: o democrático-capitalista, liderado pelos Estados Unidos e com um segundo foco de poder na Europa Ocidental; e o socialista-ditatorial, liderado pela União Soviética e tendo como segundo grande foco de poder a China (que em vários casos se opôs ao poder soviético, tendo mesmo ocorrido confrontos militares na fronteira entre as duas potências). Essa divisão impôs também dois **modelos de jornalismo**. Um **ocidental**, de matriz democrático-liberal e capitalista, que subsiste na generalidade dos estados democráticos de direito⁵⁴; e outro **socialista**, que subsiste nos países socialistas e que moldou quer o jornalismo soviético desde os tempos da Revolução Russa (até 1989) quer o jornalismo dos países satélites da URSS no Leste europeu. No entanto, o colapso da URSS levou à adopção de um modelo de jornalismo ocidental na

⁵⁴ E que provém do modelo britânico de jornalismo do final do século XVII, época em que se institui a ideia da liberdade formal de imprensa.

generalidade dos países de Leste, apesar dos tiques de autoritarismo que ainda constroem o jornalismo em alguns países da antiga União Soviética, incluindo a Rússia.

É de realçar ainda, no que respeita à evolução do jornalismo após a II Guerra Mundial, que um **modelo autoritário de jornalismo**⁵⁵ subsistiu nas ditaduras (incluindo em Portugal até 1974) e nos estados teocráticos, nomeadamente em vários países islâmicos. Em alguns países em desenvolvimento, a partir dos anos sessenta do século XX tentou encontrar-se uma terceira via, a de um **modelo desenvolvimentista de jornalismo**, que mistura características dos modelos ocidental, socialista e autoritário.

O jornalismo teve vários momentos de “glória” após a II Guerra Mundial, principalmente a partir dos anos sessenta:

- a) O debate televisivo entre Nixon e Kennedy (1960) representou o prenúncio da exacerbada mediatização electrónica da política do final do século;
- b) A cobertura “comprometida” da Guerra do Vietname (tal como aconteceu com a cobertura “comprometida” do Maio de 68), ajudou a colocar em causa muitos dos pressupostos em que assentava o mundo do pós-guerra, reforçando a ideia de que o telejornalismo tem grande força e poder. Segundo Hallin (1989), no período inicial (1965-1967), o conflito do Vietname foi apresentado como “justo” e as acções militares foram mostradas como sendo “o trabalho dos rapazes”. Os norte-americanos, de regresso ao lar após um dia de trabalho, eram confrontados com reportagens televisivas relativamente “limpas” em que viam os soldados regressar às suas bases também após “um dia de trabalho”. Porém, acompanhando o crescente mal-estar da sociedade norte-americana face ao envolvimento dos EUA no longínquo conflito e às mortes e feridos que provocava, o sentido da cobertura começou a mudar após 1967, evidenciando o sofrimento e a morte, lembrando os protestos dos manifestantes anti-guerra dentro dos EUA, etc.
- c) O caso Watergate, entre 1972 e 1974, funcionou como paradigma do jornalismo de investigação, evidenciou a força dos meios noticiosos e exemplificou como o jornalismo pode contribuir para o controlo do poder.

Entre a II Guerra Mundial e o presente o jornalismo também teve momentos menos felizes, tais como:

- a) A divulgação, pela revista *Stern*, em 1983, dos “diários secretos de Hitler”, que se verificou, mais tarde, serem falsos, o que evidencia a facilidade com que os meios jornalísticos podem ser enganados. Aliás, o mesmo se passou em 2004, quando as televisões difundiram as imagens de um alegado refém norte-americano ameaçado de morte por fundamentalistas islâmicos no Iraque, quando na realidade isso não passou de uma encenação de jovens que queriam mostrar como os *media* podiam ser facilmente enganados;

⁵⁵ O modelo autoritário de jornalismo foi, em traços gerais, o modelo em que nasceu o jornalismo europeu nos séculos XVI e XVII, em que as publicações e os “jornalistas” estavam sujeitas à censura e às licenças prévias e muitas vezes sofriam actos repressivos. Porém, como se disse, no final do século XVII emergiu no Reino Unido um modelo de jornalismo que instituiu a liberdade formal de imprensa, que serviu de base ao modelo ocidental de jornalismo vigente nos estados democráticos de direito.

b) A morte da Princesa Diana, em 1997, num acidente de automóvel ocorrido quando a princesa procurava fugir aos fotógrafos, deu má fama aos fotojornalistas *paparazzi*, que movem uma autêntica perseguição a certas figuras públicas;

c) A Guerra do Golfo Pérsico, em 1991, representou o triunfo da censura militar e política e das relações públicas sobre o jornalismo e os jornalistas. A televisão apregoava a “guerra em directo” mas as pessoas não eram informadas do que acontecia no terreno, antes eram “bombardeadas” até à exaustão com imagens da retaguarda, do equipamento militar, das manobras, dos aviões a partir para as suas missões e a regressar, das conferências de imprensa de militares e políticos, etc. (ainda hoje não se sabe quantas pessoas morreram no Golfo...). Os jornalistas, devido à acção das relações públicas militares, fizeram chegar à tranquilidade dos lares ocidentais a ideia de uma guerra asséptica e limpa, em parte devido ao modelo CNN (única emissora ocidental autorizada a estar em Bagdad no início da guerra, e que anunciou ao mundo os primeiros bombardeamentos sobre Bagdad), marcado pela informação multilocalizada e “instantânea” em directo, em que o jornalista pouco mais é do que um “pé de microfone” e um “tripé de câmara” e em que, inclusivamente, se aproveitaram telejornalisticamente, até à exaustão, imagens do armamento inteligente cedidas pelas relações públicas das forças norte-americanas. Aliás, não foi apenas a televisão a enviar a cobertura do conflito. A imprensa, por exemplo, também ajudou a catalogar o imenso arsenal americano, mercê das fotografias distribuídas pelas relações públicas militares (houve até fotografias militares distribuídas pelas agências noticiosas como se fossem fotografias jornalísticas). Em países como os Estados Unidos, o sentimento patriótico foi potenciado com imagens capazes de dar “o sentido da vitória”, repetindo-se até à exaustão o motivo dos soldados e da bandeira, tal como fez Rosenthal na célebre fotografia encenada dos *marines* norte-americanos içando a bandeira em Iwo Jima, em 1945...

Em 2003, quando a coligação anglo-americana invadiu o Iraque, os jornalistas foram muito mais cuidadosos, mas mesmo assim isso não evitou que a integração de alguns deles nas unidades de combate (conforme tinha sido experimentado pelos britânicos na guerra das Falkland), brilhantemente planeada pelas relações públicas das forças armadas da Coligação, os levasse a abandonar uma postura de neutralidade discursiva, tendo sido comum a identificação plena dos jornalistas com a unidade de combate que acompanhavam, o que transparecia no discurso (“*atingimos* um tanque inimigo”...). Noutros casos, os exageros, por vezes de cariz crítico, ocultavam a informação (“Bagdad está em chamas” – mas o que estaria de facto a arder?). Mais uma vez, quem perdeu foi o cidadão consumidor de informação.

Os anos sessenta do século XX foram marcados por uma renovação estilística e funcional do jornalismo. Algumas correntes, assentes nas ideias construtivistas da sociologia e da linguística, colocaram em causa a objectividade jornalística, até então dogma primeiro do jornalismo ocidental. Para esses movimentos jornalísticos, a objectividade passou a ser vista como uma falácia ou um mero ritual estratégico (Tuchman, 1978). Assumiram, assim, a bandeira da **subjectividade**, originando o movimento conhecido por (**segundo**) **Novo Jornalismo**. Este novo Novo Jornalismo, desenvolvido a partir dos Estados Unidos, abria espaço ao **jornalismo literário** (culto da forma: a realidade serve de inspiração para a criatividade expressiva jornalística) e a **publicações contraculturais** anti-sistema (*The East Village Other*, *Berkeley Barb*, *Rolling Stone*, *The Realist*, etc.), que militavam e militam por causas como ideologias minoritárias, minorias, uma educação alternativa e anti-individualista, a liberdade sexual, a arte pela arte, etc. Outras correntes jornalísticas mantiveram, contudo, a ambição de objectividade, compreendendo, no entanto, que esta não passaria de uma meta, ou, eventualmente, de um método, mas de um método que empresta rigor à informação e que

conduziu ao **jornalismo de precisão**, que toma emprestadas as técnicas científicas de pesquisa empírica das ciências sociais e humanas para aplicação ao jornalismo.

Os anos sessenta também foram importantes pela retoma do **jornalismo de investigação**, cuja tradição andava arredada do quotidiano das redacções americanas desde o final do século XIX e princípio do século XX. Foram vários os trabalhos de investigação de iniciativa jornalística, sobre temas relevantes, que expuseram conspirações e dados ocultos⁵⁶, sendo o mais importante o já referido caso Watergate (1972-1974), que conduziu à resignação do Presidente norte-americano Richard Nixon, em 1974. Dois jovens jornalistas do *Washington Post*, Carl Bernstein e Bob Woodward, investigaram aquilo que parecia um banal assalto à sede do Partido Democrático, no edifício Watergate, em Washington, tendo, em dois anos de investigação, conseguido descobrir que, afinal, o “assalto” se tratava de uma missão de “espionagem” dos Republicanos, provavelmente conhecida ou mesmo ordenada pelo próprio Presidente Nixon.

O final do século XX e princípios do XXI foi e está a ser marcado por uma certa retoma do espírito do jornalismo sensacionalista “amarelo” do final do século XIX, que contagia toda a imprensa. A procura “no lixo” deu lugar à procura “do lixo” e, principalmente, do “lixo privado”, como aconteceu com a ampla cobertura que mereceu o caso Clinton-Lewinski, entre 1997 e 1998, mesmo na imprensa “séria” e “de qualidade”.

Os anos noventa do século XX viram emergir no Ocidente uma nova corrente jornalística, que ficou conhecida por **jornalismo cívico** ou **jornalismo público**, uma corrente que preconiza um maior envolvimento dos jornalistas nas suas comunidades e com o público dessas comunidades, como veremos.

Outras transformações que ocorreram na esfera jornalística a partir do final da II Guerra Mundial foram as seguintes:

a) A **imprensa generalista diária** foi, **gradualmente, perdendo leitores**, por causa da **expansão da rádio e da televisão** e, mais recentemente, **da Internet**. A **televisão**, auxiliada pelo **cabo**, pelas **telecomunicações** pelos **satélites**, tornou-se o **mais poderoso dos meios** e está a globalizar-se e segmentar-se, dando maiores possibilidades de escolha aos telespectadores.

A concorrência obrigou algumas empresas de imprensa a **venderem vários produtos, culturais** (dicionários, livros de história, colecionáveis, CD's, DVD's...) e **não culturais** (copos, faqueiros, colares...) **juntamente com os jornais e revistas**, de maneira a aumentar as tiragens e as vendas. Os meios jornalísticos impressos generalistas também tiveram de repensar nos seus conteúdos. Alguns fazem vários **suplementos segmentados** (para a juventude, para a mulher, dedicados à economia, ao desporto, à cultura, satíricos, etc.), vendidos com a edição corrente ou à parte. Outros aprimoraram o seu **tabloidismo**, enquanto os diários “de qualidade” assumiram uma orientação mais **interpretativa**, cedendo, por exemplo, abundante espaço editorial a columnistas regulares (como acontece, em Portugal, com Pacheco Pereira, António Barreto, Miguel Sousa Tavares, etc.). Outros jornais desenvolveram um modelo informativo híbrido, como o português *Jornal de Notícias*. Apareceram, também, novas publicações de referência, quer pelo jornalismo em profundidade que praticam, quer pelo seu carácter interpretativo, que configura a “grande imprensa”, quer pelo impulso à investigação de iniciativa jornalística, quer mesmo, em alguns casos, pelo seu assumido alinhamento ideológico, como *Le Monde* (jornal, França, 1944), *Le Nouvel Observateur* (newsmagazine, França, 1964), *Libération* (jornal, França, 1973), *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (Alemanha, 1946), *Die Zeit* (Alemanha,

⁵⁶ *Ramparts* descobre que a CIA se tinha infiltrado na Associação Nacional de Estudantes dos Estados Unidos, em 1967. Seymour M. Hersch descobre, em 1969, que no ano anterior uma companhia de infantaria norte-americana, comandada por William Calley, tinha assassinado centenas de mulheres e crianças no Vietname, na aldeia de My Lai. Em 1972, o *New York Times* denunciou corrupção e irregularidades na polícia nova-iorquina e, em 1974, o mesmo jornal, pela pena de Seymour M. Hearch, denunciou, igualmente, a espionagem ilegal da CIA a dez mil americanos.

1946), *Der Spiegel* (newsmagazine, Alemanha, 1947), *Stern* (newsmagazine gráfica, Alemanha, 1948), *Il Manifesto* (jornal, Itália, 1971), *La Repubblica* (jornal, Itália, 1976), *The Independent* (jornal, Reino Unido, 1986), *El Pais* (jornal, Espanha, 1976), *El Mundo* (jornal, Espanha, 1989), *Expresso* (jornal semanário, Portugal, 1973), *Público* (jornal, Portugal, 1990), etc.

Destaque ainda para o aparecimento dos “**jornais pós-televisivos**”, no sentido que lhe é dado por Margarita Ledo Andión (1993), jornais que simulam várias das características do telejornalismo, cujo primeiro e principal expoente é o diário *USA Today*, surgido a 15 de Setembro de 1982. Os jornais “pós-televisivos” influenciaram os restantes, pois privilegiam o design e a cor, dando a cada página quase o aspecto de um website “limpo”; cultivam a clareza, a ordem, a hierarquia, o concreto e a síntese; dão abundante informação de serviços e complementar (agenda, meteorologia, etc.) e algum entretenimento; e recorrem amiúde à infografia.

Por seu turno, a **imprensa especializada conquistou leitores**, especialmente no mundo das revistas, surgindo, diariamente, novos títulos nas bancas.

Há que dizer, ainda, que a **migração para a Internet**, com conteúdos de acesso livre ou de acesso pago ou condicionado, foi empreendida pelos vários órgãos jornalísticos, impressos, televisivos e radiofónicos, que com isso esperam aumentar o interesse pelos conteúdos veiculados no meio original (rádio, imprensa ou televisão) e promover a interactividade e o envolvimento do consumidor. Surgiram também vários órgãos de comunicação exclusivamente on-line. A rádio e televisão estão, aliás, a convergir gradualmente para a Internet e a reinventarem-se nela (propiciando, por exemplo, maior interactividade com os receptores). A Internet proporcionou, ainda, o aparecimento de sistemas de autoria colectiva de meios jornalísticos (como o *Oh my News* e o *Wikinews*), bem como o fenómeno dos **weblogs**. Alguns destes situam-se a meio caminho entre o jornalismo (entendido como actividade profissional que visa prover a sociedade de informação) e uma espécie de diário pessoal e espaço de livre expressão.

b) A profissão de jornalista **vulgarizou-se e rejuvenesceu-se**, tantos foram os novos profissionais de **diferentes origens sociais** que ingressaram no sector jornalístico, um sector em crescente expansão e atraente, quer pela aura romântica da profissão, quer por causa do vedetismo televisivo, quer ainda por causa dos salários principescos auferidos por alguns jornalistas. O **nível de formação dos jornalistas** aumentou, devido à criação de cursos superiores destinados a formar jornalistas e comunicólogos, mais atraentes do que os cursos de Letras, Ciências Sociais e Humanidades. Outro fenómeno relevante foi a **feminização** da profissão. O jornalismo é cada vez mais procurado pelas mulheres, o que também originou repercussões ao nível da procura feminina pelos cursos superiores na área da comunicação. Por outro lado, a concentração multimediática da propriedade dos meios (que se reflecte, por exemplo, na fusão das redacções de meios televisivos, radiofónicos, impressos e ciberespaciais pertencentes ao mesmo grupo), as possibilidades oferecidas pelo jornalismo assistido por computador e a aparição do ciberjornalismo obrigam o jornalista a ter **competências multimediáticas** (cada jornalista tem de saber escrever, fotografar, filmar, captar som, elaborar infográficos, diagramar e paginar e usar software para fazer tudo isso). As **rotinas produtivas** alteraram-se.

c) Após uma fase em que entender o **jornalismo como negócio** e a **notícia como mercadoria** era quase visto como um “crime” por uma certa intelectualidade crítica, a partir dos anos oitenta, graças às políticas neo-liberais, recuperou-se e relegitimou-se esse conceito, que esteve na génese do jornalismo moderno e

contemporâneo. O negócio jornalístico está, inclusivamente, a **concentrar-se** e a **globalizar-se**, tendo-se formado fortes grupos mediáticos internacionais e nacionais. A concentração pode ameaçar a livre concorrência e, conseqüentemente, a liberdade jornalística, daí a importância da **legislação anti-monopolista** para o sector da comunicação social, que todos os estados de direito democráticos possuem em maior ou menor grau. Porém, a formação de fortes grupos mediáticos pode facultar mais meios e maior protecção aos jornalistas, incentivando um jornalismo de qualidade e mesmo a investigação jornalística e uma mais activa actuação na publicitação e controlo dos actos de poder.

7.4.1 O Modelo Ocidental de Jornalismo

O **modelo ocidental de jornalismo**, cujas raízes radicam no modelo britânico de jornalismo edificado a partir do final do século XVII, alicerçado nos princípios da liberdade de expressão e de imprensa, preconiza que a imprensa deve ser independente do estado e dos poderes, tendo o direito a reportar, comentar, interpretar e criticar as actividades dos agentes de poder, inclusivamente dos agentes institucionais, sem repressão ou ameaça de repressão. Teoricamente, os jornalistas são apenas limitados pela lei (tida por justa), pela ética e pela deontologia. O campo jornalístico configura-se, assim, como uma espécie de **espaço público**, um mercado livre de ideias, onde se ouvem e, por vezes, se digladiam as diferentes correntes de opinião. Nestas últimas ocasiões, o jornalismo funciona mais como uma **arena pública**. No entanto, o fácil acesso dos grupos e agentes de pressão mais poderosos ao campo jornalístico e o difícil acesso da generalidade da população aos mesmos torna desequilibrada a luta simbólica pelas ideias e enquadramentos⁵⁷ dominantes na arena pública. Por outro lado, embora a propriedade dos meios de comunicação possa ser privada, o que facilitaria, teoricamente, a disseminação dessa propriedade, assistiu-se à formação de **grandes oligopólios mediáticos**, gigantescos grupos empresariais, por vezes multinacionais, o que dificulta a intervenção dos estados. No entanto, em vários países, nomeadamente na Europa, os estados mantiveram pelo menos um canal de rádio e outro de televisão na esfera pública, como acontece em Portugal, onde existe a Rádio e Televisão de Portugal (controlando dois canais de TV abertos, quatro canais de TV por cabo, sendo dois destes também emitidos por satélite, e três canais de rádio abertos). Uma outra crítica que tem sido feita ao campo jornalístico ocidental consiste no exacerbamento da luta pelas audiências, que promove fenómenos de **espectacularização** e **sensacionalismo** na informação. No entanto, será de bom-tom reconhecer que **um comedido sensacionalismo também pode prestar bons serviços ao jornalismo**, incitando as pessoas a consumir informação que às vezes é útil e relevante que elas conheçam. Aliás, até certo ponto pode dizer-se que todo o jornalismo é “sensacionalista”, pois, com maior ou menor sisudez, os meios jornalísticos visam despertar nos receptores o desejo pelo consumo da informação.

As ideias de uma imprensa livre e do livre acesso à imprensa foram exportadas para todo o planeta a partir do Ocidente. Porém, o fluxo livre de informação teve (e tem) problemas, já que se fazia (e faz), predominantemente, dos países ricos (geralmente situados no hemisfério Norte) para os países pobres (geralmente situados no hemisfério Sul), embora muitos países do Sul tenham visto crescer a sua importância enquanto produtores de conteúdos, como aconteceu com o Brasil. Para os críticos do **fluxo livre da informação**, segundo Hachten (1996), esta doutrina traduz-se numa ingerência

⁵⁷ Referimo-nos, aqui, aos enquadramentos dos acontecimentos, ou seja, aos sentidos que são construídos para cada acontecimento. Por exemplo, numa campanha eleitoral em Portugal, foi anunciado por um organismo credível que a taxa de desemprego nunca tinha estado tão alta. A oposição atribuiu imediatamente as culpas ao Governo; mas o Governo atribuiu as culpas ao Presidente da República, que tinha dissolvido o Parlamento e convocado eleições, o que provocava instabilidade e desincentivava o investimento. Esse é um exemplo típico da luta e negociação que os protagonistas travam para promover determinados enquadramentos.

constante nos assuntos internos dos países em desenvolvimento e na imposição de valores ocidentais a todo o mundo, mina os esforços de desenvolvimento e promove um alegado “**imperialismo cultural**”. Além disso, para esses críticos o *free-flow* inscreve-se numa lógica de dominação dos mercados por parte dos grandes oligopólios ocidentais da comunicação.

Quem advoga a filosofia do *free-flow* da informação afirma, pelo contrário, que o acesso aos *media* ocidentais fornece visões alternativas às pessoas que vivem sob regimes autoritários, frequentemente totalitários. Além disso, consideram que o *free-flow* da informação promove os direitos humanos, publicita os abusos a esses mesmos direitos e fornece informação que pode ser usada para as pessoas de diferentes países tomarem melhores decisões.

7.4.1.1 O jornalismo ocidental como modelo de propaganda

Existem outros tipos de críticas que têm sido feitas ao Modelo Ocidental de Jornalismo, contrapondo as práticas jornalísticas reais à forma como esse modelo é teorizado e à expressão dessa teorização na Lei. Uma das críticas mais pertinentes e consistentes foi feita por Chomsky e Herman (1988) ao jornalismo norte-americano. Para os autores, quando se reúnem um certo número de circunstâncias, o Modelo Ocidental de Jornalismo funciona, pontualmente, como um **modelo de propaganda**, que beneficia os interesses governamentais e os grandes poderes económicos. Esse sistema de propaganda é de difícil detecção, pois os órgãos jornalísticos ocidentais geralmente são privados e a censura formal está ausente.

Entre os factores que levam o jornalismo a funcionar pontualmente como um sistema propagandístico estão a **concentração oligopólica da propriedade dos media** (que pode condicionar o pluralismo e afecta as alternativas de emprego dos jornalistas descontentes), a **dependência da publicidade** (que leva as empresas jornalísticas a evitar publicar informações lesivas para os clientes publicitários, incluindo as entidades governamentais), a **confiança nas informações dadas pelo governo e empresas dominantes** (que promove o recurso aos canais de rotina) e ainda os **ditames da audiência** (levando, por exemplo, à publicação de matérias contra os adversários e inimigos dos Estados Unidos e das ideologias americanas dominantes).

7.4.1.2 O jornalismo de precisão

Alguns autores, além de criticarem a rotinização e burocratização do jornalismo ocidental, têm proposto alternativas, o que ajudou a consolidar vários **movimentos e tendências de renovação estilística e funcional do jornalismo** após a II Guerra Mundial.

Assim, a partir dos anos cinquenta do século XX desenvolveu-se uma tendência funcional do jornalismo que preconiza a aplicação de técnicas empíricas de investigação científica sobre a sociedade, nomeadamente da estatística e da pesquisa em bases de dados, à investigação jornalística: o **jornalismo de precisão**. Em suma, essa tendência funcional do jornalismo visa emprestar à investigação de iniciativa jornalística o rigor da investigação científica, “superando o estereótipo de que a indagação jornalística é uma questão de particular intuição, golpe de sorte (...) ou faro jornalístico” (Galindo Arranz, 2004: 99).

Um dos exemplos mais antigos de uma reportagem de investigação que se pode situar dentro do conceito do jornalismo de precisão é da autoria de um dos arautos dessa nova forma de jornalismo, Philip Meyer. Em 1959, esse jornalista, ao investigar, para o *Miami Herald*, por que razão os seguros escolares contra incêndios e furacões eram tão caros, usou

técnicas estatísticas e pesquisa documental para provar que 65% das contribuições para as campanhas eleitorais dos membros de uma comissão comunitária que administrava esses mesmos seguros eram provenientes das companhias de seguros, com quem, teoricamente, essa comissão deveria ter um conflito de interesses, já que deveria pugnar por seguros mais baratos. O mesmo jornalista aplicou técnicas similares em várias outras reportagens de investigação, como um trabalho de 1967 sobre distúrbios em Detroit, publicado no *Detroit Free Press*. O *Miami Herald*, por seu turno, descobriu, efectuando uma sondagem após o assassinato de Martin Luther King, que os ideais dos negros americanos estavam mais fortes do que nunca. Em 1970, o *Washington Post* pôde noticiar, recorrendo à estatística e à pesquisa documental, que havia mais voluntários para combater na Guerra do Vietname entre os jovens dos bairros pobres do que dos bairros ricos.

A generalização dos meios informáticos e das telecomunicações, a partir dos anos oitenta, contribuiu para dar um forte impulso ao jornalismo de precisão. O cruzamento informático de bases de dados permitiu, por exemplo, que, em 1987, o jornalista Andrew Schneider, do *Pittsburg Press*, tenha descoberto que um mesmo componente das turbinas de helicópteros tinha provocado vários acidentes, que os investigadores oficiais tinham atribuído a erros de pilotagem. A generalização do recurso a sondagens pelos meios jornalísticos, com os mais diversos fins, é outro exemplo da aplicação de técnicas de investigação das ciências humanas e sociais ao jornalismo, com ganhos para a informação. De referir que dos Estados Unidos o jornalismo de precisão foi exportado para a generalidade dos países onde se possui uma concepção ocidental do jornalismo, começando pelos restantes países anglófonos.

7.4.1.3 O (novo) Novo Jornalismo

Beneficiando da conjuntura histórica, propícia à experimentação e às rupturas (movimento hippie, Maio de 68, Guerra do Vietname, movimentos alternativos, novas formas de expressão musical...), assistiu-se, nos anos sessenta, à erupção de movimentos como o do Novo Jornalismo, ou seja, do **segundo Novo Jornalismo** que nos surge na história, ou do **novo Novo Jornalismo**, também designado por **Jornalismo Pop**, por **Jornalismo Gonzo** e ainda por **Jornalismo Participado** (devido ao facto de os jornalistas imergirem no ambiente que pretendem abordar e, em alguns casos, viverem como as personagens de quem pretendem falar). Este segundo movimento de Novo Jornalismo teve duas forças motrizes principais: a assumpção da subjectividade nos relatos sobre o mundo; e a retoma do jornalismo de investigação em profundidade, que revelou ao mundo escândalos como o do Watergate.

As raízes do Novo Jornalismo encontram-se não só na literatura de viagens mas também na obra impressiva mas realista de escritores como Orwell (*Na Penúria em Paris e em Londres* é um bom exemplo). Mas é em meados da década de sessenta que essa forma de jornalismo surge como um movimento de renovação estilística, ideológica e funcional nos Estados Unidos. Tom Wolfe, o primeiro teórico do novo Novo Jornalismo, no livro *The New Journalism* (London: Picador, 1975), diz que ouviu o termo, pela primeira vez, em 1965.

O movimento do Novo Jornalismo surge como uma tentativa de retoma do jornalismo aprofundado de investigação por parte de jornalistas e escritores que desconfiavam das fontes informativas tradicionais e se sentiam descontentes com as rotinas do jornalismo, mormente com as suas limitações estilísticas e funcionais. De entre esses profissionais podem destacar-se, por exemplo, Truman Capote ou o próprio Tom Wolfe, entre outros, como Hunter S. Thompson, que ganhou fama, em 1970, com o livro *Hell's Angels*, narrativa em que mergulha no mundo desse gang de motards e quase morreu espancado por um grupo de motoqueiros.

Em 1960, George Gallup reclamava da maneira formal, rotineira e sem interesse com que os jornais apresentavam a informação. Sugeriu, assim, que a imprensa adoptasse um estilo mais sedutor e ameno. Truman Capote, em 1965,

correspondeu ao desafio. Publica *In Cold Blood*, que classificou como uma novela de não-ficção, baseada em dados reais, na qual narra o assassinato de uma família, começando no dia do crime e terminando seis anos depois, com o enforcamento dos dois homicidas. *In Cold Blood*, obra tida pelo primeiro grande exemplo de novo Novo Jornalismo, não fazia revelações novas ou sensacionais, mas tinha trazido para o jornalismo a técnica da ficção, embora fosse um relato não ficcional. Incluía, porém, exames psicológicos dos assassinos e comentários às entrevistas efectuadas. O comportamento das personagens da história era relacionado com factores como as condições climáticas. Para escrever o livro, Capote pesquisou durante meses em criminologia, entrevistou assassinos, etc. No Novo Jornalismo, o jornalista procura viver o ambiente e os problemas das personagens das histórias, pelo que não se pode limitar aos seus aspectos superficiais. Os novos jornalistas tornaram-se, frequentemente, jornalistas literários, assemelhando a sua produção à literatura.

Neste segundo Novo Jornalismo, o jornalista passa a ser encarado como um intérprete activo da realidade, enquanto o jornalismo se perspectiva como um fenómeno da mente e da linguagem. Mesmo se o acontecimento continua a ser o principal referente do discurso jornalístico, passa, porém, a ser a perspectiva do jornalista, impressionista e subjectiva, a constituir o centro da enunciação. Em vários casos, o jornalista torna-se o principal protagonista das histórias que narra. Numa abordagem fenomenológica da questão, de alguma forma entende-se que é impossível o sujeito obter conhecimento total do objecto. O objecto pode ser compreensível, no todo ou em parte, nunca cognoscível na totalidade. “Foi assim que eu percepcionei o que se passou!” passa a ser não apenas uma realidade para o jornalista como também um argumento para a assunção da subjectividade. Mas, desta maneira, também o acontecimento passa a ser considerado um fenómeno da interacção entre a mente e a linguagem.

Ao nível discursivo, os novos jornalistas são heterogéneos, mas, normalmente, oscilam entre o “eu” e o “eles”. A construção cena por cena, o uso de diálogos na totalidade, o simbolismo de uma linguagem cuidada, as frases curtas, a introdução de onomatopeias, a narração minuciosa, a caracterização das personagens das histórias e a descrição dos ambientes são domínios discursivos que alguns jornalistas começaram a explorar, bem dentro desse espírito da revisão estilística operada com o segundo movimento de Novo Jornalismo. Os títulos, em alguns casos, também se tornam mais curtos, incisivos e apelativos, ideias que são importadas quer da publicidade, quer do mundo do cinema. As fronteiras entre os mundos comunicacionais esbatem-se.

No jornalismo tradicional, para além de o trabalho de investigação raramente se alongar por mais de algumas horas ou dias, encontram-se quase só caracterizações superficiais das personagens, raramente se fazem descrições dos ambientes, a narração é construída essencialmente em função da importância que os dados assumem para o jornalista e não há atenção aos detalhes. A linguagem é usada unicamente de uma forma utilitária. Inversamente, o novo Novo Jornalismo incentivou mudanças ao nível da verificação dos dados (mais aprofundada e contrastada) e do trabalho de documentação e de investigação (que, por vezes, se prolonga por meses e anos).

Acompanhando o desenvolvimento do Novo Jornalismo, ou na sua órbita, desenvolveram-se outros géneros de jornalismo, como o **jornalismo informativo de criação**, que já não requer o tratamento dos temas em profundidade – antes valoriza a estilística da apresentação da informação, seja ela baseada no humor e na ironia, seja ela baseada na criação literária (como nos livros-reportagem, de que é exemplo *In Cold Blood*). De certa forma, pode dizer-se que no jornalismo informativo de criação o entretenimento e a informação jornalística convergem para os mesmos enunciados. Além dos livros-reportagem, os primeiros novos jornalistas publicaram reportagens em revistas de vários tipos, desde as contraculturais às mais convencionais (*Esquire*, *Playboy*, *Ramparts*, *The New Yorker*, *Harper's Magazine*, *The New York Times Magazine*, *The Village Voice*, *Rolling Stone*, etc.).

Dos Estados Unidos, o movimento do novo Novo Jornalismo espalhou-se à Europa, graças ao trabalho de jornalistas-escritores europeus como o português Ferreira Fernandes ou Oriana Fallaci, Ryszard Kapuscinski, Günther Wallraff,

etc. Também as revistas e mesmo alguns jornais europeus publicaram reportagens que se podem enquadrar no espírito do Novo Jornalismo, como *Le Nouvel Observateur*, *Libération*, *Stern*, *Actuel*, *The Face*, *Egoïste*, *Blitz*, *The Observer on Sunday*, etc.

7.4.1.4 O jornalismo cívico

Uma das tendências que se foi desenhando a partir da década de noventa do século XX é a do **jornalismo cívico**, também denominada **jornalismo comunitário**, **jornalismo público** ou ainda **jornalismo de cidadania**.

O jornalismo cívico tem aplicação prioritária ao nível da imprensa regional e local. É um modelo que direcciona directamente o jornalismo profissional para os interesses, motivações e anseios de uma comunidade, de forma a reduzir o alheamento dos cidadãos face à política e também face ao jornalismo. Além do idealismo que lhe está subjacente, a aplicação do modelo tem, igualmente, um objectivo muito pragmático: salvar os jornais da perda de leitores e cativar as audiências locais para as rádios e televisões locais.

O jornalismo cívico propõe uma atitude de envolvimento jornalístico com a comunidade que dê maior atenção a cada tema, em substituição da fragmentação noticiosa. Prevê o aproveitamento de sinergias da imprensa com outros *media* locais e regionais, nomeadamente a rádio. Quer levar os candidatos políticos a confrontar-se com uma agenda de assuntos estabelecida pelos cidadãos em conexão com os jornalistas. Preconiza o uso de instrumentos como as sondagens de opinião para se reconhecerem as prioridades da comunidade. Propõe a confrontação regular de políticos, jornalistas e representantes da comunidade, amplificada pelos *news media*.

O jornalismo cívico também tem os seus detractores. O envolvimento exacerbado dos jornalistas em causas comunitárias impede o distanciamento crítico. Além disso, o jornalismo cívico promove a fragmentação da sociedade em grupos de interesse.

7.4.1.5 O jornalismo participativo, “dos cidadãos” ou de autoria colectiva

Outra tendência que se desenha no jornalismo contemporâneo é a do chamado **jornalismo participativo**, “**dos cidadãos**” ou **de autoria colectiva**, que bebe muito do jornalismo cívico. No jornalismo participativo são, em grande medida, os consumidores de informação a definirem a agenda jornalística e, por vezes, são os próprios cidadãos que “vestem a pele” de jornalistas e alimentam o órgão de comunicação social com trabalhos jornalísticos. Já há jornais on-line feitos na quase totalidade por cidadãos-jornalistas, que não recebem salário, nem são profissionais, mas fazem a cobertura de assuntos que lhes interessam, oferecendo uma saudável alternativa aos meios tradicionais, como é o caso do jornal on-line de autoria colectiva coreano *Ohmynews*, agora com uma edição internacional em inglês (*Ohmynews International*), bem como o caso da revista electrónica sobre tecnologia Slashdot, ou, extravasando o foro jornalístico, a enciclopédia on-line Wikipedia, que conta com 440 mil colaboradores registados. O mesmo se passa, aliás, com alguns weblogs, em que cidadãos produzem notícias sobre determinados assuntos, que colocam à disponibilidade dos cibercosmopolitas. Há mesmo vários jornalistas profissionais que têm weblogs, patrocinados ou não, aí publicando trabalhos de índole jornalística. A blogosfera consolida a vertente polifónica da Internet e da World Wide Web, cumprindo um pouco o papel dos primeiros jornais políticos e político-noticiosos, também escritos, não raras vezes, apenas por um ou dois indivíduos e lidos, igualmente, apenas por algumas dezenas, centenas ou poucos milhares. Durante a tragédia do

furacão Katrina, em 2005, nos Estados Unidos, a rede de blogs foi extremamente importante para disponibilizar informações mais rapidamente do que a própria Administração norte-americana ou os *media* tradicionais.

Um dos casos recentes e com mais repercussão de “jornalismo dos cidadãos” é o projecto *Current TV*, do antigo Vice-Presidente dos Estados Unidos Al Gore, estreado no dia 1 de Agosto de 2005, que tem por objectivo que grande parte dos conteúdos sejam criados pelos próprios telespectadores.

Os telemóveis da nova geração, a Internet sem fios, os meios informáticos, as câmaras digitais e o software de tratamento de produtos audiovisuais eradiofónicos foram alguns dos factores que permitiram o (res)surgimento dos “cidadãos jornalistas”, quase como se de um retorno ao século XVIII e XIX se tratasse. Algumas pessoas usam mesmo as suas câmaras digitais incorporadas nos telemóveis, o e-mail nos portáteis sem fios, as mensagens por SMS, etc., para fazerem reportagens de acontecimentos que testemunham. Por exemplo, nos atentados contra o metro de Londres, em Julho de 2005, os cidadãos que viajavam no metro fizeram de jornalistas, cobrindo os instantes posteriores ao atentado, até porque os jornalistas foram impedidos pela polícia de acorrer ao local, para não dificultarem as operações de socorro.

7.4.2 Outros modelos de jornalismo

Vários modelos *normativos* e *funcionais* de jornalismo coexistiram e coexistem com o modelo ocidental: o autoritário, o desenvolvimentista, o comunista e o revolucionário.

7.4.2.1 Modelo autoritário de jornalismo

Pode considerar-se, de certo modo, que o modelo autoritário de jornalismo é uma invenção europeia dos séculos XVII e XVIII, tendo sido edificado à medida que o jornalismo se desenvolvia, com recurso à censura e ao mecanismo das licenças prévias. O Ocidente, onde se salvaguardam as liberdades de expressão e de imprensa, já abandonou essa concepção de jornalismo, mas ela ainda subsiste em muitos países.

Vários países aplicaram e aplicam um **modelo autoritário** de jornalismo, por vezes com variações que radicam na natureza do regime. Vários países islâmicos, por exemplo, possuem um modelo autoritário de jornalismo baseado nos fundamentos religiosos do Islão, como acontece na Arábia Saudita ou no Irão. Outros países, sujeitos a ditaduras, como a Birmânia, ou onde existem regimes de “democracia controlada”, como a Tailândia ou Singapura, também se vergam a uma concepção autoritária de jornalismo, embora com diferentes graus de liberdade. Em Portugal, vigorou um modelo autoritário de jornalismo até ao 25 de Abril de 1974. As ditaduras que oprimiram vários países da América Latina ao longo do século XX, como aconteceu no Brasil, também implementaram um sistema jornalístico autoritário.

Nos países que impuseram e impõem um modelo autoritário de jornalismo, o exercício da actividade jornalística é sujeito ao controle directo do estado, através do governo ou de outras instâncias. A liberdade de imprensa é condicionada (em maior ou menor grau) e a censura, mesmo quando não explícita, prolifera. No entanto, os órgãos de comunicação podem, normalmente, ser propriedade de empresas privadas.

Nesses países, o jornalismo, por força da lei, de organismos censórios, das práticas ou mesmo da cultura, é estrangulado a evitar a promoção de mudanças; é limitado nas possibilidades de crítica ao governo, aos governantes e ao estado; não pode minar as relações de poder e a soberania; e nos países com regimes religiosos, não pode afastar-se das regras de conduta impostas pela religião.

Nos regimes autoritários, as diferenças de pontos de vista são tidas como desnecessárias, irresponsáveis ou até subversivas. O estado pode impor multas, sanções económicas, códigos de conduta, penas de prisão e a impossibilidade do exercício profissional do jornalismo aos jornalistas, editores, directores e proprietários que colidam com os princípios do modelo autoritário de jornalismo. A suspensão das publicações/emissões e a apreensão de jornais e outras publicações são, igualmente, dispositivos usados pelos estados autoritários para controlar o jornalismo e os jornalistas.

7.4.2.2 Modelo comunista de jornalismo

Nos países sujeitos a uma **concepção comunista do jornalismo**, como a China, Cuba ou o Vietname, o estado domina a imprensa e, normalmente, é também o proprietário monopolista dos meios de comunicação. O acesso aos meios jornalísticos fica, assim, restringido aos que perseguem os objectivos comunistas do estado, subordinado à ditadura do proletariado enquanto a sociedade socialista se encontra em transição para uma sociedade comunista. Existe censura, até porque se entende que a imprensa socialista deve estar ao serviço do proletariado, impedindo a contra-revolução e a retoma do poder pela burguesia. A procura da “verdade”, um valor caro no Ocidente, torna-se, irrelevante se não contribuir para a construção do comunismo. A imprensa orienta-se, desta forma, por dois princípios: (1) há coisas que não se podem publicar; e (2) há coisas que se têm de publicar. Para a definição de notícia contribui uma outra categoria: deve ser informação que sirva os interesses e objectivos do estado socialista e do partido comunista, único partido consentido.

Embora, em grande medida, tenha sido o modelo autoritário de jornalismo a dar aos “países” do comunismo, nomeadamente a Lenine, no início do século XX, um ponto de partida para a concepção de um modelo comunista de jornalismo, este último difere do primeiro porque nos estados socialistas todos os *media* são, quase sempre, propriedade do estado, devendo apoiar activamente o governo e o partido comunista.

7.4.2.3 Modelo desenvolvimentista de jornalismo

Um outro modelo normativo e funcional de jornalismo surgido no século XX foi aquele que se pode denominar por **modelo desenvolvimentista**. Este modelo tentou praticar-se nos países em vias de desenvolvimento, na sua maioria com passado colonial. Caracteriza-se por misturar ideias e influências, tais como:

- a) Concepções marxistas e neo-marxistas da imprensa;
- b) Teorias que atribuíam à comunicação uma grande importância como motor das economias e até das sociedades;
- c) Ideias decorrentes dos debates, das publicações e declarações da UNESCO, que enfatizam a relação entre os meios de comunicação, a cultura, a diversidade cultural e o desenvolvimento;
- d) Reacções contra os conceitos do livre fluxo de informação;
- e) Reacções à diferenciação entre países pobres e ricos no que respeita à capacidade de comunicação.

Nos países que implementaram ou tentaram implementar um modelo de jornalismo desenvolvimentista, entende-se que todos os órgãos de comunicação social devem ser usados para a construção da identidade nacional (quando os estados são multi-étnicos), para combater o analfabetismo e a pobreza e para desenvolver o país. Assim, entende-se que os *news media* devem apoiar as autoridades, pelo que a liberdade de imprensa é restringida de acordo com as necessidades de desenvolvimento da sociedade (existe censura, mesmo que não seja explícita), a informação é tida como sendo propriedade do estado e os direitos à liberdade de expressão são tidos como irrelevantes face aos enormes problemas de pobreza, doença, subdesenvolvimento, analfabetismo e/ou outros que esses países enfrentam.

Para justificar a imposição de limites à liberdade de imprensa e a adesão a um modelo de jornalismo desenvolvimentista tem sido invocado um outro problema: a coexistência de etnias em países cujas fronteiras não coincidem com as das nações.

No modelo de jornalismo desenvolvimentista presume-se também que cada país tem o direito a controlar não só os jornalistas estrangeiros que aí residem como também os fluxos de informação que nele penetram. Esse direito é justificado com vários argumentos: a necessidade de se equilibrarem os fluxos de informação entre países ricos e pobres; o facto de a informação ser vista como riqueza e motor de progresso; o facto de a informação ser tida como um factor de hipotética instabilidade. Todavia, na actualidade os novos *media*, como a televisão por satélite ou a Internet, tornam quase impossível controlar os fluxos de informação que circulam no mundo.

Segundo Hachten (1996), alguns dos apoiantes do jornalismo desenvolvimentista defendem-no unicamente como uma etapa antes da implementação de um modelo ocidental de jornalismo.

7.4.2.4 Modelo revolucionário de jornalismo

Desde o século XVIII que em determinados momentos alguns países viram aparecer publicações e outros meios que se podem considerar como estando ao serviço de uma causa revolucionária ou da luta contra um invasor estrangeiro. Esse tipo de jornalismo, por vezes legitimamente subversivo, pode enquadrar-se numa concepção de jornalismo que pode designar-se por revolucionária. Ao longo do século XX e mesmo na actualidade há vários exemplos de jornalismo revolucionário. O *Pravda* clandestino do período da Revolução Russa, a imprensa dos *partisans* de Tito, na Jugoslávia ocupada pelos nazis, durante a II Guerra Mundial, e o jornal comunista *Avante*, no tempo da ditadura corporativa que asfixiou Portugal antes de 1974, são três bons exemplos do que se pode considerar como sendo “jornalismo revolucionário”.

Publicações e rádios clandestinas e revolucionárias surgiram também nas lutas pela libertação dos países africanos e asiáticos sujeitos a regimes coloniais e as gravações áudio de Khomeiny serviram para animar os revolucionários iraquianos que derrubaram o Xá. Hoje em dia, as redes transnacionais (como a Internet) e as tecnologias da comunicação (faxes, fotocopiadoras, etc.) permitiram a proliferação de órgãos de comunicação alternativos, muitos deles revolucionários e até fundamentalistas e pró-terroristas, já que se torna fácil e barato difundir informação.

É bom de ver que com a prática de um jornalismo revolucionário pretende-se, geralmente, derrubar um sistema político. Mais raramente, a sua prática visa contribuir para o fim do controlo estrangeiro de uma nação ou persegue um objectivo similar. Assim, normalmente os *media* revolucionários são clandestinos, embora nos estados de direito democráticos as liberdades cívicas propiciem a proliferação de publicações *underground* com objectivos revolucionários (como os jornais anarquistas portugueses ou mesmo o jornal do Partido Comunista Português *Avante*).

7.5 Os jornais “pós-televisivos”

O aparecimento de jornais que tentam contrabalançar a influência do audiovisual, por imitação de algumas das suas características, é outro dos factores que evidenciam quanto a dinâmica jornalística deve a um clima propício à inovação, num contexto de liberdade concorrencial e de imprensa, que só o modelo ocidental de jornalismo, de base democrático-capitalista, garante.

Desde os anos sessenta que alguns jornais tentaram disciplinar os conteúdos em função do design. Procuravam-se encontrar fórmulas gráficas:

- a) Mais arejadas, com espaços brancos que permitissem o repouso do olhar;
- b) Mais ordenadas, impedindo, por exemplo, que os textos comesçassem numa página e terminassem noutra não contígua;
- c) Mais bonitas, que apelassem ao olhar cobiçoso do potencial comprador;
- 3) Mais visuais, que favorecessem um design articulado em torno de (boas) fotografias e do aproveitamento informativo dos géneros de informação gráfica (infográficos), que até então quase se limitavam aos mapas e que passaram a misturar texto, desenhos, esquemas, cronologias, fotografias, etc. de maneira a *informarem e explicarem de forma condensada* um acontecimento ou uma problemática ao leitor;
- 4) Mais coloridas, mas com conta, peso e medida.

Alguns jornalistas de imprensa começaram, também, a tentar aperceber-se de que se poderiam importar para os jornais algumas das receitas da televisão e da rádio, como a utilização de textos breves, sintéticos, claros e muito concretos, redigidos com frases curtas; e o recurso ao **jornalismo de serviços** (jornalismo que tenta, por exemplo, orientar o leitor na aquisição de bens e serviços, em investimentos, em questões de saúde, etc., recorrendo, por exemplo, a comparações de produtos).

A introdução dos meios informáticos nos jornais, a partir dos anos oitenta, e as inovações tecnológicas no domínio da tipografia dotaram os periódicos das bases tecnológicas para a sua reinvenção, com base nos pressupostos atrás referenciados. O primeiro jornal a aproveitar em pleno todos esses factores atrás descritos foi o *USA Today*, surgido a 15 de Setembro de 1982, após a realização de amplos estudos de mercado, pela mão do Grupo Gannett. A sua fórmula pouco se alterou desde então, o que comprova o seu sucesso.

O *USA Today* é um jornal em quatro cadernos: um dedicado aos Estados Unidos (incluindo um espaço para, pelo menos, uma micro-notícia de cada estado) e à informação internacional; outro à economia e negócios; outro à sociedade em geral; e outro ao desporto. Cada caderno tem uma cor dominante, que ajuda à sua identificação. As fotonotícias são abundantes em todos os cadernos. Os comentários e análises (que também existem) são curtos e vão directos aos pontos principais. A informação de serviços está sempre presente. A informação meteorológica do *USA Today* ficou para a história da imprensa e tem sido abundantemente copiada: mapas grandes e coloridos, facilmente entendidos, complementados com informações textuais condensadas. As *snapshots*, notícias baseadas em infográficos, uma por caderno (inseridas na primeira página de cada caderno, sempre no mesmo local), são outra marca desse jornal inovador,

cujas páginas parecem o ecrã de computador quando este está preenchido por um website. Em suma, é um jornal diário feito para gente moldada por uma cultura visual e pelo consumo maciço de televisão, com pouco tempo para ler e que quer ficar minimamente informada de vários assuntos da actualidade em pouco tempo, um jornal “não aborrecido”⁵⁸ que pôs muitas pessoas a ler jornais e reconciliou outras tantas com a leitura de um diário. O seu sucesso mede-se pelas tiragens de vários milhões, sendo um dos principais jornais norte-americanos distribuído em todo o mundo.

7.6 Fotojornalismo no século XX

No início do século XX, ainda eram poucas as fotografias publicadas directamente na imprensa, devido às dificuldades técnicas. As gravuras ainda constituíam o principal elemento da informação visual. Mas a partir dos anos Vinte os progressos técnicos permitiram a fácil inserção de fotografias nos jornais e revistas, o que elevou a importância do fotojornalismo e fez surgir várias revistas gráficas, estruturadas à volta de fotografias e não de ilustrações. Além disso, a evolução das máquinas fotográficas, das lentes, dos filmes e da iluminação artificial (aparecimento do flash) permitiu uma revolução nos próprios conteúdos fotográficos. Se no século XIX as fotografias publicadas eram, essencialmente, retratos posados e imagens de objectos imóveis, no século XX tornou-se possível “travar” o movimento, o que permitiu a obtenção e publicação de imagens de pessoas em posturas naturais, mesmo em interiores, e de objectos em movimento.

James Hare foi, talvez, o primeiro fotojornalista do século XX a fazer nome, devido à sua actuação internacional desde os finais do século XIX, quando cobriu a Guerra Hispano-Americana para o “popular” *New York Journal*. Esteve também no México a cobrir a revolução de Pancho Villa, na Coreia a fotografar o desembarque japonês durante a Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905, em São Francisco após o terramoto, etc. Em 1914, rompeu com a *Collier's* para poder cobrir a I Guerra Mundial na Europa para a *Leslie's Weekly*, tendo escolhido a frente dos Balcãs para fazer o seu trabalho. Antes de se retirar, fotografou os confrontos polaco-soviéticos pós-armistício. As suas fotos do conflito entre a Rússia e o Japão, tal como as de James Ricalcon, William Dinwiddie e Robert Dunn, reproduzidas largamente na imprensa americana, foram também vendidas aos jornais ilustrados europeus, estabelecendo as bases para a difusão internacional das imagens fotográficas. O percurso profissional de Hare é ilustrativo da importância que o fotojornalismo e os fotojornalistas tinham para a imprensa. O fotojornalismo transformava-se em profissão e configurava-se como carreira.

Apesar do uso que a imprensa “amarela” fazia das fotos (no *New York Journal*, de Hearst, os fotógrafos chegavam a alterar fotos de pessoas conhecidas para que estas passassem por desconhecidas; as fotos serviam, depois, para ilustrar narrativas diversas, como crimes), entre o final do século XIX e os princípios do século XX foram-se estabelecendo as convenções da reportagem fotográfica e da conjugação entre texto e fotografia.

Os primeiros repórteres fotográficos profissionais cedo começam a ser detestados pelas suas “vítimas” devido ao cheiro nauseabundo e à luz ofuscante dos *flashes* de magnésio, ao carácter grotesco com que as pessoas eram fotograficamente representadas e ao facto de os fotógrafos serem, frequentemente, pessoas rudes, escolhidas mais pela força física, devido ao peso das câmaras, do que às suas qualidades, o que até dificultava o seu acesso ao local dos acontecimentos. Em 1907, a velocidade de transmissão das imagens fotográficas aumentou, com o estabelecimento da transmissão à distância, por telegrafia (mais tarde, por belinografia). As agências de notícias e as agências fotográficas ganharam, assim, a possibilidade de entrarem fortemente no negócio da imagem informativa, ao mesmo tempo que o

⁵⁸ Uma das suas campanhas publicitárias usa mesmo a comparação com o “*Boring Times*” (leia-se *The New York Times*).

fotojornalismo adquiria mobilidade. Os órgãos de imprensa começaram a enviar fotojornalistas junto com os repórteres de texto, o que estreitou a relação texto-imagem no campo da informação impressa.

Também em 1907, a revista *National Geographic* tornou-se pioneira do uso da cor na foto-reportagem.

O *New York Times* começou a publicar um suplemento semanal fotográfico no início do século XX, o que revela o êxito da fotografia jornalística como veículo de informação, e, em 1914, lançou o suplemento ilustrado *Mid-Week Pictorial*, com fotografias de actualidade da guerra na Europa.

Na Europa, jornais como o britânico *Daily Mirror* (a partir de 1904) e o francês *Excelsior* (a partir de 1910) também começaram a usar as fotografias como meio de informação.

É de registar que a fotografia documental de “compromisso social”, cujos temas são referenciais, ainda hoje, para o fotojornalismo, teve menos destaque na imprensa da época do que a fotografia de guerra e a fotografia de “pequenos eventos”, pelo menos numa fase inicial. Riis, por exemplo, teve dificuldades em levar os jornais a inserir as suas fotografias, que publicou, alternativamente, em álbuns. Os álbuns começaram, aliás, a constituir-se como um meio alternativo de veiculação do trabalho dos fotojornalistas, como provam os vários álbuns de fotografias da I Guerra Mundial publicados após o conflito, como o *Veteran's Photographic Combat*, de Edward Steichen.

O início do século XX na fotografia ficou ainda associado ao movimento da *Photo Secession*, que procurou abrir caminhos mais “realistas” e precisos para o *medium*. Esse movimento, fundado por Edward Steichen e Alfred Stieglitz, a que se associou Paul Strand, promoveu, no campo documental, uma estética modernista e especificamente americana, consagrada ao elogio da cidade, da indústria, do progresso e dos costumes não pitorescos. Na URSS, a abordagem “objectivante” e realista do real preconizada pela *straight photography* e por correntes irmãs serviu os objectivos do Estado e do Partido Comunista. Deu-se, nesse país, uma negação política do pictorialismo e induziram-se os fotógrafos “proletários” a glorificarem os “feitos” do Estado Soviético (sobretudo nos campos agrícola e industrial, mas também da electrificação), os desfiles e os heróis do trabalho, através do realismo socialista. O grande expoente da fotografia soviética desse período foi Alexander Rodchenko.

A Primeira Guerra Mundial produziu, pela primeira vez, um fluxo constante de fotografias, normalmente editadas em suplementos ilustrados dos jornais. À época, alguns meios impressos dos EUA, Reino Unido, França e Alemanha possuíam já um *staff* de fotojornalistas, que cobriam os eventos de rotina e, por vezes, produziam um *scoop*, a “cácha” fotojornalística, a fotografia exclusiva, em primeira-mão. No final da Grande Guerra, a maior parte dos grandes jornais já tinha ou estava em vias de ter a sua própria equipa de fotojornalistas. O *New York Times*, por exemplo, constituiu-a em 1922.

Durante a I Guerra Mundial, por vezes a fotografia serviu a manipulação e a propaganda, com o fim evidente de ajudar a controlar as populações e direccionar e estimular os seus ódios e afectos. Os ministérios franceses da Guerra e das Belas Artes, por exemplo, criaram o Serviço Fotográfico do Exército, com os objectivos de registar os tempos de luta que se viviam e, sobretudo, de controlar a obtenção e difusão de imagens, impedindo a disseminação das fotografias chocantes, aquelas que retratavam a face odiosa da guerra (o organismo foi ressuscitado na Segunda Guerra Mundial). Os fotógrafos da I Guerra Mundial tiveram, ainda, de lidar com a mão pesada de censores e editores, que retocaram muitas imagens, impedindo o choque. Em 1937, numa exposição do *Register and Tribune*, de Des Moines, sobre o uso propagandístico da fotografia na Primeira Guerra Mundial, exibiram-se fotografias usadas pelos Aliados em que alemães pareciam brutalizar crianças belgas e francesas. Pelo contrário, em fotografias alemãs, crianças e soldados aliados prisioneiros dos alemães foram fotografados como se estivessem a receber bons tratamentos.

Ao contrário do que aconteceu durante a Segunda Guerra, a cobertura fotojornalística do conflito de 1914-1918 não necessitou de grande organização e logística, pois tratou-se de um conflito centrado nas trincheiras e não na guerra-

relâmpago ou em rápidas movimentações militares. Algumas fotografias sob fogo foram realizadas por fotógrafos integrados nos exércitos dos antagonistas, mas a sua maioria foi conservada em arquivo até ao início dos anos Vinte. Vários foram também os avanços técnicos que ocorreram no domínio da fotografia jornalística entre os anos Vinte e Trinta. Em 1925, foi inventado o flash de lâmpada. Em 1929, esse flash foi aperfeiçoado, com a introdução de um metal reflector na lâmpada. Os fotojornalistas adoptaram o modelo, substituindo o flash de magnésio. O novo flash fez a sua estreia nos Estados Unidos, iluminando o Presidente Hoover a assinar a Lei de Apoio aos Desempregados. Em 1930, uma marca mítica de máquinas fotográficas, a Leica, comercializou, pela primeira vez, um modelo dotado de objectivas permutáveis, utilizando um filme de 36 exposições. Com a Leica, o fotojornalista ganhou mobilidade, pôde posicionar-se melhor face ao evento, explorando pontos de vista variados, passava mais facilmente despercebido, não necessitava de usar constantemente o flash para fotografar em interiores e passou a ter à sua disposição uma gama de objectivas permutáveis que podia mudar consoante os objectivos do seu trabalho e a distância a que tinha de se situar. O fotojornalismo moderno, “natural” (não posado), visualmente agressivo, nasceu à volta de um conjunto de revistas ilustradas alemãs que, nos anos Vinte, converteram a fotografia no elemento central da narração das histórias, da descoberta de personagens e da descrição de edifícios e regiões. As notícias tornaram-se visuais. Algumas dessas revistas já vinham do século XIX e reformularam-se nos anos Vinte, outras nasceram nesta década. Nelas, o texto, pela primeira vez, foi tornado secundário, assumindo a imagem fotográfica o privilégio informativo. Tornaram-se comuns as foto-reportagens, em que as histórias são contadas quase exclusivamente com fotografias. São exemplos dessas revistas a *Berliner Illustrierte Zeitung* e a *Müncher Illustrierte Presse*. Aproveitando o poder da fotografia, as revistas ilustradas alemãs dos anos Vinte foram também as primeiras a prestar atenção à vida quotidiana das pessoas comuns. O jornalismo tornou-se, assim, tematicamente mais diversificado e mais bem sucedido, mais representativo da realidade. Dos vários factores que determinaram o desenvolvimento do moderno fotojornalismo na Alemanha dos anos Vinte podem destacar-se seis:

- a) Avanços técnicos (lentes, flashes, objectivas, câmaras, filmes);
- b) Emergência de uma geração de foto-repórteres bem formados, expeditos e, nalguns casos, com nível social elevado, o que lhes franqueava muitas portas, como foi o caso de Erich Solomon, o pai da *candid photography* (a fotografia não posada e não protocolar);
- c) Atitude experimental e de colaboração intensa entre fotojornalistas, editores e proprietários das revistas ilustradas, promovendo o aparecimento e difusão da *candid photography* e do foto-ensaio;
- d) Relação favorável entre o preço das revistas e a qualidade do produto;
- e) Inspiração no interesse humano, florescendo a ideia de que ao público não interessam somente as actividades e os acontecimentos em que estão envolvidas figuras-públicas, mas também os temas que representam a sua própria vida;
- f) Ambiente cultural e suporte económico.

Com maiores ou menores variações, o receituário das revistas ilustradas alemãs levou várias revistas já existentes a reformularem-se e serviu de base a projectos jornalísticos que se desenvolveram noutros países até aos anos setenta, como a *Picture Post* (Reino Unido), a *Vu* (França), a *USSR im Build* (uma revista propagandística da URSS, publicada com o mesmo título em várias línguas), a *Look* (Estados Unidos), a *Match* (França, rebaptizada *Paris Match*, em 1949), a *Epoca* (Itália), a *Manchete* (Brasil), a *Século Ilustrado* (Portugal), *La Actualidad Española*, a *Gaceta Ilustrada* e a *Blanco y Negro* (Espanha) e ainda a *Life* (Estados Unidos). Entre todas, a *Life*, surgida a 23 de Novembro de 1936, pela mão do co-fundador da *Time*, Henry Luce, foi, provavelmente, a mais conhecida, devido a vários factores, entre os quais:

- a) Deu emprego aos fotojornalistas europeus que fugiam do nazismo, que levaram para os Estados Unidos as técnicas expressivas do fotojornalismo europeu;
- b) Elevada tiragem;
- c) Longevidade e contínua reaparição no mercado, mesmo após vários períodos de interrupção.

No primeiro número, a *Life* já indiciava aquilo que seria. Na capa, uma fotografia de Margaret Bourke-White mostrava uma barragem que estava a ser construída em Montana, chamando a atenção para a *cover-story*, ilustrativa da política do New Deal do Presidente Roosevelt. No foto-ensaio sobre a construção da barragem, um conjunto de fotografias organizadas significativamente mostravam a barragem, os construtores, os habitantes da região e a forma como a barragem estava a mudar o seu quotidiano, etc. Nas páginas seguintes, o primeiro número da *Life* “falava”, sempre privilegiando as fotografias, do Presidente Roosevelt e de outras personagens do mundo da política e do cinema, de uma festa da alta-sociedade, do Brasil, da natureza, da arte, de curiosidades, etc. Concretizava-se, assim, o manifesto com que a *Life* se apresentava:

“[A *Life* surge] Para ver a vida; para ver o mundo, ser testemunha ocular dos grandes acontecimentos, observar os rostos dos pobres e os gestos dos orgulhosos; ver coisas estranhas – máquinas, exércitos, multidões, sombras na selva e na lua; ver o trabalho do homem – as suas pinturas, torres e descobertas; para ver coisas a milhares de quilómetros, coisas escondidas atrás de muros e no interior das casas, coisas de que é perigoso aproximar-se; as mulheres que os homens amam e muitas crianças; para ver e ter prazer em ver; para ver e espantar-se; para ver e ser instruído”.

O impacto da *Life* foi tão grande que, além de ter gerado projectos semelhantes nos Estados Unidos (a *Look*, por exemplo) e um pouco por todo o mundo, provocou a reconversão gráfica de revistas já existentes, como a *Collier's* e a *Saturday Evening Post*. Mas a disseminação da televisão, que tirou ao fotojornalismo a missão de “fazer ver o mundo” (que tinha sido dele em exclusivo), o envelhecimento do seu modelo e, paradoxalmente, o próprio sucesso da revista, acabariam por liquidar a *Life*. De facto, quando a *Life* atingiu oito milhões de exemplares de tiragem, no início dos anos setenta, a soma das receitas da publicidade e das vendas (maioritariamente realizadas por assinatura) era já inferior ao custo real do produto, pelo que a revista começou a acumular prejuízos. Em 1971, a *Life* tentou controlar a situação reduzindo voluntariamente a sua tiragem para cinco milhões de exemplares semanais, mas era tarde e fechou. Foi o toque a finados pelas revistas ilustradas clássicas. No entanto, a *Life* ainda reapareceu no mercado várias vezes, mas com modelos diferentes de conteúdos e de negócio.

Devido aos factores expostos, a fotografia jornalística ganhou nova vitalidade a partir dos anos Trinta, ultrapassando o carácter meramente ilustrativo-decorativo a que ainda era votada. O fotojornalismo de autor tornou-se referência obrigatória. Este fenómeno adquiriu maior relevância com as coberturas da Guerra Civil de Espanha e da Segunda Guerra Mundial. Da geração de fotógrafos que, a partir dos anos Trinta, conquistaram relevância histórica, fizeram parte Carl Mydans, Henri-Cartier Bresson, Margaret Bourke-White, Kartész, Brassai, Munkacsi, Doisneau, David Douglas Duncan, George Rodger, David "Chim" Seymour e Robert Capa, bem como, num prisma mais interpretativo, John Heartfield, autor de artísticas foto-montagens anti-nazis.

Os anos Trinta foram, também, uma década em que os jornais populares europeus se agarram à foto, que deixará de ser um quase monopólio das revistas ilustradas. Tal como já faziam o *Daily Mirror*, o *Daily Mail*, o *Sunday Graphic* e o *Sunday Pictorial*, também jornais como o *Paris-Soir* (posteriormente denominado *France-Soir*) começaram a dar mais atenção ao fotojornalismo. O número de fotógrafos aumentou e a demanda de fotos também, o que levou a uma certa rotinização e massificação da produção fotojornalística. Assim, uma corrente paralela, mas de sentido oposto, à fotografia de autor (concentrada nas revistas), instalou-se no campo da imprensa diária. Foi a corrente do sensacionalismo, do *scoop*, da velocidade e da exploração da verosimilitude

Irrompendo em 1936 e durando até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a Guerra Civil de Espanha foi a primeira guerra moderna a ser amplamente fotografada e também um laboratório fotojornalístico para o conflito maior da II Guerra Mundial que se avizinhava. A maior parte dos grandes fotógrafos que se deslocaram para Espanha escolheu o lado dos Republicanos. Os casos de Robert Capa, Henri-Cartier Bresson e David Seymour são paradigmáticos. A escolha de um campo por parte dos fotógrafos, a acentuação de um ponto de vista e a "autocensura" motivada pelo "empenho" na causa e consequente postura perante o mundo, originaram um produto fotojornalístico em que pouco se vêem as atrocidades cometidas pelo campo em que os fotógrafos actuavam. Por exemplo, as chacinas perpetradas pelos Republicanos e mesmo as confrontações internas entre comunistas e anarquistas foram ignoradas pelos fotógrafos que cobriram o conflito do lado Republicano. Na Segunda Guerra Mundial, aliás, aconteceu algo semelhante e o fotojornalismo foi, mais uma vez, usado com fins propagandísticos e manipuladores.

Nos anos Trinta, enquanto no Velho Continente o fio condutor do fotojornalismo enveredou pela fotografia de autor e pelo foto-ensaio (nas revistas ilustradas), nos Estados Unidos foi, principalmente, nos jornais diários e no fotojornalismo "de rotina" que se deram mudanças importantes para o futuro da actividade. Nessa década, o fotojornalismo integrou-se de forma definitiva nos diários populares e nos de qualidade, que dedicavam cada vez mais espaço às fotografias jornalísticas. Uma invenção contribuiu para cimentar o fotojornalismo "de rotina" dos jornais diários: a introdução do serviço de telefoto, em 1935, pela Associated Press. Acrescente-se, todavia, que na América dos anos Trinta surgiram também fotojornalistas que cultivaram abordagens próprias do real, como Weegee, o fotógrafo das vidas marginais e dos acidentes na grande cidade. Aliás, foi também na América dos anos Trinta que se desenvolveu um projecto exemplar da fotografia documental, o *Farm Security Administration*, um projecto destinado a documentar, na tradição da fotografia humanista americana, o resultado das políticas do *New Deal* do Presidente Roosevelt. Nele pontificaram fotógrafos imortais, como Dorothea Lange, Walker Evans, Russell Lee e Arthur Rothstein.

Se bem que as fotografias do *Farm Security Administration* tenham tido bastante visibilidade na imprensa, pode, contudo, dizer-se que a linha dominante do fotojornalismo mundial se deslocizou, nos anos Trinta, da fotografia de autor para a fotografia "de rotina". Isso aconteceu, em grande medida, quer por causa da necessidade imediata de fotografias que os jornais diários crescentemente denotavam, impossível de satisfazer pelos fotógrafos-autores engajados em grandes e morosos projectos, quer devido à aparição da telefoto. Por isso, a imprensa diária preferirá, a partir de meados dos anos Trinta, a publicação de fotos de acção isoladas, não posadas, mesmo nas páginas de

informação noticiosa ou até na primeira página, algo que até aí apenas se encontrava nas páginas de *features*. Com a publicação de fotografias “únicas”, de maior formato e mais detalhadas (beneficiando da aparição no mercado de teleobjectivas de grande distância focal), com a diminuição do número de fotografias posadas e com o destaque dado à fotografia, a imprensa pôde apresentar mais-valias de emoção.

No final da década de Trinta, a eclosão da Segunda Guerra Mundial recuperou velhas preocupações sobre a utilização da fotografia jornalística. De facto, tal como aconteceu com as imagens da Guerra da Crimeia obtidas por Fenton ou com as fotografias da Grande Guerra, a fotografia “jornalística” da Segunda Guerra Mundial foi usada com intuítos manipulatórios, desinformativos, contra-informativos e propagandísticos, mas mais eficazmente. A censura impediu a publicação da verdadeira face do conflito (os mortos e os mutilados) e encorajou a publicação das fotografias que apoiavam o esforço de guerra, como os “heróicos” raids aéreos diurnos aliados ou o ambiente simultaneamente “épico” e cavalheiresco das casernas dos aviadores ingleses.

Logo no início da guerra se adivinhou o controle que os governos das entidades beligerantes pretenderam fazer sobre a fotografia de combate. Nos Estados Unidos, por exemplo, várias agências noticiosas, como a International News Photos, a Acme News Pictures e a Associated Press, tinham planos para cobrir a previsível guerra na Europa. Mas quando a guerra começou, na Polónia, o Governo alemão impediu que correspondentes estrangeiros visitassem a frente. O fornecimento de fotografias para a imprensa foi, na generalidade, feito pelas *Propaganda Kompagnies* do Exército alemão ou então foi realizado por fotógrafos censurados pelos alemães. Do lado aliado, os franceses e britânicos implementaram, também, um serviço de censura nesta fase da guerra.

Todavia, nem sempre se tornou necessário para os Governos o recurso à propaganda literal, pois o endoutrinação dos fotojornalistas era suficientemente forte para que estes exercessem auto-censura. Surgiu, de novo, em muitos casos (como nas revistas da “guerra ilustrada”), o retrato de um combate heróico, limpo, aventureiro, épico, como já Fenton havia feito na Crimeia. Durante o conflito, foram também apontadas alegadas práticas de fabricação de imagens. Por exemplo, a premiada fotografia de Rosenthal dos *marines* içando a bandeira americana em Iwo Jima foi encenada. Muitos foram os fotógrafos famosos que cobriram a II Guerra Mundial. Entre eles podem destacar-se Capa, principalmente pelo seu trabalho durante a invasão da Normandia, em 1944 (que viria a ser estragado em laboratório), e pela cobertura do avanço das tropas aliadas rumo à Alemanha; mas também Margaret Bourke-White (frente de Moscovo, raids aéreos, libertação dos campos de concentração); George Rodger (*home front*); Cecil Beaton (repórter oficial da RAF, que fotografa o soldado só, alimentando o mito do herói, mas também evidenciando, pela solidão, a desgraça da guerra, capaz de apagar existências); Edward Steichen (que cobre, funcionalmente, a guerra nas frentes Ocidental e do Pacífico, de forma “limpa” e distanciada); Eugene Smith (cujas fotografias bélicas da frente do Pacífico são eivadas de um lirismo que sensibiliza e engrandece o esforço pessoal mas também a solidariedade humana na desgraça, como na foto em que um *marine* pega num bebé ferido e abandonado, depois de um ataque); Ernest Haas (que se concentra nos resultados da guerra, como nas fotos das mulheres aguardando, apreensivas, transporte em Viena); Werner Bischof (que fotografa a Alemanha e o Leste europeu em ruínas); Yevgeny Chaldey (o Capa soviético, que acompanha a “Grande Guerra Patriótica” desde o seu início, coroando o seu trabalho com uma das mais memoráveis fotos da guerra: soldados russos no Reichstag, com a bandeira vermelha em primeiro plano); e Erich Lessing (que abandonará o Plano Marshall e a fotografia documental para se dedicar à reportagem). Henri-Cartier Bresson, internado num campo de concentração alemão durante três anos, terá direito a uma “exposição póstuma” no Museu de Arte Moderna em Nova Iorque, mas foi libertado a tempo de cobrir o regresso dos prisioneiros de guerra a casa.

Após a Segunda Guerra Mundial, no campo do fotojornalismo foi tempo de desenvolvimento paralelo da fotografia “de rotina” e da fotografia documental humanista, mas o documentalismo fotográfico foi sendo cada vez mais contaminado pelas correntes que favoreciam a “livre expressão” e a fotografia como “verdade interior” do fotógrafo, de que são

exemplos os trabalhos impressionantes e mesmo encenados de fotógrafos como Martin Parr ou Karen Knorr. De qualquer maneira, a tradição da fotografia humanista não se desvaneceria. Pelo contrário, terá sido até reforçada por exposições como a *Concerned Photographers* (terminologia do fotógrafo Cornell Capa), de 1967, que juntou fotos de Bishop, Kertész, Capa, Leonard Freed, Dan Weiner e David “Chim” Seymour, reagrupadas numa tradição que, na fotografia de notícias, prolonga um certo humanismo. Uma segunda exposição com o mesmo tema, reuniu, em 1973, fotografias de Don McCullin, Gordon Parks, Eugene Smith, Hiroshi Hamaya, Marc Riboud, Ernst Haas, Bruce Davidson e Roman Vishniac. Estes nomes juntaram-se aos primeiros enquanto exemplos relevantes da tradição fotográfica humanista, continuada contemporaneamente na obra de Sebastião Salgado (talvez o mais importante nome do documentalismo fotográfico contemporâneo), na de Eugene Richards ou na de Mary Ellen Mark.

Os conflitos do pós-guerra (Coreia, Vietname, etc.), cobertos com alguma liberdade (em especial o do Vietname), representaram, igualmente, um terreno fértil para o fotojornalismo, bem aproveitado pelas agências fotográficas que nasceram no pós-guerra (como a mítica Magnum) e pelas agências de notícias com serviço de fotojornalismo. Neles emergiram fotógrafos como Larry Burrows.

Para caracterizar o desenvolvimento do fotojornalismo após a Segunda Guerra Mundial até aos nossos dias, há ainda que adicionar a expansão do “fotojornalismo de celebridades”, por força da “imprensa cor-de-rosa” e da televisão *star making*, que recuperou muitas das intenções pictóricas e das composições convencionais dos retratos do século XIX. Dando sequência a um processo que vinha desde o século XIX, a edição de livros fotográficos animou-se, também, no pós-guerra, sendo exemplos: Henri-Cartier Bresson (*Images à la Sauvette — The Decisive Moment*, na versão anglo-americana, 1952), William Klein (*New York*, 1956), Robert Frank (*Les Américains*, 1958) e Lee Friedlander (*Self-Portrait*, 1970). Entre eles, há a destacar o de Henri-Cartier Bresson, pela teoria do “momento decisivo” (o fotógrafo deve procurar uma imagem única, obtida no instante decisivo em que os elementos da composição se conjugam para se obter o efeito desejado ou a ideia pretendida), e o de Robert Frank, *Les Américains*, uma obra que causou grandes sensações, discussões e influências no amplo universo da fotografia e nos mais pequenos mundos do fotojornalismo e fotodocumentalismo.

Les Américains não era uma reportagem clássica, uma vez que não se debruçava sobre acontecimentos. Era uma espécie de “reportagem” sem acontecimentos, que tornou Frank num arquétipo do fotojornalismo não centrado em acontecimentos. Também não se podia considerar um foto-ensaio nem sequer uma história em imagens. Longe de procurar registar momentos convencionalmente significativos, Frank realizou um conjunto de imagens fotográficas que registam instantes que roçam o absurdo, evocativas de deambulações quotidianas de um europeu pelos Estados Unidos. A partir de meados da década de cinquenta, a criação de várias agências fotográficas em França (Dalmas, Reporters Associés, etc., e depois a Sygma, a Sipa e a Gamma) lançou novos nomes no fotojornalismo, como Raymond Depardon e Gilles Caron, e novas práticas competitivas pela conquista de mercado, como aquelas protagonizadas por Hubert le Champion (*Reporters Associés*) e Philippe Letellier (*Dalmas*) durante a Guerra da Independência da Argélia.

O aparecimento das câmaras digitais, dos computadores portáteis e da Internet representou, nos anos Oitenta e Noventa, uma nova evolução para o fotojornalismo. Esses meios asseguram maior rapidez e menos custos, já que evitam o processamento da película tradicional, facilitam a transmissão à distância e potenciam o tratamento informático das fotografias. Porém, com os novos meios tornou-se mais fácil e rápido alterar ou mesmo criar imagens, o que representa novos desafios éticos para o jornalismo.

Na nossa época, há sinais contraditórios sobre os limites do fotojornalismo. Banidos, controlados ou mesmo usados no Afeganistão, nas Falkland, em Granada, no Panamá, no Golfo, no Iraque, na Palestina ou em Tiananmen (Pequim, China), os fotojornalistas podem agora, inversamente, fotografar legalmente em alguns tribunais... O poder da

fotografia na imprensa não se desvaneceu – a retirada dos norte-americanos da Somália foi provocada pela difusão, na imprensa, de uma foto do corpo de um piloto militar norte-americano sendo arrastado pelas ruas de Mogadíscio. De destacar, igualmente, como fenómeno marcante da contemporaneidade no fotojornalismo, o crescente domínio das agências de notícias (sobretudo Reuters, Associated Press e France Press, esta última instituição base da European Pressphoto Association) e de multinacionais como a gigantesca Corbis, a Getty Images e o grupo Hachette, sobre o fluxo internacional de notícias, pese embora o incómodo causado pelas pequenas agências de “fotojornalismo de autor”, como a VII, a Vu e mesmo a Magnum, que continua no mercado da “fotografia de qualidade”.

7.7 Radiojornalismo

No início, a rádio só foi aproveitada para comunicações privadas civis e aplicações militares, mas pelo final da década de Dez alguns amadores, por vezes com o apoio de algumas empresas e firmas comerciais, começaram a ensaiar actividades de radiodifusão. O êxito relativo que tiveram, tendo em conta as péssimas condições de emissão e recepção, levou as grandes empresas radioelétricas (Telefunken, RCA, Marconi's Wireless Telegraph...), por vezes estimuladas pelos governos, a interessarem-se pela actividade. Criaram-se, assim, condições para a proliferação de emissoras, na Europa, nos Estados Unidos, na Austrália e na Índia (que, na altura, era uma colónia britânica), logo a partir do início da década de Vinte, fenómeno que, progressivamente, se estendeu ao resto do mundo. Porém, a proliferação descontrolada de emissoras acabou por saturar o espectro radioelétrico e por dificultar a recepção, o que levou os governos a intervir, através da concessão de licenças de radiodifusão, até porque, legalmente, o espectro radioelétrico era (e é) do domínio público. No entanto, enquanto nos Estados Unidos o sistema de radiodifusão se manteve nas mãos dos privados, sendo essencialmente concebido como um sistema comercial, regulado pelo estado através da FCC (Federal Commission on Communications), na Europa os governos procuraram controlar o novo meio, cientes do potencial propagandístico da rádio numa época em que o fascismo, o nazismo e o comunismo ascendiam. Mesmo no ancestralmente democrático e liberal Reino Unido, o Governo britânico permitiu o monopólio da rádio pela BBC (British Broadcasting Company), surgida, em 1922, como empresa privada, e que passou, em 1927, a empresa pública (British Broadcasting Corporation). Na Alemanha foi encontrada uma solução semelhante à britânica, com a fundação da RRG (Reichsrundfunk Gesellschaft), pelo governo, em 1925, agrupando nove emissoras regionais e uma nacional (Deutsche Welle). Em França, o governo foi permitindo a coexistência de um sistema misto, com rádios privadas e públicas. Na Holanda, o sistema aplicado foi mais liberal, com a Philips a encarregar-se das infra-estruturas, deixando a criação das emissoras para os cidadãos. Em Itália, Espanha e em Portugal o sistema foi inicialmente aberto à iniciativa privada, mas as ditaduras de Mussolini, Franco e Salazar impulsionaram a criação de emissoras públicas (Unione Radiofonica Italiana, depois EIAR – Ente Italiano per le Audizioni Radiofoniche; Radio Nacional de España; e Emissora Nacional). Na URSS, a actividade de radiodifusão também foi constituída como um monopólio público, devido a razões ideológicas. No Japão, o governo também permitiu o monopólio da radiodifusão pela NHK, a partir de 1927. Por isso, pode dizer-se que quase desde as origens a actividade de radiodifusão foi uma actividade controlada, não tendo beneficiado da mesma liberdade concedida à imprensa ao longo da instauração dos regimes liberais-democráticos. Mas a rádio, para se impor, não teve apenas de desafiar as restrições à actividade de radiodifusão. Também teve de enfrentar as empresas editoras de meios jornalísticos impressos quando começou a difundir notícias.

Nos primeiros anos em que funcionaram, as estações pioneiras de rádio não difundiam informação jornalística como hoje a entendemos (embora pudessem ocasionalmente “dar notícias”, geralmente locais). O radiojornalismo surgiu com o aparecimento da primeira emissora profissional de rádio: a norte-americana KDKA, nascida a 2 de Novembro de

1920. A emissão inaugural é toda ela informativa, transmitindo-se, ao longo de oito horas, os resultados das eleições presidenciais, em colaboração com o jornal *Pittsburgh Post*. As notícias passam a ter espaço próprio na rádio. Assim, pode dizer-se que os pioneiros da radiodifusão cedo se aperceberam das potencialidades informativas do novo meio, nomeadamente da sua agilidade e rapidez, que lhes permitiam noticiar os acontecimentos à medida que estes iam evoluindo.

A programação das primeiras emissoras de rádio reflecte bastante aquilo que a rádio ainda é hoje em dia: fornecedora de música, informação e entretenimento. Mas, nos primeiros tempos, a informação tinha pouco espaço na programação, era transmitida num único bloco, no final da programação, e centrava-se na meteorologia, nos espectáculos e na bolsa (Contreras, 1999: 208), embora as rádios promovessem também o jornalismo desportivo, narrando as competições desportivas, muitas vezes em directo, e o jornalismo cultural e científico, dando espaço à difusão de conferências. Não obstante, os jornais não se sentiam muito ameaçados com a concorrência do novo meio, apesar de este chegar mais rapidamente a mais pessoas, incluindo as analfabetas, e de não exigir o esforço e as condições da leitura. Porém, em 1923, algo muda quando são introduzidos os blocos informativos, de quinze minutos de duração, por uma emissora norte-americana (Contreras, 1999: 208). O êxito da fórmula levou a um aumento do interesse jornalístico pelo meio. Em 1924, cem empresas jornalísticas norte-americanas já tinham emissoras de rádio (Meditich, 1999: 24). Em 1927, a American Newspaper Publishers Association proclamou que a difusão de notícias pela rádio estimulava a venda de jornais (Fau Belau, 1981, *cit. in* Meditsch, 1999: 24). De algum modo, a rádio aumentava o interesse dos ouvintes pelas notícias, levando-os a comprar os jornais para se inteirarem mais profundamente da informação. Todavia, a crise económica de 1929 inverteu a posição dos editores de jornais, que receavam que a rádio lhes tirasse leitores. Por isso, ocorreu uma verdadeira guerra entre jornais e rádios, não apenas nos Estados Unidos, mas também na Europa. A pressão dos editores de jornais teve várias consequências. Segundo Lewis e Both (1989: 85), referenciados por Eduardo Meditsch (1999: 25), em Inglaterra o governo só autorizou a transmissão de notícias pela rádio depois de elas serem publicadas na imprensa, e somente a partir de uma determinada hora. Nos Estados Unidos, em 1932, as grandes agências de notícias negaram-se a fornecer informação às rádios e estas foram obrigadas a respeitar limites na difusão de informações: um máximo de dois noticiários por dia, veiculados após a saída dos jornais, e com notícias limitadas a um máximo de 35 palavras (Belau, 1981: 53, *cit. in* Meditsch, 1999: 25). Em França, até 1937 as rádios só podiam realizar duas reportagens por semana, emitidas três horas depois da saída dos jornais (Lavoine, s/d: 52).

As ditaduras, a Guerra Civil de Espanha e a II Guerra Mundial transformaram a rádio num veículo de propaganda, muitas vezes de propaganda internacional, através das emissões de ondas curtas, situação que perdurou nas ditaduras totalitárias comunistas até ao final dos anos Oitenta, com contraponto nas rádios ocidentais (como a Voz da América) que emitiam para os países comunistas. Muitas vezes fazia-se propaganda pura travestida de radiojornalismo. Na Europa ocidental, os governos também continuaram a exercer um significativo controle sobre a radiodifusão até meados dos anos Setenta e princípios dos anos Oitenta. Porém, nessa altura fenómenos como o das “rádios livres” e as pressões económicas e cívicas fizeram os governos europeus ocidentais desregulamentar o sector da rádio e permitir o aparecimento de novas rádios nacionais e de uma miríade de rádios regionais e locais, o que contribuiu para aumentar a independência do sector. A maioria dos governos ocidentais continuou, não obstante, a ter interesses no sector da radiodifusão, mantendo emissoras, como a portuguesa RDP (inclusivamente por causa das emissões internacionais, componente da política externa). Ainda assim, tem-se assistido a uma lenta, mas concreta, conquista de um espaço autónomo para o jornalismo e os jornalistas de rádio, pese embora a propaganda insinuante e invisível e as pressões que, por vezes, se fazem sentir sobre os jornalistas, mesmo nas democracias ocidentais.

De qualquer modo, no global pode dizer-se que depois da II Guerra Mundial, acompanhando alguma liberalização no sector da radiodifusão, a situação evoluiu favoravelmente para a rádio, beneficiando da hegemonia que o *medium* teve

durante o resto da década de Quarenta (que se estendeu pelos anos Cinquenta em Portugal). As próprias empresas editoras começaram a perspectivar mais do que nunca a possibilidade de aproveitamento de sinergias entre meios. Algumas delas reforçaram os seus interesses no sector da radiodifusão, enquanto outras iniciaram uma política de desenvolvimento multimédia, incluindo rádio, imprensa e outros meios. Por isso, apesar das resistências dos anos Vinte e início dos anos Trinta, o radiojornalismo começou a configurar-se como aquilo que é hoje, vingando o modelo do radiojornal hora a hora, complementado, pontualmente, com transmissões desportivas, culturais e científicas e programas de entrevistas, debates e reportagens, pese embora o facto das reportagens estarem condicionadas pelas circunstâncias de recepção e pelos gostos dos públicos. Em alguns casos, surgiram formas de colaboração entre meios impressos e radiofónicos, como o programa *Radio Times*, da BBC e do *Times*, e o *The March of Time*, da CBS (substituída, depois, pela NBC) e da revista *Time*. Meditsch (1999: 21) salienta, assim, que o radiojornalismo reformulou os conceitos de tempo e actualidade noticiosa, devido aos noticiários de hora em hora.

Meditsch (1999: 21) explica também que o radiojornalismo revolucionou a ideia de reportagem, com as transmissões ao vivo, por vezes em simultâneo de vários locais, acentuando a sensação de ubiquidade (a rádio pode estar em todo o lado). As características específicas da rádio obrigaram, de facto, à dessacralização progressiva do território do radiojornalismo, em favor de um estilo mais vivo, mais directo, mais coloquial, mais breve e mais claro do que o da imprensa, talvez também mais expressivo, dada a possibilidade de se adicionar música e efeitos sonoros à voz e à faculdade de se escutarem várias vozes, e ainda mais íntimo, *intimista*. Da rádio pomposa e “oficial” dos “senhores ouvintes”, passámos à rádio mais íntima “para si que está aí e me escuta”.

A colaboração entre a imprensa e a rádio tem sido estimulada, nos dias de hoje, pelas empresas e grupos empresariais multimédia, que, em consequência, exigem aos jornalistas competências multimédia (por exemplo, existem redacções de jornais com pequenos estúdios de rádio e televisão, onde os jornalistas vão apresentar as histórias que os leitores poderão ler no dia seguinte, tal como existem pequenas empresas de informação regional e local que combinam rádio, jornal, webjornal, às vezes também televisão, obrigando o jornalista a deter competências multimédia para poder operar nos diferentes meios).

Os radiojornalistas tornaram-se, assim, técnicos especializados na recolha e no processamento e difusão de informação em rádio, embora muitas vezes também tenham competências noutros meios. No que respeita especificamente à rádio, um radiojornalista, como qualquer outro jornalista, tem de saber obter informações, mas tem também de saber adaptar essas informações à linguagem de rádio, explorando os seus diferentes recursos expressivos; tem de saber estar perante um microfone; e precisa, igualmente, de dominar os equipamentos, para poder editar as suas matérias e tirar partido dos diferentes elementos que tem à sua disposição para construir as mensagens.

Hoje a rádio trilha novos caminhos. Um deles respeita ao aproveitamento do digital, com o Digital Audio Broadcasting (que, além da melhoria do sinal, permite a transmissão de informações adicionais). Outro diz respeito à especialização. Além das rádios generalistas, existem rádios especializadas, entre as quais rádios informativas, que se especializaram em radiojornalismo, como a portuguesa TSF. Não quer isto dizer que uma rádio especializada em radiojornalismo não possa emitir outro tipo de conteúdos, mas somente que uma rádio informativa, normalmente, oferece mais informação, com mais profundidade e variedade, com mais recursos expressivos, sendo procurada, essencialmente, por um segmento de público que deseja, sobretudo, estar bem informado (Faus Belau, 1981, *cit. in* Meditsch, 2001: 20). Como evoluirá, então, a rádio no futuro próximo? Rui de Melo (2001: 16) esclarece que, de uma forma simples, a rádio e, por consequência, o radiojornalismo assentará “no som de alta qualidade e em produtos multimédia”. É possível que, futuramente, tenhamos mesmo radiojornalismo com imagens...

7.8 Jornalismo audiovisual: o cinejornalismo

Tal como ocorreu com o fotojornalismo, o jornalismo audiovisual começou quando alguém empunhou uma máquina de filmar e a apontou para um acontecimento com a finalidade de, visualmente, dar a conhecer a terceiros como é que ele ocorreu e qual o seu desenvolvimento.

A invenção do cinema pelos irmãos Lumière, em 1895, foi, nas palavras de Contreras (1999: 185), o invento que “rompeu o monopólio que jornais e revistas exerciam sobre a informação”. As primeiras reportagens filmicas foram de acontecimentos com significativo valor-notícia, como os actos oficiais em que participavam altas personalidades dos estados. Um bom exemplo é o filme sobre a coroação do Czar Nicolau II da Rússia, realizado por dois colaboradores dos Lumière (Charles Moisson e Francis Doublier), a 14 de Maio de 1896. O catálogo dos irmãos Lumière possui, de resto, vários filmes semelhantes.

Há que dizer, porém, que o cinema, no final do século XIX e início do século XX, era, essencialmente, encarado como um espectáculo de feira e uma curiosidade. Por isso, os pequenos filmes sobre acontecimentos recentes que iam sendo feitos eram projectados no meio de outros, cómicos, dramáticos ou simplesmente cenas da vida quotidiana.

Foi somente em 1906, em Paris, que um empresário cinematográfico, Gabriel Kaiser, começou a projectar semanalmente, no seu cinema, um conjunto de filmes sobre actualidades, com duração estandardizada (cerca de 15 minutos, com exibição de quatro a oito pequenos filmes). Pode considerar-se que, nesse momento, foi criado o primeiro **cinejornal**, ou pelo menos o seu protótipo, dado que nas “actualidades” de Kaiser já estão presentes várias características do género: periodicidade, actualidade, diversidade temática, duração estandardizada.

O esquema de Kaiser foi adaptado com grande sucesso por um outro empresário francês, Pathé, que criou o primeiro cinejornal cuja denominação e estrutura apelava, efectivamente, à ideia de “jornal” visual: o *Pathé Journal*, dirigido por Albert Gaveau. Porém, ao contrário de Kaiser, Pathé não restringiu a projecção do seu cinejornal a uma sala. Pelo contrário, tirava várias cópias do cinejornal, que vendia aos proprietários de cinemas. Assim, adicionou ao modelo de Kaiser a difusão massiva da mensagem informativa.

Contreras (1999: 186) salienta que Pathé teve muitas dificuldades em levar as autoridades a considerarem como jornalistas os repórteres de imagem, o que dificultava o acesso destes aos lugares dos acontecimentos. Mas vencida a oposição inicial, o cinejornal entrou nos hábitos dos franceses. Primeiro semanalmente, depois bissemanalmente e até diariamente entre 1913 e 1914 (Contreras, 1999: 186), o cinejornal dava aos franceses a possibilidade de verem algo do que tinha acontecido no mundo (ou, pelo menos, as consequências desses acontecimento) e como tinha acontecido.

Além do mais, beneficiando das inovações introduzidas no cinema por realizadores como James Williamson (montagem de acções paralelas, 1901), Alfred Collins (*tracking*, 1903) e Griffith (linguagem dos planos fixos e de movimento, 1903), nos noticiários de Pathé já se esboçava o aproveitamento da linguagem narrativa das imagens, articulada em planos fixos e de movimento, o que tornava as reportagens e os cinejornais lógicos e ritmados e, portanto, atraentes e apelativos. Fazer uma reportagem de actualidades deixava, gradualmente, de se resumir a apontar uma câmara para um acontecimento. Implicava dominar a linguagem das imagens, saber como enquadrar, dominar os diferentes planos e movimentos de câmara que poderiam ser aproveitados e saber também, na fase de montagem, articular logicamente, mais do que cronologicamente, os diferentes planos fixos e de movimento captados.

Como tudo o que tem sucesso como negócio é apelativo, outras produtoras francesas copiaram a receita bem sucedida de Pathé e começaram a produzir os seus próprios cinejornais (*Gaumont Actualités*, *Éclair Journal* e *Éclipse Journal*), agudizando a competição pela notícia, pelas melhores imagens e pelo exclusivo.

Visando novas oportunidades de negócio, Pathé procurou exportar a sua fórmula de sucesso, criando o *Pathé Gazette*, em 1909, para o Reino Unido, *The Pathe's Weekly*, em 1911, para os Estados Unidos, etc., mas foi logo imitado por

Gaumont, que criou e difundiu no mundo anglófono *The Gaumont International Newsreel*. Assim, os cinejornais popularizaram-se um pouco por todo o mundo, o que levou novos produtores a fazer propostas ao mercado. Nos Estados Unidos, por exemplo, as grandes produtoras começaram a produzir os seus cinejornais, normalmente semanais, para o mercado interno e externo, pelo que, entre 1911 e 1913, apareceram, entre outros, o *Mutual Weekly*, o *Universal News* e o *Fox News*. Em 1927 surgiu o *Paramount News* e, em 1939, *The News of the Day*, cinejornal do Grupo Hearst para a Metro Goldwyn Mayer. Um produto diferente foi o programa norte-americano *The March of Times*, de maior duração do que os cinejornais de “actualidades” e que procurava interpretar e enquadrar mais profundamente os assuntos, mostrando diagramas, mapas, materiais de arquivo, etc. As posições manifestadas em *The March of Times* suscitavam, muitas vezes, fortes polémicas, ao contrário do que sucedia com as “actualidades”, tendencialmente neutras (quando não contaminadas pela propaganda).

Há que dizer que nos anos trinta e quarenta os cinejornais já não eram apresentados como um produto independente, mas sim como o elemento que antecedia o filme principal nos espectáculos cinematográficos. Este modelo de exibição ainda se manteve até aos anos setenta, mas a popularização da televisão e dos telejornais e o aparecimento dos multiplex (em que as pessoas vão para ver o filme, sem intervalos, e nada mais) roubou interesse às “actualidades cinematográficas”, que acabaram por, gradualmente, desaparecer, tendo os derradeiros sobreviventes, os grupos Gaumont e Pathé, encerrado portas em 1980.

O aparecimento do cinema sonoro, em 1927, abriu novas perspectivas ao cinejornalismo. Em 1928, começaram a produzir-se, assim, os primeiros cinejornais sonorizados, audiovisuais, para os mercados internos e para o mercado internacional. Os cinejornalistas começaram a ser vistos como outros jornalistas, não sendo raro que os grandes acontecimentos suscitasse a presença de cinejornalistas de várias partes do mundo. Em 1935, o aparecimento do cinema colorido tornou os cinejornais ainda mais apelativos e atraentes.

Os regimes totalitários, como o soviético, o nazi e o fascista, aproveitaram o cinejornalismo para a propaganda, beneficiando da credibilidade das imagens e recorrendo a outros elementos da linguagem audiovisual com fins persuasivos (ângulo de tomada de imagem, texto-off, música usada para as imagens, etc.⁵⁹). Mas esse aproveitamento, que recuperava e adaptava mais relevantemente muitos elementos da linguagem fílmica, fez surgir um género novo: o **documental de comentário**, ou **documentário**, uma espécie de reportagem alargada, com duração muitas vezes semelhante a um filme, em que as imagens e sons directamente associados são apresentados mais distendidamente, com redução do peso percentual da duração do comentário-off (quando comparado com o peso do texto-off na reportagem dos cinejornais) e recurso a entrevistas de maior duração. As guerras, em especial a Guerra Civil de Espanha e a II Guerra Mundial, também forneceram matéria-prima em abundância para cinejornais e documentais, muitas vezes em articulação com o aproveitamento propagandístico dos acontecimentos pelos beligerantes.

A indústria dos cinejornais permitiu a criação de redacções que anteciparam a organização das redacções televisivas. Contreras (1999: 190) explica, por exemplo, que os assuntos eram divididos em três categorias (como o são, aliás, na imprensa em geral, conforme argumentou Tuchman, 1978): imprevisíveis mas actuais, predeterminados mas actuais e intemporais. Esta categorização possibilitava (e possibilita) uma melhor gestão dos recursos humanos e materiais.

⁵⁹ Uma experiência pessoal do autor, facultada pelo Prof. Ignacio Ramonet aos alunos de doutoramento em Ciências da Informação da Universidade de Santiago de Compostela, em 1996, pode ilustrar o que foi dito. Num seminário sobre telejornalismo, Ramonet apresentou em sala de aula uma reportagem sobre uma construção de uma estrada na antiga URSS. A sequência de imagens era a mesma, a sonorização e os comentários-off variavam. Música “tenebrosa” e um comentário-off negativo geravam a ideia de que as pessoas que construíam a estrada pouco mais eram do que escravos vítimas de um regime comunista totalitário e ditatorial; música alegre e um comentário-off positivo geravam a ideia de que as pessoas estavam a construir a estrada com alegria, por saberem que estavam a contribuir para a construção do socialismo e para o desenvolvimento do país; finalmente, um comentário-off tanto quanto possível neutro e o recurso essencialmente aos sons-ambiente factualizavam a reportagem: construção de uma estrada por populares na URSS, sem conotações positivas ou negativas.

Agendava-se a cobertura dos assuntos predeterminados, reservava-se um contingente para a cobertura dos assuntos imprevisíveis e se sobrassem elementos poderiam cobrir-se assuntos intemporais, que serviriam, *a posteriori*, para introduzir nos noticiários, caso não existissem reportagens suficientes sobre assuntos actuais, predeterminados ou imprevistos. Para além disso, a redacção organizava-se em dois corpos: o dos repórteres de imagem e realizadores, que captavam e editavam as imagens, e o dos redactores, que escreviam o texto-off e sonorizavam as reportagens. Contreras (1999: 190) explica também que, embora não houvesse uma preocupação excessiva com as *deadlines*, havia preocupação por bater a concorrência, um dos valores mais caros ao jornalismo e aos jornalistas. De qualquer modo, a inexistência de uma preocupação excessiva com as *deadlines* possibilitou, segundo o autor, um tratamento visual dos assuntos mais elaborado do que aquele que faz a televisão, mas também uma cedência ao *espectáculo*, como é, aliás, próprio do cinema.

Em conclusão, pode dizer-se que o paradigma de reportagem visual dos cinejornais (combinação significativa de planos fixos e de movimento) e, mais tarde, audiovisual (com adicionamento do texto-off, efeitos sonoros e música) influenciou o modelo de reportagem telejornalística, tanto quanto os primeiros documentários cinematográficos influenciaram os actuais documentários cinematográficos e televisivos. A própria organização das redacções televisivas foi influenciada pelo modelo usado nas organizações cinejornalísticas. Por isso, se bem que, num certo sentido, se possa dizer que o cinejornalismo morreu (se exceptuarmos os documentais que pontualmente passam nos cinemas), noutro sentido pode dizer-se que ele permanece vivo no telejornalismo actual.

7.9 Jornalismo audiovisual: o telejornalismo

O mais potente meio de produção e difusão de conteúdos jornalísticos na segunda metade do século XX foi a televisão. Só nos países mais subdesenvolvidos é que a televisão não se impôs à rádio e à imprensa como principal veículo de informação.

Tal como aconteceu com a rádio, a televisão também teve uma evolução diferente nos países europeus, onde desde cedo foi controlada pelos estados, e nos Estados Unidos, onde a televisão foi introduzida pelas principais cadeias privadas de rádios. Essa diferenciação inicial trouxe e traz implicações para os conteúdos. Teoricamente, o serviço público televisivo europeu propiciaria uma televisão mais sóbria e comedida, “de qualidade”, mas essa teoria é desmentida quotidianamente por televisões privadas de excelente qualidade, como a SIC Notícias, em Portugal. A lógica da televisão de serviço público europeia, em muitos casos, foi e continua a ser subvertida, em maior ou menor grau, pelas pressões e interferências dos governos na informação. Os Estados Unidos, apesar de terem um sistema assumidamente comercial, foram a pátria das televisões especializadas em informação e, com o Reino Unido (BBC), uma das pátrias do grande telejornalismo de qualidade, devido, em especial, à prestação dos grandes telejornalistas da CBS.

Tal como aconteceu com a rádio, as primeiras emissoras de televisão não faziam telejornalismo, embora, na Alemanha, a televisão tenha sido aproveitada pelos nazis para info-propaganda. O primeiro telejornal diário só surgiu nos Estados Unidos no final da década de quarenta do século XX, a pedido da Comissão Federal das Comunicações do governo americano. Até aí as cadeias de televisão americanas apenas passavam programas de entretenimento.

A linguagem do telejornalismo foi, inicialmente, buscar os seus principais referentes ao documentário cinematográfico, às notícias e reportagens radiofónicas e aos radiojornais. Por isso, os principais géneros telejornalísticos são a entrevista, a reportagem e o documental (ou grande reportagem, distinta da pequena reportagem essencialmente pelo papel mais oculto e “neutral” do jornalista). As transmissões de acontecimentos da vida desportiva, política, cultural e social também se podem enquadrar no espaço do telejornalismo.

O principal formato telejornalístico, configurado ao longo do século XX, é o telejornal, programa para todas as audiências, que marca o horário nobre das televisões generalistas e cuja estrutura se baseia no alinhamento de uma série de pequenas reportagens audiovisuais apresentadas ritmicamente por um pivot, por vezes intercaladas com directos ou com entrevistas e comentários em estúdio.

No início, a televisão não tinha a mobilidade da rádio (os meios mais recentes já dão à TV uma grande agilidade). Para se fazerem registos audiovisuais, usava-se filme, tal e qual como no cinema, o que complicava bastante a edição. Era igualmente difícil e volumoso armazenar imagens (o vídeo só apareceu em 1956, tendo-se generalizado o seu uso somente nos anos Sessenta). Inclusivamente, ainda se usava filme profissional e não o filme de 16 mm para cinema ligeiro, que só aparecerá na década de cinquenta. Portanto, segundo Ignacio Ramonet⁶⁰, nesses primeiros telejornais escasseavam as imagens de acontecimentos. Quando existiam essas imagens, normalmente reportavam-se a eventos passados no dia anterior ou até antes. Também se usavam mapas, gráficos e fotografias, que eram explicados pelos jornalistas. O telejornal, segundo Ramonet, consistia, essencialmente, numa série de jornalistas que se sucediam uns aos outros a lerem notícias. Não existia um pivot. O desporto, normalmente, não tinha espaço no telejornal, que se restringia, nos diversos países, à política nacional, à economia, ao estrangeiro e à meteorologia.

A partir do final dos anos sessenta, o vídeo revolucionou a informação televisiva, pois trouxe mobilidade, actualidade e rapidez ao telejornalismo. Assim, segundo Ramonet, o vídeo terá permitido ao telejornal adquirir o estatuto de vedeta da programação e de programa-âncora do horário nobre de audiência. Esse modelo de telejornal é classificado por Ignacio Ramonet como **modelo hollywoodiano**. A denominação decorre, entre outras características, do facto de elevar as figuras dos pivots ao estatuto de vedetas. No telejornal, o herói é o **pivot**. É o pivot que confere unidade ao programa, pela sua presença constante e familiar. É o pivot que garante a veracidade das notícias e credibiliza a informação, pois parece sentado ao mesmo nível do telespectador, olhando-o nos olhos. Pivots como Walther Cronkite e Dan Rather, da CBS (EUA), ou José Rodrigues dos Santos e José Alberto Carvalho, da RTP (Portugal), são exemplos de jornalistas que a televisão celebrou no papel de pivots. Cronkite, por exemplo, foi considerado o homem em que a América mais podia confiar. Dan Rather, a quem coube a ingrata missão de substituir Cronkite, teve pior sorte, pois teve de abandonar o papel de pivot depois de se ter provado que não tinha comprovado uma reportagem que dava, erradamente, conta de irregularidades na forma como o Presidente Bush (filho) tinha escapado ao serviço militar no Vietname.

Ignacio Ramonet sustenta que a televisão se confronta com algumas fatalidades ontológicas. Em primeiro lugar, o texto audiovisual desenvolve-se de maneira **irreversível**, pelo que o telespectador, a não ser que o grave e reveja, não lhe pode impor a sua ordem e velocidade de leitura. Em segundo lugar, o binómio **audiência/rentabilidade** impõe uma duração máxima ao telejornal, que, normalmente, não ultrapassa duas, três ou quatro partes com cerca de 12 minutos cada (e com intervalos entre cada uma delas). Durante esse tempo, torna-se necessário construir um texto audiovisual sem causar cansaço no telespectador. Teria sido a reflexão sobre a resolução destes problemas que, na versão de Ramonet, contribuiu para o aparecimento do modelo hollywoodiano de telejornal e condicionou a sua evolução.

Segundo Ramonet, é a **variedade temática** que evita o aborrecimento do telespectador. Num telejornal de 30 minutos podem abordar-se 20 a 25 temas, excepto quando um único tema tem suficiente impacto para romper com o modelo e manter o telespectador colado ao ecrã, como nos atentados de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos. Porém, a necessidade de se garantir a variedade temática e um ritmo que atraia o telespectador dificulta a contextualização da informação, já que são apresentadas muitas peças (de poucos minutos) em pouco tempo (cerca de meia hora na generalidade dos países, embora em Portugal os telejornais tenham duração superior). Ou seja, o formato telejornal condicionou os conteúdos, favorecendo o espectáculo e a superficialidade em detrimento do contexto.

⁶⁰ Seminário leccionado em 1995 em Santiago de Compostela, aos alunos do curso de doutoramento em Ciências da Informação.

Além da variedade temática, o telejornal hollywoodiano foi buscar ao cinema a noção de mesclagem de géneros. Melodrama, aventura e comédia, por exemplo, podem conviver num único telejornal ou até numa única peça. Foi também ao cinema que se foi buscar a noção de que o telespectador pede mudança de dez em dez minutos. Para se manter o interesse e a atenção do telespectador, é usual fazer-se um pequeno intervalo a cada 10/15 minutos ou então mostra-se alguma coisa que o surpreenda.

Os **sumários**, que têm uma função apelativa e de desencadeamento das expectativas do telespectador, também foram introduzidos pelo modelo hollywoodiano de telejornal, com o objectivo de levar as pessoas a manterem-se sintonizadas enquanto não chega aquilo que querem efectivamente ver.

Na actualidade, em consonância com Ignacio Ramonet, e como veremos mais à frente, um terceiro modelo de telejornal teria surgido com a CNN e as emissoras televisivas especializadas em informação. Neste terceiro modelo de telejornal a credibilização da informação não assenta prioritariamente na figura do apresentador, mas sim no **directo**

multilocalizado em contínuo. A grande promessa do telejornalismo, neste terceiro modelo, é **mostrar, em directo, o que se está a passar em cada ponto da Terra e as reacções (mundiais) aos acontecimentos**.

A televisão, tal como a rádio, globalizou-se, beneficiando do extraordinário potencial que lhe é dado por ser um meio electrónico de comunicação. A globalização começou pelo intercâmbio de conteúdos por satélite entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos, a partir de 1962, ano de colocação em órbita do Telstar. Foram muitos os momentos marcantes da televisão mundializada: o assassinato do Presidente Kennedy, o homem na lua, a Guerra do Vietname o casamento da Princesa Ana, o casamento da Princesa Diana, a Guerra do Golfo, a Guerra na Jugoslávia e a intervenção da NATO, o 11 de Setembro, a invasão do Iraque, a morte e o funeral do papa João Paulo II, etc.

A partir dos anos oitenta, a miniaturização e o embaratecimento dos equipamentos, o cabo e o satélite permitiram o aparecimento de novas fórmulas jornalísticas e de novos projectos telejornalísticos, muitas vezes projectados já não para o espaço nacional, mas sim para o mundo globalizado, tendo o pioneirismo pertencido, como se disse, à CNN. A experiência televisiva global dá, problemáticamente, referentes idênticos à população mundial.

Há que dizer que, devido a um certo esgotamento da fórmula típica do telejornal, novas soluções telejornalísticas foram tentadas. Algumas reforçaram o carácter espectacular da informação televisiva, outras procuraram explorar as possibilidades trazidas pelos novos meios, enquanto outras ainda procuraram tornar a expressão telejornalística mais profunda e contextual:

a) *The TV Show*, do Grupo Gannett, pode exemplificar a deriva do telejornalismo para o espectáculo, para o *info-show* (de que é arquétipo), bem como a influência recíproca entre os meios, já que, na sua essência, está uma adaptação da fórmula do jornal *USA Today* à informação televisiva. Em meia-hora, incluindo oito minutos para publicidade, o *TV Show*, apresentado por quatro pivots de pé num estúdio colorido, mostrava várias pequenas notícias, muitas das quais sobre irrelevâncias e curiosidades, entrecruzadas com inquéritos, em ritmo rápido e espectacular e com abundante recurso à infografia. Os próprios mapas meteorológicos do *USA Today* foram adaptados ao *TV Show*.

O programa *Prós e Contras* da portuguesa RTP, em que um pivot entrevista dois grupos em oposição perante uma plateia, também pode ser considerado um *info-show*, embora a sua estrutura seja diferente da estrutura do *TV Show*.

b) O modelo da CNN, cadeia surgida em 1980 por iniciativa do empresário norte-americano Ted Turner, é um modelo de “telejornal contínuo”, com abundantes recursos ao directo globalmente multilocalizado e a vários programas de informação especializada (alguns formatados como telejornais) e de entrevista, como as

de Larry King (*Larry King Live*). O modelo da CNN pode, assim, exemplificar o aproveitamento das potencialidades trazidas pelos novos equipamentos e pelos avanços nas telecomunicações. Exemplifica, também, uma nova concepção de televisão: a da televisão segmentada, especializada em informação. O modelo triunfou devido a vários acontecimentos que catapultaram as pessoas para a CNN, em especial a Guerra do Golfo Pérsico (a “falsa” guerra em directo), em 1991, bem como a queda de Ceausescu na Roménia, a queda do Muro de Berlim e a luta pela liberdade em Pequim (1989), o fim da URSS (1991), o assalto ao Parlamento Russo (1993), etc. Porém, a receita do sucesso da CNN poderá estar a vitimá-la, pois, com maiores ou menores adaptações, o seu modelo foi mais ou menos copiado, em todo o mundo e em várias línguas, por estações como a Fox News, a BBC News/BBC World, a Sky News, a Euronews, a Globo News, a portuguesa Sic Notícias, a Al-Jazeera, etc.

No modelo de “instantaneidade” da CNN o jornalista funciona, em grande medida, como “pé de microfone”, sendo o seu papel relatar “neutralmente” o que vê, ouve ou conhece e obter testemunhos e declarações de terceiros, sem grandes preocupações pela capacidade das fontes. O papel do telespectador é julgar e avaliar as diferentes percepções sobre um acontecimento sustentadas pelas diferentes fontes que o jornalista “põe a falar”. Assim, a CNN e outras estações do mesmo tipo têm sido usadas para propagandear pontos de vista e enquadramentos diferentes para os acontecimentos, o que impulsionou, inclusivamente, a fundação de emissoras tele-informativas destinadas a dar a conhecer o mundo sob prismas alternativos, como aconteceu com a estação árabe Al-Jazeera, de grande sucesso nos países islâmicos. Há que dizer, porém, que a televisão por satélite e cabo e a possibilidade de sintonização de estações como a CNN contribuiu, desde o início dos anos oitenta, para uma maior democratização do espaço público internacional, já que pessoas que anteriormente estavam condicionadas a ter apenas um ou dois canais “oficiais” de TV podem agora sintonizar, com maior ou menor liberdade, canais “independentes” de vários pontos do mundo, que colocam muitas vezes em causa as visões “oficiais” dos acontecimentos e que desafiam o telespectador com ideias e pontos de vista alternativos.

Para evitar os problemas decorrentes da falta de recuo e contexto do modelo CNN, algumas estações de notícias 24 horas procuraram criar modelos de jornalismo menos trepidantes e mais profundos, como a BBC News/BBC World.

c) O investimento no documental e nas médias e grandes reportagens de investigação por algumas televisões exemplifica a deriva telejornalística para o aprofundamento e contextualização dos assuntos. Há vários exemplos que se podem inserir nesse quadro. O *60 Minutes*, da cadeia norte-americana CBS, retransmitido em Portugal pela SIC Notícias, é um bom exemplo de um programa que, normalmente, ao longo de uma hora, inclui três médias reportagens de investigação, ou duas reportagens e uma entrevista.

d) Um modelo misto entre o telejornalismo superficial, vertiginoso e espectacular e o jornalismo de profundidade e contexto pode ser exemplificado pelo programa *48 Hours*, também da CBS. Neste programa, aborda-se um assunto da actualidade, reeditando-se as melhores peças que sobre esse assunto tenham sido emitidas nas últimas 48 horas.

As fórmulas telejornalísticas acabaram por se exportar para a imprensa e para outros meios, sobretudo no que respeita à clareza, à síntese, à ordem e ao aproveitamento da informação visual. A partir dos anos Oitenta, em vários casos, foi a televisão, e não a imprensa, a fixar a agenda jornalística. Por outro lado, a televisão, mais do que qualquer outro meio,

obrigou os políticos a adaptarem-se à sua linguagem, para beneficiarem do seu poder sedutor, como ficou provado desde o debate entre Nixon e Kennedy em 1960.

Graças à informática, o telejornalismo também se renovou, incluindo, por exemplo, infografias, em especial quando não há imagens dos acontecimentos mas se torna necessário explicá-los com imagens. A possibilidade oferecida pela televisão de as infografias serem animadas estimula a atenção do telespectador e dá-lhes maior potencial explicativo. Hoje em dia, novos desafios se abrem à televisão e, em consequência, ao telejornalismo. A televisão digital terrestre, por exemplo, poderá permitir a recepção de centenas de canais de excelente qualidade. A convergência da informática, da televisão e das telecomunicações poderá, por seu turno, conduzir à televisão *a la carte*, em que o telespectador escolhe os conteúdos que quer consumir e a altura em que quer consumi-los, um pouco como acontece já com vídeo e DVD, que competem com as emissoras pela atenção do telespectador.

7.10 Jornalismo multimédia e hipermédia: o ciberjornalismo

Quando falamos de ciberjornalismo, webjornalismo, jornalismo on-line, jornalismo digital ou jornalismo electrónico falamos de um jornalismo que nasceu por causa da Internet e para a Internet, em particular para a sua funcionalidade designada World Wide Web.

A Internet é uma rede de redes de computadores. Mais propriamente, nas palavras de Bastos (2000: 22), não constitui uma rede única, “mas um conjunto de milhares de redes de computadores globalmente distribuídas e cooperativamente organizadas”. As redes associadas à Internet variam muito em área coberta e em número e tipos de computadores.

Enquanto meio, ou suporte, a Internet não é propriamente um *mass media*, pois, se por um lado permite a veiculação massiva de informação, por outro também permite ao receptor ser simultaneamente emissor, permite a comunicação interpessoal, a interactividade, a selecção, a escolha de um caminho de navegação, etc., etc.

Há autores, como Baran (1995: 39), que consideram difícil definir o que é a Internet, porque “é uma amálgama grande e indefinida de recursos e informações e a sua configuração muda constantemente”. Como também assinala Baran (1995: 39), novas redes podem integrar a Internet a todo o instante, enquanto outras podem sair.

Foi a aceitação alargada do conjunto de protocolos TCP/IP, que permitem que os computadores comuniquem entre si, que sustentou o desenvolvimento da Internet e a tornou polifuncional. A Internet alberga, de facto, várias funcionalidades. O correio electrónico e os grupos de discussão da Usenet foram as primeiras formas de comunicação na Internet (Bastos, 2000: 24). Os programas FTP (File Transfer Protocol) permitem a transferência de ficheiros entre computadores. Aplicações como a IRC (Internet Relay Chat) permitem a comunicação interactiva em tempo real. Mas foi a World Wide Web, um sistema que permite a ligação hipertextual e hipermediática de documentos⁶¹, que revolucionou a rede das redes.

“Tecnicamente, o hipertexto é um conjunto de nós conectados pelas ligações, nós esses que podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos, sequências sonoras ou documentos que podem ser eles próprios

⁶¹ O hipertexto é o “texto” onde a ligação é “associativa” e não “sequencial” (Nielsen, 1995, *cit. in* Bastos, 2000). Numa frase, as palavras têm de ser lidas umas a seguir às outras, segundo a ordem determinada, para que a mensagem tenha sentido. Esta é uma ordem sequencial. Mas na Internet as pessoas navegam de documento para documento escolhendo determinados links entre os vários disponíveis. Ou seja, dentro das opções possibilitadas, a pessoa escolhe o seu caminho particular, ligando os documentos de acordo com as suas intenções, e não um caminho fixado anteriormente. Quando os documentos não são exclusivamente textuais, comportando sons, imagens fixas ou imagens em movimento, o hipertexto é multimediático, designando-se hipermédia (Scavetta e Laufer, 1993, *cit. in* Bastos, 2000).

hipertextos. Funcionalmente, um hipertexto é um *software* destinado à organização de conhecimentos ou de dados, à aquisição de informações e à comunicação.” (Bastos, 2000: 25)

O sucesso da rede das redes só foi possível devido ao aparecimento do primeiro programa capaz de realizar pesquisas na World Wide Web, o Mosaic, em 1992, e à simplificação dos comandos necessários para navegar na rede.

O desenvolvimento da Internet tem-se furtado a controles administrativos ou burocráticos (Bastos, 2000: 22). Na rede das redes não existe um controle centralizado; pelo contrário, opera-se como numa "anarquia cooperativa" (Baran, 1995: 34). Assim, dois dos maiores problemas que se colocam à Internet são a falta de controlo da informação, que traz falta de credibilidade, e a falta de segurança para as trocas dessa informação. Dois outros pontos problemáticos são a utilização, que apesar de ser crescentemente *user friendly*, ainda é difícil para as pessoas pouco habituadas a computadores, e a sobre-informação, que torna difícil encontrar exactamente o que se deseja entre a quantidade inimaginável de informação disponível na rede. Um outro problema importante está relacionado com os conteúdos pagos. Os conteúdos disponíveis na rede e mesmo o acesso à Internet são, em muitos casos, gratuitos, mas está a assistir-se a uma tendência crescente para cobrar o acesso a determinados conteúdos e exigir registo prévio dos utilizadores. O *Publico on-line* e o *Expresso on-line* são dois bons exemplos de webjornais que cobram pelo acesso a determinados conteúdos e exigem registo prévio. Os conteúdos pagos podem deitar por terra a antevisão idealista da Internet como panaceia barata para os problemas de acesso à informação dos países menos desenvolvidos e das pessoas mais pobres. A isto acresce que a maioria dos conteúdos existentes na Internet são em inglês (apesar do crescente volume de conteúdos noutras línguas), impedindo o acesso aos mesmos àqueles que não falam a actual “língua universal”. Finalmente, a Internet contribui para a desterritorialização e hibridização da cultura e para o cultivo de referentes culturais idênticos por um vasto número de pessoas.

Entre os principais pontos positivos que se podem apontar à Internet está, em primeiro lugar, a própria Internet, com tudo o que significa em termos de comunicação polifuncional. Em segundo lugar, pode colocar-se a possibilidade de comunicação interactiva, isto é, a possibilidade de o utilizador assumir uma postura activa e não uma postura passiva, como acontece, por exemplo, quando lê um jornal, ouve rádio ou vê televisão (pelo menos nos suportes tradicionais). O utilizador pode funcionar como selector de informação e mesmo como produtor e emissor de mensagens (os sistemas de autoria colectiva, como o do jornal on-line *Ohmynews*, e os weblogs, por exemplo, desafiam as definições tradicionais de jornalismo). A própria busca de informação pressupõe a actividade do utilizador. Em terceiro lugar, o facto de a Internet não estar sujeita a um controle central torna-a mais consentânea com o interesse colectivo, entendido como a capacidade relativa de prossecução dos milhões de interesses particulares que fazem a Internet. Em quarto lugar, podemos apontar o facto de a Internet permitir, simultaneamente, a projecção do local no global (a *glocalidade*) e do global no local. Em quinto lugar, a Internet gera formas mais humanizadas, no sentido de serem mais personalizadas e interactivas, de relação com a informação. Finalmente, **a Internet**, permitindo fenómenos como os weblogs e a disponibilização directa de informação da fonte ao receptor interessado⁶² sem intermediação jornalística, **está a roubar ao jornalista e às organizações noticiosas o poderoso e quase exclusivo papel que estes detinham enquanto gestores do que chegava e não chegava ao espaço público**. Em contrapartida, num mundo sobre-informado, talvez seja de relembrar o **papel tradicionalmente relevante do jornalismo e dos jornalistas: o de fornecer informação confirmada (“verdadeira”), útil, seleccionada e hierarquizada**. É cedo, portanto, para avançar com previsões sobre o

⁶² Lembremo-nos, por exemplo, do célebre escândalo do envolvimento sexual do Presidente norte-americano Bill Clinton com a estagiária Monica Lewinski, revelado por um jornal on-line produzido por um jornalista marginal ao sistema mediático, o *Drudge Report*. Porém, é de referir que esta informação foi providenciada por um jornalista num órgão jornalístico, ainda que este seja unipessoal.

alegado “fim” do jornalismo, entendido como actividade *profissional* de produção e difusão de informação, como prova o facto de os sites dos meios noticiosos serem dos mais procurados por quem busca informação.

A forma como a informação circula é outra das vantagens da Internet. Viu-se que mesmo em situações de crise profundas, como no 11 de Setembro de 2001, a rede das redes continuou a funcionar. O que se passa é que uma mensagem enviada através da Internet é dividida em pacotes. Cada pacote informativo, ao entrar na rede, calcula a forma mais rápida de chegar ao destino, consoante as possibilidades da rede no momento, e pode reajustar o seu itinerário se as circunstâncias se alterarem. Só quando todos os pacotes chegam ao destino é que a mensagem se completa. Isto acontece porque na origem da Internet estiveram projectos que se destinavam a assegurar as comunicações militares em caso de conflitos que destruíssem seriamente a infra-estrutura de comunicações.

De facto, a história da Internet começou quando, durante a década de Sessenta do século XX, uma agência de pesquisa dependente do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, a ARPA (Advanced Research Projects Agency), desenvolveu uma rede experimental de computadores, a Arpanet, que surgiu em 1969. Esta rede tinha dois objectivos. Visava permitir que os pesquisadores envolvidos no projecto, espalhados pelos vários pontos do país, compartilhassem informações. Visava, igualmente, possibilitar que pesquisadores e militares pudessem comunicar, mesmo na eventualidade de uma guerra nuclear que destruísse grande parte das infra-estruturas do país.

A ideia que veio a dar origem, primeiro, à Arpanet, e depois à Internet foi proposta e desenvolvida, a partir de 1963, por Larry Roberts. Este pode assim considerar-se o primeiro “progenitor” da Internet.

O conceito por trás da Arpanet consistia em colocar os computadores a comunicar através da rede telefónica, permitindo aos utilizadores enviar mensagens electrónicas e aceder aos conteúdos dos computadores ligados à rede. Como a rede foi projectada para ter utilização militar, foi arquitectada descentralizadamente, ou seja, previu-se, por um lado, que a informação pudesse usar linhas telefónicas alternativas caso algumas delas fossem destruídas e, por outro lado, que não fosse necessário um controlador central para encaminhar a informação. É esta arquitectura descentralizada que ainda hoje impede o controle da Internet por uma única entidade.

Um outro avanço consistiu na implementação da tecnologia que permite aos pacotes informacionais que viajam na Internet transportar não apenas texto, mas também som e imagens digitalizados. Por seu turno, o desenvolvimento dos protocolos TCP/IP (Transmission Control Protocol/Internetworking Protocol) tornou os computadores compatíveis para comunicação em rede. Assim, em 1972 a Arpanet foi publicamente apresentada e a tecnologia foi disponibilizada, dispondo já destas funcionalidades. Vários governos, universidades e centros de pesquisa começaram a implementar redes semelhantes.

Segundo Correia (*cit. in* Bastos, 2000: 30), existe consenso em admitir que o conceito de Internet foi primeiramente apresentado, em 1973, por Vint Cerf e Bob Khan, que propuseram a interconectividade das redes isoladas através de uma linguagem comum. Juntas, estas redes vieram a formar a Internet.

Em 1983, a Arpanet integrou-se com a rede militar Milnet e com a rede científica CsNet. Faltava dar um pequeno impulso para o aparecimento da Internet. Em 1987, surgiu, então, aquela que, segundo Bastos (2000: 30), foi a rede primária que esteve na origem da Internet. Chamava-se NSFNet e foi criada pela National Science Foundation, dos Estados Unidos. Tinha por objectivo ligar os supercomputadores espalhados pelo país numa rede de alta velocidade, a fim de facilitar a sua utilização pelos cientistas. A NASA também criou, na mesma altura, uma rede de alta velocidade, designada National Science Internet. Hélder Bastos salienta que estas e outras redes financiadas pelo Governo americano se tornaram “as espinhas dorsais primárias do sistema Internet”.

Em 1989, Tim Berners-Lee propôs uma arquitectura de recuperação de informação assente no hipertexto ou hipermédia que permite que as bases de dados na Internet tenham a configuração que hoje conhecemos (os websites com várias páginas, multimediativamente estruturados como bases de dados). Segundo Fidler (*cit. in* Bastos, 2000: 31), “este

standard simplificou enormemente a manipulação e apresentação de *media* misturados e abriu a porta para a publicação on-line através da Internet”. A World Wide Web não é mais do que um conjunto mundial de bases de dados (os sites) arquitectadas segundo o sistema de Berners-Lee.

Apesar de estar criada a infra-estrutura, faltava impulsionar e expandir a utilização da Internet, criando aplicações susceptíveis de facilitar o acesso à rede por utilizadores comuns, a navegação e a pesquisa sobre o que existe na rede. Estas aplicações foram desenvolvidas a partir de 1992, ano em que um grupo de pesquisa da Universidade do Illinois, liderado por Marc Andreessen, desenvolveu, como se disse, o primeiro *browser*, um interface gráfico que permite a navegação (*browsing*) pelas bases de dados da Internet. Em 1993, cópias gratuitas dessa aplicação já circulavam na rede.

Em 1994, a Internet foi publicamente apresentada (Armañanzas et al., 1996, *cit. in* Bastos, 2000: 31) e começou a crescer em popularidade. Face a isto, em 1995, redes privadas como a America Online, Prodigy e a Compuserve, que apenas permitiam aos seus clientes o acesso a informação ou a utilização de correio electrónico dentro da respectiva rede, começaram a oferecer o acesso à Internet como forma de cativar mais clientes. O processo não mais parou. Hoje a rede alberga e sustenta cibercomunidades, com códigos e cultura próprias, permite várias funcionalidades, algumas mais desinteressadas, como a troca de ficheiros, outras mais interessadas, como o comércio on-line, potencia a comunicação interactiva, funciona como uma gigantesca biblioteca, videoteca e audioteca global (“três em um”), funciona como “páginas amarelas”, etc. Para já, a Internet ainda está numa fase “inicial” de desenvolvimento, pelo que ninguém pode prever com segurança a sua evolução e o seu impacto futuro. Mas, como certamente diria McLuhan, parece reunir condições para, convergindo com as telecomunicações e a televisão, vir a ser o meio de eleição da aldeia global, até porque tende a ser acessível a partir de diferentes terminais e suportes: computadores, TV’s, telemóveis, etc. Há que dizer que a popularização da Internet competiu com outros meios de comunicação, que em alguns casos também oferecem (ou ofereceram) conteúdos jornalísticos, como o videotexto, o teletexto e o audiotexto.

O teletexto, dispositivo que permite o envio de informação junto com o sinal audiovisual das emissoras de televisão, apareceu entre 1976 e 1979, período em que a BBC e a ITV iniciaram os seus sistemas de teletexto, designados Ceefax e Oracle, respectivamente. Os telespectadores podem aceder a informações em várias páginas de texto, disponíveis no televisor, desde que este esteja configurado para a recepção de teletexto e, obviamente, desde que a estação televisiva emita teletexto junto com o sinal. Contudo, apesar de ter servido e ainda servir para a difusão de notícias, o teletexto não se constituiu como um sistema jornalisticamente apelativo para fornecedores de conteúdos e usuários.

O “sucessor” do teletexto foi, a partir dos finais dos anos setenta, o videotexto, sistema que permite o envio de informações por cabo telefónico para televisores adaptados. Este sistema, ao contrário do teletexto, é interactivo, permitindo ao utilizador a troca de mensagens (e-mail), o acesso a inúmeras bases de dados e mesmo a disponibilização dos seus dados para outros usuários. Foi em França que o sistema de videotexto, designado Minitel, teve mais êxito, chegando a ter 6,5 milhões de usuários. O primeiro jornal francês com uma versão em videotexto foi o *Dernières Nouvelles d’Alsace*, sendo seguido por vários outros. Noutros países o sistema teve pouco êxito, devido a debilidades como os custos elevados e a fraca definição gráfica. Nos Estados Unidos, por exemplo, o sistema não foi subscrito por mais de alguns milhares de pessoas. Para incentivar a adesão ao videotexto, alguns fornecedores de serviços começaram a comercializar notícias, aliando-se a empresas jornalísticas. A AT&T, por exemplo, aliou-se ao grupo mediático americano Knight-Rider. O *New York Times*, a agência Associated Press e vários outros jornais americanos também fabricaram edições electrónicas para o videotexto, mas como o mercado era pouco apelativo, tornando-se ainda menos apelativo devido à expansão da Internet, a experiência desses órgãos jornalísticos no videotexto cessou.

O audiotexto é um dispositivo que permite a escuta de notícias por linha telefónica. Teve e tem pouca adesão, apesar de algumas operadoras de telemóveis e telefonia fixa o oferecerem.

Concomitantemente ao desenvolvimento do ciberjornalismo fizeram-se também várias experiências de produção de jornais por fax e de jornais multimédia em CD-ROM, como fizeram os jornais *ABC* (disponibilização dos suplementos culturais de um ano inteiro em CD-ROM, em 1994 e 1995) e *El Mundo* em Espanha (1994). O off-line permitia soluções gráficas mais arrojadas do que o on-line, mais conteúdos, mais imagens, etc., mas não possuía algumas das características fundamentais que viabilizaram o ciberjornalismo: instantaneidade e possibilidade de actualização permanente.

O ciberjornalismo, também designado webjornalismo, jornalismo on-line e jornalismo electrónico, apareceu, nos anos noventa, como o corolário lógico das experiências jornalísticas no videotexto e no teletexto e do aproveitamento, pelas empresas jornalísticas, da popularização da Internet e das novas tecnologias interactivas da informação e comunicação, dos avanços nas telecomunicações e da convergência dos meios. Segundo Cabrera (2004: 408), os jornais impressos foram os primeiros meios a migrarem para a Internet (sendo seguidos pela rádio e televisão), por vários motivos:

- a) Perda de leitores, em especial entre os jovens;
- b) Aumento dos custos de produção e distribuição, em particular o custo do papel;
- c) Fuga de publicidade para a televisão;
- d) Medo da concorrência, principalmente medo de que outros meios impressos migrassem primeiro para a Internet;
- e) A produção de conteúdos para a versão impressa permitia o seu aproveitamento no webjornal;
- f) Vantagens da própria Internet, potenciadas pela informatização das redacções e pelo jornalismo assistido por computador (*computer assisted reporting*), como a utilização de e-mail, a consulta em bases de dados, a transferência de ficheiros, etc., que obrigaram a uma *reconversão das rotinas produtivas*;
- g) Os jornais esperavam promover o consumo do meio original, pois as potencialidades da Rede, como a interactividade, podem gerar um maior envolvimento do consumidor de informação.

O ciberjornalismo caracteriza-se, principalmente:

- a) Pela **potenciação da interactividade** entre o usuário e o jornalista, entre o cidadão e o jornal, etc. A interactividade desenvolve-se a vários níveis: nas escolhas do usuário, nas buscas através de motores de pesquisa, nos contactos com o meio, nos comentários às notícias, no reenvio das notícias, etc. A fácil interactividade, quando não é frustrada, pode chegar a fazer do cidadão um “jornalista” ou, pelo menos, uma “fonte regular”.
- b) Pelo **multimédia**, ou seja, pela possibilidade de associação (ou não) de som, imagens fixas e animadas e texto num mesmo suporte, já que toda a informação se reduz a *bites*. Isto obriga o ciberjornalista a ter habilidade para decidir sobre a melhor forma de construir as mensagens e competência para se exprimir com som, imagens fixas e animadas e texto, em formato *unimédia* ou *multimédia*.

- c) Pela **hipertextualidade**, que permite a um usuário ir navegando on-line, não linearmente, de página em página, de *site* em *site*, escolhendo o seu próprio percurso para obter informação. O ciberjornalista fica, assim, estimulado a produzir informação com links para informação conexa, que pode surgir em formato unimédia ou multimédia. Por outras palavras, o ciberjornalista também necessita de dominar a *escrita não linear multimédia*.
- d) Pela **instantaneidade**, que proporciona aos meios jornalísticos on-line a possibilidade de fornecerem continuamente novas informações. O ciberjornalista fica, assim, obrigado a ser ainda mais rápido do que jornalistas de outros meios electrónicos, já que as *deadlines* tendem para o instante (assiste-se, num certo sentido, ao *fim das deadlines*, ou, talvez melhor, à aparição das *deadlines perpétuas*, única forma de bater a concorrência). O jornalismo torna-se, nesse sentido, *intemporal*.
- e) Pela **elasticidade do espaço e do tempo**, pois os meios on-line não estão sujeitos aos problemas de espaço e de tempo dos meios tradicionais.
- f) Pela **personalização**, já que o usuário pode seleccionar e determinar, em determinados meios on-line, *que conteúdos quer receber* (jornalismo *a la carte*) e até *quando os quer receber* (podendo ser instantânea, periodicamente, quando o usuário determina, quando se estabelece uma conexão com a Internet, etc.).
- g) Pela **facilidade de escolha** dos itens que se desejam consumir dentro do menu informativo que é oferecido ao usuário.
- h) Pela **glocalidade**, isto é, pela facilidade de projecção de meios locais no espaço global.
- i) Pela **globalidade**, em várias perspectivas: em primeiro lugar, a comunhão de referentes ao nível global; em segundo lugar, a possibilidade de se fazerem meios globais, alguns deles com colaboração global; em terceiro lugar, pelo alcance potencialmente global, pela distribuição directa, universal a um custo mínimo.
- j) Pela **convergência e, por vezes, pela fusão entre produtores e receptores de informação**, o que coloca novos desafios à definição e delimitação do que é ser jornalista e do campo jornalístico⁶³ e causa a erosão do esquema comunicativo clássico do jornalismo de difusão massiva de mensagens.
- f) Pela **diversidade**, pois a Internet permitiu a muitos órgãos de comunicação, generalistas e especializados, amadores e profissionais, darem-se a conhecer e competirem entre si pela atenção do usuário.
- g) Pela **reconversão das rotinas produtivas**, obrigando os jornalistas a terem competências expressivas em vários meios e, em concreto, no webjornalismo multimédia.

⁶³ Na visão do autor, o jornalismo contemporâneo é um fenómeno industrial, que, grosso modo, se descreve como sendo o fabrico de informação por profissionais, em organizações profissionais, pelo que fenómenos como o dos weblogs, se bem que possam ser considerados para-jornalísticos, não devem ser considerados genuinamente jornalísticos.

Apesar de os meios on-line poderem, teoricamente, aproveitar todas as potencialidades trazidas pela Internet, nem todos o fazem. Há vários níveis de aproveitamento dessas potencialidades, que, em parte, correspondem às fases que alguns meios impressos atravessaram durante a sua migração para a Internet:

1) A um nível incipiente, faz-se apenas a reprodução dos conteúdos do meio original (por exemplo, de um jornal impresso). Por vezes, a este nível apenas se permite a descarga de ficheiros (por exemplo, em PDF) para posterior visualização ou impressão pelos usuários (o diário português *Público*, por exemplo, oferece essa opção).

2) A um nível de adaptação primária, oferecem-se os mesmos conteúdos do meio original, mas procura-se sujeitar a informação aos princípios do webdesign (apresentando-se, por exemplo, textos curtos ou títulos com hiperligações).

3) O terceiro nível é o da integração e da interacção. Além de se oferecerem os conteúdos do meio original, são produzidos conteúdos específicos para a versão on-line, frequentemente actualizados (em alguns casos, os meios têm até uma redacção própria para a versão on-line). A interacção com o usuário é maior, permitindo-se, por exemplo, que este interaja com os jornalistas (por vezes em tempo real), faça pesquisas (agregação de um motor de busca), comente os conteúdos, reenvie as notícias, participe em fóruns de discussão (alguns em tempo real), responda a inquéritos, usufrua de vários serviços on-line, etc. Há abundantes hiperligações hipertextuais. O webdesign preside à organização, integração e hierarquização de conteúdos, serviços e funcionalidades.

4) O quarto e último nível atinge-se quando os meios on-line agregam ao terceiro nível características multimediáticas, possibilitando a navegação hipermediática.

Apesar do pioneirismo do *personal journal* do *Wall Street Journal*, disponibilizado na rede norte-americana Prodigy ainda nos anos oitenta, pode considerar-se que as primeiras experiências especificamente ciberjornalísticas datam de 1992. Nesse ano, apareceu o Diário Expo 92, disponível na rede da America On-Line (AOL). Também nesse ano surgiu, nos Estados Unidos, o primeiro jornal especificamente pensado para estar on-line: o *San Jose Mercury Center* (pertença do *San Jose Mercury News*). Esse jornal on-line já oferecia alguma interactividade, nomeadamente a possibilidade de contacto com os jornalistas por e-mail, a subscrição on-line, links hipertextuais, escolha da secção, etc. O seu design já apontava para a evolução que conduziu aos modelos actuais: embora as páginas tivessem poucas imagens e cores (até por causa das velocidades dos processadores, da pequena capacidade de memória e do baixo débito das linhas telefónicas e modems), o jornal apresentava-se bastante limpo, com poucos textos, dispostos numa coluna central maior e duas colunas laterais menores. Os textos eram de pequena dimensão e, em alguns casos, sugeriam-se hiperligações (hipertexto), bastando clicar nas palavras. Nalguns casos, os textos reduziam-se aos títulos, cada um deles possibilitando hiperligações hipertextuais. No entanto, há que dizer que o *San Jose Mercury Center* era vocacionado para a elite tecnologicamente culta de Silicon Valey, conforme o seu próprio slogan anunciava. Em 1995, o jornal migrou para a World Wide Web, passando a estar disponível na Internet. Seguindo o seu exemplo, começaram a surgir, em especial a partir de 1994/1995, vários jornais exclusivamente on-line, alguns especializados, como o jornal on-line catalão *Avui* (1995), especializado em cultura e espectáculos, outros generalistas, como o jornal espanhol *Estrella Digital* (1998) ou os portugueses *Diário Digital* (1999) e *Portugal Diário* (2000).

Ainda em 1992, o *Chicago Tribune* passou a disponibilizar on-line, na rede America On-Line (AOL), a sua edição impressa, mas não oferecia as funcionalidades do *San Jose Mercury Center*. Em 1993, apareceram vários serviços de disponibilização on-line de notícias extraídas de vários meios, como o *News in Motion* e o *ClariNews*.

Em 1994, os meios impressos de todo o mundo começaram a migrar em massa para a Internet, começando pelos norte-americanos *Los Angeles Times*, *Time* (*Time On-Line*), *The Washington Post*, *The New York Times*, *The Philadelphia Inquirer*, etc. Outros jornais possibilitavam a subscrição on-line, mas em alguns casos o acesso aos conteúdos ficava extremamente caro. O acesso ao *Le Monde* através da rede Compuserve, por exemplo, custava, em 1994, cerca de mil dólares por ano. De qualquer maneira, em 1994 já era possível aceder on-line, livremente ou após pagamento, a jornais de todo o mundo, como os europeus *The Daily Telegraph* (que se apresentava com a denominação *Electronic Telegraph*), *The Independent*, *Il Corriere della Sera*, *The Guardian*, *The Times*, *The Sunday Times*, *Irish Times*, *Die Welt*, *Frankfurter Allgemeine Zeitung* entre outros, alguns dos quais já tinham versões diferentes para o papel e para a Internet. Também começou em 1994 a migração massiva de rádios e televisões para a Internet, acompanhados pelas agências de notícias. Contudo, nessa época, algumas empresas ainda procuravam aproveitar a vaga das novas tecnologias para oferecer serviços de notícias que não passassem pela Internet, mas sem sucesso. Foi o caso do jornal britânico *Evening Standard*, que procurou, infrutiferamente, comercializar, por 500 libras, uma News Box que se ligava à linha telefónica e permitia ler notícias no ecrã.

Entre 1992 e 1994 o webdesign evoluiu, embora ainda se conservasse muito simples, por causa das baixas prestações da tecnologia (quando comparadas com as prestações actuais). Apesar das limitações, alguns jornais on-line já podiam ser considerados verdadeiramente multimidiáticos e hipermediáticos, como o italiano *L'Unione Sarda*, cuja página inicial era constituída apenas por vários links icónicos. A partir de 1995, os avanços da tecnologia informática e de telecomunicações permitiram o aperfeiçoamento multimidiático (hipermediático) do webdesign, que hoje em dia, num certo volte-face, contamina os jornais impressos.

O *USA Today* migrou para a Internet em 1995. Nesse mesmo ano, também migraram para a Internet os diários portugueses *Público* e *Jornal de Notícias* (numa primeira fase, o *Público* apenas disponibilizava a edição do dia anterior, por medo da concorrência com a versão impressa), tal como fizeram os canais televisivos portugueses TVI e RTPi. Em 1996, o canal televisivo português SIC também apareceu na Internet.

As características multimidiáticas da Internet potenciaram o aproveitamento de sinergias entre os meios, gerando alianças multimédia, como a protagonizada, em 1996, pelo *New York Times*, *ABC*, *The Boston Globe*, *Times Mirror* e *Los Angeles Times*.

De salientar que foi também em 1994 que começaram a aparecer portais, incluindo portais de provedores de serviços Internet, que integravam conteúdos jornalísticos como forma de atrair os cibernautas, opção facilitada pela concentração horizontal da propriedade (grupos que agrupam empresas mediáticas e empresas de Internet). O pioneiro foi o *Nando.Net*, que incluía no portal o acesso ao *Nando Times*. Alguns dos conteúdos e serviços disponíveis no portal eram pagos, outros gratuitos, prefigurando já a evolução para o actual **modelo de negócio** do ciberjornalismo, que, embora faculte alguns conteúdos de acesso livre, cobra pelo acesso a outros. Assim, a tendência é para se passar de um modelo de acesso livre à informação jornalística, financiado pela publicidade, para um modelo de conteúdos pagos (total ou parcialmente). A concentração da propriedade dos meios on-line, potenciada pela concentração da propriedade dos meios originais, favoreceu a via da cobrança pelo acesso à informação.

7.11 Agências noticiosas

No início do século XX, a aliança desenhada desde meados do século XIX pelas três grandes agências europeias – Reuter, Havas e Wolff – sofreu novos desafios.

O primeiro desafio veio da feroz concorrência movida às agências europeias pelas competitivas agências norte-americanas. Logo a partir de 1902, as “três grandes” sofreram com o impacto da abertura de sucursais da Associated Press (AP) na Europa. A United Press (UP), fundada em 1907, seguiu o caminho expansionista e fortemente concorrencial da AP. A agência do Grupo Hearst, a International News Service (INS), fundada em 1909, juntou-se às duas outras agências americanas que actuavam na Europa logo a partir do ano da sua fundação. As agências americanas, descomprometidas com os interesses governamentais de Paris, Londres ou Berlim (ao contrário do que sucedia com a Havas, a Reuter e a Wolff), ofereciam mais exclusivos noticiosos e, principalmente, ofereciam um produto que as “oficiosas” agências europeias não costumavam dar mas para o qual existia mercado: notícias de interesse humano, notícias sobre curiosidades, excentricidades e frivolidades, bem como notícias sobre pessoas famosas e o mundo do espectáculo (actores de cinema, cantores, artistas...), etc.

Um segundo desafio ao domínio anglo-franco-alemão sobre a informação internacional decorreu da forma como a Havas, a Reuter e a Wolff actuaram na I Guerra Mundial, que minou a sua credibilidade. De facto, durante este conflito as “três grandes” foram convertidas em agentes de propaganda dos estados beligerantes, sendo usadas pelos governos para desacreditar os inimigos e combater a propaganda inimiga. Essa cumplicidade “oficiosa”, a que se juntou a difusão dos comunicados oficiais dos respectivos governos, ensombrou a credibilidade que as grandes agências europeias tinham na Europa, se bem que tenha aberto as portas da frente de batalha aos seus jornalistas, o que aumentou o volume de notícias (embora censuradas) sobre a guerra e, em consequência, tornou mais lucrativa a actividade. A associação das agências aos interesses nacionais e governamentais também lhes permitiu receber generosas subvenções estatais, que aumentaram ainda mais os respectivos lucros. Lucraram, assim, os governos, que podiam camuflar a propaganda sob a capa das notícias; e ganharam, financeiramente, as agências, que aumentaram os lucros e puderam colocar jornalistas a cobrir o que se passava na frente. Mas as três grandes agências europeias também perderam algo: parte da sua reputação e da sua credibilidade. O público, esse, talvez tenha sido o que mais perdeu, condicionado a consumir uma informação censurada e, por vezes, distorcida ou mesmo falsa.

A I Guerra Mundial teve por consequência o rompimento da “Tripla Aliança” entre as grandes agências europeias. Não obstante, por impulso da Havas e da Reuter, criou-se, em 1918, a Rede Aliada de Notícias, que agregava as grandes agências francesa e britânica e 26 agências nacionais, como a espanhola Fabra, a holandesa Finska, a turca Anatolie, a alemã DNB, entre outras. A partir de 1924, a agência soviética Rosta (que, em 1925, seria rebaptizada Tass) foi convidada a integrar a Rede, para combater a concorrência da United Press, que com ela tinha firmado um acordo. A Associated Press esteve, desde o início, associada à Rede, mas, vendo-se acossada pelas restantes agências norte-americanas que actuavam no mercado europeu, a INS e a UP, obteve da Rede a possibilidade de vender notícias directamente aos seus clientes europeus, em 1932.

A ascensão dos totalitarismos na Itália, na Alemanha e em Espanha (onde a agência Efe, criada em 1938, substituiu a agência Fabra), a crise económica dos anos Trinta e as tensões que antecederam a II Guerra Mundial provocaram um novo abalo no fluxo internacional de notícias e levaram as agências, principalmente as europeias, a tornarem-se uma espécie de organizações noticioso-propagandísticas intimamente ligadas aos respectivos governos, com perdas para a respectiva credibilidade. Quando, seguindo o exemplo reivindicativo da AP, a agência alemã DNB (antiga Wolff), já nas mãos do governo nazi, reclamou à Rede liberdade de acção no Extremo Oriente e o controle da cobertura da Polónia e da Checoslováquia, a Rede acabou por morrer, embora as agências que tinham sido parceiras na Rede tivessem, em alguns casos, mantido acordos de cooperação, que permitiram à Reuter e à Havas deter ainda alguma predominância na gestão dos fluxos de informação na Europa, mas sem o relevo que tinham tido outrora.

Pelo final dos anos Vinte, o aparecimento da radiotelegrafia (telegrafia por rádio, sem fios, o que dispensava os cabos submarinos) e de impressoras capazes de decodificar os impulsos eléctricos potenciou e agilizou a acção das agências. A radiotelegrafia permitiu, inclusivamente, o aparecimento de agências radiotelegráficas de notícias, como a Suíça Transradio e a alemã Europa-Radio.

A II Guerra Mundial recolocou novamente as agências europeias (pelo menos as que não suspenderam as actividades por causa da invasão nazi) na rota da propaganda, ao serviço das estratégias dos governos em confronto. Essa estreita vinculação das agências ao poder político acabou por provocar a nacionalização e a mudança de denominação de várias delas no pós-guerra. A Havas, por exemplo, converteu-se na Agence France Press (AFP), a DNB rebaptizou-se DPA e a Stefani passou a denominar-se ANSA. A Reuter, porém, manteve-se na esfera privada, tal como as agências americanas. Inclusivamente, em alguns países europeus apareceram novas agências privadas, como a portuguesa Agência de Notícias e Informações, em 1947, ou a agência austríaca APA, que, como outras, resultou do esforço cooperativo de órgãos jornalísticos livremente associados. Apareceram, também, agências participadas simultaneamente por privados e pelo Estado, como a agência turca Anatolia, inaugurando um modelo ainda hoje seguido em agências como a portuguesa Lusa. Na Europa de Leste e na União Soviética, a agência estatal soviética Tass assumiu-se como agência dominante, embora ao serviço da propaganda comunista. A partir desta configuração, desenhou-se um sistema internacional de fluxos noticiosos claramente dominado por seis grandes agências –AP, UP, INS, Reuter, AFP e Tass–, que em 1958 passaram a cinco, devido à fusão da United Press com a International News Service, dando origem à United Press International (UPI). Somente alguns países de vocação continental, como a China (Agência Nova China), a Índia e, até certo ponto, o Brasil, ou com um importante e dinâmico número de empresas jornalísticas, como o Japão, conseguiram ir furtando-se a esse controlo.

Os processos de descolonização geraram, igualmente, um aumento considerável do número de agências, em África e na Ásia, especialmente a partir dos anos Sessenta, mas nem sempre as novas agências conseguiram cobrir, sequer, os respectivos países, por dificuldades técnicas, financeiras e materiais. Para além disso, a maioria das novas agências continuou a depender das “cinco grandes” para o fornecimento de informação sobre o exterior, pelo que estas últimas continuaram a deter o domínio dos fluxos informativos. Assim, durante muitos anos assistiu-se à situação algo paradoxal de muitos dos países menos desenvolvidos consumirem, em grande medida, informação fabricada ou mesmo sobre os países mais desenvolvidos, onde estavam sedeadas as grandes agências, ou, no caso da esfera comunista, de consumirem, por razões ideológicas e de domínio político, informação difundida pela Tass. Na América Latina, porém, há que realçar o papel noticioso-ideológico da Prensa Latina, agência cubana fundada por Fidel Castro, em 1959, que conseguiu ir competindo com as grandes agências norte-americanas que “colonizavam” o espaço informativo da América Central e do Sul, graças aos apoios soviéticos a Cuba. Com o colapso da União Soviética, a Prensa Latina quedou-se, quase exclusivamente, ao espaço cubano.

Os Países Não Alinhados, em grande medida fundados nos relatórios da UNESCO, procuraram reagir contra o exacerbado controlo dos fluxos internacionais de comunicação pelos países mais desenvolvidos, e em particular pelas grandes agências noticiosas. Assim, no quadro da UNESCO, propuseram um novo modelo de comunicação internacional, sob a denominação Nova Ordem Internacional da Informação, de onde resultou um esforço de cooperação que conduziu, por exemplo, à formação de redes de agências dos países não alinhados. Assim, nos anos Sessenta fundou-se, na América Latina, o Inter Press Service, assente num sistema de propriedade cooperativa. Por seu turno, em 1975, doze agências estatais reuniram-se em torno da antiga agência de notícias jugoslava Tanjug para formar o Pool de Agências dos Países Não Alinhados, tendo o seu número crescido continuamente até meados dos anos noventa, década em que quase uma centena de agências faziam parte da Pool. Porém, as agências dos países menos desenvolvidos falharam no seu propósito principal de interessar os países mais desenvolvidos em notícias sobre os

países menos desenvolvidos, pelo que, no final do século XX, os fluxos internacionais de notícias continuavam a ser controlados, mas já não por cinco, somente por três grandes agências: Reuter, Associated Press (AP) e France Presse (AFP). Das antigas “cinco grandes”, a UPI entrou em crise económica, tendo-se afastado das grandes lides da cobertura noticiosa internacional, e a Tass, com o colapso da URSS, perdeu os privilégios que detinha nos países da antiga esfera soviética, acomodando-se ao espaço russo e russófono, com a nova denominação Inter-Tass (1992), onde passou a competir com agências privadas que entretanto surgiram, como a Interfax e a Postfax. A outra grande agência soviética, a Novosti (APN), também se reorientou, essencialmente, para o espaço russo e russófono.

Se quisermos traçar um quadro geral da dinâmica das agências no final do século XX, temos então:

- a) O domínio internacional da Reuter, da AP e da AFP, que estabeleceram alianças com várias agências nacionais (a agência portuguesa Lusa, por exemplo, tem acordos com a AFP);
- b) O crescente protagonismo da agência espanhola Efe, graças à expansão da língua espanhola por todo o mundo e à sua acção no mercado ibero-americano;
- c) O protagonismo interno das agências nacionais de cada país, nomeadamente nos países mais desenvolvidos (como o protagonismo da Agência Lusa em Portugal);
- d) A incapacidade de alguns dos países menos desenvolvidos criarem agências nacionais, o que lhes retira peso no fluxo internacional da informação;
- e) A manutenção de uma certa influência externa (para além da interna) de agências de países de grande dimensão ou com economia e imprensa fortes, como a alemã DPA, a italiana Ansa, a russa Itar-Tass, a chinesa Xinhua e a indiana PTI;
- f) Mudança da área vital de negócio das agências, com as notícias tradicionais a cederem lugar às informações económicas e financeiras, embora, naturalmente, os conteúdos jornalísticos continuem a ser relevantes (notícias, fotografias informativas, eventualmente informação de rádio e televisão);
- g) Reversão do modelo de negócio, com a expansão da rede de clientes, onde os órgãos jornalísticos são cada vez menos importantes quando comparados com os clientes institucionais, como os organismos estatais, os grandes grupos económicos, a banca, etc.; segmentação da informação, cada vez mais especializada, para a exploração de nichos específicos do mercado;
- h) Competição das televisões e rádios por satélite e dos órgãos jornalísticos com presença na Internet, minando a influência e o negócio das agências; estas denotam uma diminuição da sua capacidade de difusão de exclusivos e de notícias em primeira-mão;
- i) Aparição no mercado de pequenas e ágeis agências que aproveitam os benefícios das novas tecnologias da informação, em particular da Internet;

j) Dificuldades económicas generalizadas, só compensadas, muitas das vezes, com as compensações estatais, com excepção da Reuter (graças, sobretudo, à informação financeira e bolsista) e da AP (graças ao controle quase monopolístico do imenso e vigoroso mercado norte-americano e à associação à Dow Jones desde 1967).

Conclusões

Após este percurso pela história do jornalismo, podemos tirar as seguintes conclusões:

1. **Primeiro**, é possível dizer que o jornalismo, enquanto sistema de recolha, processamento e difusão de informações noticiosas, tem raízes profundas nos processos de transmissão de novidades e de registo da memória histórica e humano-geográfica da Antiguidade, em particular das formas que moldaram esses processos na Antiga Grécia e na Antiga Roma. *As formas e os conteúdos das notícias que temos hoje em dia são, assim, o fruto de um longo processo histórico.*
2. Em **segundo lugar**, também há evidência suficiente para defender que desde os primórdios do jornalismo a intenção noticiosa subjazeu à actividade, apesar do sucesso que a imprensa política e literária conheceu entre os séculos XVIII e XIX. *O jornalismo viveu sempre, essencialmente, de notícias.*
3. **Terceiro**, é possível afirmar que o sistema jornalístico foi-se formando assente na imprensa. A etimologia da palavra jornalismo apela, inclusivamente, para a ideia de *jornal*. A imprensa foi-se abrindo, ao longo dos tempos, ao fotojornalismo, à infografia e ao design. À imprensa vieram juntar-se, como suportes jornalísticos, a rádio, a televisão e, mais recentemente, a Internet. A aparição de novos suportes foi provocando a transformação dos meios e suportes precedentes e a sua evolução conjunta, em interacção. Esse desenvolvimento conjunto dos meios, em interacção constante uns sobre os outros, agudizou-se, com a recente convergência mediática electrónica para a Internet. Os modos de produção, difusão e apropriação da informação foram-se, também, modificando, embora, na sua essência, o jornalismo continue a definir-se pela produção de informação por jornalistas. Assim, pode dizer-se que *o ecossistema jornalístico se formou por fenómenos de acumulação, interacção e adaptação.*
4. **Quarto**, na actualidade, há *vários jornalismo*s, em função da política dos estados, da cultura, da ideologia, mas também dos mercados e dos públicos. Há também novos *desafios ao jornalismo*, que se prendem com a própria *definição do que é o jornalismo e do que é ser jornalista* num tempo em que *o jornalismo industrial e profissional taylorista está a ser desafiado pelos jornais, rádios e televisões on-line, pelos sistemas de autoria colectiva e pelo “jornalismo dos cidadãos”, pelos weblogs, alguns dos quais “artesanais”, feitos por não profissionais, e por vários outros fenómenos similares.* Num certo sentido, *o jornalismo está a reencontrar-se com as suas origens*, os tempos em que alguns editores-tipógrafos começaram a tentar ganhar dinheiro produzindo e imprimindo “artesanalmente” notícias, embora, realisticamente, essa intenção já fosse manifestamente “profissional” e “empresarial”, enquanto a intenção de alguns dos novos meios “artesanais” na Rede é meramente “amadora” e não empresarial (no sentido de que muitos desses meios na Rede nem sequer são feitos para gerarem rendimentos).

5. **Quinto**, é possível sustentar que *a segmentação e a competição acompanharam a evolução do jornalismo*, pois rapidamente os empresários da informação compreenderam que havia vários nichos de mercado a satisfazer e que era necessário oferecer um produto melhor e diferente para bater a concorrência. A segmentação e a competição propiciaram uma paisagem jornalística diversificada e em constante inovação, em que se procuram satisfazer as necessidades e interesses informativos de cada segmento do mercado. Por isso, as publicações especializadas ou vocacionadas para um segmento surgiram cedo no panorama jornalístico.

6. **Sexto**, é historicamente verdadeiro que os primeiros cursos e disciplinas de jornalismo no ensino superior surgiram na Europa e não nos Estados Unidos como tantas vezes erradamente se escreve. O ensino superior de jornalismo nos Estados Unidos foi importante, quer pela sua qualidade e pioneirismo quer porque foi nos EUA que pela primeira vez se ofereceu um curso de mestrado em Jornalismo, na Universidade de Columbia (Nova Iorque), mas o pioneirismo da formação superior de jornalistas pertence à Europa.

7. **Sétimo**, os dados parecem documentar que é possível propor a definição de *épocas*, ou *períodos* (periodização), para a história do jornalismo, pois parece-nos exequível identificar na caleidoscópica história do jornalismo certas *regularidades* em determinados períodos, e certas *sequências de regularidades*, que podemos, com abertura de espírito, considerar épocas históricas ou sucessão de épocas históricas, sem com isto pretendermos dizer que a evolução do jornalismo aponta para uma certa direcção ou que essa evolução é perfeitamente linear, no que concordamos com Hoyer (1994).

A distinção de épocas, ou períodos, na história do jornalismo ocidental contribui para a compreensão da forma como o sistema mediático evoluiu no Ocidente, pois permite reconhecer que em determinados períodos de tempo, com certa estabilidade, as acções dos actores históricos e os acontecimentos que estes protagonizaram partilharam determinadas características comuns, tão ou mais relevantes do que as acções individuais dos actores históricos e cada acontecimento em si. A ideia básica é, assim, a de que uma época na história do jornalismo produziu, necessariamente, determinados tipos, formas e conteúdos jornalísticos, de acordo com as *circunstâncias* (culturais, económicas, tecnológicas, sociais, nomeadamente institucionais e políticas) que a rodearam, independentemente da maior ou menor relevância dos acontecimentos particulares e das acções individuais.

Habermas (1981; 1984) foi um dos autores que propôs a existência de épocas na história do jornalismo, quando, como vimos em capítulos anteriores, procurou descrever a evolução do espaço público desde os tempos da Antiga Grécia. Porém, Habermas tem uma perspectiva algo “dirigida” e “idealista” da história do jornalismo, pois o seu propósito foi mostrar como o espaço público tem vindo a decair e deteriorar-se irreversivelmente ao longo do tempo por causa de uma alegada perda da significância social do jornalismo e da destruição da racionalidade e profundidade do discurso na esfera pública, por causa dos objectivos essencialmente comerciais da comunicação social contemporânea, o que serviria o interesse dos poderosos, que assim assegurariam a manutenção do seu domínio. Para procurar provar a sua tese, Habermas serve-se da ideia de uma espécie de “espaço público ideal”, o das discussões racionais e aprofundadas sobre as ideias, a política e a governação que ocorriam na Ágora grega e no Fórum romano, replicadas nos salões literários, cafés e clubes de cavalheiros que apareceram na Europa a partir do século XVII e teriam atingido o zénite no século XVIII, onde os jornais eram lidos e os seus conteúdos discutidos. É de salientar, porém, que as teses de Habermas são problemáticas. Alguns autores, como Hoyer (1994: 6), discordam de Jürgen Habermas, chamando desde logo a atenção, por exemplo, para o facto de as discussões nos cafés, clubes de cavalheiros e salões terem poucas consequências políticas, ao contrário do que sucedia na Ágora ateniense. Curran (1990), por exemplo, critica Habermas salientando que a imprensa a que este último autor se refere é apenas a imprensa burguesa, pois, segundo Curran, a

imprensa “radical”, por exemplo, nunca teve condições de sobrevivência e participação igualitária na esfera pública, mesmo nos séculos XVIII e XIX, pelo facto de não conseguir captar publicidade da burguesia endinheirada que se digladiava no espaço público. Schudson (1997) relembra que mesmo os “pais fundadores” dos Estados Unidos, no final do século XVIII, não toleraram uma esfera pública de formação de opinião e de associação da população à governação para lá do mecanismo das eleições, exemplificando com o facto de nos primeiros seis anos os debates no Senado Americano terem sido secretos e com o facto de a Assembleia Constituinte dos EUA ter reunido nos primeiros seis meses de 1787 sem nunca ter tornado pública informação sobre a sua agenda e as discussões travadas no seu seio. Independentemente das críticas, para Habermas, cada época da história do jornalismo distingui-se-ia pelo **modo dominante de produção jornalística**, pelas questões associadas ao **poder e controle sobre o jornalismo** e à **interacção entre jornalismo e vida pública**, havendo, assim, que considerar as seguintes épocas na história do jornalismo:

- 1) Época da imprensa noticiosa rudimentar, correspondente, no essencial, aos séculos XV a XVII, elaborada nas primeiras tipografias por tipógrafos-editores que quase resumiam a sua actividade à publicação de notícias traduzidas de periódicos estrangeiros (*o jornalismo nasceu noticioso e internacional*), mais do que produzir informação da sua própria autoria (embora também o fizessem).
- 2) Época dominada pela primeira imprensa política (pelo menos no mundo anglófono, onde existia liberdade formal de imprensa), correspondente, no essencial, ao período entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX, em que o jornalismo estava ligado à intensa actividade de discussão das ideias, da política e da governação que ocorria nos salões literários e cafés. Nesta época, os papéis sociais de editor, proprietário, redactor, escritor e mesmo político misturavam-se e muitas vezes confluíam numa mesma pessoa.
- 3) Época dominada pela imprensa opinativa. Nesta época, pela primeira vez os proprietários contratam editores e redactores para expressar determinadas ideias e lutar por elas.
- 4) Época dominada pela imprensa “de partido” (*party press*), directamente conectada com partidos políticos organizados;
- 5) Época dominada pelo jornalismo profissional, caracterizada pela profissionalização dos jornalistas, contratados para corporizar projectos empresariais de jornalismo “de massas”.

Um outro autor que periodiza a história do jornalismo (americano) é Michael Schudson (1978).

No seu livro *Discovering the News*, Schudson (1978) encara a história do jornalismo americano de forma mais positiva do que Habermas faz para o jornalismo ocidental em geral. A ideia base de Schudson é a de que o jornalismo americano se tornou crescentemente independente do poder político entre o final do século XIX e meados do século XX. A conquista da independência deveu-se, segundo Schudson (1978), à autonomização do jornalismo como profissão, para o que foi necessário o surgimento e cultivo dos valores que formataram o *profissionalismo* jornalístico, como o apego à independência, o rigor, o equilíbrio, o pragmatismo e a objectividade (citação explícita de fontes e fidelidade aos factos). A objectividade jornalística, em particular, é encarada como o método profissional que permite ao jornalista superar o medo de os factos noticiados estarem errados e fazer com que as notícias interessem transversalmente a toda a sociedade, independentemente das convicções de cada um. O desenvolvimento do jornalismo americano dentro desse

quadro de valores e o culto da objectividade como prática profissional permitiu ainda aos jornalistas satisfazerem standards profissionais de qualidade na produção de informação e garantiu ao jornalismo a possibilidade de manter a sua independência e ser comercialmente bem sucedido, coisa que não conseguiria se fosse um jornalismo de causas. A objectividade desembocou no valor da imparcialidade, pois, a partir do final do século XIX, os jornalistas americanos tiveram de fazer face aos relações públicas e outras fontes organizadas e interessadas, que procuram direccionar a produção jornalística de informação para os seus interesses particulares. Assim, os jornalistas, desconfiando dos factos propagados pelos profissionais de relações públicas, começaram a procurar contrastar e citar equilibradamente as fontes, em especial em ocasiões de conflito de pontos de vista, e a fazerem entrevistas agressivas, que dão ao jornalista a sensação de se portar como um observador imparcial e de ser um paladino da verdade. Os valores profissionais dos jornalistas alicerçaram a cultura e a ideologia profissionais e, retroactivamente, contribuíram para a autonomização do jornalismo como profissão, à semelhança, aliás, do que ocorreu com outras profissões. Assim, tendo em conta a argumentação anterior, Schudson (1978) defendeu que o jornalismo impresso americano atravessou as seguintes fases:

- 1) Época do controle britânico sobre os jornais das colónias americanas, através do mecanismo das licenças prévias;
- 2) “Idade negra” da imprensa partidária, até meio do século XIX;
- 3) Surgimento da *penny press*, comercial, a partir dos anos Trinta do século XIX, com maior desenvolvimento a partir dos anos Setenta/Oitenta desse mesmo século;
- 4) Era do jornalismo profissional, assente nos princípios da objectividade e da neutralidade, a partir, em especial, dos anos Vinte do século XX.

Outros autores são relevantes para compreendermos a evolução do jornalismo ocidental e a respectiva periodização. Hazel Dicken-Garcia (1989), por exemplo, também analisou o jornalismo americano no século XIX, tendo chegado a uma conclusão semelhante à de Schudson: a ideia da “imprensa livre” inspirou a autonomia, a responsabilidade social e o profissionalismo dos jornalistas logo no século XIX, mas também funcionou como referente para o debate público sobre o papel da imprensa numa sociedade democrática. Rudenstine (1996), por seu turno, relembra o papel de casos como o Watergate na formação de consensos sobre o papel do jornalismo e dos jornalistas na sociedade e, consequentemente, na “institucionalização” da imprensa, com a consequente concentração e aumento de recursos para o exercício do jornalismo profissional. As visões de Schudson, Rudenstine, Dicken-Garcia e mesmo Habermas são, porém, criticadas por Curran (1990), por enfatizarem que as práticas jornalísticas são mais influenciadas pelo “clima cultural” do que pela infra-estrutura económica e por darem a ideia de que o profissionalismo torna o jornalismo imune às pressões e ditames dos detentores do poder económico. No mesmo sentido de Curran, Kaul (1986) escreveu que o profissionalismo jornalístico, acompanhado do culto da objectividade e da neutralidade, foi uma invenção dos proprietários dos jornais, destinada a evitar sobressaltos nas relações laborais e a reduzir as possibilidades de crise no negócio jornalístico e de processos judiciais.

O nosso propósito com este trabalho, todavia, não vai tão longe quando o de Habermas, o de Schudson ou outros autores referidos. **A única tese que quisemos provar, e que nos parece provada, é a de que o jornalismo surgiu noticioso e sempre houve jornalismo noticioso, com dimensão e impacto, até porque o jornalismo não teria sobrevivido sem aquilo que é próprio dele – as notícias.** Por isso, preferimos descartar as questões do poder e

controle do jornalismo e da relação entre o jornalismo e o espaço público, não por discórdia ou concordância com Habermas, Schudson, Curran ou outros teóricos, mas sim por transcenderem os objectivos deste trabalho. Assim, a nossa proposta de distinção de épocas na história do jornalismo, como veremos, pretende ser puramente historiográfica, sendo apenas baseada nos modos e meios jornalísticos dominantes em cada período. Além disso, grande parte da periodização proposta por Habermas diz mais respeito ao mundo anglófono e da Europa Central (Estados Alemães, Holanda, etc.) do que ao mundo latino (Portugal era civicamente um país atrasado e periférico, que se começou a afastar nitidamente dos países mais abertos e avançados da Europa a partir do final do século XVI e princípios do século XVII) e as propostas de outros autores, como Schudson, estão explicitamente centradas no jornalismo norte-americano. Por outro lado, Habermas faz distinções que nós não fazemos entre aquela que poderíamos denominar por primeira imprensa política, a imprensa opinativa e a imprensa de partido. Ao invés, consideramos que desde que houve imprensa política houve imprensa opinativa e houve vontade de arregimentar partidários, em particular no Reino Unido, pelo que houve também imprensa partidária. Para nós, embora reconheçamos existirem diferenças entre uma imprensa estritamente “de ideias” e uma estritamente “partidária”, no essencial falar de imprensa opinativa, política e partidária, em especial entre o século XVII/XVIII e o século XIX, é falar, essencialmente, de várias faces de um mesmo fenómeno. Uma outra condicionante da proposta de Habermas impede a sua aplicação directa à nossa proposta de periodização da história do jornalismo no Ocidente: a periodização habermasiana respeita especialmente à história da imprensa e não tanto à história do jornalismo em geral. No entanto, todos os autores citados contribuíram para elaborarmos a nossa proposta de periodização da história do jornalismo ocidental, que é a seguinte:

- 1) Época dos **fenómenos pré-jornalísticos** (até ao século XVII), sendo de destacar, em particular, as *Actas Diurnas* romanas, as folhas noticiosas volantes, as cartas e as crónicas medievais, embora estas últimas sejam mais historiográficas do que “jornalísticas”.
- 2) Domínio da **imprensa noticiosa pré-industrial** (séculos XVII e XVIII), com o aparecimento das gazetas, que apresentavam, sobretudo, um noticiário internacional, traduzindo notícias umas das outras.
- 3) Época do advento da **segmentação**, com a coexistência da imprensa opinativa “de partido” de elites, da imprensa noticiosa “de elites”, da imprensa de difusão de conhecimento (literária, científica e médica, filosófica...) e mesmo da imprensa direccionada para homens e mulheres (século XVIII e início do século XIX).
- 4) Aparecimento da **imprensa ilustrada e da imprensa popular de baixo preço** (designada *penny press* nos Estados Unidos, mas com jornais equivalentes na Europa), essencialmente noticiosa e comercial, ainda que, por vezes, envolvida com determinadas causas, o que alarga o consumo de jornais e revistas e diversifica ainda mais o leque de ofertas ao mercado (a partir dos anos Trinta do século XIX). Os constantes progressos tecnológicos permitem ganhos de produtividade e rentabilidade (mais exemplares, mais rapidamente, por menos dinheiro). O jornalismo começa a autonomizar-se como profissão, ao mesmo tempo que o seu ensino se inicia nas universidades.
- 5) Aparecimento da **segunda geração da imprensa popular** (primeiro Novo Jornalismo), que conduziu, inclusivamente, a uma deriva intervencionista (na governação e nos processos políticos), chauvinista e nacionalista do discurso jornalístico, no final do século XIX e princípio do século XX. A diminuição do

preço da imprensa “de qualidade” e a renúncia ao seu tom erudito vão fazer aumentar a quota de mercado dos jornais e revistas “de qualidade”, o que contribui para uma gradual diminuição da importância da imprensa popular, num ambiente de competição pelo público e de estímulo à diversificação do mercado. O Novo Jornalismo é importante para a consolidação da visão do jornalismo como um agente de vigia e controle dos poderes (jornalismo “adversarial”), simbolizada no jornalismo de investigação e denúncia de casos de corrupção política (*muckraking journalism*). O design de jornais e revistas muda e torna-se mais arejado e “visual”. Surgem os títulos chamativos e incluem-se croquis, mapas (primeiros dispositivos de informação gráfica a aparecerem na imprensa) e fotografias nos jornais e revistas, opção facilitada pelo aparecimento de tecnologias que permitem a impressão simultânea de texto e fotografia (como o *halftone*). O jornalismo autonomiza-se definitivamente como instituição e também como profissão, cultivando os jornalistas determinados direitos, deveres, responsabilidades, saberes e competências que ainda hoje alicerçam a sua cultura e ideologia profissionais. Esta fase dura até aos anos Vinte/Trinta do século XX.

6) Época do advento, proliferação e **domínio dos meios electrónicos** e do seu consequente aproveitamento jornalístico, a partir dos anos Vinte do século XX. A rádio é o primeiro dos meios electrónicos a tornar-se jornalisticamente relevante, nos anos Trinta do século XX, seguida pela televisão, nos anos Cinquenta desse mesmo século. A imprensa é obrigada a adaptar-se a um mundo em que deixou de ter o monopólio da informação jornalística e em que perdeu a capacidade de ser a primeira a noticiar. O papel “adversarial” do jornalismo é atenuado, devido às contingências da II Guerra Mundial e da Guerra-Fria. Nos países Ocidentais sujeitos a ditaduras, casos de Portugal e Espanha, a perda da capacidade “adversarial” é quase completa e durará até aos anos setenta. Em ambiente de Guerra-Fria, as grandes agências de notícias (Associated Press, France Press, Reuter, United Press International e TASS) controlam os fluxos internacionais de informação.

7) Época de **diversidade e experimentalismo**, a partir dos anos Sessenta do Século XX, retardada em países ocidentais sujeitos a ditaduras. Surge o novo “Novo Jornalismo”, o “Jornalismo de Precisão” e outras correntes que simbolizam uma retoma do jornalismo de investigação. O Novo Jornalismo contrapõe a assunção da subjectividade, sem exclusão do rigor, à objectividade como método. Surgem os meios digitais de produção e difusão de informação. As tecnologias fazem ganhar tempo, permitem o aparecimento dos jornais “pós-televisivos” e geram preocupações relacionadas, por exemplo, com as possibilidades de alteração digital das fotografias jornalísticas.

8) Época actual, a partir dos anos 80 do século XX. Num mundo multipolar, em que a URSS desaparece e com ela a Guerra-Fria, mas em que emerge com particular violência a ameaça do terrorismo islâmico e de estados malfeteiros, como a Coreia do Norte ou o Sudão, o **jornalismo glocaliza-se e globaliza-se**. Surgem os primeiros canais mundiais de televisão, sendo a CNN a pioneira, mas o jornalismo local ganha a potencialidade da projecção global graças ao aproveitamento da Internet. A proliferação dos canais mundiais de televisão e a Internet tornam obsoleto o modelo tradicional de negócio das agências noticiosas. Há uma migração geral dos meios jornalísticos para a “Rede das Redes”, embora sem abandono dos suportes tradicionais (isto é, os jornais, por exemplo, passam a ter edições em papel e edições na Internet). Surgem os webjornais, as webrádios e as webtelevisões profissionais, mas também fenómenos como o dos weblogs, o dos webjornais de autoria colectiva, etc., que questionam diariamente a definição e as fronteiras do jornalismo ao gerarem um sistema em que as fontes disponibilizam directamente a sua informação aos

cidadãos sem passarem pelo crivo dos jornalistas. Os telemóveis, a Internet e outros meios promovem a interactividade jornalista-público e jornalista-fonte e facilitam o acesso jornalístico a diversas fontes de informação, o que potencia, mas não garante, a polifonia. As novas tecnologias promovem novos suportes para o jornalismo, como o jornalismo por SMS e MMS e a televisão no relógio ou telemóvel, mas também suscitam a participação dos cidadãos na confecção do produto jornalístico (por exemplo, fotografando acontecimentos com máquinas fotográficas incorporadas nos telemóveis). Os sistemas sem fio, aplicados aos meios digitais (computadores, câmaras, etc.) e às telecomunicações, aumentam a mobilidade dos jornalistas, a rapidez entre o momento da obtenção da informação e o momento da sua difusão, concorrendo, igualmente, para a abertura do processo jornalístico aos cidadãos, como produtores e proponentes de conteúdos. A diversidade de oferta de informação e a segmentação mercadológica no domínio do jornalismo atingem níveis nunca vistos, mas a luta pelas audiências, se gerou algum jornalismo emotivo e de miudezas, também gerou, tal como ocorreu no final do século XIX, uma reacção do jornalismo de qualidade e promoveu o desenvolvimento de fenómenos como o do jornalismo cívico, em que os cidadãos são mais auscultados sobre as matérias que querem ver desenvolvidas e sobre o que querem que seja perguntado aos detentores do poder. A sobre-informação, porém, torna difícil a selecção e as escolhas, o que permite discutir se o jornalismo está em crise ou apenas em mudança, já que, com tanta informação disponível, os cidadãos provavelmente necessitarão de profissionais que seleccionem e hierarquizem a informação mais relevante, de acordo com as necessidades individuais e colectivas. A desregulação do mercado, que se verificou a partir dos anos oitenta do século XX, promoveu processos de formação de gigantescos oligopólios verticais e horizontais de comunicação, muitos deles internacionais, o que promove o temor e o debate sobre a concentração da propriedade dos *media*.

8. Finalmente, em **oitavo** lugar, num plano mais ideológico, é também possível afirmar que a liberdade política e económica, o mercado livre, a iniciativa privada própria do capitalismo e as infra-estruturas tecnológicas estão na base do aparecimento e do progresso do jornalismo ao longo de toda a Idade Moderna e Contemporânea. O jornalismo deve muito à liberdade, seja à liberdade de pensamento e de expressão, seja à liberdade de empresa e à liberdade de posse de propriedade individual. Se alguns tantos empreendedores, procurando melhores condições de vida para si e para os seus, ou seja, procurando o merecido lucro para as suas iniciativas empresariais, não tivessem proposto ao mercado folhas noticiosas, livros noticiosos e gazetas, se um homem chamado Gutenberg não tivesse inventado a tipografia, para satisfazer as suas necessidades económicas satisfazendo, igualmente, as necessidades sociais e do mercado, e se vários outros empresários e inventores não tivessem conciliado os seus esforços individuais, provavelmente não teríamos jornalismo, ou, pelo menos, não teríamos jornalismo como hoje o concebemos. Se alguns homens e mulheres não tivessem demonstrado que a iniciativa privada e a liberdade de produzir, difundir e contrapor informações e ideias faz parte dos direitos que assistem aos seres humanos e são essenciais para o enriquecimento cultural e material das pessoas e das sociedades; se outros homens e mulheres não tivessem lutado pela liberdade e pelos direitos ao progresso individual e colectivo e à busca de felicidade na Terra, no período limitado das nossas curtas vidas, certamente não teríamos jornalismo como hoje o concebemos nem, provavelmente, teríamos Estados Democráticos de Direito, laicos e liberais, que com todos os seus defeitos ainda são os únicos estados em que democracia e liberdade de escolha não são palavras vãs.

O jornalismo é, todo ele, um hino à liberdade e à capacidade de iniciativa, privada mas também pública. A história do jornalismo no Ocidente é, portanto, uma história de afirmação da liberdade individual e da liberdade de expressão, uma história de afirmação da legitimidade do confronto de ideias e de formas de fazer as coisas, uma história que relembra

constantemente de que a melhor forma de nos protegermos da tirania e da ditadura reside na capacidade de vigiar e controlar os poderes, com actos e também com palavras, ou seja, com informação.

Bibliografia

- ALCADE, C. *Como Leer Un Periodico*. Barcelona: ATE, 1981.
- ÁLVAREZ, J. T. *Historia y Modelos de la Comunicación en el Siglo XX*, Barcelona: Ariel, 1987.
- ALVES, J. A. S. *O Poder da Comunicação. A História dos Media dos Primórdios da Imprensa aos Dias da Internet*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005.
- ANDREWS, A. *History of British Journalism*. 2 vols. London: Richard Bentley, 1859.
- ARMAÑANZAS, E. *EL Periodismo Electrónico. Información y Servicios Multimedia en la Era del Ciberespacio*. Barcelona: Ariel, 1996.
- BAHIA, J. *Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira*, vol. 1, 4ª edição, São Paulo: Ática, 1990.
- BARAN, N. *Desvendando a Superautoestrada da Informação*, Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- BARNHURST, K. e MUTZ, D. American journalism and the decline in event-centered reporting. *Journal of Communication*, vol. 47, n.º 4, 1997.
- BARRERA, C. (Coord.) *Historia del Periodismo Universal*, Barcelona: Ariel, 2004.
- BASTOS, H. *Jornalismo Electrónico*, Coimbra: Minerva, 2000.
- BELLOCCHI, U. *Storia del Giornalismo Italiano*. Vol. I. Bologna: Edizione Edison, 1974.
- BERMEOSOLO, F. *El Origen del Periodismo Amarillo*, Madrid: Rialp, 1962.
- BLEYERS, W. *Main Currents in the History of American Journalism*. Boston: Houghton Mifflin, 1927.
- BORDERIA ORTIZ, G.; LAGUNA PLATERO, A. e MARTÍNEZ GALLEGU, F. A. *Historia de la Comunicación Social. Voces, Registros y Conciencias*. Madrid: Síntesis, 1996.
- BORGE, J. e VIASNOFF, N. *Histoire de la Photo de Reportage*, Paris : Nathan, 1982.
- BOURNE, H. R. F. *English Newspapers. Chapters in the History of Journalism*. S/l: Chatto & Windus, 1887.
- BOYCE, G.; CURRAN, J. E WINDGATE, P. (Eds.). *Newspaper History from the 17th Century to the Present Day*, London: Constable, 1978.
- BOYD-BARRET, O. e PALMER, M. *Le Trafic des Nouvelles: Les Agences Mondiales d'Information*, Paris : Alain Moreau, 1981.
- BRAOJOS GARRIDO, A. De los antecedentes a la conquista de la libertad de expresión, in GÓMEZ MOMPART, J. L. e MARÍN OTTO, E. (Eds.). *Historia del Periodismo Universal*, Madrid: Síntesis, 1999.
- CABRERA, M. A. Periodismo digital y nuevas tecnologías, in BARRERA, C. (Coord.). *Historia del Periodismo Universal*, Barcelona: Ariel, 2004.
- CÁDIMA, F. R. A comunicação social em Portugal no século XX: Fragmentos para a história de um servidor de dois amos, in PERNES, F. *Panorama da Cultura Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2002.
- CÁDIMA, F. R. *Desafios dos Novos Media. A Nova Ordem Política e Comunicacional*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.
- CÁDIMA, F. R. *História e Crítica da Comunicação*, Lisboa: Século XXI, 1996.
- CARDOSO DA CRUZ, J. *Introdução ao Estudo da Comunicação: Imprensa, Cinema, Rádio, Televisão, Redes Multimédia*. Lisboa: ISCSP/Universidade Técnica de Lisboa, 2002.
- CAREY, J. The problem of journalism history. *Journalism History*, vol. 1, 1975.

- CAREY, J. W. *Communication as Culture*. Boston: Unwin Hyman, 1989.
- CARLEBACH, M. L. *The Origins of Photojournalism in America*, Washington: Smithsonian Institution Press, 1992.
- CASASÚS, J. M. e LADEVÉZE, L. N. *Estilo y Géneros Periodísticos*, Barcelona: Ariel, 1991.
- CASASÚS, J. M. *Iniciación a la Periodística*. Barcelona: Teide, 1988.
- CASTELLS, M. *The Information Age. Economy, Society and Culture*. Oxford/Malden: Blackwell. Vol. I: *The Rise of the Network Society* (1996); Vol. II: *The Power of Identity* (1997); Vol. III: *The End of Millenium* (1998).
- CAZENEUVE, J. (Dir.). *Guia Alfabético das Comunicações de Massas*. Lisboa: Edições 70, 1976.
- CHALABY, J. K. Journalism as an Anglo-American invention. A comparison of the development of French and Anglo-American journalism, 1830s – 1930's. *Journal of European Communication*, vol. 3, 1996.
- CHARON, J. M. *La Presse en France de 1945 a Nos Jours*, Paris : Seuil, 1991.
- CHOMSKY, N. e HERMAN, E. *Manufacturing Consent. The Political Economy of the Mass Media*. New York: Pantheon Books, 1988.
- CONTRERAS, S. P. El periodismo de los nuevos medios: El cine, el magazine y la radio, in GÓMEZ MOMPART, J. L. E MARÍN OTTO, E. (Eds.). *Historia del Periodismo Universal*, Madrid: Síntesis, 1999.
- CORNFIELD, M. The Watergate audience: Parsing the powers of the press, in CAREY, J. (Ed.) *Media, Myths and Narratives*, Newbury Park: Sage, 1988.
- COSTELLA, A. *Comunicação – Do Grito ao Satélite*. 3ª edição. São Paulo: Editora Mantiqueira, 1984.
- CURRAN, J. Capitalism and control of the press, 1800-1975, in CURRAN, J. et al. (Eds.). *Mass Communication and Society*, London: Routledge, 1989.
- CURRAN, J. Culturalist perspectives of news organizations: A reappraisal and a case study, in FERGUSON, M. (Ed.). *Public Communication: The New Imperatives*. Newbury Park: Sage, 1990.
- CURRAN, J. The press as an agency of social control: An historical perspective, in BOYCE, G. et al. (Eds.) *Newspaper History: From the 17th Century to the Present Day*, London: Constable, 1978.
- DEL ARCO Y MUÑOZ, L. *La Prensa Periódica en España durante la Guerra de la Independencia*. Castellón: Tipografía Joaquín Barberá, 1914.
- DELPORTE, C. *Histoire du Journalisme et des Journalistes en France*, Paris : PUF, 1995.
- DICKEN GARCIA, H. *Journalistic Standards in the Nineteenth-Century America*, Madison: The University of Wiscosin Press, 1989.
- DOOLEY, P. L. *Taking Their Political Place: Journalists and the Making of an Occupation*, Westport: Greenwood Press, 1997.
- EMERY, M. e EMERY, E. *The Press and America. An Interpretive History of the Mass Media*, Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1978 [8th edition: 1996].
- ERBOLATO, M. *Técnicas de Codificação em Jornalismo*, 4ª edição, Petrópolis: Vozes, 1985.
- ETTEMA, J. e GLASSER, T. *Custodians of Conscience: Investigative Journalism and Public Virtue*. New York: Columbia University Press, 1998.
- FAUS BELAU, A. *La Era Audiovisual. Historia de los Primeros Cien Anos de la Radio y la Televisión*, Barcelona: Ediciones Internacionales Universitarias, 1995.
- FAUSTINO, P. *A Imprensa em Portugal. Transformações e Tendências*, Lisboa: Media XXI, 2004.
- FERNÁNDEZ PARRATT, S. *A Reportaxe de Prensa en Galicia*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, 2001.
- FILLER, L. *The Muckrakers*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1972.

- FOLKERTS, J. e TEETER, D. *Voices of a Nation. A History of the Media in the United States*, New York: MacMillan, 1989.
- FRANCO, G. *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Lisboa: Symbolon, 1993.
- FREUND, G. *Fotografia e Sociedade*. Lisboa: Vega, 1989.
- GALINDO ARRANZ, F. Propuesta de periodización histórica y evolución conceptual del Periodismo de Precisión. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, n.º 10, 2004.
- GANS, H. J. *Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York: Pantheon House, 1979.
- GARCÍA GONZÁLEZ, G. La conformación de la moderna prensa informativa (1848-1914), in GÓMEZ MOMPART, J. L. e MARÍN OTTO, E. (Eds.). *Historia del Periodismo Universal*, Madrid: Síntesis, 1999.
- GOMES, W. *Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GÓMEZ MOMPART, J. L. e MARÍN OTTO, E. (Eds.). *Historia del Periodismo Universal*, Madrid: Síntesis, 1999 a.
- GÓMEZ MOMPART, J. L. e MARÍN OTTO, E. De los nuevos reporteros al periodismo digital, in GÓMEZ MOMPART, J. L. e MARÍN OTTO, E. (Eds.). *Historia del Periodismo Universal*, Madrid: Síntesis, 1999 c.
- GÓMEZ MOMPART, J. L. E MARÍN OTTO, E. La irrupción de la información televisiva y la influencia del periodismo singular, in GÓMEZ MOMPART, J. L. e MARÍN OTTO, E. (Eds.). *Historia del Periodismo Universal*, Madrid: Síntesis, 1999 b.
- GONZÁLEZ-BLANCO, E. *Historia del Periodismo. Desde Sus Comienzos Hasta Nuestra Época*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1919.
- GRUNIG, J. E. e GRUNIG, L. A. Models of public relations and communication, in GRUNIG, J. E. (Ed.) *Excellence in Public Relations and Communication Management*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum: 1991.
- HABERMAS, J. Further reflections on the public sphere, in CALHOUN, C. (Ed.), *Habermas and the Public Sphere*, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.
- HABERMAS, J. *Historia y Crítica de la Opinión Pública*, Barcelona: Gustavo Gili, 1981.
- HABERMAS, J. L'Espace Publique trinite ans après. *Quaderni*, vol. 18, 1992.
- HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, J. *Théorie de l'Agir Communicationel*. Paris: Fayard, 1987.
- HACHTEN, W. A. *The World News Prism. Changing Media of International Communication*. Fourth edition. Ames: Iowa State University Press, 1996.
- HALLIN, D. *The Uncensored War*, Berkeley: University of California Press, 1989.
- HARDT, H. e BRENNEN, B. (Eds.) *News Workers. Towards a History of the Rank and File*, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.
- HARRIS, M. e LEE, A. (Eds.), *The Press in English Society from the Seventeenth to Nineteenth Centuries*, London: Associated Universities Presses, 1986.
- HARTLEY, J. *Politics of Pictures. The Creation of the Public in the Age of Popular Media*. London: Routledge, 1992.
- HAWKING, S. *O Universo Numa Casca de Noz*, Lisboa: Gradiva, 2002.
- HERNANDO CUADRADO, L. A. *Los Acta Diurna y el Registro Periodístico*. Madrid: Dykinson/Universidad Rey Juan Carlos, 2007.
- HOHLFELDT, A. As origens antigas: a comunicação e as civilizações, in HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C. e FRANÇA, V. V. (Orgs.). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Editora Vozes: 2001.
- HOHLFELDT, A. e BUCKUP, C. *Populismo Nacionalista nas Páginas de um Jornal*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.

- HOYER, S. Constructing epochs in the history of the press. Comunicação apresentada à secção de história da 19th Scientific Conference of the International Association of Mass Communication Research, Seoul, 1994.
- HUDSON, F. *Journalism in the United States, From 1690 to 1872*. New York: Harper, 1873.
- INNIS, H. *Empire and Communications*. 2nd edition. Toronto: University of Toronto Press, 1950.
- JORGE, A. R. O Diário do Porto – 1809. Um jornal pró-francês no tempo de Soult. Separata da *Revista de História*, vol. II, 1979.
- KAUL, A. J. The proletarian journalist: A critique of professionalism. *Journal of Mass Media Ethics*, vol. 1, n.º 2, 1986.
- KNIGHTLEY, P. *The First Casualty: The War Correspondent as Hero. Propagandist and Myth Maker from the Crimea to Vietnam*, New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1975.
- KOBRE, S. *The Development of the Colonial Newspaper*. Pittsburgh: Colonial Press, 1944.
- LANCIANI, G. Os Relatos de Naufrágios na Literatura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa da Secretaria de Estado da Cultura, 1979.
- LANG, K. e LANG, G. E. The Battle for Public Opinion. The President, The Press and the Pools During Watergate. New York: Columbia University Press, 1983.
- LASSWELL, H. D. *Propaganda Technique in the World War*. New York: Alfred A. Knopf, 1927.
- LAVOINE, I. *A Rádio*. Lisboa: s/d.
- LE CLERC, J. V. *Les Journaux Chez les Romains*, Paris: Firmin-Didot, 1838.
- LEDO ANDIÓN, M. *O Diario Postelevisivo*. Santiago de Compostela: Edicións Lea, 1993.
- LEE, A. *The Origins of Popular Press in England, 1855-1914*, London: Croom Helm, 1976.
- LEE, J. M. *History of American Journalism*. Boston: Houghton Mifflin, 1917.
- LEMAGNY, J-C. e ROUILLÉ, A. (Dir.). *Histoire de la Photographie*. Paris: Bordas, 1986.
- LIVOIS, R. *Histoire de la Presse Française*, Paris : Le Temps de la Presse, 1965.
- LULE, J. *Daily News, Eternal Stories: The Mythological Role of Journalism*. New York: Guilford, 2001.
- LUSTOSA, I. *O Nascimento da Imprensa Brasileira*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- MACHADO, E. e PALACIOS, M. (Orgs.). *Modelos de Jornalismo Digital*. Salvador: GJOL e Calandra, 2003.
- MARBOT, B. Les premiers pas de la nouvelle image, in LEMAGNY, J-C. e ROUILLÉ, A. (Dir.). *Histoire de la Photographie*. Paris: Bordas, 1986.
- MARBOT, B. Sur le chemin de la découverte (avant 1839), in LEMAGNY, J-C. e ROUILLÉ, A. (Dir.). *Histoire de la Photographie*. Paris: Bordas, 1986.
- MARQUES DE MELO, J. *História Social da Imprensa*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003 [1ª edição publicada em 1974, sob o título *Sociologia da Imprensa Brasileira*, pela editora Vozes.].
- MARTÍN AGUADO, J. A. e ARMENTIA VIZUETE, J. I. *Tecnología de la Información Escrita*. Madrid: Síntesis, 1995.
- MASTINO, A. *Gli Acta Urbis. Il “Giornalismo” Nell’Antica Roma*, Montefeltro: Urbino, 1978.
- McLUHAN, M. *The Gutenberg Galaxy*. Toronto: University of Toronto Press, 1962.
- McMANUS, J. *Market Driven Journalism: Let the Citizen Beware?* Thousand Oaks: Sage, 1994.
- MEDITSCH, E. *A Rádio na Era da Informação*, Coimbra: Minerva, 1999.
- MELO, R. *A Rádio na Sociedade da Informação*, Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2001.
- MEYER, P. *Periodismo de Precisión. Nuevas Fronteras Para la Investigación Periodística*. Barcelona: Bosch, 1993.
- MILL, J. S. *Da Liberdade de Pensamento e de Expressão*. Lisboa: D. Quixote, 1976. [Extraído de *On Liberty*, de 1859.]
- MILTON, J. *Aeropagítica. Discurso pela Liberdade de Imprensa ao Parlamento de Inglaterra*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

- MOREIRA DOS SANTOS, J. *Imprensa Empresarial – Da Informação à Comunicação*. Porto: Asa, 1995.
- MORISON, S. *The English Newspaper*. Cambridge: Cambridge University Press, 1932.
- MOTT, F. L. *A History of American Magazine*, Harvard: Harvard University Press, 1986.
- MOTT, F. L. *American Journalism. A History of Newspapers in the United States Through 200 Years 1690 to 1940*, New York: MacMillan, 1942.
- MOTT, F. L. *American Journalism: A History of Newspapers in the United States Through 250 Years: 1690-1940*. New York: Macmillan, 1962 [publicado originalmente em 1941].
- MURIALDI, P. *Storia del Giornalismo Italiano*, Bolonia: Il Mulino, 1996.
- NEGROPONTE, N. *Beeing Digital*. Middlesex: Viking Penguin, 1996.
- NORA, P. O acontecimento e o historiador do presente, in AA.VV. *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- NORA, P. O regresso do acontecimento, in AA. VV. *Fazer História*. Venda Nova: Bertrand, 1977.
- PALMER, M. *Des Petites Journaux aux Grandes Agences (Naissance du Journalisme Moderne), 1863-1914*, Paris : Aubier, 1983.
- PASSOS, C. Navegação portuguesa. *Biblos*, 1916.
- PAVLIK, J. *New Media Technologies and the Information Highway*. Nedham: Allyn & Bacon, 1996.
- PAZ REBOLLO, M. A. *EL Colonialismo Informativo de la Agencia Havas en España (1870-1940)*. 2 vols. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- PENA RODRÍGUEZ, A. Historia del periodismo português, in PIZARROSO QUINTERO, A. *Historia de la Prensa*, Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 1994.
- PIÇARRA, M. C. *Salazar Vai ao Cinema. O Jornal Português de Actualidades Filmadas*. Coimbra: Minerva, 2006.
- PINTO, R. J. *The Evolution of the Structure of Political Journalism in Four "Quality" Newspapers (1970-1995)*. Tese de doutoramento não publicada, apresentada à Universidade do Sussex, 1997.
- PIZARROSO QUINTERO, A. (Coord.). *Historia de la Prensa*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 1994.
- PIZARROSO QUINTERO, A. *Historia de la Propaganda*, Madrid: Eudema Universidad, 1990.
- PONSONBY, A. *Falsehood in Wartime. Containing an Assortment of Lies Circulated Throughout the Nations During the Great War*. London: Allen & Unwin, 1928.
- POSTER, M. *A Segunda Era dos Media*. Oeiras: Celta, 2000.
- RIZZINI, C. *O Jornalismo Antes da Tipografia*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- RODRIGUES DOS SANTOS, J. *O Correspondente de Guerra, o Discurso Jornalístico e a História. Para uma Análise da Reportagem de Guerra em Portugal no Século XX*. Tese de doutoramento submetida à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001.
- ROGERS, J. E. *The American Newspaper*. Chicago: University of Chicago Press.
- SANTOS, R. Jornalismo português em finais do século XIX: Da identificação partidária à liberdade de reportar. *Media & Jornalismo*, ano 4, n.º 6, 2005.
- SANTOS, R. O jornalismo na transição do século XIX para o XX. O caso do diário *Novidades* (1885-1913). *Media & Jornalismo*, ano 5, n.º 7, 2006.
- SANTOS, R. *Os Novos Media e o Espaço Público*. Lisboa: Gradiva, 1998.
- SCHILLER, D. *Objectivity and the News. The Public and the Rise of Commercial Journalism*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- SCHNEIDER, I. S. Guerra y comunicación: Una relación compleja, in GÓMEZ MOMPART, J. L. e MARÍN OTTO, E. (Eds.). *Historia Del Periodismo Universal*, Madrid: Síntesis, 1999.
- SCHUDSON, M. *Discovering the News. A Social History of American Newspapers*, New York: Basic Books, 1978.

- SCHUDSON, M. Historical approaches to communication studies, in JENSEN, K. B. e JANKOWSKI, N. W. *Qualitative Methodologies for Mass Communication Research*, London: Routledge, 1991.
- SCHUDSON, M. *Origins of the Ideal of Objectivity in the Professions. Studies in the History of American Journalism and American Law 1830-1940*, New York: Garland, 1990.
- SCHUDSON, M. Porque as notícias são como são. *Comunicação e Linguagens*, n.º 8: 1988.
- SCHUDSON, M. Sending a political message: Lessons from the American 1790's. *Media, Culture & Society*, vol. 19, n.º 3.
- SCHUDSON, M. *The Power of News*, Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- SCHUDSON, M. Was there ever a public sphere? If so, when? Reflections on the American case, in CALHOUN, C. (Ed.) *Habermas and the Public Sphere*, Cambridge: The MIT Press.
- SCHULZE SCHNEIDER, I. La prensa en Alemania, in PIZARROSO QUINTERO, A. *Historia de la Prensa*, Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 1994.
- SCOTT, C. P. *The Manchester Guardian's first hundred years*, in BROMLEY, M. e O'MALLEY, T. (Eds.). *A Journalism Reader*. London: Routledge [edição original de 1921].
- SIEBERT, F.; PETERSON, T. e SCHRAMM, W. *Four Theories of the Press*. Urbana: University of Illinois Press, 1956.
- SLOAN, W. D. *Perspectives on Mass Communication History*, Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1991.
- SOMMERVILLE, J. *The News Revolution in England. Cultural Dynamics of Daily Information*, New York: Oxford University Press, 1996.
- SOUSA, J. P. A Guerra do Golfo na imprensa portuguesa de grande expansão. *Cadernos de Estudos Mediáticos*, vol. II, 1999.
- SOUSA, J. P. *As Notícias e os Seus Efeitos*, Coimbra: Minerva, 2000.
- SOUSA, J. P. *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2003.
- SOUSA, J. P. *Uma História Crítica do Fotorjornalismo Ocidental*, Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- STARTT, J. D. Good journalism in the era of the New Journalism: The British press, 1902-1914, in WIENER, J. H. (Ed.), *Papers for the Millions. The New Journalism in Britain, 1850-1919*, Connecticut: Greenwood Press, 1988.
- STEPHENS, M. *A History of News*. New York: Penguin Books, 1988.
- STEVENS, J. e DICKEN-GARCIA, H. *Communication History*, Beverly Hills: Sage, 1980.
- STUTTERHEIM, K. von. *The Press in England*. London: George Allen and Unwin, 1934.
- TEBBEL, J. *Breve Historia del Periódico Norteamericano*, Barcelona: Montaner e Simón, 1967.
- TEBBEL, J. e ZUCKERMANN, M. E. *The Magazine in America, 1741-1990*, Oxford: University Press, 1991.
- TENGARRINHA, J. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª edição revista e ampliada, Lisboa: Caminho, 1989.
- TOCQUEVILLE, A. *Da Democracia na América*. 3ª edição. Porto: Res, 2005.
- TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.
- TRAQUINA, N. *A Tribo Jornalística. Uma Comunidade Transnacional*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004 b.
- TRAQUINA, N. As notícias, in TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.
- TRAQUINA, N. As notícias. *Comunicação e Linguagens*, n.º 8, 1988.
- TRAQUINA, N. *Jornalismo*, Lisboa: Quimera, 2002.
- TRAQUINA, N. *O Estudo do Jornalismo no Século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

- TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo*, Florianópolis: Insular e Curso de Especialização em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- TUCHMAN, G. *Making News. A Study in the Construction of Reality*, New York: The Free Press, 1978.
- WIENER, J. H. (Ed.) *Papers for the Millions. The New Journalism in Britain, 1850-1914*, Connecticut: Greenwood Press, 1988.
- WOLFE, T. *El Nuevo Periodismo*, Barcelona: Anagrama, 1977 [Edição original em inglês de 1965].